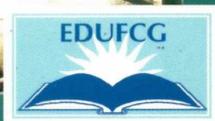
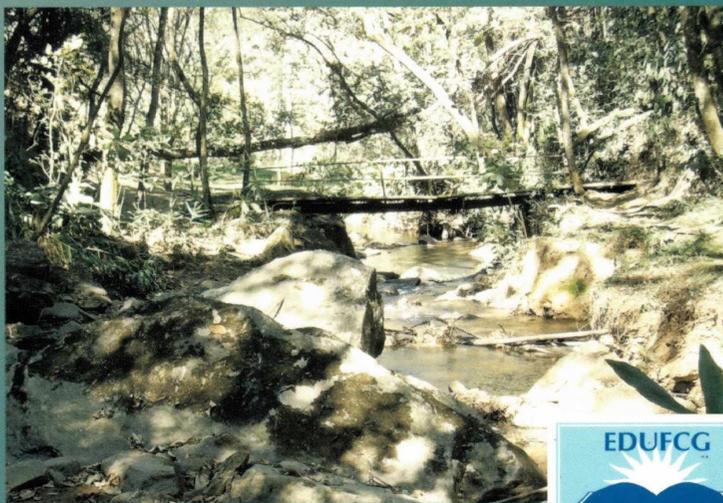


André Figueiredo Rodrigues
Edson Silva
José Otávio Aguiar
(organizadores)

Natureza e Cultura nos Domínios de Clio

História, Meio Ambiente e
Questões Étnicas



“O principal fato da história ambiental consiste em construir uma ponte que permita a comunicação, por muitos anos inexistentes, entre as ciências naturais e as ambientais e os estudos históricos, incluindo aqui todas as humanidades e estudos da sociedade e a cultura.

Isto é, construir um canal que permita a comunicação entre natureza e sociedade. (...) A história ambiental sintetiza todas as atividades realizadas pelos seres humanos, que estejam integradas ao meio ambiente, às relações que se geraram, as limitações e possibilidades que se tem oferecido para o desenvolvimento social e tecnológico em distintos períodos históricos.

O livro *Natureza e cultura nos domínios de Clio: história, meio ambiente e questões étnicas*, organizado por André Figueiredo Rodrigues, Edson Silva e José Otávio Aguiar, nos oferece um excepcional encontro de alguns aspectos da história ambiental no Brasil.

Assim, a obra é uma excelente contribuição que se converterá em um aporte para a nascente historiografia latinoamericana no campo da história ambiental.”

Francisco Enríquez Solano

978-85-8001-038-1



9 788580 010381

Natureza e Cultura nos Domínios de Clio



REITOR

Thompson Fernandes Mariz

VICE-REITOR

José Edilson Amorim



Editora da Universidade Federal de Campina Grande

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Antonio Clarindo Barbosa de Souza

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Benedito Antonio Luciano – CEEI

Prof. Carlos Alberto Vieira de Azevedo – CTRN

Profa. Edjane E. Dias da Silva – CCJS (Sousa)

Prof. José Helder Pinheiro – CH

Prof. José Wanderley Alves de Sousa – CFP (Cajazeiras)

Prof. Onaldo Guedes Rodrigues – CSTR (Patos)

EDITORAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Rodrigo Ribeiro de Andrade

André Figueiredo Rodrigues

CAPA

Sergio Eduardo Port

EDUFCG

Rua Aprigio Veloso, 882 – Bodocongó

CEP: 58109-970 – Campina Grande – Paraíba

Natureza e Cultura nos Domínios de Clio

História, Meio Ambiente e Questões Étnicas

Organizadores

André Figueiredo Rodrigues

Edson Silva

José Otávio Aguiar

Autores

André Figueiredo Rodrigues

Cristiano Luís Christillino

Edson Silva

Francisco Henrique Duarte Filho

Ivete Machado de Miranda Pereira

José Otávio Aguiar

Juciene Ricarte Apolinário

Marco Lunardi Escobar

Raíssa Barbosa da Costa

Ricardo dos Santos Guimarães

Rodrigo Ribeiro de Andrade

Sérgio Murilo Santos de Araújo

Autores integrantes do Grupo de Pesquisa / CNPq: “História, Meio Ambiente, Questões Étnicas”, coordenado pelo Prof. Dr. José Otávio Aguiar e pela Profa. Dra. Juciene Ricarte Apolinário, junto ao Departamento de História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande.

FICHA CATALOGRÁFICA

Natureza e cultura nos domínios de Clio: história, meio ambiente e questões étnicas / André Figueiredo Rodrigues, Edson Silva, José Otávio Aguiar (organizadores). – Campina Grande : EDUFCG, 2012.

265 p.

ISBN 978-85-8001-038-1

1. História – Brasil. 2. Meio ambiente – História – Brasil. I. Rodrigues, André Figueiredo. II. Silva, Edson. III. Aguiar, José Otávio.

Proibida a reprodução parcial ou integral desta obra por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem permissão expressa do editor (Lei nº 9.610, de 19/02/1995).

Foi feito o depósito legal na Biblioteca Nacional (Lei nº 1.525, de 20/12/1907)

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Janeiro de 2012

Sumário

- 7 **Prefácio**
Francisco Enríquez Solano
- 9 **História Ambiental e atividade baleeira na
Paraíba: algumas interrogações**
Francisco Henrique Duarte Filho
José Otávio Aguiar
Rodrigo Ribeiro de Andrade
- 35 **Viagens aos sertões proibidos da Mantiqueira:
as observações do governador dom Rodrigo
José de Meneses e a ocupação da terra na
segunda metade do século XVIII**
André Figueiredo Rodrigues
- 65 **Índios Xukuru x fazendeiros: história
socioambiental no Agreste pernambucano**
Edson Silva
- 97 **Estudando um sítio arqueológico submerso: a
enseada da Praia do Farol da Ilha do Bom
Abrigo (SP)**
Ricardo dos Santos Guimarães

- 134 **Licença ambiental: a evolução deste instituto.
O caso de Mato Grosso**
Marco Lunardi Escobar
- 155 **Tempo, espaço e biogeografia**
Sérgio Murilo Santos de Araújo
- 177 **A agricultura e o extrativismo na província
dos estancieiros**
Cristiano Luís Christillino
- 209 **La Gabrielle, cravo e canela: a invasão luso-
brasileira da Guiana Francesa e a cobiça pelas
especiarias (1808-1817)**
Ivete Machado de Miranda Pereira
- 231 **Imagens de desolação, paixão e esperança: os
dois nordestes dos viajantes oitocentistas**
José Otávio Aguiar
Raíssa Barbosa da Costa
- 247 **História e patrimônio documental do Velho
Chico: documentos de história indígena e
História Ambiental sobre o Rio São Francisco
da América Portuguesa**
Juciene Ricarte Apolinário

PREFÁCIO¹

A história ambiental versa sobre o papel da natureza na vida humana e procura identificar os processos que surgem da interação da sociedade com a natureza ao longo do tempo. É um termo recente, que surgiu há uns 40 anos. Seus antecedentes nos remetem à Escola dos Annales, onde muitos dos historiadores franceses receberam a influência do geógrafo Vidal de la Blache. No entanto, é na historiografia norteamericana onde encontramos a origem do que hoje chamamos história ambiental.

Na América Latina, a história ambiental também é um campo novo, que vem crescendo e participando em diferentes congressos e reuniões. Os mesmos participam do desenvolvimento de uma nova cultura ambiental na região, por meio de um fecundo diálogo com especialistas de diferentes disciplinas, que analisam a dimensão ambiental do desenvolvimento de nossas sociedades.

A história ambiental latinoamericana incide de uma maneira pertinente entre sua própria agenda e a agenda ambiental da região. Assim, a história ambiental pode oferecer um conhecimento muito melhor do lugar onde vivemos. Enfrentamos a realidade de uma economia global com problemas ambientais globais.

O principal fato da história ambiental consiste em construir uma ponte que permita a comunicação, por muitos anos inexistentes, entre as ciências naturais e as ambientais e os estudos históricos, incluindo aqui todas as humanidades e estudos da sociedade e a cultura. Isto é, construir um canal que permita a comunicação entre natureza e sociedade. Isto implica em indagações importantes para qualquer investigador, pois se faz necessário, não somente dominar a linguagem de sua própria disciplina, mas que o obriga a aprender outra linguagem, outra bagagem de informação, que lhe permita reescrever a história. Para

¹. Tradução: André Figueiredo Rodrigues.

isto, deve também incorporar novas fontes e metodologias, tais como os novos documentos que brindam a natureza.

Está é uma nova maneira de interpretar o passado, mais completa que a história dividida em categorias. Com anterioridade, o ambiente tinha um caráter estático, e mais bem contituía a profundidade de todo o panorama. A história ambiental sintetiza todas as atividades realizadas pelos seres humanos, que estejam integradas ao meio ambiente, às relações que se geraram, as limitações e possibilidades que se tem oferecido para o desenvolvimento social e tecnológico em distintos períodos históricos.

O livro *Natureza e cultura nos domínios de Clio: história, meio ambiente e questões étnicas*, organizado por André Figueiredo Rodrigues, Edson Silva e José Otávio Aguiar, nos oferece um excepcional encontro de alguns aspectos da história ambiental no Brasil. Assim, a obra é uma excelente contribuição que se converterá em um aporte para a nascente historiografia latinoamericana no campo da história ambiental.

Francisco Enríquez Solano

Coordenador do Comitê de História Ambiental, da Comissão de História do Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH) e professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Costa Rica (Costa Rica).

HISTÓRIA AMBIENTAL E ATIVIDADE BALEEIRA NA PARAÍBA: ALGUMAS INTERROGAÇÕES

Francisco Henrique Duarte Filho
José Otávio Aguiar
Rodrigo Ribeiro de Andrade

A atividade baleeira foi introduzida no Brasil ainda pelos colonizadores ibéricos a partir do início do século XVII, vindo a tornar-se um exercício sob monopólio régio em pouco mais de uma década de exploração (1603-1614). No período colonial, a manutenção e posterior ampliação do negócio ligado a caça à baleia teve essencialmente motivação mercantil. A expansão da atividade baleeira no seu início, que se estendeu da Capitania da Bahia à de Santa Catarina, deveu-se à valorização gradativa dos principais derivados dos cetáceos no mercado regional e estrangeiro, especialmente o óleo que era extraído das grossas camadas de gordura dos animais e atendia uma demanda crescente dos grandes centros urbanos da época.

Antes de ser introduzida a caça comercial da baleia no Brasil, o principal produto extraído desse cetáceo - o óleo - era obtido pelos habitantes da Colônia apenas quando os mamíferos encalhavam na praia ou na ocasião da importação de Cabo Verde ou da região de Biscaia por intermédio da cidade portuguesa de Viana do Castelo. O “azeite de peixe”, como era comumente conhecido, era usado especialmente como combustível para iluminação pública e para garantir o funcionamento noturno dos engenhos de cana-de-açúcar. Nesse período em que o petróleo e a eletricidade ainda não haviam se constituído em matrizes energéticas, cidades capitais como Salvador, Rio de Janeiro e Buenos Aires, por exemplo, eram iluminadas com o óleo transformado em combustível processado a partir da gordura das baleias capturadas nos oceanos.

Outros produtos derivados das baleias que merecem destaque são a carne, o toucinho, a farinha de ossos e as barbatanas. Esses recursos também eram extraídos, processados e comercializados na Colônia ou então vendidos para outros países, consolidando para o Estado Metropolitano essa atividade econômica durante praticamente todo o período colonial.

Quando não mais se praticava a caça industrial e comercial da baleia nas áreas tradicionais (Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina), a atividade foi introduzida em 1911 no litoral da Paraíba. Escolheu-se a Praia de Costinha, no município de Lucena, Litoral Norte, para a estruturação do empreendimento. Os animais abatidos no início da atividade eram principalmente das espécies jubarte (*Megaptera novaeangliae*) espartate (*Balaenoptera borealis*), bryde (*Balaenoptera edeni*), azul (*Balaenoptera musculus*) cachalote (*Physeter machocephalus*) e minke (*Balaenoptera bonaerensis*). A exploração desses animais proporcionou a estruturação de uma cadeia produtiva na região que era monopolizada pela Companhia Norte de Pesca do Brasil (COPESBRA), responsável pelo abate, processamento, industrialização e comercialização dos derivados baleeiros.

Das baleias capturadas anualmente no litoral da Paraíba retirava-se o óleo, as barbatanas, a farinha de ossos e a carne *in natura*, esta que passou a se constituir no principal produto de exportação para o mercado japonês. A carne seca também era produzida, mas para o atendimento de uma demanda local e regional.

A caça à baleia no país foi encerrada depois de trezentos e oitenta e quatro anos de atividade. O Governo José Sarney (1985-1990), pressionado por organismos de proteção ambiental e pela opinião pública, proibiu definitivamente a atividade por meio da Lei Federal 7.643, de 1987. A Lei motivou questionamentos e abriu debates em nível local e nacional em razão de eventuais prejuízos que o fim da atividade baleeira traria para a economia do município de Lucena e para o estado da Paraíba.

Na época da interdição da caça à baleia, várias alternativas, principalmente elaboradas e difundidas por órgãos ligados ao governo estadual e federal, foram sugeridas para substituir esta atividade

econômica no município de Lucena. Trabalhos acadêmicos, matérias de jornais, documentos oficiais e notícias veiculadas na imprensa paraibana da época registraram que as alternativas propostas para se evitar o caos social e econômico em Lucena, principalmente o desemprego em massa, estavam pautadas na introdução de projetos agro-industriais na região, no fomento ao turismo, na criação de um pólo de confecções e no incentivo à pesca artesanal e sustentável no município. Contudo, passados mais de vinte anos do fim da atividade baleeira, pouco se sabe acerca dos empreendimentos sociais e econômicos efetivamente implantados em Lucena e sobre a história de vida de dezenas de trabalhadores que viveram da caça à baleia até 1987.

A presente proposta de trabalho é uma investigação sobre as memórias e a história da atividade baleeira na Paraíba, assim como sobre os problemas sociais, econômicos e ambientais legados ao município de Lucena quando da paralisação dessa atividade no final da década de 1980.

Revisitando a atividade baleeira nos trópicos: olhares e impressões de viajantes e historiadores naturais no Brasil colonial (1603-1823)

Além do pau-brasil, cana de açúcar, tabaco, algodão, café, ouro, e de uma infinidade de produtos, a caça de animais silvestres e marinhos ajudou a compor o quadro de exploração econômica e de degradação ambiental levada a cabo pelos colonizadores portugueses a partir do século XVI. Neste aspecto, a caça à baleia no litoral brasileiro se constituiu como atividade econômica importante para manutenção, expansão e consolidação do espaço costeiro da colônia, além de ter sido importante para ampliar e diversificar a exploração dos recursos naturais no Brasil.

A atividade baleeira embora considerada marginal, quando comparada a outras atividades econômicas de maior interesse metropolitano, não passou despercebida de viajantes, cronistas e

pensadores que visitaram ou residiram no Brasil da época. Homens como Gabriel Soares de Sousa (1540-1592), Frei Vicente do Salvador (1564-1635), Louis-François de Tollenare (1780-1853) e José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) estão entre aqueles que produziram relatos, histórias e crônicas sobre a caça à baleia, deixando registradas informações sobre as finalidades e as técnicas utilizadas nesse tipo de extrativismo animal praticado na Colônia. Esses homens também revelaram em seus escritos, cada um ao seu modo, importantes informações sobre economia natural, biologia das espécies e a vida cotidiana e social de um Brasil em processo de formação e de organização administrativa e política.

Mesmo precariamente, crônicas e informações sobre o início da colonização portuguesa no Brasil dão conta de dados biográficos e literários sobre a obra de Vicente Rodrigues Palha. Esse primeiro interlocutor era conhecido como Frei Vicente do Salvador, religioso jesuíta nasceu em Matuim, Bahia, em 1564. Considerado um homem instruído para sua época, foi educado no colégio de São Salvador e depois estudou Direito na Universidade de Coimbra. Voltando ao Brasil, ordenou-se sacerdote, chegou a Cônego da Sé baiana e Vigário-Geral. Conta-se que aos trinta e cinco anos ordenou-se frade, vestindo o hábito de São Francisco e trocando o nome de batismo pelo de Frei Vicente de Salvador. Nome pelo qual entrou para a História do Brasil.

Frei Vicente do Salvador concluiu no ano de 1627 *Histórias do Brazil*, obra densa com 38 capítulos e 267 páginas que registram aspectos da vida política, social, econômica e do cotidiano de um Brasil em processo de gestação. Este livro é considerado por especialistas como primeiro trabalho de cunho histórico sobre um Brasil recém conquistado pelos portugueses. Discorre Salvador em sua obra, dentre outros fatos, sobre guerras entre brancos e índios, expondo os esforços dos colonizadores para consolidar o domínio sobre o território e sobre o trabalho de índios e escravos negros nas primeiras décadas do século seguinte à ocupação lusitana. Dentre as várias temáticas abordadas em seu livro, encontram-se ainda aspectos relacionados à atividade baleeira na Bahia que, segundo ele registrou,

foi introduzida pela primeira vez em 1603 na região do Recôncavo Baiano.

Em *História do Brazil*, Vicente do Salvador atribuiu à necessidade de importação de alguns produtos o impulso determinante para o início da atividade baleeira no Brasil. (SALVADOR, s.d., p. 172) Seus escritos atestam que durante a União Ibérica (1580-1640), havia a necessidade de se ter atendida uma demanda local por alguns produtos para a agroindústria açucareira e para uso diário dos moradores da Colônia. Um desses produtos era o óleo ou “azeite de peixe” como era também conhecido. As casas, os prédios comerciais, os fortes militares e as unidades de produção agroindustrial, principalmente os engenhos para fabricação do açúcar necessitavam de óleo para se manter o mínimo de claridade quando a noite caía e encobria o horizonte com seu manto escuro.

A produção de açúcar nos engenhos, impulsionada pelo trabalho escravo, funcionava praticamente 24 horas por dia, e à noite necessitava-se de “combustível” para manter o ambiente com iluminação suficiente para que a produção não fosse interrompida e a labuta pudesse ser mantida sem comprometer seus resultados ao fim da produção. O óleo utilizado para essa e outras finalidades era, no início da colonização, importado da Ilha de Cabo Verde a custos elevados. Nesta ilha do Atlântico já se caçavam baleias e seu óleo era armazenado em pipas e destinado a Lisboa e ao Rio de Janeiro de onde era enviado posteriormente para o interior da Colônia. A dificuldade em se obter o óleo foi o fato que teria induzido o Governo Metropolitano a buscar outro produto, dentro da própria Colônia, que substituísse à importação desse insumo. Do beneficiamento das grossas camadas de gordura das baleias, além do óleo, também passaram a produzir uma espécie de pasta mais vigorosa e densa que era utilizada para calafetagem de barcos e servia como matéria-prima para produzir sabão e velas no atendimento de um comércio regional que embora incipiente, tendia ao crescimento.

Segundo o relato de Salvador coube ao então Governador da Bahia recém chegado a Salvador, Diogo Botelho do Reynó, encontrar alternativa no interior da Colônia à importação desses produtos,

permitindo, com o consentimento da Metrópole, que em 1603 estrangeiros oriundos da Baía de Biscaia caçassem baleias nos mares brasileiros na medida em que se cumprissem as exigências contidas em Alvará Régio. (SALVADOR, s.d., p. 171)² O objetivo principal dessa medida era proporcionar aos luso-brasileiros a aprendizagem sobre estratégias e técnicas de caça aos grandes mamíferos marinhos com o intuito de suprir a demanda interna da Colônia e com vistas, posteriormente, à exportação, caso fosse possível, de alguns derivados que tivessem aceitação no mercado estrangeiro:

Era grande a falta que em todo o Estado do Brasil havia de graxa ou azeite de peixe, assim pera reboque dos barcos e navios, como pera se alumiar os engenhos, que trabalham toda a noite, e se houverão de alumiar-se com azeite doce, conforme o que se gasta, e os negros lhes são muito afeiçoados, não bastara todo o azeite do mundo. Algum vinha do Cabo vender e de Biscaia por via de Vianna, mas era tam caro e tão pouco, que muitas vezes era necessario usarem do azeite doce, misturando-lhe destrouto amargoso, e fedorento, para que os negros não lambessem os candeeiros, e era huma pena como a de Tantaló padecer esta falta, vendo andar as beleãs, que são a mesma graxa, por toda essa Bahia, sem haver quem as pescasse, ao que acudio, Deus que tudo rege e prover, movendo a vontade a hum Pedro de Orecha, Biscainho, que quisesse vir fazer esta pescaria; este veio com o Governador Diogo Botelho do Reyno no anno de mil seiscentos e três. (SALVADOR, s.d., p. 171)

O relato de Frei Vicente do Salvador sobre esse tipo de “pesca” no Brasil, fornece indícios para se entender como esta atividade econômica passou a ser estruturada com base inicialmente no atendimento de uma demanda local e, posteriormente, como se tornou objeto de interesses mercantis e metropolitanos crescentes após o domínio dos colonos luso-brasileiros de técnicas necessárias para caçadas mais intensas e mais frequentes do cetáceo. Domínio de técnicas que não tardou a ocorrer, pois já em 1612 a Coroa Portuguesa estabeleceu o monopólio estatal sobre a atividade baleeira que iniciou a partir de então um processo de expansão para outras áreas da costa

². Embora Frei Vicente do Salvador indique o ano de 1603 como aquele em que foi introduzida a atividade baleeira no Brasil, o alvará de Felipe III, rei da Espanha, autorizando Pêro de Urecha e seu sócio Julião Míquel, biscainhos, a caçar baleias no Brasil por um período de dez anos, data do ano de 1602, conforme se pode atestar no documento “Inventário dos Manuscritos da Coleção Pombalina”, da Biblioteca Nacional de Lisboa. In: *Miscelânea*, 635.

do Brasil. O negócio tornava-se lucrativo e não tardou para que a Coroa Portuguesa, por meio de Tratados de Concessão, expandisse a atividade baleeira para outras áreas do litoral da Colônia. Quanto aos primeiros caçadores biscainhos, ao que tudo indica, após o término do tempo estabelecido pelo Rei de dez anos voltaram para a Europa, deixando no Brasil certa estrutura que pudesse dar continuidade ao empreendimento.

Como ocorreu com outras atividades de exploração colonial, a atividade baleeira quando de seu apogeu serviu para o enriquecimento de um grupo de comerciantes e empreendedores portugueses e contribuiu para que o Estado metropolitano português ampliasse sua área de controle sobre o Brasil. Assim, como os engenhos de cana-de-açúcar, algumas armações baleeiras funcionavam como verdadeiras unidades de produção que foram aos poucos se estruturando no litoral brasileiro, iniciando-se na Bahia e se estendendo ao Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.³ Semelhante ao que ocorreu com outros produtos sob monopólio da Coroa, a riqueza originada dessa atividade econômica não trouxe benefícios para a massa de trabalhadores, principalmente os negros, responsáveis pelo trabalho mais pesado no mar e dentro das armações no processo de transformação da gordura em óleo (ELLIS, 1969).

Já no século XVIII, a caça à baleia na Bahia foi objeto de considerações de um estrangeiro: Louse-François de Tollenare (1780-1853). O viajante francês, nascido em Nantes, esteve no Brasil entre 1816 e 1818 e escreveu sobre vários aspectos do cotidiano e das atividades econômicas desenvolvidas na Colônia. Em suas *Notas Dominicais*, presenciou um dos momentos de caça ao cetáceo na Ilha de Itaparica, na Bahia, e descreveu detalhes da batalha dos caçadores para matar sua presa, fazendo menção ao espetáculo que era a luta do homem para dominar e matar os enormes mamíferos marinhos:

³. Segundo Mirian Ellis (1969), em algumas regiões do litoral brasileiro, as chamadas "Armações", que contavam fundamentalmente com mão-de-obra escrava, se apresentavam como um complexo núcleo social e produtivo semelhante ao que se observava em torno dos engenhos da indústria açucareira: contava com casa-grande, senzalas, área destinada à extração de madeira, roça para cultivo de produtos de subsistência e áreas destinadas ao comércio dos produtos derivados das baleias.

Um dos espetáculos mais interessantes que oferece a residência na Bahia é o da pesca de baleias. Esta pesca se faz no próprio ancoradouro e até no meio dos navios fundeados diante da cidade. Pode-se apreciá-las das janelas de casa; mas, para melhor observá-la cumpre transportar-se à praia que separa a cidade do cabo de Santo Antônio (...). O arpoador, sempre de pé na proa, indica ao patrão todos estes movimentos e este governa de acordo; a luta perigosa entre o poderoso monstro e a frágil embarcação dura de trinta minutos até três a quatro horas, e apresenta um espetáculo aterrador. O arpoador repete os seus golpes, a baleia avermelha as águas com o seu sangue, dá pancadas com a sua formidável cauda, arrasta a chalupa até duas e três léguas mar em fora, e morre sem ter podido desembaraçar-se dos terríveis ferros que a prendem.

Como se pode aferir de praticamente todos os relatos da época, a caça à baleia no Brasil Colônia se reveste, para os dias de hoje, como sendo praticada de maneira cruel, desumana e sem limites. A caça chamava a atenção pela violência com que era praticada e pelo espetáculo que produzia para os mais curiosos, numa intensa ação humana com suas estratégias e seus aparatos técnicos contra a força dos enormes mamíferos marinhos que precisavam ser capturados para o atendimento de uma demanda econômica. Chama a atenção, pelo menos nos primeiros anos da “pesca”, a completa falta de preocupação com a manutenção dos estoques para futuras explorações. A quantidade de cetáceos avistados na costa do Brasil dava a impressão, como ocorreu com o pau brasil e vários outros produtos no início do século XVI, que esses recursos eram inesgotáveis. (BUENO, 2003) A esse respeito, é oportuno transcrever um relato de Gabriel Soares de Sousa, em que o mesmo discorre sobre a abundância de baleia em águas da costa da Bahia, primeiro local aonde viriam a ser arpoadas os primeiros cetáceos na costa brasileira alguns anos depois: “se à Bahia forem Biscainhos ou outros homens que saibam armar as baleias, em nenhuma parte entram tantas como nelas, onde residem seis meses do ano e mais, de que se fará tanta graxa que não haja embarcações que possam trazer a Espanha”. (SOUSA, 1587, p. 57)

É importante acrescentar que a matança de baleias na Colônia para a extração de seus derivados, com o intuito de atender uma demanda local e o mercado externo não foge à lógica de outras

atividades econômicas desenvolvidas pelos portugueses ao longo dos mais de trezentos anos de exploração colonial. Assim como fora feito com o pau-brasil, a cana-de-açúcar e o ouro, que foram explorados ao limite, o extrativismo animal tendo a caça à baleia como atividade central, representou para os comerciantes da época e para a Metrópole um negócio lucrativo, cuja conseqüência em médio prazo foi à exaustão dos estoques de determinadas espécies de baleias que migravam anualmente das águas frias da Antártica para se acasalarem nas águas quentes da costa brasileira e eram mortas.

A caça predatória, realizada sem qualquer tipo de controle, feita a partir das armações localizadas principalmente nas praias do litoral da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, representou, sob a ótica dos ambientalistas, um desastre que se arrastou por séculos. Passando pela administração colonial, imperial e republicana, o extermínio das baleias chegou ao século XX marcada pelo esgotamento dos estoques e pela crise de sua indústria. Foram necessárias ações enérgicas para controlar os estoques representados por algumas espécies que foram reduzidas drasticamente em razão da falta de limites e controle à sua captura. Um exemplo muito usado para ilustrar esse raciocínio é o da baleia franca, *Eubalaena australis*, que praticamente desapareceu do litoral brasileiro e ainda hoje é considerada uma espécie ameaçada de extinção.

Além dos viajantes, a caça ao cetáceo em águas brasileiras durante todo o período colonial e durante o Império foi objeto de análise e reflexões da parte de estudiosos da temática, principalmente pelo seu caráter destrutivo. Inclusive coube a José Bonifácio de Andrada e Silva, homem culto ligado ao Governo de Portugal, escrever os mecanismos e as práticas predatórias como este tipo de recurso estava sendo explorado no Brasil de sua época. Em tom de denúncia e de preocupação com a forma predatória e irracional como as baleias eram abatidas no litoral da Colônia, José Bonifácio de Andrada e Silva em 1790, pouco mais de duzentos anos depois de Gabriel Soares de Sousa chamar a atenção para a abundância de cetáceos no litoral baiano, denunciava que a persistência das práticas de extermínio das baleias no litoral brasileiro havia levado à

decadência essa atividade nos empreendimentos montados no século XVII no litoral da Bahia e do Rio de Janeiro.

Conhecido pela enorme importância e prestígio junto à Coroa Portuguesa, José Bonifácio expôs em fins do século XVIII a necessidade de se racionalizar a prática baleeira na costa brasileira em favor do aumento da produtividade, para ampliação dos lucros obtidos a partir desse empreendimento e para garantir que a atividade não entrasse em colapso em face da maneira irracional como se dava o abate e a captura dos animais. Dentre as várias observações feitas por Bonifácio estavam presentes em sua memória sobre a pesca da baleia a possibilidade de se criar novas armações baleeira ao longo do litoral do Brasil; estender a área de atuação dos barcos baleeiros mais para o Sul da Colônia, em direção a América espanhola; encerrar a prática de matar os filhotes; racionalizar o uso de barcos na empreitada da caça e melhorar as técnicas de caça e captura com o intuito de reduzir as perdas da carne e do óleo quando do transporte do mar para o continente.

O mais conhecido dos irmãos Andrada, influenciado pelo pensamento ilustrado, fez severas críticas em fins do século XVIII a forma de exploração destrutiva dos recursos naturais no território português e no seu Império Ultramarino. Seu texto *Memória sobre a pesca da baleia e a extração do seu azeite*, editado pela Academia das Ciências de Lisboa em 1790, é analisado e identificado, Pádua (2004), quanto a quatro elementos teóricos que irão marcar o conjunto de sua obra ao longo de sua vida pública: a visão do mundo fundada na economia da Natureza; a defesa do progresso econômico como instrumento civilizatório; a apologia da racionalização das técnicas produtivas através da aplicação pragmática do conhecimento científico; e a crítica da exploração destrutiva dos recursos naturais.

As idéias expressas por José Bonifácio são representativas para o discurso reformista-ilustrado que se constituiu em Portugal em fins do século XVIII e início do século XIX e que voltou sua crítica para a forma predatória e irracional de se explorar os recursos naturais, principalmente quanto à derrubada de florestas, uso inadequado do solo e extermínio de animais e plantas. Não se tratava

de um discurso ambientalista, formação intelectual muito posterior, mas, de um discurso voltado à manutenção das fontes de recursos naturais para utilização futura.

Sob a ótica de José Bonifácio, o caráter retrógrado, irracional e por isso, improdutivo do emprego das técnicas de captura, morte e exploração das baleias no litoral do Brasil se constituíram - assim como quase todas as atividades econômicas coloniais associadas à escravidão - em entraves ao desenvolvimento social e econômico do país. Por esse motivo, foi objeto de críticas contundentes desse pensador que discutia, já nessa época, a necessidade de se racionalizar o uso dos recursos naturais. Acreditava Bonifácio que os recursos naturais encontrados no Brasil deveriam ser explorados sem que fosse comprometida à reprodução de seus estoques. O desenvolvimento e o progresso de um povo, de uma Nação, passavam pela conservação, pelo uso adequado dos seus recursos naturais.

O “Patriarca da Independência”, em sua vertente naturalista, compreendia que os recursos naturais, principalmente no Brasil, continham grandes potencialidades econômicas para o Estado português, mas precisavam ser mais bem explorados. A exploração baleeira deveria ser feita racionalmente para que a escassez não pusesse fim, como mais tarde veio a ocorrer com a drástica redução dos estoques, à lucratividade do empreendimento. Aliás, sobre a crise da economia baleeira, é bastante conhecido um trecho de *Memória sobre a pesca das baleias...* quando, fazendo referência à crise já latente da atividade baleeira na Bahia e no Rio de Janeiro em fins do século XVIII, Bonifácio prenuncia seu fim em virtude da forma pouco racional de caça aos grandes mamíferos na costa do Brasil:

Deve certo merece também grande contemplação a perniciosa prática de matarem os baleotes de mama, para assim arpoarem as mães com maior facilidade. Têm estas tanto amor aos seus filhinhos, que quase sempre os trazem entre as barbatanas para lhes darem leite; e se porventura lhos matam, não desamparam o lugar sem deixar igualmente a vida na ponta dos arpões: é seu amor tamanho, que podendo demorar-se no fundo da água por mais de meia hora sem vir respirar acima, e escapar assim ao perigo que as ameaça, folgam antes expor a vida para salvarem a dos filhinhos, que não podem estar sem respirar por tanto tempo. Esta ternura das mães facilita sem

dúvida a pesca: e o método de matar primeiro os baleotes pequenos para segurar as mães, que enraivecidas muitas vezes viram as lanchas, parece visto a vulto excelente, mas olhando de perto é mau, e trará consigo, a não se prover nisso, a ruína total desta tão importante pescaria. (BONIFÁCIO, 1790. Apud. CALDEIRA, 2002, p. 54)

Para Pádua (2004), um das características da obra de José Bonifácio, e de outros contemporâneos desse autor onde também se pode perceber certa preocupação com os recursos naturais, é trazer em seu bojo traços de ideias e concepções que podem ser consideradas precursoras do conservacionismo, corrente do ambientalismo que tomará corpo na segunda metade do século XX, mais precisamente nos anos de 1960 e 1970.

Entre outros aspectos abordados por José Bonifácio quanto à atividade baleeira, é importante citar a concorrência existente entre países como Inglaterra, Holanda e os Estados Unidos da América. Citando números que demonstravam a eficiência econômica dessas nações, principalmente os holandeses que haviam ampliado seu raio de ação, excluindo outros países dos enormes lucros obtidos dos derivados de baleias, Bonifácio escreveu nota⁴ onde se destaca o seguinte comentário:

Os vasconços foram os primeiros que partido de França iam pescar as baleias ao Mar Glacial, e ao longo das Costas de Groelândia e Islândia: e nos fins do XVI século, e no começo do XVII se apossaram os ingleses desta pesca nas costas de Spitzberg, que por muitos anos forcejaram por excluir as outras nações. Os holandeses porém pela sua economia, e grande destreza na arte de pescar, vieram quase de todo a excluí-los; e de presente são os que fazem a maior e mais lucrosa pesca. (BONIFÁCIO 1798. Apud. CALDEIRA 2002, p. 53)

O negócio altamente lucrativo que representava a caça à baleia chegava a mobilizar uma quantidade enorme de recursos humanos e técnicos, principalmente no início do século XX quando inovações tecnológicas passaram a alterar significativamente a indústria baleeira

⁴ Esta nota pode ser encontrada no texto “Memória sobre a pesca das baleias...”, de Bonifácio, onde alude o estágio mais avançado de desenvolvimento da indústria baleeira de alguns países da Europa, principalmente da Holanda, em contraposição ao atraso das técnicas e estratégias dessa atividade feita na costa do Brasil.

através da introdução do canhão-arpão e dos navios alimentados com motor a combustão, agora munidos de plataforma para tratamento dos derivados baleeiros já em alto-mar. Essa modernização possibilitou ampliar a área geográfica de atuação dos baleeiros, aumentando a produtividade e reduzindo o desperdício, antes provocado quando se rebocava os animais para as estações de tratamento.

Evidentemente que não se pode deixar de mencionar que os problemas ambientais - hoje agravados pela expansão do consumo e pela explosão demográfica e o conseqüente avanço da sociedade urbano-industrial sobre os recursos naturais - não estavam na ordem do dia quando José Bonifácio e alguns dos seus contemporâneos escreveram suas memórias em fins do século XVII e início do século XIX. Mas é preciso, por outro lado, compreender que já era perceptível (e passível de crítica) a tendência da exploração de recursos naturais de maneira predatória, irracional e sem qualquer tipo de preocupação com possíveis problemas que pudessem por em risco a biodiversidade que singulariza alguns dos mais importantes ecossistemas em todo o mundo, mas especialmente no Brasil, país privilegiado pelas riquezas naturais que caracterizam profundamente o seu espaço geográfico.

É possível dizer, ainda, que as sugestões e as observações de Bonifácio, mesmo considerando sua importância política em momentos diversos da história do país, não se traduziram efetivamente em ações governamentais que limitaram ou racionalizaram a exploração dos recursos naturais no Brasil. A questão ambiental ainda não havia sido colocada, a preservação antológica só viria a ser posta historicamente quase dois séculos mais tarde quando o mundo começou a passar por grandes transformações sociais, econômicas e culturais que caracterizariam a segunda metade do século XX.

Mesmo depois da crise que atingiu a economia baleeira, a partir da segunda metade do século XIX, principalmente com a descoberta do petróleo e de seus derivados, as atividades de caça do cetáceo permaneceram ativas por décadas no Brasil e em outras partes do mundo, embora menos intensa, mas ainda com fortes indícios de comprometimento da perpetuação das espécies. Somente em fins do

século XX, em virtude da crise provocada pela possibilidade real de extinção de algumas espécies, da pressão de grupos norte-americanos ligados ao ramo petrolífero, da organização do movimento ambientalista e do crescimento da consciência ecológica, a situação tendeu a mudar. O ápice da crise da indústria baleeira moderna veio em 1986. Sob forte pressão da opinião pública mundial, a Comissão Baleeira Internacional decretou uma moratória suspendendo a caça comercial. Mas esta não tem sido cumprida por todos os países, gerando controvérsias quanto à possibilidade de se voltar à caça predatória, como ocorreu há décadas levando à morte, segundo estimativas do Greenpeace, mais de dois milhões de baleias em todo o mundo.

Ambientalistas, trabalhadores e empresários da indústria baleeira de lucena – PB: ressignificando histórias de vida e memórias sobre uma atividade secular

Por quase oito décadas, de 1911 a 1987, se estruturou e se desenvolveu no Litoral Norte da Paraíba, mais particularmente na praia de Costinha⁵, município de Lucena de 11.699 habitantes (IBGE 2010), distante 45 km de João Pessoa, atividade econômica que girava em torno da caça aos cetáceos, especialmente das espécies jubarte (*Megaptera novaeangliae*), espartate (*Balaenoptera borealis*), bryde (*Balaenoptera edeni*), azul (*Balaenoptera musculus*) cachalote (*Physeter machocephalus*) e minke (*Balaenoptera bonaerensis*).

A hoje desativada estação baleeira de Costinha, onde se estruturou a atividade baleeira está localizada à margem esquerda da foz do rio Paraíba (6°57'45"S, 34°51'28"W) em frente ao porto de Cabedelo (Figura 1), distante aproximadamente 2,5 Km do ancoradouro, conforme se pode perceber pela imagem abaixo:

⁵. Além da abundância de cetáceos, atribui-se às condições geográficas e marítimas favoráveis e a inexistência de núcleos habitacionais na região de Lucena, no início do século passado, a escolha de Costinha para a instalação da estação baleeira na Paraíba em 1911.



Figura 1: imagem de satélite do litoral Norte da Paraíba

Segundo Watson (1986), as baleias estão distribuídas em 76 espécies conhecidas, classificadas e catalogadas no mundo inteiro. Esses animais aquáticos vivíparos pertencem à ordem dos cetáceos. Mamíferos de sangue quente possuem algumas espécies capacidade considerável de migração, podendo ser encontradas desde as regiões mais frias do planeta, como na Antártica, até as águas quentes do litoral brasileiro, quando migram anualmente para o acasalamento, permanecendo no Hemisfério Sul entre os meses de junho e dezembro de cada ano.

As baleias se caracterizam ainda por amamentarem seus filhotes com o próprio leite e por possuírem extinto materno aguçado, principalmente de proteção à sua cria. As baleias, assim como os demais mamíferos, inspiram oxigênio quando de sua emergência à superfície marinha e expiram gás carbônico. São animais marinhos conhecidos por desenvolverem ações inteligentes e serem detentores de um senso de localização extremamente eficiente.

Em Lucena, Litoral Norte da Paraíba, organizou-se desde o início do século passado, como resultado da exploração econômica desses animais, toda uma cadeia produtiva a partir do processamento, industrialização e comercialização de derivados baleeiros como o óleo, que era extraído das grossas camadas de gordura do animal; das barbatanas, que eram exportadas principalmente para a França e também usadas como matéria-prima para o artesanato local. Os ossos das baleias capturadas, por sua vez, eram triturados para a fabricação de adubo agrícola e ração animal. Os produtos de maior significado econômico eram o óleo e a carne, uma vez que industrializados representavam os produtos de maior valor comercial para a empresa. O óleo extraído era quase que totalmente absorvido pelos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, atendendo a demanda das indústrias de curtume, têxtil e de lubrificantes (PAULINO, 1980).

A carne de baleia produzida na Paraíba assumia grande importância no comércio regional e internacional. Além da venda da carne congelada, em que as partes consideradas “nobres” eram processadas, armazenadas e destinadas à exportação para o Japão (Tabela 1), também se atendia a demanda de um mercado interno com a produção de carne *in natura*, de sol e o charque. Esses produtos eram destinados ao comércio local e regional, tendo os Estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia como seus maiores consumidores.⁶

O monopólio da exploração da atividade baleeira pertencia à Companhia de Pesca Norte do Brasil – COPESBRA. Empresa de grande porte instalada na praia de Costinha que a partir de 1957 passou a integrar-se ao capital da empresa japonesa Nippon Reizo Kabushiki Kaisha, que já tinha uma experiência na exploração da pesca do atum no estado de Pernambuco.

⁶. É importante esclarecer que a COPESBRA desenvolveu ao longo de sua trajetória econômica, mas principalmente na década de 1960, 1970 e 1980, toda uma estratégia de marketing para criar nesses Estados do Nordeste o hábito de consumir esses produtos. Dentre as estratégias utilizadas estava o discurso que enfatizava o alto valor nutritivo da carne e seus preços que, quando comparados a similares como a carne bovina ou frango, chegava a custar metade do preço no mercado regional. Fato que atraía os grupos sociais mais pobres ao consumo da carne de baleia, especialmente na Paraíba.

Tabela 1 - Carne de baleia congelada e exportada para o Japão (1983)

Data de embarque	Nome do Navio do Navio	Porto de embarque	Peso bruto	Peso líquido	Valor US\$
25/09/83	Ned Nagoya	Fortaleza	208.425	200.002	454.525,40
26/10/83	Ned Nagoya	Fortaleza	208.168	200.000	410.484,24
18/11/83	Ned Nappier	Fortaleza	208.587	200.004	432.233,04
08/12/83	Sachishio-Maru	Cabedelo	208.625	200.280	518.556,12
08/12/83	Sachishio-Maru	Cabedelo	903	860	430,00
12/12/83	Ned Nagasaki	Fortaleza	207.337	200.004	484.376,64
TOTAL					2.300.605,44

Fonte: TOLEDO, Gustavo Alves da Costa. *O homem e a baleia: aspectos históricos, biológicos, sociais e econômicos da caça na Paraíba*. João Pessoa, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, p. 116.

A partir da segunda década do século XX, quando a caça foi introduzida na Paraíba, até 1987 quando foi proibida, estima-se que milhares de baleias foram mortas no litoral paraibano. No entanto, os números disponíveis sobre o abate dos cetáceos em águas paraibanas não são confiáveis. Mesmo aqueles divulgados pela empresa⁷ que explorava a caça comercial são questionáveis, uma vez que não se pode ter o controle absoluto dos mamíferos que foram atingidos pelos arpões, mas que, no entanto, não foram capturados e ao fugirem acabaram morrendo em alto mar. Além do fato de que em alguns anos não foram feitos registros dos animais abatidos.

Até meados da década de 1970, a caça à baleia permaneceu como parte constituinte da economia, da cultura e da paisagem de Lucena e da Paraíba. A morte dos cetáceos chegou a ser explorada, também, como uma espécie de turismo de observação. As pessoas se sentindo atraídas em assistir o “espetáculo” promovido pelos japoneses se acotovellavam na praia e nas arquibancadas montadas exclusivamente para acomodar o público que ia presenciar o desembarque dos

⁷. Segundo dados oferecidos pela COPESBRA, entre 1911 e 1985 foram abatidas 21.990 baleias na Paraíba. Contudo, entre os anos de 1929 e 1946 não se tem registros do quantitativo de animais sacrificados no litoral paraibano. Lacuna que contribui para a inexactidão do número de animais mortos ao longo de quase oito décadas.

enormes animais que eram arrastados à Estação Baleeira de Costinha para serem retalhados.

Mais tarde, a partir do início dos anos de 1980, a continuação da exploração desse recurso natural no litoral paraibano foi objeto de matérias jornalísticas, artigos acadêmicos, reportagens de revistas e de questionamentos éticos de grupos e entidades ligadas às causas ecológicas e ao direito dos animais. Entidades ligadas às questões ambientais deflagraram, principalmente através dos meios de comunicação, uma intensa campanha contra a atividade baleeira na Paraíba. Na vanguarda desse movimento estava a Associação Paraibana de Amigos da Natureza (APAN), fundada em 1978 e que tinha como uma de suas metas sensibilizar a população paraibana e as autoridades à causa preservacionista e assim pressionar o governo brasileiro para aprovar uma legislação federal que proibisse imediatamente a atividade baleeira nos mares do Brasil.⁸

Antes de se instituir a Lei Federal 7.643 em 1987, que impôs o fim definitivo à atividade baleeira no Brasil, pode-se constatar uma longa luta no campo político e jurídico para que se culminasse nesse desfecho. Em 1982, durante a 35ª reunião anual da International Whaling Commission (IWC) havia ficado decidida a suspensão, por tempo indeterminado, da caça comercial em todo o mundo a partir da temporada 1985/1986. Essa decisão que havia sido tomada sob o argumento da necessidade de recomposição dos estoques baleeiros em processo de declínio, foi homologada pela maioria dos países signatários da IWC. O Brasil a partir de então, pressionado internamente por grupos de defesa do meio ambiente, aprovou, três anos depois, o Projeto Lei 124/85, do Deputado Federal por São Paulo, Gastone Righi, que dispunha pela primeira vez sobre a proibição da pesca da baleia no Brasil. Desde então, a luta dos

⁸ Embora enquadremos a luta contra a atividade baleeira na Paraíba na "causa preservacionista", nos discursos da época não se tem muito claro a diferença entre preservação e conservação de recursos naturais. Os membros do movimento contra a atividade baleeira em Lucena, principalmente àqueles ligados a APAN, chegam, em determinados momentos do embate, a defender em seu discurso a interdição da caça para que se possam avaliar os estoques e explorá-los de maneira "sustentável". Havia uma preocupação com o risco de extinção da espécie minke, uma vez que se achava que se ela ocorresse realmente, comprometeria a exploração desse recurso pelas gerações futuras.

ambientalistas e dos políticos ligados à causa ambiental se fortaleceu e foi ganhando mais adeptos e simpatizantes em todo o Brasil, inclusive com ampla participação da mídia televisiva, principalmente da rede globo de televisão, que abria espaços em sua programação cada vez mais generosos para a divulgação da campanha pelo fim definitivo da caça à baleia em mares brasileiros.

No estado da Paraíba em fins da década de 1980, dentre os vários argumentos utilizados pelos ambientalistas contra a caça à baleia estava uma crítica ao fato de que esse recurso natural explorado em Lucena servia principalmente aos interesses econômicos de estrangeiros, particularmente dos japoneses que detinham o monopólio da atividade e destinavam os chamados “cortes especiais” para revenda (a preços elevados) no mercado daquele país. Segundo os ambientalistas da APAN, a caça deveria ser proibida, pois sua continuação poderia levar à extinção a baleia Minke, assim como ocorreu com outras espécies que foram caçadas à exaustão. Ambientalistas reivindicavam, ainda, estudos científicos que pudessem comprovar a viabilidade e a racionalidade da exploração das espécies caçadas no litoral paraibano sem comprometer a perpetuação da espécie.

Intelectuais engajados nas questões ambientais da época também levantavam questionamentos e publicavam trabalhos acerca dos problemas sociais, econômicos e ambientais que envolviam a atividade baleeira, como a exploração da mão-de-obra dos trabalhadores lucenenses, submetidos a várias horas de serviços no mar e no processamento dos derivados em troca de remunerações diárias consideradas “relativamente baixas” (MADRUGA, 1980). Inclusive havia denúncias nos meios de comunicação da época sobre desníveis salariais entre brasileiros e japoneses na mesma função dentro da empresa. A este respeito, em entrevista publicada pelo jornal Correio da Paraíba em 3 de janeiro de 1986, o professor e geógrafo da Universidade Federal da Paraíba, Moacyr Madruga denunciou que os trabalhadores da COPESBRA desenvolviam suas atividades, dependendo da época do ano e da demanda pelos produtos baleeiros, entre 16 e 18 horas por dia.

Defendendo a manutenção da caça comercial encontravam-se alguns empresários e representantes sindicais ligados à atividade baleeira, alguns parlamentares paraibanos e famílias dos trabalhadores de Lucena, que dependiam direto ou indiretamente dessa atividade para sobrevivência. O principal argumento utilizado em favor da manutenção da caça à baleia em Lucena era o da empregabilidade. Se a atividade viesse mesmo a ser desativada - como queriam ambientalistas, alguns professores e simpatizantes da causa ambiental - centenas de famílias sofreriam as conseqüências do desemprego, da fome e da miséria. Além de o município e o estado da Paraíba perderem somas consideráveis em impostos (principalmente em divisas de exportação, ICMS e contribuição previdenciária), gerados pela atividade baleeira. Um jornal da capital paraibana, do início da década de 1980, revelava o teor desses argumentos:

A pesca da baleia proporcionará, este ano, à Paraíba e ao Nordeste: 820 toneladas de óleo de baleia para indústria nacional; 1.263 toneladas de carne para consumo interno; 905 toneladas de carne congelada; 440 toneladas de farinhas orgânicas; 410 empregos diretos e 3.000 indiretos; Cr\$ 65 milhões em divisas; Cr\$ 75 milhões em salários; Cr\$ 27 milhões em ICM; Cr\$ 13 milhões em contribuições previdenciárias. Deixando de pescar nada disso existirá. Copesbra. (TIRANDO..., 1980, p. 11)

Os discursos favoráveis à manutenção da atividade baleeira materializados nos jornais da capital paraibana, no entanto, eram sempre confrontados. O objetivo era desqualificar o discurso oponente. Realizando uma leitura em outros jornais da época, tem-se o entendimento preliminar que representantes de outros segmentos sociais como professores universitários, ambientalistas e alguns parlamentares favoráveis ao fim da atividade baleeira, sugerem em seus depoimentos uma tendência a minimizar os números sociais e a importância econômica da atividade desenvolvida pela COPESBRA para a economia e a sociedade local.

Pode se encontrar, por exemplo, em várias matérias e entrevistas de pessoas desses segmentos, argumentos alegando que a maior parte dos empregos gerados pela atividade baleeira, tão defendida pela empresa empregadora, era sazonal e mesmo no período mais intenso

da caça (de julho a dezembro) pouco mais de 300 pais de família trabalhavam diretamente na atividade no chamado período de “safra”. Alegavam que outras oportunidades de emprego e renda poderiam ser fomentadas no município de Lucena, como alternativa econômica para o fim iminente da atividade baleeira na região. Que a exploração dos cetáceos na Paraíba só era benéfica ao Japão, que muito pouco dessa atividade beneficiava os munícipes e o Estado. Um professor da Universidade Federal da Paraíba, Moacir Madruga, militante da causa ecológica, quando perguntado em uma entrevista sobre a possibilidade da população de Costinha ficar na miséria após a desestruturação da economia baleeira, foi enfático: “a população de Costinha já vive na miséria”.

Envolvida, portanto, em constantes polêmicas, a caça à baleia no litoral paraibano suscitou debates instigantes em matérias jornalísticas, em relatórios e artigos científicos, principalmente a partir do início da década de 1980, período de grande efervescência ecológica, quando houve uma grande mobilização no país em defesa de algumas das espécies de cetáceos ameaçadas de extinção. A Paraíba não ficou incólume ao debate nacional e internacional e nem deixou de produzir artigos, matérias jornalísticas e trabalhos científicos sobre a problemática social e ambiental em debate. A notícia da moratória em 1986, por exemplo, decretada pela International Whaling Commission (Comissão Baleeira Internacional), suspendendo por cinco anos a caça aos cetáceos em todos os mares, foi recebida no estado como vitória para uns e derrota para outros. Os jornais da época procuraram manifestar, através de várias matérias, sentimentos contraditórios que tomavam de impulso a opinião pública paraibana.⁹

Em 1987, um ano depois de decretada a moratória, veio o fim definitivo da atividade baleeira e com ele as promessas de projetos

⁹. No artigo *Baleia: trabalhadores reagem contra a proibição*, publicada no jornal *Correio da Paraíba*, em 18 de dezembro de 1987, p. 7, verifica-se o descontentamento do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca e da Extração do Óleo da Baleia de Lucena, Severino Freire das Neves e de Guilherme Rabay, Assessor Jurídico da Copesbra, quando o Senado Brasileiro aprovou o projeto do deputado do PDT, Gastone Righi, proibindo por tempo indeterminado a atividade baleeira em águas jurisdicionais brasileiras. Na mesma matéria, abriu-se um espaço para que Creginaldo da Silva, então presidente da APAN, discursasse considerando a aprovação da referida lei “uma conquista do povo brasileiro”.

governamentais que poderiam contribuir para que as perdas advindas com a desativação da economia baleeira pudessem ser compensadas e a população de Lucena pudesse ter alternativas de trabalho e renda.

Várias matérias em revistas de circulação nacional e, principalmente, os jornais da capital paraibana trazem interessante e rico acervo de como essas questões envolvendo a atividade baleeira eram discutidas a nível local e nacional. Inúmeras entrevistas foram divulgadas pelos jornais da época, alimentando o debate entre aqueles que lutavam pela manutenção da caça às baleias e àqueles contrários à atividade no país.

Algumas matérias jornalísticas da época oferecem indícios de como o movimento ambientalista¹⁰ na Paraíba nasceu, cresce e amadureceu em torno da luta contra essa atividade de exploração animal. Alguns textos de autoria dos ambientalistas paraibanos (e de empresários e políticos) já sugerem em seu teor influência de ideias e concepções presentes no Relatório Brundtland lançado em 1987. Termos como “exploração racional dos recursos naturais” e “desenvolvimento sustentável”, já estavam em construção mesmo implicitamente e divulgados pelos meios de comunicação de massa no final dos anos de 1980.

Matérias jornalísticas, artigos e depoimentos da época felizmente podem ser resgatados, analisados e contextualizados considerando o momento histórico de surgimento de um discurso ambiental, já subjacente no período, que foi aos poucos se formando e tomando corpo no seio da sociedade brasileira. Neste sentido, em dois dos principais jornais do estado de São Paulo - *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo* -, que abraçaram a causa da proteção às baleias

¹⁰. Em matéria noticiada pelo jornal O Norte: *Ecólogos firmam protesto contra presidente por prorrogar caça à baleia*, João Pessoa, 20 de janeiro de 1981, p. 1, discorre-se sobre a formulação, durante o II Encontro Nordeste de Ecologia, realizado de 14 a 17 de janeiro de 1981, em Recife, um documento de repúdio ao presidente da República João Batista de Oliveira Figueiredo pela prorrogação da atividade baleeira no litoral paraibano. Um grupo de 25 pessoas, entre ecologistas, professores universitários e estudantes paraibanos, esteve presente ao evento e se manifestou, de forma organizada e pacífica, contra a manutenção da atividade de caça em Lucena. Alguns representantes do movimento ambientalista paraibano, recém organizado, estavam presentes ao evento, o que demonstra o processo de mobilização desse movimento associado ao fim da caça à baleia.

pode se identificar, em algumas matérias já analisadas, referências a esses termos.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*, São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

BALEIA: Trabalhadores reagem contra a proibição. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 18 dez 1987, p 7.

BERQUÓ, E. S.; SOUZA, José Maria Pacheco de; GLOTLIEB, Sabina Lea. *Bioestatística*. São Paulo: EPU, 1981.

BRASIL. Lei 7.643 de 18 de dezembro de 1987. Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências.

BUENO, Eduardo. *Pau Brasil*. Rio de Janeiro: Axxi Mundi, 2003.

CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 2001.

CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington. *Pescadores e roceiros: escravos e forros na Ilha de Itaparica – Bahia, 1860-1888*. São Paulo: Annablume, 2008.

CAVALCANTE FILHO, Antônio; RABAY, Guilherme Campelo. *Baleias: fatos e mitos*. João Pessoa: Ideia, 2010.

CHIZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CHUAHY, Rafaella. *Manifesto pelo Direito dos Animais*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CRIANÇAS apelam a Sarney e conseguem a lei que proíbe a matança de baleias no Brasil. *O Momento*, João Pessoa, 22- 28 dez. 1985, p. 9.

CROSBY, Alfred. W. *Imperialismos ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)*. Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DENUNCIARAM um contrabando de carne de baleia e foram presos. Ativistas do Greenpeace detidos no Japão revelaram irregularidades que colocam em xeque o programa baleeiro japonês. *Notícia*, 19 jun. 2008. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/-um-contrabando-de/>. Acesso em: 10 jan. 2010.

DIAS, Camila Baptista. *A pesca da baleia no Brasil Colonial: contratos e contratadores no Rio de Janeiro do século XVII*. Niterói, 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense.

DIAS, R. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2006.

DREW, David. *Processos interativos homem-meio ambiente*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ECÓLOGOS firmam protesto contra presidente por prorrogar caça à baleia. *O Norte*, João Pessoa, 20 jan. 1981, p. 1.

ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp; Melhoramentos, 1969.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

IBGE. Coleção Digital. Publicações. Mapas de Biomas do Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomas.shtm>. Acesso em: 10 out. 2010.

KISHIWADA, Hitoshi. *A pesca da baleia no Brasil*. Tóquio: K. K. Nicherei, 2007.

LEFF, Enrique. *Ecologia y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable*. México: Siglo XXI, 1999.

_____. *Epistemologia ambiental*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Saber ambiental*. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LOMBORG, Bjorn. *O ambientalista cético*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LOVELOCK, James. *Gaia: cura para um planeta doente*. São Paulo: Cultrix, 2006.

- LUCENA, A. A *baleia minke nas águas oceânicas da Paraíba: biologia reprodutiva do estoque explorado comercialmente entre 1974-1985*. João Pessoa, 1999. 99 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba.
- MADRUGA, A. M. A questão da baleia: da luta ecológica à exploração humana. *Cadernos de Estudos Regionais*. João Pessoa: UFPB/NDIHR-CNPQ, ano 3, n. 3, 1980. (Monografia, 2).
- MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. Belo Horizonte: Annablume, 2007.
- MATTAR, R. N. *Pesquisa de marketing, metodologia, planejamento*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MORIN, Edgar. Para além da globalização e do desenvolvimento: sociedade mundo ou império mundo? In: CARVALHO, Edgard de Assis; MENDONÇA, Terezinha. (Org.). *Ensaio de complexidade 2*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- MORRIS, Desmond. *O contrato animal*. Trad. Lucia Simonini. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- PAULINO, T. J. D. C. *Análise microscópica de testículos e epitélio vaginal das baleias minke*. Relatório de Atividades, NEPREMAR-UFPB, 1980.
- PONTING, Clive. *Uma história verde do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- ROCHA, J. M. da. *Distribuição da baleia minke-antártica (balaenoptera bonaerensis) no Nordeste do Brasil*. Brasília, 2002. 50 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade de Brasília.

- SACHS, Ignacy. *A terceira margem: à procura do ecodesenvolvimento*. Trad. Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brazil, 1500-1627*. 3. ed. rev. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1971.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SINGER, Peter. *Libertação animal*. Porto Alegre: Lugano, 2004.
- TIRANDO do mar o que falta na terra. *Correio da Paraíba*, João Pessoa. Geral. 5 ago 1980, p. 11.
- TOLEDO, Gustavo Alves da Costa. *O homem e a baleia: aspectos históricos, biológicos, sociais e econômicos da caça na Paraíba*. João Pessoa, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba.
- TOLLENARE, L.F. de. *Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Bahia: Progresso, 1956.
- TONNESSEN, J.N.; A. O. JOHNSEN. *The history of modern whaling*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- WORM, Boris (Org.). *Biodiversity loss in the Ocean: how bad is it?* Estados Unidos: Science, 2006.

VIAGENS AOS SERTÕES PROIBIDOS DA MANTIQUEIRA: AS OBSERVAÇÕES DO GOVERNADOR DOM RODRIGO JOSÉ DE MENESES E A OCUPAÇÃO DA TERRA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

André Figueiredo Rodrigues

A história de Minas Gerais, na sua origem, é a história das catas de ouro e faiscação de diamantes pelos ribeirões e córregos que cortavam a região montanhosa dos matos gerais dos índios cataguás.

Desde o primeiro século após o descobrimento do Brasil, várias entradas foram feitas naquelas paragens: pelo Norte, vindos da Bahia; pelo Leste, do Espírito Santo; e pelo Sul, oriundas do Rio de Janeiro e, principalmente, de São Paulo. Nenhuma dessas incursões que andavam em busca de riquezas minerais ou caçando indígenas promoveram o povoamento do território. Pelo contrário, esta última atividade concorreu para o seu despovoamento com o deslocamento dos silvícolas aprisionados como escravos para as fazendas de São Paulo ou para as de criação de gado e/ou engenhos do Nordeste açucareiro.

A ocupação do território mineiro começou com a bandeira de Fernão Dias Pais, no último quartel do século XVII. O bandeirante, partindo de São Paulo, rumou sentido Norte em busca de esmeraldas. Apesar de ter achado turmalinas, nunca encontrou as esmeraldas que tanto procurou, a não ser em seus delírios de febre, que o fizeram “ver” a serra Resplandecente. Seu sonho, porém, levou aos primeiros achados auríferos e deu origem às próprias Minas Gerais.

A partir de 1674, com a “bandeira das esmeraldas”, tiveram início as primeiras manifestações do povoamento por europeus e seus descendentes da atual área do estado de Minas

Gerais, sendo então fundados os primeiros núcleos de aldeamento e a abertura de caminhos que, com suas paragens e roças, permitiram aos viandantes descansar e conseguir alimentos e víveres para a sua manutenção no ir e vir pelos sertões e brenhas então desconhecidos.

Somente na última década do seiscentos, com a descoberta de ouro manifestada por Antônio Rodrigues Arzão nos sertões do rio Casca (1692), embora muito antes já o fora, sem manifesto às autoridades, por Manuel de Borba Gato (que fez parte da expedição de Fernão Dias), assim como pelo mulato referido por André João Antonil, teve início o verdadeiro povoamento de Minas Gerais. As principais expedições dirigidas à região aurífera nos fins do século XVII e princípios do XVIII foram as comandadas por Bartolomeu Bueno de Mendonça, em 1682; por José Gomes de Oliveira, em 1691, quando percorreu a serra de Itaverava e as nascentes do rio Doce; por fim, por Antônio Rodrigues Arzão que andou por Itaverava, Caeté e sertões da Casa da Casca. Em 1693 e 1694, o padre João de Faria Fialho percorreu os vales dos rios Sapucaí, Grande, Verde e das Mortes com Tomás Lopes de Carvalho, Manuel de Borba Gato, Pedro de Avos e Antônio Gonçalves Viana. Em 1694, houve entradas organizadas por Bartolomeu Bueno da Siqueira por Itaverava e rio das Velhas. Miguel Garcia de Almeida e Cunha (o filho) esteve em 1699 em Aiuruoca e na serra de Itatiaia. Entre os anos de 1687 e 1700, registram-se andanças de Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, Francisco Pedroso e Salvador de Faria Albernaz pelos sertões de Caeté, rio Doce, ribeirão do Carmo e do Bom Sucesso. Atribui-se, por exemplo, a Salvador Fernandes Furtado de Mendonça a fundação do núcleo inicial da cidade de Mariana, quando constituiu fazenda no Morro Grande (São Caetano). Em 1695 e 1696, Antônio Dias de Oliveira e Manuel Garcia Velho descobriram jazidas auríferas em Vila Rica (atual Ouro Preto). No ano de 1702, por exemplo, João da Siqueira Afonso erigiu um povoado que veio a se tornar a vila de São José del-Rei (atual cidade de Tiradentes), além de ser o principal fundador de

Aiuruoca. (ANTONIL, 1982, p. 164; HOLANDA, 1997, p. 259-310; VASCONCELOS, 1974, p. 141-161)

De qualquer maneira foi nos últimos anos do século XVII que começou a corrida do ouro para as minas. Em pouco tempo, os descobertos auríferos foram se enchendo de gente de toda a parte, sobretudo da Bahia e do Rio de Janeiro, que eram as regiões mais populosas da América portuguesa naquele instante, e também de Portugal. Em poucos anos, o território até então habitado por indígenas tem procura intensa. É tal a quantidade de pessoas que se dirigem às minas de ouro que logo se formam núcleos populacionais.

Os caminhos encheram-se de sertanistas e aventureiros, acendendo a cobiça geral de homens de todos os estamentos e profissões pela riqueza propiciada na extração aurífera. Houve um verdadeiro *rush* desenfreado e indisciplinado, como não se vira na história americana até aquele momento.

Surgiram da noite para o dia povoados ao longo de caminhos sinuosos ou junto às datas de mineração, destacando-se as vilas do ouro (Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João del-Rei, Caeté, Pitangui, Serro Frio e São José del-Rei). Para abastecer essas aglomerações desenvolveu-se uma intensa rede comercial, com produtos de primeira necessidade e artigos de luxo trazidos da região portuária do Rio de Janeiro e de outras capitânicas, como São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande (do Sul). Além da existência, desde os primeiros anos das Minas, de roças e paragens que se dedicavam à produção e escoamento de produtos agrícolas (alimentos e bebidas – notadamente aguardente), pastoris (bois, vacas e ovelhas) e têxteis (tecidos grosseiros), direcionados ao abastecimento interno da capitania mineira. (RODRIGUES, 2002)

Os sertões mineiros

Quem se aventurava pelas matas que circundavam as vilas mineiras deparava-se com os sertões: imensas áreas que ficavam

no interior, desviadas das povoações das minas. Apesar de ser o local, onde a natureza, detentora de um caráter ambíguo, tinha odores que exalavam “um hálito pestilento” e rios que só serviam de “bebedouros a monstros feios e dispersos bandos de bárbara gente que habitam suas sombrias margens”; possuía rios dadivosos, onde se extraíam ouro, diamantes, esmeraldas, safiras e águas-marinhas, como o Jequitinhonha, na comarca do Serro Frio. (ROCHA, 1995, p. 83; COUTO, 1994, p. 80; VASCONCELOS, 1994, p. 53)

O memorialista José Joaquim da Rocha relatou que o rio Urucuia, na serra da Tabatinga, “é (...) medonho, pelas variedades de bichos que nutre, porquanto nele se vê jacarés de disforme grandezas, as cobras sucuris de demasiado comprimento e grossura, que acometem as canoas, quando sucede vadearem por aquele rio”. (ROCHA, 1995, p. 162) Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos também apresentou os sertões com uma natureza desmedida, estranha, desproporcionada à escala humana e povoado por “cobras sucuriús, de prodigiosa grossura e comprimento, e jacarés também disformes, (...) temíveis e atrevidos”. (VASCONCELOS, 1994, p. 75)

Na literatura do século XVIII, o sertão é apresentado sob perspectiva romantizada, evocado ora como um paraíso em que tudo era belo, justo, perfeito e estava em harmonia, não obstante habitado por seres que devoravam “animais da mesma espécie” (os silvícolas) (VASCONCELOS, 1994, p. 157); ora como um lugar de passagem, de travessia, definido pelo exercício da liberdade e pela dramaticidade da escolha de cada um que se embrenhava a fim de decifrar aquele ambiente fantástico, povoado por animais e plantas de todos os tipos, tamanhos e nomes.

Na prática, geograficamente, o sertão mineiro era a área recoberta principalmente pela zona curraleira – o “sertão dos currais” –, que confina a capitania de Minas Gerais com a da Bahia, entendida como “um extenso e aberto sertão”, onde não existia atividade mineratória e as terras eram planas e vistosas,

porém “menos férteis” do que a do restante do “continente de Minas”. (COELHO, 1994, p. 239)

Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos compactua com a mesma ideia, que os sertões são terras além registros (postos fiscais), principalmente as áreas vizinhas à capitania da Bahia e de Pernambuco: “Chamam os da capitania sertões às terras de além registros, e, principalmente, as que vizinham com as raias das capitanias da Bahia e Pernambuco”. (VASCONCELOS, 1994, p. 54)

Mas, não havia somente um único sertão, mas vários. (SOUZA, s.d., p. 15-16) As principais descrições indicam-nos ser região povoada por inúmeras nações indígenas e com fraca população branca. Nas cartas de sesmária expedidas pela Secretaria de Governo de Minas Gerais durante o século XVIII, encontramos referência aos sertões como sendo cabeceiras e leitos de rios (“cabeceiras do Chopotó, sertão da Pedra Menina” ou “sertão das cabeceiras do rio de Pitanguí”¹¹), como povoados por silvícolas (Damião Pereira Coelho descobriu e povoou a fazenda do ribeirão de São Domingos “com grande despesa de seus bens livrando-a da invasão do gentio que continuamente a estava acometendo”¹²) e como áreas que se achavam despovoadas (no sertão da Pedra Menina, termo da vila de São José, o padre Pedro Vieira Botelho pediu sesmária de “terras e matos desertos, e incultos”; ou, ainda, no caso de Antônio Dias da Costa que possuía sesmária que tinha fundos para um “sertão despovoado sem que nunca fosse povoado de pessoa alguma”¹³).

Na comarca do Rio das Mortes, região em que deteremos as nossas principais atenções, os sertões eram para os moradores das vilas de São José e São João del Rei os cerrados do alto São

¹¹. Carta de sesmária de Estêvão Ferreira Dessa. 18/8/1748. *Arquivo Público Mineiro*. Seção Colonial, Códice 90, fls. 156v-157.

¹². Carta de sesmária de Damião Pereira Coelho. 1º/6/1742. *Arquivo Público Mineiro*. Seção Colonial, Códice 80, fls. 36v-37.

¹³. Carta de sesmária de Pedro Vieira Botelho. 18/8/1748. *Arquivo Público Mineiro*. Seção Colonial, Códice 90, fls. 140-140v; Carta de sesmária de Antonio Diaz da Costa. 6/1/1743. *Arquivo Público Mineiro*. Seção Colonial, Códice 80, fls. 57v-58.

Francisco e as picadas de Goiás, como então se nomeavam as terras localizadas no caminho que levava para Vila Boa de Goiás. Para os que residiam na Borda do Campo podiam ser as escarpas da Mantiqueira. A região da atual Zona da Mata era toda conhecida pelo nome de “sertões de Leste” e, entre 1768 e 1814, os assentos de batismo da atual cidade do Rio Pomba, localizada naquela paragem, eram abertos com a seguinte fórmula: Sertão do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatas. Além destes, por exemplo, para os homens de Vila Rica, os seus sertões eram as florestas cortadas pelo rio Doce e, para os moradores de Sabará, o médio São Francisco. (CARRARA, 1996; SOUZA, s.d., p. 15-16)

Para a região da Mantiqueira, a visão de sertão associa-se às diversas tribos indígenas que lá residiam: os coroados, carapós e puris; todos silvícolas muito temidos e genericamente denominados botocudos antropófagos, em virtude de uma espécie de botoque que os nativos daquela região usavam na boca e na orelha. Vencê-los, como às condições ambientais da mata atlântica e à fauna que por lá vivia, era esforço para poucos. Percorrer os seus caminhos (ou como observavam as autoridades: os seus descaminhos), por tropeiros e vaqueiros que desciam e subiam suas rotas transportando gado e gêneros diversos, ou por “simples” viajantes que se dirigiam para as partes mais remotas da América portuguesa, era esforço quase que mortal. Um dado deve ser somado a essa dificuldade: a ação de salteadores que pelos caminhos andavam roubando e matando os viandantes. (ANASTASIA, 2000, p. 124-137)

Por ser uma área que causou, na maioria das vezes, mal-estar e desconforto, além de ser abominável e causar horror aos habitantes de muitas vilas, quando estes iam pedir carta de sesmaria para legitimar uma posse ou pedir terras para produzirem mantimentos e/ou criar gado, indicavam a paragem pretendida como desabitada nas proximidades do sertão, de caminhos ou de vilas. Quando perguntado se a sua propriedade estava localizada

em área de sertão, prontamente relatava que não, que o sertão era sempre mais além.¹⁴

Ir a essa região era, para a maioria da população, aventurar-se pelo desconhecido, devido às enormes distâncias que só podiam ser vencidas em dias de longas e cansativas caminhadas no lombo de um cavalo ou a pé. É nesse sertão – o povoado por uma natureza destemperada, habitado por homens que perambulavam, alguns em desespero (como até hoje alguns perambulam, tais como, por exemplo, os retirantes e beatos nordestinos) e que apresentava a violência como código de conduta –, que vamos nos deter daqui por diante.

Os sertões proibidos da Mantiqueira

Com a intenção de se coibir o contrabando do ouro por caminhos “não oficiais” e a existência de lavras imemoriais, o governo metropolitano mandou que se fechassem quaisquer trilhas e logradouros existentes nas imediações das áreas mineratórias, tornando algumas regiões “áreas proibidas” à ocupação. Foi o caso, por exemplo, dos sertões da Mantiqueira / sertões do Leste, na fronteira Sul da capitania de Minas Gerais.

Nessa área proibiu-se a existência de sítios volantes e do trânsito de homens dispersos, sem ocupação definitiva. A denominação “áreas proibidas” foi criada em 1736 pelo Bando de aditamento ao Regimento de Minerar, que proibia que se lançassem posses de terras situadas nas extremidades não povoadas da capitania, tentando-se evitar extravios do ouro ao impossibilitar a abertura de novos caminhos e picadas nos matos em áreas onde inexisteriam registros e vigilância das patrulhas.¹⁵

¹⁴. As cartas de sesmarias de Antônio Dias da Costa e de Francisco Nunes de Campos, por exemplo, ilustram essa opção: o sertão é sempre mais além. Conferir: *Arquivo Público Mineiro*. Seção Colonial, Códice 80, fls. 57v-58; 58v-59v.

¹⁵. *Arquivo Público Mineiro*. Seção Colonial, Códice 224, fl. 29.

A região da Mantiqueira era um ponto nevrálgico na capitania, por ser área de fronteira “erichada de morros elevadas e coberta de vegetação espessa, foi vista desde cedo o início da exploração aurífera como terreno propício ao descaminho e contrabando de ouro e pedras preciosas”. Assim, desde o instante em que se abriu o Caminho Novo que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais, no final do século XVII, instalaram-se registros na serra por onde devia transitar qualquer comboio que saísse ou qualquer carregamento que entrasse em Minas. Com exceção dos sesmeiros estabelecidos ao longo daquela estrada, necessários ao abastecimento dos viajantes e à alimentação dos animais em trânsito – devido às roças que plantavam e aos pastos que mantinham –, nenhuma outra pessoa podia se fixar na região. (SOUZA, s.d., p. 5)

Durante muitos anos, os “matos gerais” da Mantiqueira ficaram esquecidos pelas autoridades metropolitanas. Registra-se que em 1755, quando algumas pessoas teriam aberto picadas que cruzavam aqueles sertões, o governador interino José Antônio Freire de Andrada, 2º conde de Bobadela (1752-1758), publicou o Bando de 20 de setembro daquele ano, confirmando os sertões do “distrito da Mantiqueira” como área proibida.

No ano anterior, no mês de outubro, o então capitão Manuel Lopes de Oliveira, morador da fazenda da Borda do Campo, contígua ao sertão da Mantiqueira, representara ao mesmo governador notícias sobre a construção de três picadas feitas por “várias pessoas da freguesia da Borda do Campo”, nos “matos gerais do Rio de Janeiro”, com o “pretexto de necessária serventia para as suas fazendas”. Como a abertura das picadas se avolumava naquelas paragens, o alferes João Carvalho de Vasconcelos, que patrulhava o Caminho Novo, repreendeu Manuel Lopes, que era o responsável por aquela área, para que “sem demora mandasse notificar as pessoas em uma relação que lhe mandara, para que não continuassem mais na abertura das ditas picadas”.¹⁶

¹⁶. Ibidem, fl. 35.

A preocupação com os desvios era tanta que o mesmo alferes notificou, também por carta, o capitão Sebastião Gonçalves Pinto a fim de que este parasse de incentivar a abertura de rotas alternativas nos sertões da Mantiqueira, da mesma forma que precedera contra Manuel Lopes de Oliveira. Ambos foram advertidos “para que as [picadas] não continuassem até ele governador [2º conde de Bobadela] tomar sobre elas o conhecimento necessário, [com] pena de serem presos”.¹⁷

Essa medida paliativa por parte do alferes não adiantou nada, pois Manuel Lopes de Oliveira empreendeu política de expansão de terras na região, independente da proibição daqueles sertões.

A coroa portuguesa considerava crime de lesa-majestade a abertura de vias de comunicação (que não fossem autorizadas pela metrópole), por recear o extravio dos quintos. Muitas vezes grupos de moradores tentaram abrir estradas à própria custa para facilitar o comércio e evitar a passagem pelos registros da capitania, onde eram feitos o controle de entrada e saída de pessoas e mercadorias e a cobrança dos impostos.

Ações individuais e coletivas permitiram a criação de desvios nos intrincados sertões da Mantiqueira. Anos mais tarde, o governador dom Rodrigo José de Meneses (1780-1783), recebendo informações sobre a ocupação descontrolada que ocorria na região, da diminuição da arrecadação aurífera e dos boatos referentes aos extravios de ouro praticados nas infinitas picadas que cortavam de alto a baixo aquele local, mandou que se averiguasse a real situação daquela área vedada.

¹⁷. *Ibidem*, fl. 35.

Viagens oficiais e exploratórias às áreas vedadas da Mantiqueira

Procurando constatar as razões que levaram a tão descontrolada povoação, o governador dom Rodrigo José de Meneses percebeu que a mesma se iniciou à custa do tenente-coronel Manuel Lopes de Oliveira, que “alucinara” (subornara) o governador interino José Antônio Freire de Andrada, para ser publicado o Bando de fechamento daquelas terras, de modo a “ficar sendo o único possuidor de todo o terreno que quisesse apropriar-se”, para que pudesse “receber as utilidades e conhecer os intrincados caminhos”, apossando-se das suas riquezas minerais.¹⁸ (SOUZA, s.d., p. 5-6)

Essa mesma prática clandestina, apoiada nas atitudes de Manuel Lopes de Oliveira, que “soube pintar os danos que causaria abrir aquele sertão (...) fazendo todos os esforços enquanto viveu”, foi seguida pelo seu genro José Aires Gomes, que desde os tempos do governador José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha, 6º conde de Valadares (1768-1773), usufrui as mesmas “utilidades” e os “intrincados caminhos” que cortavam os sertões da Mantiqueira, procurando afastar “toda a idéia de que nele houvesse ouro”, a fim de impedir que as autoridades e os governadores devassassem a região em busca de novos regatos auríferos. Aires Gomes quando soube de providências estatais para se verificar a região, protestou junto ao governador conde de Valadares, convencendo-o a abandonar qualquer ideia desta natureza.¹⁹

Como o seu antecessor, José Aires Gomes conseguiu ludibriar as autoridades portuguesas durante alguns anos, mas não os “povos” que “se foram por aqueles sertões furtivamente

¹⁸. Ibidem, fls. 29-30v.

¹⁹. Ibidem, fl. 30v. O contratador de entradas e dízimos João Rodrigues de Macedo, em carta datada de 31 de outubro de 1780, indagava a posição assumida por Aires Gomes no controle dos caminhos: “Não sei que motivo tenha Vossa Mercê para não cumprir inteiramente com as ordens dos Senhores Gerais [com] respeito a fazer fraquear os caminhos e estradas”. (OLIVEIRA, 1981, v. 2, p. 167)

introduzindo e [se] estabelecendo ocultamente”. Com o assentamento constante de indivíduos na região, começaram a se formar “povoações” desordenadas. A exploração aurífera chegou “a tal ponto” de grandeza naquele local que dom Rodrigo José de Meneses, devido aos murmúrios que escutava, resolveu encaminhar àquela área Félix Vital Nogueira, intendente do ouro da comarca do Rio das Mortes, com a finalidade de verificar se interesses particulares sobrepunham-se aos dos povos e ao do império português.²⁰

Ao receber a notícia que se minerava no córrego das Pedras, “lugar vedado para semelhante trabalho”, o intendente se dirigiu àquela paragem. No local, passando “em vistoria”, notificou os exploradores, comandados por João Homem da Costa, para se apresentarem a ele com as devidas ordens que lhes permitiam cultivar aquele veio. Os mineradores apresentaram-se e se constatou que aquele sítio de datas minerais se achava completamente “devassado, roçado e plantado e com paiol para recolher os frutos, fabricados por ordem do sargento-mor José Aires Gomes, que se diz senhor da dita terra, dada por sesmaria contra a mente de Sua Majestade”.²¹ (SOUZA, s.d., p. 5)

Naquele córrego a produção chegava a ser de “três até quatro vinténs de ouro por jornal”. Por informações de terceiros soube que o rio das Pedras desaguava nas cabeceiras do rio Paraibuna, local considerado pelas autoridades metropolitanas como área de fácil extravio de ouro, pois ficava a pouco mais de meia légua de soturnos caminhos. Preocupação averiguada também nos “gerais de Santa Rita de Ibitipoca”, onde

se tem introduzido muita gente, devassando as áreas proibidas, com posses e serviços de minerar, cujo procedimento se faz digno de que Vossa Excelência lhe dê as providências de autoridade, (...) para coibir o arrojo de semelhantes homens que sem sujeição obram despoticamente.²²

²⁰. Ibidem, fl. 30v.

²¹. Ibidem, fls. 36-36v.

²². Ibidem, fl. 36v.

José Aires Gomes comandava a região, formada por “todo aquele globo da serra da Mantiqueira”, composta por “matos gerais e impraticáveis, rodeados por uma parte do rio Preto e, por outra, pela estrada geral [Caminho Novo] que corre de Norte a Sul”.²³

Observando a concentração de terras e a dificuldade em se controlar a região, o ajudante de ordens Félix Vital Nogueira indicou que a melhor solução para aquela situação irreversível seria repartir as terras agrícolas e minerais, pois isto poderia levar à diminuição dos descaminhos do ouro, uma vez que a região passaria a ser conhecida das autoridades, promovendo os régios interesses e permitindo a cobrança de impostos das lavras exploradas por aqueles moradores, além de desenvolver a agricultura de abastecimento.

Em seguida, o governador enviou aos sertões proibidos da Mantiqueira a expedição comandada pelo tenente-coronel Francisco Antônio Rebelo.²⁴ Partindo de Vila Rica em 17 de outubro de 1780, endereçou-se aos sertões do ribeirão de Santa Rita, por ser ele, nas suas palavras, o de ocupação “mais freqüente”. Deixemos que apresente as suas primeiras impressões do local:

girei por ela abaixo seis léguas, por caminhos abertos e cultivados de arroz mais de três léguas, e dali para diante continua o mesmo caminho, pelo qual andam bestas carregadas conduzindo mantimentos até o rio do Peixe, que dista toda a estrada oito léguas. Em toda esta extensão que girei achei várias roças antigas e modernas; e me informaram que não só neste lugar, mas em sete estradas mais, que tem a referida serra, desde a Borda do Campo até a lagoa da Aiuruoca, aonde é também constante ser freqüente entrada, me certificaram acharam-se todos os referidos matos povoados por um número muito avantajado de moradores, os quais se

²³. Ibidem, fl. 38.

²⁴. O escrivão e contador da Real Fazenda, Francisco Antônio Rebelo (1731-1805), é mais conhecido por ser o autor do *Erário Régio de Sua Majestade Fidelíssima*, ou somente *Erário Régio*, de 1768. Nesta obra analisa a origem e a evolução dos tributos reinóis que incidiam sobre a capitania de Minas Gerais: os dízimos, as entradas, as passagens de rios, os ofícios de justiça, as propinas e a cera para luminárias nas festas reais e os rendimentos da provedoria da Real Fazenda do ano de 1767.

comunicam por caminhos e picadas de uns para outros, com roças feitas, paióis e ranchos em que se recolhem.²⁵

Para melhor conhecer e explorar a região, para se saber se as terras eram produtivas, a expedição contou com a ajuda de Antônio Tavares, um dos primeiros descobridores de ouro da região. Percorrendo as lavras existentes, entre os rios Pirapetinga e Pouso Alegre, que deságuam no rio do Peixe, vertente do rio Paraibuna, Antônio Tavares manifestou que ali extraiu a quantia de 222 oitavas e 4 vinténs de ouro (= 266\$550 réis), para si, e que cada um de seus agregados, sem especificar a quantidade de pessoas, tirou em média meia pataca de ouro por jornal (= 160 réis por dia).²⁶

Ao continuar sua vistoria pelos sertões, foi parar no sítio de Manuel Correia, abaixo da barra do ribeirão das Imbarjaúbas, que deságua no ribeirão de Santa Rita, em lavras abertas e em pleno funcionamento. Mandou que “algumas pessoas inteligentes” que o acompanhavam, fizessem provas da produção mineral daquele córrego. Constatou que o referido regato podia fazer jornal de quatro vinténs ao dia (= 150 réis). Os lavradores, na ocasião, mostraram-lhe três embrulhos que continham ouro extraído: um de 15 oitavas, outro de 12 oitavas e, um terceiro, de 11 oitavas, e tantos vinténs.

A população local, guiando-se pela crença que a ruptura dos matos gerais fora devido ao exemplo de José Aires Gomes, que se tinha apossado de grande quantidade de terra e da riqueza mineral daquela paragem, também penetrou nos sertões proibidos da Mantiqueira. Ao mesmo era atribuída a abertura de caminhos de carros e picadas pelos matos, por onde se seguia a cavalo do engenho de cana de açúcar, que construiu na saída da fazenda Mantiqueira, ao Caminho Novo, “cujas terras possui”, e proibiu

²⁵. Ibidem, fl. 38v.

²⁶. Ibidem, fl. 38v.

que todos os moradores daqueles sertões entrassem naqueles matos.²⁷

Alguns dos residentes da estrada que ia do Rio de Janeiro a Vila Rica (Caminho Novo) tinham feito roças, paióis e aberto caminhos para dentro do sertão proibido, por onde poderia passar quem quisesse, sem encontrar a patrulha do mato – a responsável pela fiscalização do ouro e dos pedestres nos registros.

As informações sobre o devassamento e a exploração econômica dos sertões proibidos da Mantiqueira surpreenderam o governador dom Rodrigo José de Meneses, que resolveu se aventurar em semelhante empresa. O que levou essa autoridade a arriscar-se a perigos sem fim nos sertões? As notícias sobre sua riqueza, onde se dizia existirem faisqueiras de bons rendimentos e o desejo de reverter o quadro de retração econômica de Minas Gerais, através da descoberta de novos regatos auríferos, como melhorar a fiscalização e aumentar os rendimentos dos quintos, ajudam a elucidar a questão.

A viagem do governador dom Rodrigo José de Meneses aos sertões “devassados” da Mantiqueira

Em 1781, o governador dom Rodrigo José de Meneses percorreu as supostas “áreas vedadas dos sertões”. Ele notou, como seus ajudantes, que a restrição ao povoamento daquela área não estava sendo cumprida. Ao tentar implantar novos limites entre as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, através do rio Paraíba, que era de difícil transposição, encontrou aquele local devassado por mineradores e fazendeiros, estabelecidos com suas roças, paióis e moradias nos caminhos e picadas que entrecruzavam de alto a baixo aquelas paragens, por onde corria o ouro extraviado e a arrecadação da Fazenda Real. (SOUZA, s.d., p. 5)

²⁷. Ibidem, fl. 39.

Diante da ocupação efetiva que se realizara furtivamente através dos anos, sem que os governadores anteriores desconfiassem dela, e as inúmeras veredas e passagens ocultas que percorriam aquelas áreas por todos os lados, “sabidas por alguns indivíduos e desconhecidas pelo governo”, assim como a “imensidade de pequenos negociantes que giram pelos caminhos de Minas”, extraviando o nobre metal, dom Rodrigo José de Meneses decidiu repartir legalmente as terras de agricultura e as datas minerais com as pessoas que sem título algum as estavam possuindo e com outros indivíduos que se interessassem em desenvolver culturas, facilitada pela fertilidade do solo e riqueza das águas, tentando-se assim evitar a continuada sangria dos cofres da intendência do ouro. (COELHO, 1994, p. 204)

Foi neste sentido, o de unificar as regiões distantes com o centro administrativo da capitania, que o governador pensou ao propor a suspensão de tal medida que atrapalhava o desenvolvimento de Minas Gerais. Para ele, “debaixo da denominação de áreas proibidas”, obtida “por meio de um abuso inveterado, que sem conhecimento de causa se tinha introduzido e por meios surdos e ruinosos para a Real Fazenda se tinha feito misteriosamente oculto”, aquelas terras continuavam vedadas e servindo a uma minoria.²⁸

A estratégia do governador com os mais de 280 moradores que se encontravam assentados na serra da Mantiqueira, propondo o ordenamento da região, enquadra-se em um contexto maior da política colonial portuguesa, que não era somente povoar as terras devolutas, mas transformar os seus habitantes em bons vassalos, pagadores de tributos e laboriosos, conforme os interesses do estado.

Após chegar às Minas Gerais, em 4 de agosto de 1780, o governador dom Rodrigo José de Meneses escreveu ao ministro Martinho de Melo e Castro um texto expondo o estado em que se encontrava a mineração na capitania: a *Exposição sobre o estado*

²⁸. Ibidem, fls. 20-20v.

de decadência da capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo. Outro texto significativo sobre o tema foi o encaminhado em 1775 pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), conde de Oeiras e, mais tarde, marquês de Pombal, ao governador dom Antônio de Noronha, antecessor de dom Rodrigo na administração mineira: *Instruções que el-rei meu senhor manda dar pelo Real Erário ao governador e capitão-general de Vila Rica a respeito da administração e arrecadação da Fazenda Real*.

Com a finalidade de se “conservar as imensas riquezas que lhe distribuiu a natureza”, a *Exposição* de dom Rodrigo principia afirmando que a capitania mineira é diferente de todas as demais do império colonial português, pois ela “não é, propriamente dita, nem agrícola, nem comerciante. O ouro, tão útil para Portugal, é a produção destas ricas montanhas, que merece a maior parte da atenção e desvelo”.²⁹ A preocupação não reside em analisar a agricultura e a pecuária existentes na capitania, muito menos observações pormenorizadas sobre a organização social e política de Minas, o que lhe interessa é analisar a situação da produção do ouro, “que é o nervo e medula do estado”. (COUTO, 1994, p. 76)

Da mesma maneira, as *Instruções* do futuro marquês de Pombal pautam-se em buscar melhores soluções para “a boa administração das rendas reais”, que depende, principalmente, “da agricultura, da indústria, da fácil circulação do comércio [e] da boa arrecadação da Real Fazenda”. A produção agrícola e a prática mercantil são lembradas como os precedentes para se aumentar a arrecadação, uma vez que se deve a elas a maior parte da sustentação dos “três rendimentos mais consideráveis da capitania de Minas Gerais, quais são os rendimentos do quinto, das entradas e dos dízimos”.³⁰

Mesmo percebendo a pluralidade econômica existente em Minas, Pombal não se esqueceu da cobrança do “direito senhorial dos quintos nas cem arrobas do ouro que os povos da dita capitania ofereceram a Sua Majestade para se remirem da capitação com que

²⁹. Ibidem, fl. 5.

³⁰. Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial, Códice 211, fl. 1.

eram vexados”.³¹ Para que a produção do metal atendesse as expectativas metropolitanas, dom Antônio de Noronha (1775-1780) deveria lançar-se irremediavelmente contra o “caminho péssimo e abominável dos extravios do ouro, (...) tão freqüentes de dia em dia, tanto maiores os roubos que desde o ano de 1769, se tem conhecido de diminuição considerável no referido rendimento [dos quintos]”.³²

A preocupação com a arrecadação e diminuição da cobrança dos quintos, sentida principalmente a partir da retração da extração aurífera na segunda metade do setecentos, levou ambos os governadores – Antônio de Noronha e Rodrigo José de Meneses – a dedicar atenção à produção do ouro e à multiplicidade dos descobertos, que eram a “verdadeira felicidade das Minas Gerais”. A busca por novos regatos minerais levou ao devassamento do território pelas autoridades, uma vez que uma das ideias principais dos régios interesses consistia “principalmente em extrair ouro da terra”.³³

Assim, interessava anexar o sertão à ordem colonial, penetrando, conhecendo e civilizando as áreas inóspitas, transformando-as em colônia. Nesse sentido, o sertão move-se continuamente. Como personagem, o governador dom Rodrigo José de Meneses personifica-se como um lutador em sua saga contra o sertão, em luta contra os obstáculos humanos e naturais que retardam a expansão da capitania.

A primeira viagem do governador aos “sertões incultos” da Mantiqueira ocorreu em 11 de junho de 1781, quando foi examinar a quantas andavam os descaminhos e a queda dos rendimentos do ouro – um dos principais problemas que então afrontavam a administração portuguesa.

³¹. No sistema de capitação, o quinto do ouro era pago por escravo empregado na mineração, isto é, *per capita*, fosse ou não extraído o metal nobre. A sua cobrança teve início em 1º de julho de 1735 e vigorou até 31 de julho de 1751, quando, no início do reinado de dom José I, foi aceita a proposta das 100 arrobas de ouro feita pelas câmaras às autoridades portuguesas em 1734. (BARBOSA, 1985, p. 48-49)

³². *Arquivo Público Mineiro*. Seção Colonial, Códice 211, fl. 2.

³³. *Ibidem*, fl. 30.

Após sete dias de viagem, chegou à paragem Passa Três. Ao penetrar na “mata cinco léguas, encontrou vários mineiros, que manifestavam haver ouro no mesmo ribeirão, onde tomou o nome; e, fazendo-se o exame, presente o Ex.^{mo} General, se acharam faisqueiras, que bem asseguravam o jornal de 150 rs. [réis] por dia, a cada escravo”. Neste local, nos contrafortes da Mantiqueira, José Aires Gomes, um dos grandes devassadores da região, possuía uma fazenda intitulada Passa Três, com extensão de “três léguas de terras de cultura, poucas em capoeiras e a maior parte de matos virgens”, e que contava com cinco datas de águas minerais, além de campos que produziam milho. Contígua a esta propriedade, era dono de um sítio de nome semelhante (paragem Passa Três), de “meia légua de terras ainda incultas”. Ao lado destas terras, possuía ainda a fazenda Engenho do Mato de São Sebastião (mais conhecida por fazenda Engenho), com plantações de milho, arroz e feijão; tudo coberto por quatro sesmarias (possivelmente cada uma tinha meia légua em quadra).³⁴ (ROCHA, 1995, p. 190)

Para se ter ideia do tamanho dessas propriedades, Waldemar de Almeida Barbosa esclarece a dimensão de uma sesmaria de três léguas por uma, como era a área da fazenda Passa Três: “a légua de sesmaria media 200 cordas; cada corda representava 15 braças; e a braça correspondia a 2,2 m. Em outras palavras, a légua de sesmaria media 6,6 km. Assim, uma légua quadrada representava a dimensão de 43,56 km² ou 43.560.000 m²; a sesmaria (...) de três léguas por uma, (...), [tinha,] portanto, 130,68 km² ou 130.680.000 m², ou ainda 2.700 alqueires mineiros”. (BARBOSA, 1971, p. 44)

Daquele ponto, o governador continuou a sua viagem por mais três dias, até chegar às margens do rio do Peixe, que “desceu

³⁴. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. “Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes”. Igreja Nova (Barbacena). Maio/junho de 1791, fls. 21-26v. De acordo com o desembargador José João Teixeira Coelho, intendente do ouro da Casa de Fundição de Vila Rica e que serviu na Secretaria de Governo a quatro governadores (1767-1779), as sesmarias “são as porções das terras ou matos maninhos e bravos pertencentes a Sua Majestade que nunca foram lavrados, nem aproveitados e que se concedem a sesmeiros que as rompam, lavrem e semeiem para que haja abundancia de mantimentos”. (COELHO, 1994, p. 246)

em pequenas canoas, passando por cima de muitos barrancos e cachoeiras de que é semeado até chegar ao abismo que o separa do rio Novo” (ribeirão de Piratininga), onde se arranchou, instalando-se por quatro dias, “dormindo no mato ao rigor do tempo, exposto à feracidade das feras”. Naqueles “matos tão distantes de povoação”, estabeleceu o seu quartel general, onde repentinamente se achou formado um verdadeiro arraial, devido à concorrência numerosa do povo que o seguira para participar da distribuição das terras daquele quinhão de mundo.³⁵

Na secretaria provisória de governo, que instalou no sertão, recebeu mais de oitocentos requerimentos solicitando a repartição das terras agrícolas e minerais da Mantiqueira. Para que todas as petições fossem legalmente despachadas, o governador levou em sua expedição o ouvidor-geral da comarca do Rio das Velhas, o doutor Luís Beltrão de Gouveia e Almeida, para auxiliá-lo na tarefa de atender a população. Com o avançar dos dias e dos trabalhos, e com a finalidade de se oficializar a ocupação daquelas terras, foram despachadas mais de trezentas cartas de sesmaria e muitas outras continuavam a ser recebidas.³⁶

À medida que se iam demarcando e distribuindo as sesmarias e as datas minerais, outro de seus ajudantes, José Venâncio de Seixas, anotava nas costas do requerimento o seu respectivo número de entrada naquela repartição. No final se verificou que foi numerada grande quantidade de petições. Por exemplo, no rio do Quilombo foram medidas 345 datas minerais; da cachoeira do Tavares até a barra deste mesmo rio foram demarcadas outras 422 datas minerais.³⁷

³⁵. Eis a interessante narração do arraial que se formara naquelas paragens: “um arraial numeroso, composto do muito povo que me tinha seguido para participar da repartição das terras (...) e imediatamente entraram na Secretaria mais de oitocentos requerimentos e ficaram logo concedidas trezentas e tantas sesmarias, que depois se tem ido aumentando com novos requerimentos legalizados”. In: *Arquivo Público Mineiro*. Seção Colonial, Códice 224, fls. 61v-62.

³⁶. *Ibidem*, fl. 62.

³⁷. As datas minerais concedidas em Minas Gerais eram áreas de 30x30 braças, correspondendo cada braça a 1,10 metros. Só eram concedidas terras minerais a quem tivesse pelo menos 12 escravos de trabalho para as lavras. Além disso, concediam-se frações de 2,5x2,5 braças por escravo, a quem tivesse menor número de trabalhadores.

É interessante observar que a população mais pobre, residente nos sertões proibidos, estaria excluída da repartição daquelas terras, uma vez que não possuíam recursos para custear as despesas do processo de concessão nem possuíam escravos para trabalhar a terra, pois estes eram os requisitos necessários às doações das cartas de sesmaria. Para evitar qualquer mal-estar e balbúrdia que poderiam ser gerados entre as pessoas que o seguiram, o governador determinou que fosse distribuída, mediante requerimento, meia légua de terra de cultura às pessoas que comprovassem poder lavrá-las com seus próprios braços e com os de seus filhos e parentes (agregados).

O séquito que acompanhou dom Rodrigo José de Meneses às entradas que empreendeu pelos matos, chamado somente de “povo”, permite-nos inferir que a ação desbravadora do governador rumo às áreas proibidas e desconhecidas da Mantiqueira era uma tentativa de reafirmação da sociedade colonial, onde a civilização deveria ser levada a qualquer custo ao interior inóspito e bárbaro de Minas, habitado por indígenas, quilombolas, negros fugidos e demais pessoas expurgadas da sociedade. A utilização de desclassificados, notadamente vadios e criminosos, nos projetos de integração dessas áreas à capitania, sinalizava a unidade simbólica do ordenamento jurídico e social que integraria o sertão à administração colonial. (SOUZA, 1990, p. 71-90; 1999, p. 83-110)

Quando penetrava pelos intrincados caminhos dos sertões, realizava experiências nos córregos que encontrava, a fim de localizar jazidas auríferas e descobrir a sua capacidade de exploração que, em maior ou em menor quantidade, revelavam-se prodigiosas e com razoável potencial econômico. Talvez o grande número de mineradores que encontrou em plena atividade extrativista e as várias petições que recebeu solicitando doações de terras agriculturáveis e minerais tenham levado o governador a subavaliar o metal precioso que descobriu naqueles córregos.

Era praxe, de outro lado, não se conceder segunda data a quem não houvesse provado explorar a primeira e contar com mais escravos para a próxima.

A permanência daqueles sertões como “área proibida”, de acordo com dom Rodrigo José de Meneses, não tinha razão para ser mantida, pois significava um procedimento destinado a desviar a atenção dos representantes metropolitanos do efetivo povoamento e devassamento que vinha ocorrendo na região, com “roças antigas e modernas” e com “caminhos abertos e cultivados” que levavam a qualquer parte daquele “globo”.³⁸

Essa ocupação irregular e ameaçadora do ponto de vista dos interesses administrativos coloniais, notadamente os verificados pelo governador, levou dom Rodrigo a observar, no final de sua expedição, que a manutenção daquela determinação era prejudicial aos interesses do reino, pois alimentava ainda mais os extravios auríferos, em vez de diminuí-los.

Antes de retornar a Vila Rica, Dom Rodrigo determinou que se construísse uma nova estrada pelas margens setentrionais do rio Preto,

que divide essa capitania da do Rio de Janeiro, e, na abertura da mesma, se encontravam várias picadas por onde se suspeitavam passar, ou podiam passar extravios, o que tudo evitou com guardas e patrulhas, vindo assim a ficar acautelado qualquer descaminho; e, por isso, facultada e concede as sesmarias e datas, conforme as fábricas dos que a pedem. (ROCHA, 1994, p. 191)

A abertura dos sertões da Mantiqueira e a construção do Caminho de Meneses pelo alferes Tiradentes

Com a intenção de abrir o sertão, dom Rodrigo José de Meneses determinou a construção de uma estrada – o caminho de Meneses. O seu trajeto de Leste para Oeste, atravessava a Mantiqueira e ia dar no registro do Paraibuna, depois de passar pelos vales dos rios do Peixe e Preto. Ficaram encarregados da construção o guarda-mor e tenente-coronel do segundo regimento de cavalaria auxiliar da comarca do Rio das Mortes, Manuel do

³⁸. Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial, Códice 224, fls. 38v; 38.

Vale Amado, um dos principais fazendeiros da Zona da Mata (sertões da Mantiqueira) e morador em Matias Barbosa, e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido por Tiradentes, do destacamento do Caminho Novo.³⁹

No dia 19 de julho, o governador baixou instruções que deveriam reger as atividades do alferes, determinando que cooperasse da melhor maneira possível para que se executasse “com toda a celeridade tão necessária obra para a segurança da capitania”. Uma semana depois, isto é, no dia 26, o alferes Tiradentes se apresentou na casa do tenente-coronel Manuel do Vale Amado, “com atenção de entrar logo com a feitura do caminho”, mesmo sabendo que não havia gente para iniciar o trabalho, muito menos canoas para atravessar o rio Paraibuna. A instrução do governador, prevendo tais dificuldades, alertava para que aproveitassem os “homens forros ou alugados ou vadios” ali existentes. Aliás, como lembrou o alferes, em correspondência ao governador, essa espécie de gente só era encontrada nas vilas; nos matos gerais da Mantiqueira só havia alguns fazendeiros estabelecidos com suas roças.⁴⁰

O tenente-coronel, com oito de seus escravos, e Tiradentes embrenharam-se nos matos e começaram a abrir a estrada. Três dias depois de iniciada a empreitada, Manuel do Vale Amado alegou ao alferes que seus cativos faziam falta nos serviços de suas roças (“não podia estar mais tempo pela razão da falta que fazia a cultura da sua roça”) e que se achava bastante preocupado com a construção de uma outra picada para o rio Novo, na qual tinha todo o interesse, pois o caminho levaria “o povo por sua fazenda para os sertões”. Por isso, retirou-se com seus escravos, deixando o trajeto apenas iniciado.⁴¹

³⁹. *Ibidem*, fls. 63; 66v-70. A escolha do alferes Tiradentes não foi aleatória, pois, naquele mesmo ano (1780), entregou o caminho entre Sete Lagoas e Paracatu, que providenciou, desobrigando os viandantes de um contorno geográfico que ia quase às fronteiras de São Paulo no acesso a Goiás. (OLIVEIRA, 1981, v. 2, p. 3)

⁴⁰. *Ibidem*, fls. 67v-68.

⁴¹. *Ibidem*, fl. 68.

Como que, por acaso, apareceram por ali dois mineradores e seus doze escravos, que se achavam à procura de um ribeirão para minerar. Tiradentes entrou em negociação com os dois proprietários, propondo-lhes trabalharem os seus cativos na abertura da estrada, com uma jornada de 150 réis por dia para cada escravo. Os senhores aceitaram a proposta e, durante três semanas, o caminho foi sendo construído. Tiradentes abria o mato de dois em dois dias, indicando a direção a ser tomada, e os escravos acompanhavam-no derrubando árvores e limpando o terreno. Depois de concluída pouco mais de uma légua, um dos escravos adoeceu e outros dois, observando as dificuldades, desistiram e trataram de fugir daquela empreitada. Mais uma vez as obras foram paralisadas.⁴²

Devido a estas dificuldades, a única solução possível para Tiradentes era convocar os moradores e fazendeiros do caminho para que cada um, conforme as suas “fábricas” (quantidade de cativos), fosse obrigado a ceder ou mesmo alugar dois ou três escravos para que o trajeto fosse concluído. Antes de tomar tal iniciativa, dirigiu-se à casa do tenente-coronel Manuel do Vale Amado para se informar se havia alguma instrução do governador a respeito. De acordo com o tenente-coronel, “Vossa Excelência [o governador] não queria que se incomodasse por modo algum os moradores da estrada”. Foi assim que, em meio a atribuladas situações, tais como as causadas pelas enchentes do rio Preto, as nuvens de mosquitos e os ataques de mutucas aos negros que saíam desesperados dos matos, o alferes Tiradentes conseguiu levar até o fim daquele ano, 1781, o caminho até a barra do rio Preto, onde estabeleceu o quartel e o porto do Meneses.

Estas construções forçaram o fechamento de uma picada que cortava o rio um pouco acima da barra do mesmo rio Preto e cuja finalidade era facilitar viandantes, comboeiros e tropeiros a atravessar os sertões, desviando-se do registro do Paraibuna,

⁴². *Ibidem*, fl. 68.

consequentemente, furtando-se ao pagamento dos reais direitos de entrada.⁴³

Averiguando a redondeza daquelas paragens, Tiradentes propôs-se a calçar de pedra toda a estrada, pois localizou pedreiras em todas as fazendas da vizinhança, exceto entre a Rocinha Negra e o Paraibuna. Construiu atalhos pelos matos e pelas fazendas da região, facilitando o trajeto dos transeuntes por rotas que desviavam das escarpas e dos morros da serra da Mantiqueira.

Quando resolveu abrir os atalhos para facilitar o percurso pelo caminho, o alferes sabia que iria gerar reclamações por parte dos moradores e fazendeiros do local, tanto assim que comunicou por carta a dom Rodrigo José de Meneses tal possibilidade. Aos moradores não interessavam as facilidades ou o bem-estar dos viajantes, mas o contrário, pois queriam que a estrada cruzasse as suas propriedades, dificultando as andanças e levando os tropeiros e os viajantes a parar nelas, para que auferissem algum lucro. Da mesma maneira, usavam de artimanhas como obstruir passagens para que homens de negócio se demorassem em seus pousos, realizando gastos. E conclui a sua epístola afirmando que os atalhos também interessavam ao Erário Régio, “pois é certo que quanto mais breve giram as tropas, mas direitos pagam nos reais quintos, o que se providencia com os ditos atalhos”.⁴⁴

Abrindo caminhos pelas matas e verificando as reais possibilidades minerais dos rios e córregos que cortavam os sertões proibidos da Mantiqueira, Tiradentes tornou-se grande conhecedor dos atrativos naturais e minerais da região. O fato de possuir “inteligência mineralógica”, adquirida ao longo do tempo nas longas jornadas que fazia pelos matos no exercício de suas atividades de militar e, anteriormente, como tropeiro, levou-o a determinar as possíveis riquezas existentes na região do porto do Meneses.⁴⁵ Tanto assim que pediu autorização (medição e posse)

⁴³. *Ibidem*, fls. 68v-69.

⁴⁴. *Ibidem*, fl. 70.

⁴⁵. Em carta ao governador Luís da Cunha e Meneses, datada de 21 de abril de 1784, o coronel Manuel Rodrigues da Costa informa sobre a esperteza e os conhecimentos

para explorar 80 jazidas de ouro, localizadas por ele, naquele local, ao comandante do distrito, o tenente-coronel Manuel do Vale Amado, seu companheiro na construção do caminho. Em sua Petição, diz ele que “se acha com fábrica avultada de escravos, sem terras minerais para o poder fazer e no porto e quartel do Meneses se acham terras devolutas, (...) onde faz barra o córrego do Convento em o rio do porto do mesmo quartel, pelo rio acima, (...) portanto em rumo direito pelo caminho do Meneses, para a parte do poente”.⁴⁶

No Despacho, com data de 22 de setembro de 1781, o escrivão Antônio Tavares da Silva confirmou-lhe a concessão e a medição de 43 datas minerais, localizadas no meio do rio do porto do Meneses e no tabuleiro do quartel e na barra do córrego da Vargem e do Convento, por possuir escravos suficientes para explorar aqueles terrenos. Talvez, a possibilidade de tirar proveito da região tenha levado Tiradentes a permanecer na absurda luta, quase que solitária, em concluir o caminho do Meneses. No dia 24 daquele mesmo mês, o tenente-coronel confirmou-lhe as datas minerais, entregando-lhe a “posse corporal e atual e individual” das terras. O que estava em jogo, mais uma vez, eram interesses particulares em detrimento dos metropolitanos. Dessa vez, ambos – Tiradentes e o estado colonial português – tiveram a possibilidade de lucrar com tal empreitada, mesmo desagradando os fazendeiros e os moradores locais, que esperavam para si os lucros de tal empresa.⁴⁷

O exemplo das 43 datas minerais que Tiradentes explorava permite-nos constatar que o alferes não era um homem com tão poucas posses como se diz e que a sua ligação com o poder era

minerais que Tiradentes possuía. Conferir: *Arquivo Público Mineiro*. Seção Colonial, Códice 241, fl. 12v.

⁴⁶. *Fundação Biblioteca Nacional*. Auto de partição e medição e posse de 43 datas de terras no meio do rio do porto do Meneses e no tabuleiro do quartel na barra do córrego de Vargem, concedidas e repartidas ao alferes Joaquim José da Silva Xavier. Registro do Caminho Novo, 24/set./1781. Cópia. In: “Livro da Guardamoria do distrito da serra da Mantiqueira abaixo até o Paraibuna”: 7-3, 17, 15-J. Devo ao professor Waldemar de Almeida Barbosa a indicação deste precioso, inédito e interessante documento.

⁴⁷. *Ibidem*.

maior do que se tem dito, pois do ponto de vista legal não seria possível explorar as datas que estavam sob sua posse. Além disso, foi possivelmente através dos lucros que angariou nessa mineração que pôde, por exemplo, emprestar ao cadete José Pereira de Almeida Beltrão o valor de 200 mil réis, ou a Luís Pereira de Queirós, a quantia de 220 mil réis, encontrados no sequestro de seus bens pela devassa da Inconfidência Mineira.⁴⁸ A dívida do primeiro correspondia ao valor médio de 30 vacas leiteiras ou ao de uma fazenda de médio porte na região dos sertões. Não seria, por conseguinte, somente com o soldo de militar (142\$350 réis anuais) que Tiradentes se sustentava. Somam-se aos seus cabedais, ainda, vencimentos auferidos no exercício da odontologia prática e da medicina alternativa, que praticava pelos caminhos, fazendas, pousos e nas vilas, além da herança havida de sua mãe Antônia da Encarnação Xavier, no valor de 965\$774 réis, que recebeu em 1757, quando da abertura do inventário e partilha de bens de sua progenitora.⁴⁹

Antes de ingressar na carreira militar em 1775, o alferes Joaquim José havia sido um malsucedido mineiro em Minas Novas. (MAXWELL, 1995, p. 122) Também na freguesia de Nossa Senhora da Glória de Simão Pereira, no Caminho Novo, termo da vila de São João del-Rei, tinha fazendas em três sesmarias, que passaram por arrematação ao capitão Jerônimo da Silva Ferreira. No século XIX, essas terras foram transferidas para um dos maiores cafeicultores da Zona da Mata mineira, o capitão José de Cerqueira Leite.⁵⁰

⁴⁸. “Traslado do seqüestro feito ao alferes Joaquim José da Silva Xavier”. Vila Rica. 25/05/1789. In: *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, v. 6, p. 66. José Pereira de Almeida Beltrão era casado com Eugênia Joaquina da Silva e pai de João Pereira de Almeida Beltrão. Ela era irmã de Antônia Maria do Espírito Santo, companheira de Tiradentes e mãe de sua filha Joaquina.

⁴⁹. Autos de inventário e partilha dos bens que ficaram da defunta Antônia da Encarnação Xavier, mãe de Tiradentes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 66, parte I, p. 285-323, 1904; p. 321.

⁵⁰. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. “Livro do tombo da fazenda do Paraibuna”, fls. 565-659.

Aproximadamente um mês após a conclusão do sequestro dos bens do alferes, implicado na Inconfidência Mineira de 1788-1789, a devassa descobriu no pé da Rocinha Negra, no porto do Meneses, que Tiradentes tinha “um sítio com casas de vivenda, senzalas e monjolo, tudo coberto de capim, (...) com todos os seus pertences de matos virgens e capoeiras”, compreendidos em oito sesmarias (aproximadamente 50 km²), o que, mais uma vez, confirma a sua ligação com o poder, pois não se podia doar mais do que uma sesmaria a uma única pessoa.⁵¹ Praticamente nada sabemos sobre esta propriedade, apenas que no dia 17 de setembro de 1783, Tiradentes apareceu medindo e demarcando estas terras, e que estas não foram apreendidas pela devassa, porque o ferreiro João Alves Ferreira, que dizia ser seu sócio, arranhou comprovante de tê-las comprado antes da prisão do alferes. (RODRIGUES, 2010)⁵²

O que se perceber e é interessante notar no exemplo de Tiradentes, perceptível a partir dos desdobramentos da viagem do governador aos sertões da Mantiqueira, é a quantidade expressiva de terra ajuntada em uma mesma propriedade, demonstrando uma das características da estrutura agrária mineira: a concentração da propriedade da terra e ao arrepio da lei!

Considerações finais

As viagens de dom Rodrigo José de Meneses e, anteriormente, de seus auxiliares, aos sertões permitem-nos detectar que a confluência de enormes distâncias, o poder de um grande proprietário de terras local – como se observou nas rápidas informações sobre a atuação de José Aires Gomes – e a inépcia de administradores produziram desordens na ocupação e no

⁵¹. “Traslado do seqüestro feito ao alferes Joaquim José da Silva Xavier”. Vila Rica. 25/05/1789. In: *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, op. cit., v. 6, p. 64.

⁵². *Fundação Biblioteca Nacional*. “Auto de medição e demarcação de terras referentes à sesmaria de Joaquim José da Silva Xavier”. Fazenda da Rocinha Negra, 17 set. 1783. 10 f.

povoamento das áreas da Mantiqueira e na constituição de grandes extensões de terras nas mãos de uma mesma pessoa.

A apropriação das terras proibidas dos sertões da Mantiqueira é um exemplo da atuação de interesses privados na ordem pública. O caso do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, como o de José Aires Gomes, ilustram sorratamente a dificuldade das autoridades em afirmar sua presença na região, pois à revelia da lei, adquiriam terras e mandavam no local, como se fossem seus verdadeiros donos, comandando econômica e politicamente aquelas paragens.

Ambos, aliás, se envolverão, anos depois, em outro empreendimento arriscado: a Inconfidência que se pretendeu arquitetar em território mineiro em 1788-1789. Presos e condenados, o alferes Tiradentes recebeu a maior pena: a morte na forca, a decapitação e o esquartejamento, sendo seu corpo dividido em quatro quartos, e pregados em postes, pelo caminho de Minas, e a cabeça pregada no lugar mais público e no mais alto poste de Vila Rica.

Um dos locais que recebeu despojos do alferes Joaquim José encontra-se nos “desabridos” sertões da Mantiqueira – a Borda do Campo. Local de residência de outro inconfidente, o coronel José Aires Gomes, e onde o movimento sedicioso ganhou maior publicidade. Foi de lá, também, que partiram as primeiras explorações às “áreas vedadas” da serra da Mantiqueira.

Referências

ANASTASIA, Carla. Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas matas gerais da Mantiqueira (1783-1786). In: PRIORE, Mary del (Org.). *Revisão do paraíso*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 115-138.

_____; FURTADO, Júnia Ferreira. A Estrada Real na história das Minas Gerais. *História & Perspectivas*, Uberlândia: UFU, n. 20-21, p. 33-54, 1999.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das Minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1971.

_____. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1985.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

_____. O 'sertão' no espaço econômico da mineração. *LPH: Revista de História*, Mariana: UFOP; ANPUH-MG, n. 6, p. 40-48, 1996.

COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Francisco Iglésias. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

COUTO, José Vieira. *Memória sobre a capitania das Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas*. Estudo crítico de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 4, p. 85-99, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v. 1, t. 1, p. 259-310.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MENEZES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*. Ouro Preto (MG): ESAF; Centro de Estudos do Ciclo do Ouro; Casa dos Contos, 1981, 2 v.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Memória histórica da capitania de Minas Gerais. Estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

RODRIGUES, André Figueiredo. *A fortuna dos inconfindentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)*. São Paulo: Globo, 2010.

_____. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. São Paulo. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. *Famílias de sertanistas: expansão territorial e riqueza em Minas na segunda metade do século XVIII*. s.d. 17 p. (mimeo.).

_____. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 41-81 (texto); 449-451 (notas); 474-475 (bibliografia).

_____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga de Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, 2 v.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Carla Maria Junho Anastasia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

ÍNDÍOS XUKURU X FAZENDEIROS: HISTÓRIA SOCIOAMBIENTAL NO AGRESTE PERNAMBUCANO

Edson Silva

Missão do Ararobá: “a chave de todo aquele sertão”

A partir de meados do século XVII, ocorreu uma grande pressão demográfica na região litorânea pernambucana que impulsionou a colonização portuguesa para o interior. As terras da região costeira estavam ocupadas com a lavoura da cana-de-açúcar e multiplicaram-se os pedidos à Coroa Portuguesa de terras no “sertão”: senhores de engenho alegavam possuir gados sem terras onde pudessem criá-los (MEDEIROS, 1993, p. 23-26). Foram concedidas sesmarias, pelo governo português, legitimando-se o expansionismo colonial, com a invasão das terras indígenas. Em 1654, João Fernandes Vieira é citado como proprietário de dez léguas de terras no “sertão do Ararobá”. Mais tarde, em 1671, Bernardo Vieira de Melo recebeu da Coroa vinte léguas no Ararobá. Os colonizadores, além de conflitos com os indígenas, enfrentavam os quilombolas de Palmares, que haviam ampliado o domínio de territórios desde a Zona da Mata até os “sertões” (Agreste), durante o período em que as forças portuguesas empenhavam-se em libertar a Capitania do domínio holandês.

Os conflitos que resultaram das invasões coloniais nos territórios indígenas ficaram conhecidos genericamente, na historiografia, como a “Guerra dos Bárbaros”, e se estenderam por todo o interior nordestino, nas regiões correspondentes, hoje, do sertão da Bahia ao Maranhão, durando desde o último quartel do século XVII até a segunda década do século seguinte (PUNTONI, 2002). Muitos indígenas morreram nos combates ou foram

reunidos nas missões. Os “Sucurus” são citados nos conflitos de que participaram outros povos indígenas habitantes do interior da Capitania até os sertões do São Francisco.

Para a instalação das fazendas de gado no Agreste e Sertão pernambucano era necessário amansar os índios “hostis”. Em 1661, o Governador Francisco de Brito Freire informava o aldeamento de muitos “tapuias”, até aquele momento considerados “indomáveis”, tendo sido constituídas duas novas povoações, com igrejas, sob a responsabilidade do Pe. João Duarte do Sacramento, fundador da Congregação do Oratório no Brasil (MEDEIROS, 1993, p. 35). Uma das missões dos Oratorianos estava localizada em Limoeiro, de onde partiram missionários para aldear outros indígenas na região mais próxima. Essa foi uma primeira tentativa mal sucedida de concentrar os antepassados dos Xukuru, que chegou ao final quando os habitantes da aldeia foram vitimados por bexiga. Os sobreviventes foram aldeados em Limoeiro, atual município situado na fronteira da Zona da Mata Norte pernambucana.

Dez anos mais tarde, por volta de 1671, o Pe. Sacramento fundava, no “Ararobá” (Serra do Ararobá), uma aldeia de índios Xukuru (MEDEIROS, 1993, p. 51-53). Ao lado das referências mais antigas aos Xukuru, são citados os Paratió (Paraquioz). Em 1749, por exemplo, além de 642 xukurus na Aldeia do Ararobá, assistida pelos Oratorianos, foi citada a Aldeia Macaco, onde anteriormente estivera um religioso franciscano, habitada por 182 indígenas “Tapuyos Paraquioz”. A Aldeia Macaco é citada também em 1671 e, posteriormente, em meados do século XVIII, localizada, ao que tudo indica, nas cercanias das nascentes do Rio Ipanema, nas proximidades de Cimbres (Apud. SOUZA, 1989, p. 11-12).

Para manutenção da missão religiosa os Oratorianos implantaram currais de gado nas terras indígenas, explorando a mão-de-obra nativa. Em perfeita sintonia econômica com os sesmeiros invasores, os religiosos ampliaram suas propriedades, a exemplo dos Sítios Sapoti e Couro d’Anta, recebidos por doação de João Fernandes Vieira. Os missionários se dedicavam ao

comércio de gado, tornando produtivas as terras sob o domínio da Congregação, permitindo com isso a compra de mais terras, até então ocupadas por sesmeiros, nas localidades próximas a missão (MEDEIROS, 1993, p. 63-64). O local era considerado como “a chave de todo aquele sertão”; esta foi a razão de ter sido mantida, por muito tempo, a Missão do Ararobá, como ponto de apoio para a expansão das invasões e ocupações portuguesas no Agreste e Sertão pernambucano até o cearense.

Em consonância com a determinação do Diretório de Pombal, o Governo da Capitania de Pernambuco, em carta de 1761, determinou ao Ouvidor da Comarca de Alagoas que “A todas as vilas e lugares que erigir, denominará Vossa Mercê com nomes de Portugal” (Fiam/CEHM, 1985, p. 81). Assim, no local do antigo aldeamento do Ararobá, chamado de Nossa Senhora das Montanhas, e conhecido também como Monte Alegre, foi fundada, em 1762, na Serra do Ororubá, a Vila de Cimbres, nome de uma povoação portuguesa no Distrito de Viseu. A partir desta data e por todo o século XVIII na documentação da Câmara de Cimbres encontram-se frequentes registros sobre os indígenas do antigo aldeamento do Ararobá.

A “Lista e traslado do caderno das avaliações dos dízimos desta vila de Cimbres”, de 1777, além de citar a presença de indígenas em diversas localidades das terras que compreendem o aldeamento, apresenta um esboço da produção econômica dos aldeados. São relacionados nomes de índios do sexo masculino, possivelmente correspondendo a chefes de famílias, que cultivavam milho, produziam farinha e criavam gado, possivelmente para consumo doméstico, em apenas uma das localidades relacionadas. Toda produção foi contabilizada, em um total geral de 140 mãos de milho, quatro alqueires e meio de farinha. (Fiam/CEHM, 1985, p. 146-149). Esses dados possibilitam o esboço de um retrato da agricultura, das relações socioambientais e dos recursos naturais utilizados pelos índios no aldeamento de Cimbres, em fins do período colonial.

A expansão colonial portuguesa na região do Agreste pernambucano inicialmente ocorreu pelos caminhos que acompanhavam dois rios que desaguavam no litoral, o Capibaribe e o Ipojuca. Este último nasce em terras da Serra do Ororubá. Seguindo da costa pelo “Caminho do Ipojuca”, passava-se “pello arubá” daí se podia ir para o Sertão de Pernambuco, pelo vale do Rio Moxotó, ou à direita, até o sertão da Paraíba. A Estrada Real, que se iniciava no Recife e percorria o Vale do Ipojuca até o São Francisco, era caminho de boiadas desde 1799, como afirmava, em 1802, o Bispo de Pernambuco, Dom Azeredo Coutinho (MELLO, 2004, p. 96-97).

A Serra do Ororubá, onde foi fundada a Vila de Cimbres, faz parte do complexo da conhecida Serra da Borborema, que se estende pela região do Agreste, desde o Ceará até Pernambuco. Estudos apontam que uma derivação da Borborema se inicia exatamente em Pesqueira, espalhando-se por regiões vizinhas, alcançando ainda Águas Belas, onde habitam os índios Fulni-ô. (SOBRINHO, 2005, p. 163-164). O Agreste é uma região intermediária entre o litoral úmido e o sertão seco. A sobrevivência humana nessa região está intimamente relacionada a alguns poucos rios perenes que nascem nas serras e correm em direção ao litoral, e aos chamados “brejos de altitudes”, espaços de clima ameno, onde uma elevada densidade populacional coexiste com as atividades agrícolas e a pecuária. A região montanhosa favoreceu a formação desses brejos que se constituem em espaços subsumidos, como manchas ou bolsões diante da aridez acentuada do clima predominante.

Historicamente, o Agreste vem desempenhando as funções de fornecedor de gêneros alimentícios e de mão-de-obra para a Zona da Mata canavieira e o litoral, por meio das migrações sazonais. O Agreste recebe pequena quantidade de chuvas, é caracterizado pelas “formas ásperas, os solos rasos e não raro pedregosos, a flora dominante da caatinga e a hidrografia intermitente”, onde ocorrem secas periódicas, muitas vezes calamitosas, agravando a qualidade dos solos e o aproveitamento

dos recursos naturais disponíveis (MELO, 1980, p. 173-175). Nas cercanias do Vale do Ipojuca estão localizados os brejos de São José e Ororubá, ambos situados na Serra do Ororubá.



Brejo de São José, Aldeia São José na Serra do Ororubá

Foto: Edson Silva março/2010

Os brejos representam pequenas faixas isoladas de transição entre a Zona da Mata úmida canavieira, possuem solos profundos, matas de serras e cursos d'água permanentes, favorecendo a policultura tradicional, como a lavoura do feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, a horticultura e a fruticultura, com cultivo de banana, pinha, goiaba, caju, laranja, dentre outras (MELO, 1980, p. 176).

Notemos, além disso, que, nesses interflúvios e em outros de menor amplitude aparecem manchas numerosas, que, não chegando a constituir verdadeiros brejos, representam áreas onde se atenuam às condições de semiaridez, com seus efeitos benéficos nas atividades pastoris. Atenuação dos efeitos da semiaridez é também a existente nas áreas dos chamados pés de serra, preferidas pela lavoura nos espaços de baixa pluviosidade. (MELO, 1980, p. 181)

Durante muito tempo, a produção de frutas e hortaliças dos brejos abasteceu não somente as feiras das cidades próximas, como também as situadas em bairros do Recife.

Aldeamento de Cimbres: terras excelentes para agricultura e criação de gado

No verbete “Cimbres”, encontrado no *Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco*, publicado em 1863, além de ter reconhecido a existência de índios na Serra do Ororubá, o autor ressaltou a riqueza dos recursos ambientais do lugar, quando escreveu:

Esta vila é propriamente uma aldeia, habitada por indígenas, que muito se gloriam de ser descendentes dos Xucurus e Paratiós, porém muito preguiçosos. Não obstante a pobreza da aldeia, o termo é um dos mais ricos e de maior importância no Sertão pela riqueza natural e produtiva, pelos edifícios que ultimamente se tem edificado e pela instrução a que se tem chegado. (HONORATO, 1976, p. 38)

Em outro trecho, depois de enfatizar a importância da agricultura local, apesar de insistir no trabalho agrícola indígena como menor, o autor se referiu ao modo de vida indígena: “Os índios vivem da caça e cultivam muito pouco; as mulheres fazem lança, fiam algodão, fazem panos para se vestir, e lamentam-se excessivamente quando os maridos não são bem sucedidos nas caçadas”. (HONORATO, 1976, p. 38). Apesar das invasões de fazendeiros, existiam matas na região, possibilitando aos índios o acesso aos recursos naturais.

No Relatório da Comissão nomeada pelo Presidente da Província de Pernambuco que emitiu em 1873 um parecer a respeito dos aldeamentos em Pernambuco, a Aldeia de Cimbres situada na Serra do Urubá (hoje Ororubá) distante 64 léguas do Recife na Comarca do Brejo da Madre de Deus, é mencionada como “uma das maiores propriedades dos índios” da Província. As

terras da Aldeia mediam três léguas de comprimento por uma de largura, estendendo-se até o Rio Ipojuca. A Vila de Cimbres, núcleo inicial da missão religiosa e da colonização portuguesa entre os índios naquela região, foi citada como localizada “em terras dos índios”, correspondendo a mais uma légua de terras. A área da Serra foi considerada “excelente” para a agricultura, enquanto a região baixa era propícia para a criação de gado. Consta no Relatório ainda que em Cimbres eram realizadas edificações sem autorização legal e que a reação indígena aos esbulhos de suas terras provocados pela Câmara Municipal resultavam em conflitos com os Xukuru.

Dez anos mais tarde, em 1874, na sua crônica diária, um jornal do Recife tratava da Comarca de Cimbres e ressaltava as perspectivas promissoras da “vila Pesqueira”. Mas, para o cronista, esse futuro estava ameaçado pelo “atraso” que representava o aldeamento dos índios. Por essa razão era necessário extingui-lo. Apesar da sua crítica preconceituosa, o texto informava o valor das terras e o que os índios cultivavam: “os melhores terrenos para a agricultura estão em poder dos intitulados aldeados, gente indolente que se limita a ter um bananeiral e alguma mandioca” (MELLO, 1975, p. 797).

A defesa explícita dos interesses de terceiros sobre as terras do antigo aldeamento, continuamente demonstrada na documentação da Diretoria dos Índios em Pernambuco, aparece claramente no texto, quando tratou da existência dos índios: “Existem no aldeamento muitos indivíduos que, pelo fato de casarem com índia, seguem a condição da mulher e tornam-se aldeados” (MELLO, 1975, p. 797). A ênfase na afirmação da mistura dos seus habitantes, um discurso sempre repetido, servia como fundamentação para o pedido de extinção do aldeamento, como “uma necessidade do bem-estar dos habitantes” e do futuro daquela comarca e das regiões vizinhas.

A fertilidade das terras na Serra do Ororubá foi sempre evidenciada. No *Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, publicado em 1908, foi ressaltada a

produção agrícola de Cimbres, com milho, feijão, mandioca, algodão, fumo, cana-de-açúcar e batatas. Além de frutas, como ananases, laranjas, cajus, goiabas, bananas e pinha. O autor frisou, porém, que essa produção advinha da Serra, pois: “Geralmente fraca no município, a agricultura, é futura na Serra do Ororubá pela uberdade de que oferece”. (GALVÃO, 1908, p. 181).

Em outro trecho, o autor afirmou que, além da abundância da criação de gado, cavalos, ovelhas e cabras, existiam animais silvestres na região, como veados, caititus, onças de diversas espécies, raposas, gatos maracajás, tatus, tamanduás, coelhos, mocós, preás, guarás, furões, maritacas, tejus, juntamente com “aves de diversas espécies e portes”. Afora o cedro, foram citadas outras árvores nativas e seus usos medicinais:

A aroeira (muito usada no cozimento do entre casca para dores de garganta), o bom nome (com o uso específico das moléstias das vias respiratórias), o jucá ou pau-ferro, o assafraz, guáico, cabeça de negro, gitó, parreira brava, japecanga (sucedaneo da salsaparrilha), o ingazeiro, jaboticabeira, o imbuzeiro, a catinga de porco (de cujas folhas se faz travesseiros sobre os quais se deitando os doentes de dores de cabeça e tonteiras, dizem cessar o incômodo), o mulungu, o cardeiro (mandacaru), o marmeleiro, o velame o barbatenão, etc. (GALVÃO, 1908, p. 181)

O conhecimento do uso dessas plantas medicinais pode evidenciar a sua tradicional utilização pelos indígenas.

O autor também destacou a considerável produção agrícola de Cimbres, onde se colhiam cereais para abastecer as feiras da região. Plantava-se a cana-de-açúcar e existiam os engenhos São Francisco, São José, Pedra D'Água, Minas, Zumbi, São Braz, Conceição, Santa Rita, Santa Catarina, São Marcos, Afetos, Trincheira, Bem-te-vi, Couro d'Anta e Gerimum e “algumas engenhocas de rapadura”. Galvão enfatizou a fertilidade das terras do antigo aldeamento, quando afirmou: “O terreno é muito produtivo, principalmente na Serra de Ororubá”. Citou ainda artigos produzidos pelos índios, quando escreveu: “A indústria local é a criação, a fabricação de redes e sacos de algodão, de

esteiras, chapéus de palha e vassouras, de cachimbos de barro, feitos pelos índios habitantes da serra de Ororubá”. (GALVÃO, 1908, p. 182)



Mata na Aldeia Pedra d'Água, Serra do Ororubá

Foto: Edson Silva março/2010

Índios agricultores x fazendeiros do gado: conflitos pelas terras no Ararobá

No Agreste, um ambiente de clima predominante seco e com falta de chuvas, as disputas pelas regiões úmidas e pelas fontes de água eram intensas. Daí os conflitos envolvendo os fazendeiros invasores nas terras do antigo aldeamento de Cimbres e seus primeiros moradores, os índios, uma vez que:

Todos esses extensos espaços variavelmente semiáridos condicionam, como forma de uso da terra, a existência de uma pecuária dominante leiteira e, ao lado da mesma, a existência de atividades de lavoura predominantemente de curto ciclo vegetativo, bem adaptado, portanto, a um regime pluviométrico de chuvas concentradas e longo período seco. (MELO, 1980, p. 182)

A expansão pastoril foi cada vez mais acentuada, restringindo assim as lavouras de subsistência. E os brejos das serras foram sendo usados como refrigério para o gado, em períodos de longas estiagens:

As serras, muito úmidas no inverno, não se prestam à pecuária e são aproveitadas por agricultores que cultivam cereais, plantas do ciclo vegetativo curto. Na estação seca, após a colheita do feijão, do milho e do algodão, o gado é levado para a serra, para o brejo, onde se mantém com este alimento suplementar à espera de que, com as primeiras chuvas, a caatinga reverdeça. São famosas por servirem de refrigério ao gado certas serras, como as de Jacarará, da Moça e de Ororobá, em Pernambuco. (ANDRADE, 1998, p. 157)

Por outro lado, o plantio do capim para a pecuária, em áreas de caatinga ou nas cercanias das matas de serra, provoca a erosão do solo já tão pobre. A apropriação das terras, pelos fazendeiros criadores de gado, e o cultivo de pastagens representaram um novo ciclo de relações sociais na região. Ao índio pequeno agricultor cabia utilizar as terras agora consideradas alheias, porque em mãos dos fazendeiros, em regime de cessão de glebas para cultivo e moradia. Em troca, o agricultor plantava o capim destinado ao gado, que era alimentado também de restolhos da lavoura do morador.

Com a lucrativa expansão da pecuária, mesmo as fazendas de algodão e os cafezais erradicaram seus plantios: “Para o proprietário, a partir de quando se tornou desinteressante ceder terras em parceria ou em arrendamento para pequenas lavouras, o que passou a interessar foi, sobretudo, o retorno das glebas cedidas cobertas com restos de culturas, para seus animais, ou com pastos plantados.” (ANDRADE, 1998, p. 214)

Restava ao pequeno agricultor na Serra do Ororubá pequenas parcelas de terras, os chamados “sítios”, insuficientes para a sua subsistência e da sua família.

Um “Abaixo-assinado dos Índios da extinta Aldeia de Cimbres”, contendo 192 assinaturas foi enviado, em 1885, ao Presidente da Província de Pernambuco. No longo texto que

antecede os nomes dos signatários, eles apelam para o senso de justiça da autoridade provincial, pedindo providências para “fazer cessar as perseguições de que são vítimas”. Informavam os índios que as terras públicas, onde eles se encontravam, estavam sendo invadidas por “verdadeiros intrusos”. Os índios se ocupavam “exclusivamente do trabalho da agricultura” para se manter e denunciavam as invasões das terras, por fazendeiros. A exemplo de um fazendeiro que fugindo da seca na Paraíba, ocupara uma das áreas mais férteis na Serra do Ororubá, com seu gado destruindo as roças dos indígenas que, por serem pobres, estavam sendo explorados e não eram ouvidos em suas queixas, pelas autoridades policiais,

Indivíduos sem título algum, entre eles, José Alexandre Correa de Mello, que vindo dos lados do cariri pela seca, apossou-se de um dos melhores sítios do extinto aldeamento, e ali tem fundado, por assim dizer, uma fazenda de gado, que cotidianamente destrói as lavouras dos suplicantes, que recorrendo à proteção legal, recorrendo às autoridades policiais não são atendidos, porque são desvalidos, são índios miseráveis, e como tais sujeitos a trabalharem como escravos para os ricos e poderosos!

Além da “linguagem” da exploração do trabalho indígena, os fazendeiros perseguiram os queixosos, que eram presos e processados. Como acontecera com Manoel Felix Santiago, o índio que encabeçava o abaixo-assinado: “por não ter cedido do seu direito” fora preso, mas absolvido:

Essa é a linguagem dos tais criadores da serra, que entendem levar os suplicantes a ferro e fogo, sendo que o primeiro dos abaixo assinados, por não ter cedido do seu direito, reclamando-o constantemente, foi preso, processado, e pronunciado como estelionatário, mas, felizmente absolvido pelo Juiz, que dá prova mais significativa da indignação da opinião pública, manifestada em seu favor.

Os índios afirmavam que, com a extinção do aldeamento, o Governo Imperial determinara “a demarcação dos terrenos que lhe eram pertencentes”. Mas, embora tendo sido publicados os editais,

pela Tesouraria da Fazenda, para propostas de agrimensores executores da medição, até aquela data ela não fora reconhecida, sendo as terras invadidas por “intrusos”, fazendeiros criadores de gado, destruidores das lavouras dos índios, “para que assim os suplicantes perseguidos abandonem as suas antigas e legítimas posses!

No documento, lembravam ainda os índios que Manoel Felix Santiago, superando “sérias dificuldades”, fora “pessoalmente” procurar o Imperador, tendo sido orientado para se dirigir ao Ministro da Fazenda e este recomendara ao Presidente da Província tomar as providências necessárias para retirar os “intrusos” que invadiram as terras do antigo aldeamento. Afirmavam os signatários que cabia à autoridade provincial determinar ao Juiz Comissário da Comarca cumprir a “bem clara e terminante a disposição do Artigo 2º da Lei número 601 de 18 de setembro de 50, que manda retirar os intrusos perdendo as benfeitorias etc.”. A referência se relacionava ao que previa o citado artigo da Lei de Terras de 1850, para ocupações posteriores em terras demarcadas oficialmente. Embora esse não fosse, como afirmaram os índios no seu documento, o caso das terras do ex-aldeamento de Cimbres. Eles encerravam o abaixo-assinado afirmando sua condição de “sempre prudentes, e respeitadores da lei”; demonstravam, assim, além do conhecimento da legislação em vigor, uma interpretação a favor deles, que garantisse a reivindicação de seus direitos.

A pesquisa documental demonstrou que a extinção oficial, em 1879, do antigo Aldeamento de Cimbres, consolidou o domínio dos fazendeiros, de longa data invasores nas terras férteis da Serra do Ororubá. Uma ou outra família indígena ficou com a propriedade de pequenos pedaços de terras, insuficientes para a sobrevivência. Os conflitos que se acentuaram após meados do Século XIX mesmo depois da extinção do aldeamento se prolongaram por todo o século XX.

Sua Majestade: o Boi!

Na crônica “Serra do Ororubá”, publicada em 1953, o autor expressava sua alegria pelas chuvas do inverno que, regando a terra, enfeitava a Serra de folhas e flores, deixando-a semelhante a uma “rainha” e “mãe” que sempre fora. O cronista, ao longo do seu texto, retomou saudosamente o passado da produção, das relações sociais e condições de vida na Serra. Para o autor, não fazia muito anos, “a Serra do Ororubá era ainda um celeiro” com muitos plantios de café. A Serra era um pomar: produzia café, mandioca, frutas e tanta cana, motivando até a inveja dos engenhos do litoral!

Porém, tudo isso mudara no transcorrer de poucos anos. Caminhava-se “léguas para se ver alguns pés de café ou uma tarefa de roça. Em vez dos engenhos, taperas. Em vez do canavial, vazantes de capim. Em vez de milhares de habitantes de barriga cheia, milhares de bois, de barriga cheia”. Com as invasões violentas, qual “vândalos”, dos bois, foram destruídos os sítios e pomares, colocando em fuga seus habitantes. Segundo o cronista a era humana foi substituída pela bovina: tudo se tornara um imenso curral no final imperava o “invencível, senhor absoluto, Sua Majestade – o Boi”.

Diante da conhecida situação, o autor comparava Pesqueira ao município de Triunfo, que, diferentemente, era “um oásis de fartura no Sertão”. Também situado em uma região montanhosa, Triunfo, bem menor que Pesqueira, era um município rico, isso porque cada família tinha um pedaço de terra, com centenas de engenhos, casas de farinha e considerável produção agrícola, significando fartura. Em Pesqueira, existia uma lógica inversa, a da era do boi, que provocaria, em breve, a falta de alimentos, “Os agricultores são empurrados para a ribeira estéril, se não querem ser operários na cidade. E o município, que outrora se bastava a si mesmo e ainda abastecia outros mercados, hoje é quase faminto e dentro pouco tempo estará importando até maxixe”.

A “ribeira” referida pelo cronista situava-se ao longo das margens do Rio Ipojuca que, em épocas de secas, tornava-se um filete de água, sem garantia para a sobrevivência dos moradores próximos. Aos expulsos de suas terras restava então serem operários nas fábricas de doces em Pesqueira. As terras férteis da Serra do Ororubá foram ocupadas pelas fazendas de gado ou pelo plantio de frutas destinadas à indústria doceira municipal.

Na semana seguinte, o mesmo autor, Pe. Olímpio Torres um sacerdote católico romano, publicou no mesmo jornal local, mais um artigo sobre a Serra do Ororubá. Depois de discorrer sobre o texto bíblico que trata das origens humanas, ele invocou a necessidade da solidariedade humana frente a uma situação de crescente miséria para muitos e riqueza de poucos, escrevendo: “O problema da Serra do Ororubá entregue aos bois, para riqueza de meia dúzia, enquanto os seus antigos agricultores definham numa miséria sempre crescente – é uma pedra de toque por onde se pode auferir do bom senso e do espírito de humanidade daqueles que falam do assunto”. O religioso, citando o município de Floresta, onde na Serra do Umã era proibida a criação de gado, para não prejudicar a agricultura, cobrou do poder legislativo de Pesqueira uma medida igual para a Serra do Ororubá.

Os artigos de religioso provocaram um inquietante debate em Pesqueira, como se observa na crônica publicada por Aloísio Falcão. Jornalista no Recife, ele mantinha uma coluna no *Diário de Pernambuco*, o maior jornal da capital. Escreveu Falcão que visitara Pesqueira em dias passados e testemunhara uma “agitação” provocada pelas discussões a respeito do “problema” da agricultura na Serra do Ororubá, estando próxima à vitória daqueles que advogavam “uma fixação de limites” entre as áreas destinadas às lavouras e às atividades pastoris. Reconhecendo a importância econômica municipal da pecuária, defendia o jornalista uma firme campanha nos jornais e rádios locais, para esclarecer a opinião pública sobre os prejuízos aos interesses coletivos pela falta dos tais limites.

Para Falcão, a ausência de demarcação de áreas reservadas e a apropriação e emprego “abusivo” das terras agricultáveis, para criação de gado, provocava a elevação do custo de vida, em razão da diminuição da produção de alimentos. Para o jornalista, possuíam uma atitude “reacionária” os criadores que resistiam a uma razoável demarcação dos limites. Lembrava ele ainda que os responsáveis por determinar tais limites estavam sujeitos a uma “quarentena”, pelo julgamento popular, devido à inércia para tomar a necessária decisão.

Ora, tal decisão acerca dos limites não interessava aos políticos e administradores de Pesqueira, pois os cargos públicos municipais, em sua grande maioria, eram ocupados por fazendeiros criadores de gado na Serra do Ororubá. A elite econômica e a oligarquia local eram formadas por indivíduos pertencentes a famílias que secularmente tinham se apropriado das terras do extinto aldeamento de Cimbres, expulsando seus antigos moradores.

“Retalhos de matas testemunhos”: o desmatamento em nome do progresso econômico

O estudo de um geógrafo em 1956, ainda que não faça nenhuma referência aos índios habitantes na Serra do Ororubá e circunvizinhança, descrevia a localidade como uma região de solo arenoso e pedras com clima semiárido e também semiúmido, onde, durante boa parte do ano, predominava a seca. O gado dividia o espaço com lavouras e plantações de tomate:

O pardo triste da vegetação então despida de folhas e o aspecto agoniado das cetáceas põem em destaque o viço lustroso das cercas vivas dos aveloses que cumprem, entre outras utilidades, a função de separar as áreas do criatório extensivo, em campo aberto, dos tratos de terras cultiváveis, enquanto que apenas aqui e ali, em locais aparentemente escolhidos a dedo, algumas raras unidades arbóreas, também sempre verdes, espalmam suas frondes proporcionando o bem-estar de uma sombra. Paisagem esta ainda mais desoladora posta em

comparação com a outra, a da época das chuvas miúdas, quando as caatingas reverdecem e florescem em todo “Seu” esplendor, permitindo a colheita de frutos silvestres, a engorda do gado e o trabalho agrícola nos roçados e nas plantações de tomate (SETTE, 1956, p. 8)

Os citados roçados eram os sítios, pequenas glebas de terras espremidas entre as áreas de criação das fazendas, que permaneciam nas mãos de umas poucas famílias indígenas.

O mesmo estudo apontava o desmatamento recente das matas existentes nos brejos úmidos característicos da Serra. Restavam insignificantes “retalhos de matas testemunhos”, pois as matas de outrora continuavam a ser substituídas por cafezais, plantações de goiabeiras, bananeiras e outras frutas. (SETTE, 1956, p. 12). Produção essa destinada às fábricas de doces em Pesqueira. As matas eram derrubadas também para abastecer de lenha as locomotivas do trem que ligava Pesqueira ao Recife, “as fornalhas das fábricas de doces, os fornos de padaria e fogões domésticos” (SETTE, 1956, p. 8). Ocorria, portanto, a destruição do patrimônio natural da Serra, para atender as exigências da lógica econômica em vigor.

A partir dessa lógica, a Serra estava sendo toda ocupada. Nas localidades mais úmidas predominava a criação do gado de corte e o destinado à produção de leite. Nos sopés da Serra, mais próximos da cidade, constatava-se a “plantation” do tomate destinado à indústria, “enxotando cada vez mais para longe os roçados de subsistência ou mesmo reduzindo as áreas de criação” (SETTE, 1956, p. 14).

A Serra do Ororubá foi, e continua sendo a fornecedora de gêneros alimentícios para Pesqueira. Na lógica econômica em vigor nos anos de 1950 eram trazidos do Ororubá a matéria-prima para as indústrias de doces existentes na cidade, como registrou o estudioso sobre uma possível primeira impressão do visitante recém-chegado, “Durante os meses de safra, os caminhões abarrotados de caixotes de frutas e tomates fazem filas diante dos portões dos estabelecimentos fabris enquanto paira no ar cheiro de goiaba em processo de cosinhamento ou o odor acre dos tomates

fermentados atraindo enxames de impertinentes moscas.” (SETTE, 1956, p. 78)

O combustível para as fábricas era trazido da Serra. A madeira utilizada na indústria provocava a destruição das matas: “Essa dependência ao combustível lenha tem custado a destruição do revestimento vegetal primitivo. As matas do Ororubá e as caatingas altas dentro de uma área de enorme raio acham-se praticamente desaparecidas” (SETTE, 1956, p. 89). O desmatamento acelerado, além de influir nas condições do solo na região, prejudicar desde os pequenos agricultores aos fazendeiros, comprometia a própria indústria:

Também a devastação das matas para exploração da lenha, como já ficou assinalado, não só modifica a paisagem física, mas igualmente altera e dificulta as possibilidades agropecuárias dos fazendeiros e pequenos plantadores, devido ao aceleração dos processos de erosão dos solos no alto da Serra e ao rápido escoamento e evaporação das águas no pediplano. (SETTE, 1956, p. 92)

Para o geógrafo, a criação de gado também era a grande responsável pela degradação na Serra, pois existia “o costume, aliás, já antigo de alguns criadores em soltar os seus gados dentro das ‘mangas’ de ‘refrigérios’ nos brejos úmidos da Ororubá” (SETTE, 1956, p. 93). Esses espaços citados pelo estudioso eram locais de clima ameno e irrigados por riachos e fontes de água, onde se concentravam as roças dos pequenos agricultores, os índios cujas terras eram invadidas pelo gado, principalmente nas épocas de longas estiagens.

Também a água para as fábricas e para o consumo dos moradores em Pesqueira provinha da Serra. A fábrica “Peixe” possuía açudes que abasteciam suas unidades fabris. Todavia, já era vivenciado o “cruciante problema da água”, agravado principalmente na época das secas: “A Prefeitura possui dois açudes no alto da Serra que abastecem mal a cidade sob o regime de racionamento, principalmente durante os meses de estiagem e pior ainda por ocasião das secas” (SETTE, 1956, p. 94).



Riacho Cana Brava que após as chuvas desce da serra em direção ao Rio Ipojuca, na Aldeia Pé-de-Serra

Foto: Edson Silva março/2010

Nas conclusões de seu estudo o mencionado geógrafo constatava a decadência das atividades comerciais em Pesqueira, que foi perdendo sua posição de centro produtor e distribuidor regional agrícola, semelhante ao que assinalara Pe. Olímpio Torres, em sua citada crônica “Serra do Ororubá”. Para o geógrafo, a criação de gado e o fornecimento de matéria-prima destinada à indústria provocavam a destruição ambiental e findaram as caravanas de animais de outrora, que partiam de Pesqueira, em direção aos municípios vizinhos, com grandes carregamentos de frutas e cereais, farinha de mandioca, raízes, queijos e rapaduras.

Como escrevera o religioso e aparece registrado em artigos no jornal local, ocorria a alta do custo de vida, a fome e a miséria generalizada em Pesqueira. Uma lógica econômica baseada na criação de gado ou na agroindústria substituíra a produção de alimentos, expulsara a maioria e confinara alguns de seus produtores, os pequenos agricultores, os índios moradores na Serra do Ororubá. Um número considerável deles foi forçado a

abandonar seus antigos locais de moradia e se concentrar na periferia da cidade. Outros, passaram à condição de mão-de-obra para as fábricas, como fornecedores de matéria prima, ou como operários.

Memórias Xukuru sobre o ambiente

Em suas memórias, os índios Xukuru do Ororubá falam do Ambiente na Serra do Ororubá no período anterior as invasões dos fazendeiros. “Dona” Lica, moradora na Aldeia Cana Brava lembrou ter ouvido sua mãe falar que o local onde nasceu, sem a presença ostensiva de fazendeiros, possuía muita água e matas, proporcionando fartura de fruteiras. Ela e mais ainda seus antepassados viviam do que coletavam da Natureza: “Quando eu tinha oito anos eu ouvia minha mãe falar, que há 50 anos atrás era um tempo bom. Não era um tempo difícil. Tinha muita mangueira, muita bananeira, tinha muita caça, tinha muita água, tinha muitas matas. Não tinha essa história de capim. Não tinha essa história de fazendeiro”.

Outros índios entrevistados recordaram dos plantios existentes na Serra do Ororubá destinados à indústria de doces e conservas, as fábricas em Pesqueira. O Pajé Xukuru, “Seu” Zequinha, falou da grande dimensão de terras ocupadas pela Família Brito, com plantios de tomate: “tinham terra que nem o diabo! Aqui logo, começa logo aqui do Papa, vai a Alagoas tudo ali em Santana, por ali a fora tudo era deles, né. Sítio do Meio, eles tinham o que. Umas quinhentas quadras. Dava uns quinhentos quadra lá em Sitio do Meio. Esse Sítio do Meio foi grilado. Foi tomado”.

A conhecida família latifundiária ocupava terras em vários lugares na Serra do Ororubá e também em áreas de municípios vizinhos, “aqui eles tinha plantação pra todo canto, né! Eles tinha aqui em Lagoa do Meio. Eles tinha aqui em Capim Planta. Tinha em Batalha. Tinha em Roçadinho. Tinha em Caberão. Tinha em

muitos cantos por aqui. Tinha aqui em, aqui num lugarzinho que tem aqui. Tem um lugarzinho que chama-se Xukurus”. O povoado “Xukurus” está situado na zona rural do vizinho município de Belo Jardim e consta existir no local várias famílias indígenas. O lugarejo ficou fora da demarcação da terra indígena Xukuru do Ororubá, homologada em 2001.

Os plantios de goiaba se espalhavam por toda a Serra, em terras ocupadas por outros fazendeiros. A colheita era grande, nas safras da fruta, como afirmou o Pajé Xukuru:

Era muita goiaba! Tinha muita goiaba. Saía dez, doze caminhões de goiabas daqui de cima dessa Serra. Da terra da gente, mas nas mãos dos fazendeiros: São José, Cana Brava ela toda, ali em Caetano, por ali afora, por essa região quase toda. Em Vila de Cimbres, também tinha muita goiaba. Quando era a goiaba, era goiaba em todo o canto. Porque tinha muita goiabeira.

Era grande também a produção de tomate colhida nas margens do Rio Ipojuca e povoados adjacentes, inicialmente sem o uso de agrotóxicos, pois, só mais tarde apareceram as pragas:

Plantava aqui nessa ribeira: Pão de Açúcar e nessa região para sair para Arcoverde, Alagoinha, Papagaio, Mutuca, em todo o canto eles plantavam. Era muito tomate também! Não existia essa doença de tomate. Não existia não. Plantavam a granel. Ela dava a torto e a direito. Não usava veneno. Não sei que praga foi que deu...dava a granel.

Outro entrevistado conhecido como Zé Cioba, lembrou ainda que a fábrica Peixe possuía muitos plantios de tomates em várias localidades próximas de Pesqueira e a colheita de frutas se concentrava na Serra do Ororubá, em terras invadidas pelos fazendeiros e nas pequenas glebas indígenas:

Tinha mais de 200 plantios. Daqui, Lagoa Grande, Tiogó, Pau Ferro, Lagoa do Félix, Pintada, Milho Grande, Mirassol, Cachoeira Grande. Era fora da Serra. Porque a Serra era fria, o tomate não. As frutas era da Serra. Bananas, abacate, jaca, manga, era de Trincheira, Jitó, Sítio do Meio, Santana, Cana Brava, Mascarenhas. Era terra dos fazendeiros e dos índios também.

Diversos índios entrevistados relataram que a expansão das lavouras de tomates ou frutas, principalmente o plantio da goiaba, ocorreu como desmatamento, fosse das matas nas áreas mais altas da Serra do Ororubá, seja da caatinga nos sopés da Serra. Sendo as madeiras, algumas delas consideradas nobres, resultantes do desmatamento generalizado destinadas as fornalhas das fábricas na área urbana em Pesqueira.

As memórias sobre o Ambiente na Serra do Ororubá aparecem no livro *Caminhos do Sertão: crônicas*, publicado em 1970, onde o autor fez descrições das lembranças de caçadas realizadas com seu pai: “E continuou caçando, já agora por tudo que fosse sítio dos caboclos xucurus, que plantavam roças nas quebradas da Serra do Ororubá e bebiam aguardente, depois das novenas de maio e da Senhora Sant’Águeda, rezadas na capelinha de ‘Pai Simplício’”. (SANTOS, 1970, p. 47)

Na crônica “O sabiá da Serra”, ainda no mesmo livro,

Defronte, se levantava a majestade verde da Ororubá, cuja lombada era cortada pelo sinuoso caminho, antiga vereda dos xucurus, que levava a gente para o açude da ‘Pedra d’Água’, para a engenhoca de Seu ‘Mingo’, também para as laranjeiras dos ‘Afetos’ de Seu Veríssimo, ou para o sítio ‘São José’ do caboclo Arcelino, e, cujo riacho havia um poço azulado onde eu mergulhava, pulando dos galhos de uma ingazeira. (SANTOS, 1970, p. 67)

A citada “capelinha” é a dedicada a São José e está localizada na atual Aldeia São José, habitada pela antiga Família Simplício. O autor recordou o Ambiente em outros lugares na Serra do Ororubá.

Posto indígena Xukuru: terras férteis e grande produção agrícola para vendas

Muitos avisos mensais do “Posto Xucuru”, elaborados pelo Chefe do Posto Indígena Xukuru no final da década de 1950, listaram a produção agrícola em grandes quantidades de farinha de mandioca, feijão e frutas: caju, mangas, goiaba e bananas. Essas informações revelam a fertilidade e a diversidade de culturas, no espaço tão pequeno de 6ha de terras, correspondente ao patrimônio do Posto. Chama a atenção que, no início de 1959, apenas a farinha e o feijão foram integralmente destinados ao consumo. Dos 15.198 cajus colhidos, 10.000 foram vendidos. E ainda, das 10.897 mangas, apenas 2.000 foram consumidas. Das 5.170 caixas de goiabas, 5.000 foram vendidas, e as demais destinadas ao consumo. Todas as 167 caixas de tomates e os 897 litros de mamona foram vendidos. Como foi visto, nesse período estavam em pleno funcionamento as indústrias de doces e conservas em Pesqueira. Considerável parte da produção agrícola do Posto foi destinada às indústrias na cidade, como confirmaria posteriormente Ney Land, membro do Conselho Nacional dos Povos Indígenas/CNPI, na sua descrição sobre o Posto Xucuru.

Em outro Aviso Mensal seguinte foi citado o plantio de uma grande quantidade de árvores frutíferas e pés de café. Em 3ha estavam plantadas 210.255 árvores. Foram colhidas e vendidas 18.117 caixas de goiabas e 414 de tomates. A população indígena era contabilizada em 1469 indivíduos, em sua maioria mulheres. Após meados do mesmo ano, o Aviso Mensal, registrou um maior volume da produção e o cultivo de outros produtos, como pitomba, macaxeira, milho, verduras e legumes, bem como a venda de boa parte da produção colhida. Informava também o aumento das vendas, inclusive de itens anteriormente destinados exclusivamente ao consumo. Assim, foram vendidos 4.600 dos 10.600 litros de farinha, 9.000 dos 10.300 milhos colhidos, 5.000 kg dos 6.4000 kg de macaxeira, 10.000 das 15.000 bananas. Foram vendidas ainda

1.200 caixas de pitomba, 4.500 caixas de tomates e 700 kg de verduras e legumes. Foi adquirido material de construção para conclusão da escola Marechal Rondon. A referida unidade escolar era localizada em Brejinho.

Constata-se, pela leitura dos Avisos Mensais expedidos dos anos seguintes, um significativo aumento da produção agrícola destinada à venda, em oposição à diminuição da quantidade para consumo. Os encarregados do Posto por diversas vezes solicitaram ou reclamaram à Inspeção Regional do SPI no Recife a ausência e/ou atraso dos repasses de recursos, bem como a falta de sementes e ferramentas para os índios, sempre citados como desamparados. Tratava-se dos índios espalhados na Serra do Ororubá, enquanto era vendida quase toda a produção do Posto.

Erosão, seca e riacho sem peixes: diferentes retratos ambientais da Serra do Ororubá

A descrição do Ambiente na Serra do Ororubá elaborada por Ney Land em 1965 é por demais pessimista. A estrada do Posto Xukuru até Brejinho estava péssimas condições, com grandes buracos e desfiladeiros, por onde escoavam as águas das chuvas. Para Land, não existiam comunicações entre as várias localidades, na Serra do Ororubá. A seca era favorecida pelo clima quente, e a impermeabilidade do solo provocava o rápido escoamento das chuvas, em uma região com duas estações bem definidas: inverno e verão.

A geografia local era de terras altas, com secas, erosões e um pequeno riacho. Ao enfatizar as “reduzidíssimas lavouras”, o plantio dos cajueiros, mangueiras e o cafezal, Ney Land evidenciava uma outra situação, muito diferente de anos passados recentes, em que os avisos mensais do Posto traziam contínuas informações sobre a considerável produção agrícola, principalmente de frutas. O membro do CNPI afirmou a inexistência de fauna local, apenas de “pássaros para gaiolas” e

declarou que no riacho que não havia peixes. A região de Brejinho era a mais habitada. Informava ainda Land que, além de um hectare cultivado com milho, o Posto tinha vinte pés de abacate, trinta de bananeiras, quatro laranjeiras e trinta mangueiras. No ano anterior, a produção de vinte caixas de goiabas fora vendida à fábrica Peixe.

Outro retrato do Posto e dos Xukuru, com uma detalhada riqueza de informações, é encontrado em um Relatório de Estágio de William Ribeiro, em 1971. As observações resultaram do acompanhamento da rotina do Posto e da convivência muito próxima com os Xukuru. Ribeiro começou afirmando a grande dimensão da área habitada pelos “remanescentes” Xukuru, existindo aldeia distante 20 km da sede do Posto. Toda a área foi percorrida a cavalo por William, que esteve, dentre outros locais, em Cana Brava, Brejinho, Vila de Cimbres.

Nas terras de propriedade do Posto havia além de fruteiras, muitos pés de café, mas descuidados e prejudicados pelo mato daninho. Após a colheita, o terreno seriam preparado para o plantio do café e da mandioca. Na estação chuvosa seriam plantados milho, feijão, maracujá e quiabo, afora goiaba, manga, abacate e jaca, culturas cuja produção encontrava facilmente mercado. Convicto de que, com isso, seriam mudadas as precárias condições de vida dos Xukuru, William afirmava que assim alcançariam o progresso como meta desejada.

Ascensão e decadência da fábrica Peixe: os custos socioambientais

Como foi visto, durante a década de 1950 crescera consideravelmente a produção agroindustrial em Pesqueira, mas com um elevado custo social. Na Serra do Ororubá, onde moravam os índios Xukuru do extinto Aldeamento de Cimbres, as fazendas de gado, com grande produção leiteira, dividiam os espaços com o plantio de tomates e frutas destinadas às indústrias de doces e

conservas na cidade. Na Serra também, além da água canalizada para o abastecimento das indústrias, as matas eram devastadas, para a retirada de madeira que serviu como combustível para as fábricas. Seus antigos habitantes eram expulsos de suas terras e, como foi visto, muitos vieram morar na periferia de Pesqueira, onde alguns se tornaram operários. (SETTE, 1956) Miséria para muitos e fartura para poucos. O avanço do latifúndio agroindustrial na Ororubá provocava a escassez da produção de alimentos destinados à cidade, com a elevação dos preços, a pobreza generalizada e a mendicância acentuada, como noticiava um jornal local.

Em uma longa matéria publicada em fins de 1962 em um jornal impresso no Recife e de grande circulação no Estado de Pernambuco, as fábricas Peixe anunciavam a execução, com sucesso, de seu plano de Reforma Agrária em Pesqueira e sete municípios vizinhos, onde existiam terras de seu domínio com plantios de tomates e frutas destinadas à fabricação de doces. Após enfatizar a importância econômica daquela indústria doceira para o desenvolvimento municipal e regional, o artigo abordava a preocupação com o problema social e as condições de vida dos trabalhadores.

A “parceria agrícola” estabelecida pela fábrica Peixe estava baseada em um contrato escrito, com “deveres e obrigações de ambas as partes”, em que a empresa deveria dar toda a assistência técnica, sementes, cuidado com o solo, além de irrigação, habitação para o agricultor e o transporte de toda a sua produção paga em 50%, em um preço previamente fixado pela fábrica Peixe. Por sua parte, o agricultor deveria acatar as normas e determinações previstas no contrato, mantendo em bom estado o solo cultivado, a habitação e as estradas, “recebendo para isso retribuição extra”, não indicada na reportagem. Além disso, ele entregaria toda a sua produção, conforme o preço fixado no contrato, devendo “somente plantar na área reservada à lavoura de subsistência, cereais ou lavouras de ciclo curto, afim de que, concluída a colheita e de acordo com o plano de pecuária, o gado

da empresa possa pastar em toda a área, durante dois ou mais meses, até o início das culturas do ano seguinte”. (FEITOSA, 1985, p. 82)

Desde meados de 1950, a fábrica Peixe detinha em seu poder uma grande área agrícola, onde se situavam as “fazendas” de cultivo, com base no trabalho assalariado. A parceria proposta por aquela indústria, no início dos anos 1960, além de fazer parte de um processo de reestruturação da empresa, foi propagada como uma estratégia para melhorar, mas fundamentalmente o objetivo era modificar as relações de trabalho e produção, salvaguardando os interesses da empresa. A indústria doceira, outrora saudada como promotora do progresso e do grande desenvolvimento regional dava seus primeiros sinais de decadência, sendo a perda de lucros e os custos sociais considerados naturalmente como remediáveis. A proposta da Indústria Peixe constituía fundamentalmente uma resposta das elites econômicas para atenuar os conflitos sociais, decorrentes da concentração de terras e da manutenção de relações de exploração dos trabalhadores rurais, em Pesqueira e regiões próximas. (FEITOSA, 1985) Os graves problemas sociais eram vistos, antes de tudo, como uma questão de polícia. É sintomático que o recorte do jornal esteja depositado no Arquivo Público Estadual de Pernambuco na documentação do Dops.

A fábrica Peixe e as demais indústrias de doces e gêneros alimentícios instaladas em Pesqueira entraram em decadência em fins dos anos 1960 que se acentuou na década seguinte, em consequência das mudanças econômicas em que os grandes capitais passaram a ser investidos no Sudeste do país, em fábricas concorrentes. Ocorreu a desagregação do clã dos Brito, a venda da empresa a um grupo canadense e, posteriormente, a falência. (CAVALCANTI, 1979)

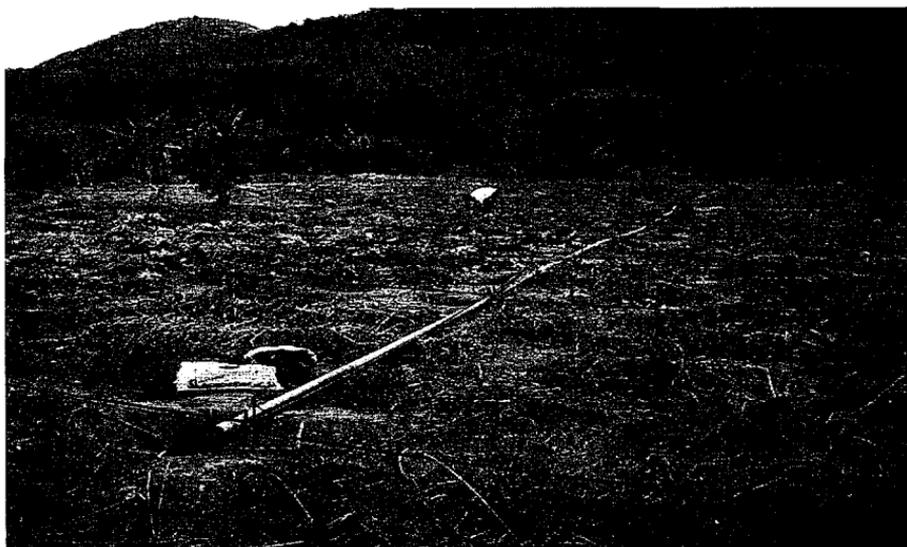
Xukuru: “guerreiros plantados para que nasçam novos guerreiros”

A metáfora da frase acima passou a ser afirmada pelos Xukuru após a morte de lideranças indígenas nas mobilizações, a partir de fins da Década de 1980, para retomada de suas terras nas mãos dos fazendeiros. Os Xukuru assassinados tendo como suspeitos os fazendeiros ou que morreram de forma natural no período de acirramento dos conflitos pelas terras na Serra do Ororubá, foram sepultados, “plantados” na Mata da Pedra d’Água, primeira área retomada pelos Xukuru. A retomada dessa área foi justificada pelos índios em razão de estar sendo desmatado o local onde eram realizados rituais indígenas.

A situação de penúria em razão das invasões das terras indígenas na Serra do Ororubá perdurou por muitos anos. Índios arrendavam suas próprias terras, em mãos dos fazendeiros, para trabalharem. A grande maioria, porém, recebiam míseros pagamentos como trabalhadores para os invasores. Tal situação mudou a partir dos anos 1980, quando liderados pelo Cacique “Xicão” (Francisco de Assis Araújo), os Xukuru estimulados pela participação nas mobilizações da Assembleia Nacional Constituinte que reconheceu e fixou os direitos indígenas na Constituição aprovada em 1988, iniciaram a retomada dos seus territórios. Para impedir a organização e mobilização indígena os fazendeiros planejaram o brutal assassinato do Cacique “Xicão” ocorrido em 1998. A despeito dos assassinatos posteriores de outras lideranças como “Xico Quelé”, das perseguições e ameaças, os Xukuru tiveram suas terras homologadas pelo Governo Federal, em 2001.

O autor também destacou a considerável produção agrícola de Cimbres, onde se colhiam cereais para abastecer as feiras da região. Plantava-se a cana-de-açúcar e existiam os engenhos São Francisco, São José, Pedra D’Água, Minas, Zumbi, São Braz, Conceição, Santa Rita, Santa Catarina, São Marcos, Afetos, Trincheira, Bem-te-vi, Couro d’Anta e Gerimum e “algumas

engenhocas de rapadura”. Galvão enfatizou a fertilidade das terras do antigo aldeamento, quando afirmou: “O terreno é muito produtivo, principalmente na Serra de Ororubá”. Citou ainda artigos produzidos pelos índios, quando escreveu: “A indústria local é a criação, a fabricação de redes e sacos de algodão, de esteiras, chapéus de palha e vassouras, de cachimbos de barro, feitos pelos índios habitantes da serra de Ororubá”. (GALVÃO, 1908, p. 182)



**Preparação da terra para plantio de legumes com uso de agrotóxicos
na Ribeira do rio Ipojuca**

Foto: Edson Silva março/2010

A população Xukuru atualmente é contabilizada, segundo os próprios índios, em mais de 10.000 indivíduos, que habitam 24 aldeias espalhadas pela Serra do Ororubá e com cerca de 200 famílias indígenas concentradas em três bairros, na periferia da Cidade de Pesqueira, além de outras famílias que moram nas demais áreas urbanas da mesma cidade. Atualmente Cerca de 97% do território demarcado está nas mãos dos Xukuru, restando ainda

ao poder público, indenizar, segundo a lei, as benfeitorias de pequenos posseiros invasores das terras indígenas.

Apesar da degradação ambiental com o mau uso dos recursos naturais pelos invasores ao longo de anos, e a continuidade na região da Ribeira do Rio Ipojuca do plantio por índios de legumes com o uso de agrotóxicos, uma herança de práticas dos fazendeiros, em larga escala para comercialização, a demarcação do território Xukuru em 2001 foi a concretização do sonho tão esperado, que vem possibilitando a fartura, o vicejar da vida, a dignidade. Pois também produtos agrícolas orgânicos, trazidos por índios de algumas aldeias na Serra do Ororubá e que são vendidos em uma feira semanal no centro de Pesqueira, são representativos de uma nova etapa na história do povo Xukuru.

Referências

ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 6. ed. Recife: Ed. da UFPE, 1998.

CAVALCANTI, Célia Maria de Lira. *Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira (Pernambuco)*. Recife, 1979. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco.

FEITOSA, Raymundo Juliano Rego. *Capitalismo e camponeses no Agreste pernambucano: relações entre indústria e agricultura na produção de tomate em Pesqueira – PE*. Recife, 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco.

FIAM/CEHM. *Livro da Criação da Vila de Cimbres: 1762-1867*. Recife: FIAM-CEHM, Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1985.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Diccionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro, s.n., 1908.

HONORATO, Manoel da Costa. *Dicionário topográfico, estatístico e histórico de Pernambuco*. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1976.

MEDEIROS, Maria do Céu. *Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830)*. João Pessoa: Ideia, 1993.

MELO, Mário Lacerda de. *Os agrestes*. Recife: SUDENE, 1980.

MELLO, José A. G. de. Três roteiros de penetração no território pernambucano (1738 e 1802). In: *Da Inquisição ao Império*. Recife: Ed. da UFPE, 2004, p. 87-113.

MELLO, José A. G. (Org.). *O Diário de Pernambuco e a História social do Nordeste (1840-1889)*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1975, v. 1.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650 -1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Luiz Cristóvão dos. *Caminhos do sertão: crônicas*. Recife: Ed. da UFPE, 1970.

SOBRINHO, Vasconcelos. *As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização*. Recife: Condepe, 2005.

SILVA, Edson. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*. Campinas, 2008. Tese (Doutorado História Social) – Universidade Estadual de Campinas.

SOUZA, Vânia Fialho de P. e. *As fronteiras do ser Xukuru*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1998.

Fontes impressas

Abaixo-assinado de índios da extinta Aldeia de Cimbres, em Pesqueira 25/02/1885, destinado ao Presidente da Província de Pernambuco. Arquivo Público Estadual/APE, Códice Petições, folhas 18-23v.

“Serra do Ororubá”. *A voz de Pesqueira*, Pesqueira, 14/06/1953, p. 1.

“Ainda a Serra”. *A voz de Pesqueira*, Pesqueira, 21/06/1953, p. 1.

“Agricultura versus pecuária”. *A voz de Pesqueira*, Pesqueira, 5/7/1953, p. 1.

“Notas soltas”. *A voz de Pesqueira*, Pesqueira, 21/06/1953, p.1.

“As Fábricas ‘Peixe’ de Pesqueira executam com sucesso seu plano de Reforma Agrária”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 09/11/1962. APE, Fundo SSP 1083. (Documentação do Dops).

Aviso Mensal do Posto Xucuru em 28/02/1959 para a IR4 (4ª Inspeção Regional do SPI). Museu do Índio-RJ/Sedoc, mic. 179, fot. 166.

Aviso Mensal do Posto Xucuru em 31/03/1959 para a IR4. Museu do Índio-RJ/Sedoc, mic. 179, fot. 168.

Aviso Mensal do Posto Xucuru em 31/07/1959 para a IR4. Museu do Índio-RJ/Sedoc, mic. 179, fot. 174-175.

Relatório de Estágio. Mês: agosto/set/outubro. De William Ribeiro Ormundo, no Posto Indígena Xucuru 27/10/1971. Museu do Índio-RJ/Sedoc, mic. 301, fot. 1167.

Entrevistas

José Gonçalves da Silva, “Zé Cioba”, 82 anos (falecido). Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 18/12/2005.

Maria Alves Feitosa de Araújo, “Dona Lica”, 52 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 15/12/2005.

Pedro Rodrigues Bispo, “Seu” Zequinha, Pajé Xucuru, 72 anos. Bairro Baixa Grande, Pesqueira/PE, em 29/03/2002.

ESTUDANDO UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO SUBMERSO: A ENSEADA DA PRAIA DO FAROL DA ILHA DO BOM ABRIGO (SP)

Ricardo dos Santos Guimarães



Visão da Ilha do Bom Abrigo-SP

Este capítulo tem como objetivo abordar, ainda que de maneira breve, a realização da pesquisa do projeto de mestrado intitulado “Arqueologia Subaquática: estudo de caso do Sítio Depositário da Enseada da Praia do Farol da Ilha do Bom Abrigo – SP”. Esse foi um dos diversos projetos que integrou o Programa Arqueológico do Baixo Vale do Ribeira (SP). Esse Programa foi concebido com objetivo de identificar padrões de ocupação dos habitantes da região, assim como estudar os diferentes processos de intervenção e adaptação realizada por grupos humanos na paisagem, ao longo do tempo, e foi coordenado pela Professora Doutora Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, com apoio da Fundação de Amparo e Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Os chamados sítios depositários são menos estudados que os sítios de naufrágio, porém não menos importantes, já que são notáveis fontes de documentação arqueológica. A Enseada da Praia do Farol da Ilha do Bom Abrigo constitui-se em um sítio depositário por excelência, formado a partir da utilização social de seu ancoradouro natural desde o início do século XVI. Com a realização da pesquisa pode-se afirmar que este sítio

arqueológico, localizado em um pequeno espaço geográfico, está inserido no contexto ambiental e histórico-marítimo da costa sul do Estado de São Paulo.

A Ilha do Bom Abrigo está localizada no litoral sul do Estado de São Paulo, aos 25°07'23"S de latitude e 47°51'46"W.Gr. de longitude, e a aproximadamente sete milhas⁵³ e meia da Cidade de Cananeia. Possui uma área de 1.180.000m², de formação granítica, coberta de vegetação, três fontes de água potável e relevo acidentado com altitude que chega a 130 metros. Atualmente a Ilha do Bom Abrigo é desabitada, faz parte de uma área de proteção ambiental (APA) e está sob jurisdição da Marinha do Brasil.

A Ilha do Bom Abrigo: breve relato histórico

A notícia do achamento oficial de terras ao sul do Novo Mundo, em abril de 1500, pelo nobre português Pedro Álvares Cabral, poucos anos após portugueses e castelhanos dividirem o mundo pelo Tratado de 1494, levou os dois Reinos a envidarem esforços no sentido de conhecer as potencialidades econômicas e garantir, conforme seus interesses, a integridade de seus novos territórios. Não obstante, no início do século XVI, o interesse mercantilista ibérico encontrar-se prioritariamente focado no Oriente, diversas expedições foram direcionadas para as terras austrais do novo continente.

A primeira expedição portuguesa de reconhecimento da costa brasileira foi comandada por Gonçalo Coelho. Composta por três caravelas, essa expedição partiu de Lisboa em 1501, dela participando o polêmico navegador florentino Américo Vesúpcio. Após 67 dias de viagem, chegaram à costa brasileira, na altura do atual Estado do Rio Grande do Norte. A partir desse ponto, a

⁵³. Milha náutica equivale a 1.852 metros.

expedição partiu em direção ao sul, navegando pela costa, onde avistou e nomeou pontos litorâneos conforme calendário religioso da época. O périplo costeiro da expedição teve limite em local denominado Rio de Cananor (Cananeia), como aparece descrito no planisfério anônimo denominado Kunstmann II de 1504; no Planisfério de Nicolai de Canerio – 1503/1504; na Carta Náutica (assinada) de Vesconte di Maggiolo – 1504 e no planisfério anônimo atribuído a Waldseemüller, de 1507 (GUEDES, 1975).

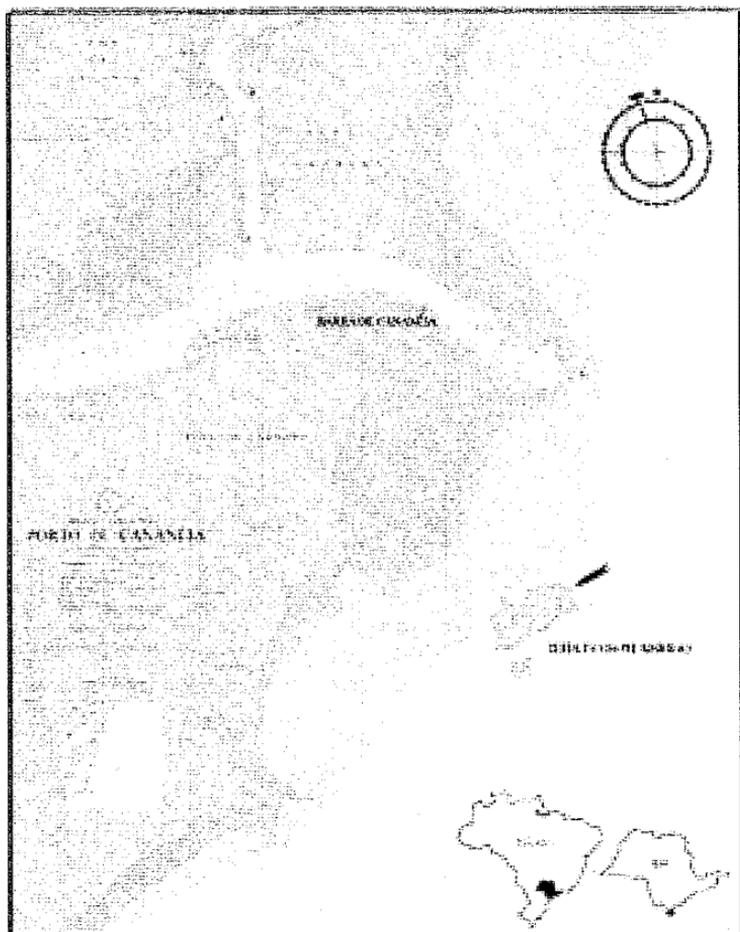


Figura 2 – Localização da Ilha do Bom Abrigo
(Carta Náutica 1703/ DHN)

A partir da viagem de Gonçalo Coelho, diversas expedições portuguesas e castelhanas tiveram suas derrotas direcionadas aos mares mais austrais da América. Entre elas, podemos citar a expedição portuguesa armada por Dom Nuno Manuel e Cristóvão de Haro, em 1514, composta de dois navios, tendo como piloto João de Lisboa, e que teriam atingido o Rio da Prata; a expedição de João Dias de Solis, português a serviço da coroa de Castela, que suspendeu de Lepe, em junho de 1515, seguindo rota tradicional onde na costa brasileira passou por Cabo Frio, Rio de Janeiro, Cananeia e aportou em Santa Catarina, antes de seguir rumo ao Rio da Prata, passando a ser oficialmente seu descobridor; as expedições guarda-costas de Cristóvão Jacques em 1516, 1521 e 1527; e Fernando de Magalhães, outro português a serviço da Espanha, que em 1520 ultrapassou o estreito que ganhou seu nome (TRIAS, 1975; VIANNA, 1994).

Navegando pelo litoral sul da costa brasileira, ainda no primeiro quarto do século XVI, pode-se citar ainda as expedições espanholas de Jofre de Loyasa, em 1525; Sebastião Caboto, em 1526; e Diego Garcia, em 1527. Todas essas expedições passaram necessariamente ao largo da Ilha do Bom Abrigo, não sendo totalmente inverossímil a possibilidade de alguma delas terem feito uma rápida parada na tranquila enseada da ilha, seja para fazer aguada ou refresco da tripulação, embora não tenha sido documentada.

Dentre as expedições em que a documentação textual registra a presença de navegadores europeus na Ilha do Bom Abrigo, pode-se citar a expedição portuguesa comandada pelo nobre luso Martim Afonso de Sousa, em 1531, e a do espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, a serviço da Espanha, em 1541.

Enviado pelo Rei de Portugal Dom João III ao Brasil, Martim Afonso de Sousa teve por missão combater os franceses, além de descobrir terras e explorar alguns rios – sendo o de maior prioridade o de Santa Maria (Rio da Prata). Ao rumar do Rio de Janeiro em direção ao sul da costa brasileira, a expedição enfrentou grande tormenta na costa paulista, buscando refúgio na Enseada da

Ilha do Bom Abrigo. Pero Lopes de Sousa, piloto da expedição e irmão do comandante, registrou em diário de navegação a perda de material náutico durante a permanência da expedição, por 44 dias, nesse espaço da ilha: “Aqui perdeos muitas ancoras, e nos quebraram muitos cabres” (SOUSA, 1964, p. 40).

Foi na Enseada do Bom Abrigo que Martim Afonso fez contato com a polêmica figura do Bacharel de Cananeia. Esse português já vivia na região, considerada limítrofe entre as terras pertencentes aos dois Reinos ibéricos, segundo o Tratado de Tordesilhas, por pelo menos 30 anos.

Já Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, adelantado espanhol, tomou posse do que chamou de “Porto de Cananeia” em nome do rei da Espanha, em março de 1541, ao fazer parada na ilha. Segundo o Arqueólogo e Historiador Leandro Duran, o mencionado porto onde fundeou a expedição de Cabeza de Vaca não foi outro se não o próprio ancoradouro natural da Ilha do Bom Abrigo (DURAN, 2008).

É neste contexto histórico do início do século XVI, em que o mercantilismo europeu levou nações a arrostarem o “Mar Tenebroso”, que a pequena Ilha do Bom Abrigo tornou-se um marco náutico importante para a concretização dos interesses econômicos dos novos invasores vindos do mar e “a principal estrutura marítima relacionada à região de Cananeia” (DURAN, 2008, p. 168).

Um pedaço de Cananeia no mar

Com o passar do tempo, a Ilha do Bom Abrigo notabilizou-se por sua localização estratégica (quase em frente à barra de Cananeia) e suas ótimas condições de ancoragem, permitindo que diversas embarcações fizessem uso de seu porto natural. Assim, tornou-se marco náutico conhecido dos navegadores de longo curso, cabotagem, assim como pelos ladrões do mar.

O historiador Antônio P. de Almeida, ao discorrer sobre a história da Ilha do Bom Abrigo, também destacou a presença de diversas embarcações suspeitas fundeadas em seu ancoradouro, fato que deixava sobressaltada população e autoridades locais. Essas embarcações são protagonistas de muitas histórias de piratas e de tesouros enterrados na ilha. Segundo Almeida: “Não só nos tempos coloniais, como da antiga Província, as vilas de São Sebastião, ao norte, e de *Cananeia ao sul*, viviam constantemente ameaçadas pelos ladrões do mar, cujos navios passavam a fazer bases de operações ora no canal do Toque-Toque ora na pitoresca Enseada do Bom Abrigo” (ALMEIDA, 1963, p. 177).

Quando da Guerra da Cisplatina (1825-1828), corsários argentinos também fizeram da Ilha do Bom Abrigo um local de parada, lançando suas âncoras na enseada. Revolucionários liderados pelo então “Capitão-Tenente” José Garibaldi, durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845), ao realizarem ações navais na altura da costa sul paulista, também não prescindiram da utilização dos bons recursos de proteção ilha (ALMEIDA, 1963; MAIA, 1965).

A Ilha do Bom Abrigo também esteve relacionada com a pesca da baleia, tendo abrigado uma pequena armação instalada a nordeste da ilha. Segundo Ellis (1969), esta estrutura marítima era menor que suas congêneres localizadas mais ao norte, da qual seria sucursal, e provavelmente foi construída na segunda metade do século XVIII. O óleo produzido pela armação era utilizado na adubagem do breu destinado à calafetagem das embarcações, assim como serviu de combustível utilizado na iluminação das casas da Vila de Cananeia. Provavelmente foi desativada em 1830 e atualmente ainda restam as ruínas da armação localizada junto a uma pequena enseada, conhecida como Saco da Armação. A armação de baleia da Ilha do Bom Abrigo foi alvo de uma minuciosa pesquisa arqueológica realizada por Leandro Duran (2008), em que se pode obter informações detalhadas sobre a estrutura, o funcionamento e as atividades desenvolvidas durante o seu período de funcionamento. Existe uma estreita relação entre a

armação e a enseada, tese comprovada por meio da pesquisa arqueológica do sítio depositário da enseada da Praia do Farol.

Interessante pontuar que a pesca à baleia, uma atividade exercida por portugueses e escravos, não serviu como um motor de desenvolvimento para pesca no litoral sul paulista (DIEGUES, 2004). A atividade pesqueira em Cananeia era feita no chamado “Mar de Dentro” e estava associada à subsistência, denotando uma total falta de tradição pesqueira, quadro que só começa a ser modificado a partir de meados do século XX, trazendo intensificação e transformação na relação do homem do mar com a Ilha do Bom Abrigo, principalmente na sua enseada.

No final do século XIX foi construído pela Marinha Imperial brasileira um farol no ponto mais alto da Ilha do Bom Abrigo. Esse farol tinha como objetivo guiar e garantir a navegação costeira da então Província de São Paulo e foi inaugurado em agosto de 1886 (REIS, 1913).

Em 1956, além de novas residências, foi edificada uma nova torre, guarnecida por militares da Marinha até 1968, conforme Ofício nº 0197, de 20 de julho de 1990, da Diretoria de Hidrografia e Navegação.

Quanto à ocorrência de naufrágio na Enseada do Bom Abrigo, a única menção textual encontra-se registrada no jornal *Correio de Cananeia*, de 24 de julho de 1921. Este periódico faz menção ao naufrágio do *Pontão Helomar*, vapor de 300 toneladas pertencente à Companhia Nacional de Navegação Costeira. Esta embarcação, proveniente de Paranaguá, foi rebocada pelo vapor *Fidelense* até o Ancoradouro do Bom Abrigo em meio a condições climáticas bastante adversas. Segundo relatado no citado periódico: “A violência da tempestade então não só ocasionou a perda total do pontão naufragado, como também *arrastou para o mar diversos objetos e até um dos escaleres*, de que dispunha a sua tripulação” [grifos do autor].

No início da década de 1960, alguns pescadores catarinenses e suas famílias estabeleceram-se na Ilha do Bom Abrigo. Eles foram responsáveis por difundir novas técnicas de pesca, assim como

introduzirem novidades tecnológicas no meio dos pescadores de Cananeia. Dentre as inovações tecnológicas, encontra-se o motor de centro, a dois tempos. A utilização do motor de centro possibilitou aos pescadores locais realizarem a pesca oceânica, muito mais rendosa em relação à pesca realizada no “Mar de Dentro” de Cananeia, onde “os pesqueiros encontravam-se exauridos em relação às principais espécies” (MOURÃO, 1971, p. 39).

A inserção de novas tecnologias determinou a emergência do profissional de pesca na região onde seu ofício passou a ser encarado como profissão, em contraposição a condição marginalizada do início do século. Foi justamente neste período que apareceu entre os próprios pescadores da região o que se convencionou chamar de “ideologia de pesca” (MOURÃO, 1971, p. 39).

A abertura da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), em 1961, possibilitou o escoamento da produção de pescado rumo ao mercado consumidor da Cidade de São Paulo. Cananeia despontou como verdadeiro centro de pesca, estando o grande pesqueiro da região localizado em frente à Ilha do Bom Abrigo.

A partir de 1968, tem início a pesca semi-industrial na região e com ela a presença de embarcações de dimensões maiores, como as baleeiras do tipo catarinense. Ainda hoje, embarcações de diversas regiões, como Santos, Paranaguá, Santa Catarina, Guaratuba, dentre outros, disputam com pesqueiros de Cananeia a captura de pescado na região.

Dentro deste contexto, o Ancoradouro da Prainha, como também é conhecida a Enseada da Praia do Farol, transformou-se, além de abrigo, em um ponto de apoio logístico, no mar, para os pescadores de várias localidades que concorrem à pesca na região. Durante a pesquisa de campo, foi observado que na enseada, por exemplo, existe até a prática de um pequeno comércio informal feito entre as embarcações que ali fundeiam. A moeda empregada costuma ser o próprio pescado, sendo possível adquirir itens como, por exemplo, óleo combustível e cigarros.

O fenômeno de intensificação da utilização do ancoradouro do Bom Abrigo, a partir da década de 1960, é responsável por

diversas transformações de origem antrópica que vem ocorrendo não apenas na paisagem da superfície da ilha, mas principalmente na paisagem submarina de sua enseada, contribuindo no processo de formação do sítio depositário.

A enseada do Bom Abrigo: um notável ancoradouro natural

Do ponto de vista climático, a região de Cananeia apresenta condições meteorológicas extremamente instáveis, peculiares do Sul do Brasil, sofrendo com frequência a ação das massas de ar Tépido Atlântico (Ta) e Polar Atlântico (Pa) e com passagens de frentes frias, que provocam a ocorrência de chuvas torrenciais, queda na temperatura, relâmpagos e trovoadas, além de mudança dos ventos prevaletentes de leste para o quadrante sul (ALBA, 2004; GEOBRÁS, 1966). A Enseada da Ilha do Bom Abrigo está posicionada de tal maneira que fica quase totalmente protegida tanto dos ventos provenientes do leste quanto dos fortes ventos oriundos do quadrante sul, que na linguagem local dos caiçaras (pescadores locais) são conhecidos respectivamente como *lestada* e *a suetada*.

Segundo Fonseca (2002), para ser considerado um bom ancoradouro, o local deve preencher, pelo menos, alguns dos seguintes requisitos: ser abrigado, sem ou com pouco vento, correntes ou vagas⁵⁴; ser de pouca profundidade, evitando assim necessidade da embarcação largar um grande filame⁵⁵; apresentar fundo de boa tença⁵⁶; fundo que não possua gradiente acentuado; além de bastante espaço para o giro do navio fundeado⁵⁷. O ancoradouro do Bom Abrigo preenche todos os requisitos acima e com a vantagem de possuir uma tranquila praia para desembarque

⁵⁴. Ondas.

⁵⁵. Cabo.

⁵⁶. Areia dura, lodo macio e os de lama e areia.

⁵⁷. A área livre para um navio fundear é equivalente a um círculo de raio igual à soma do filame mais o comprimento do navio.

onde existe um córrego de água potável que desce da vertente que dá acesso ao farol. Na figura 3, pode-se observar que, mesmo em dia de tempo bom, a enseada fica abrigada das pequenas vagas provocadas pelos ventos.



Figura 3 – Vista aérea da Ilha do Bom Abrigo (BASE S/A)
Crédito: L. Duran

Já no início do século XIX, as boas condições de fundeio da Enseada do Bom Abrigo eram pontuadas em cartas da época. A figura 4 mostra a carta datada de 1820 em que, nas anotações, além das condições de navegabilidade da região, foi registrada no último parágrafo a boa condição de fundeio da ilha, ainda chamada de “Ilha da Cananeia”.

Assim, pode-se afirmar que a Enseada da Praia do Farol da Ilha do Bom Abrigo, mais que um bom local de abrigo, tornou-se ao longo do tempo um verdadeiro “porto edificado” na mentalidade do homem do mar.

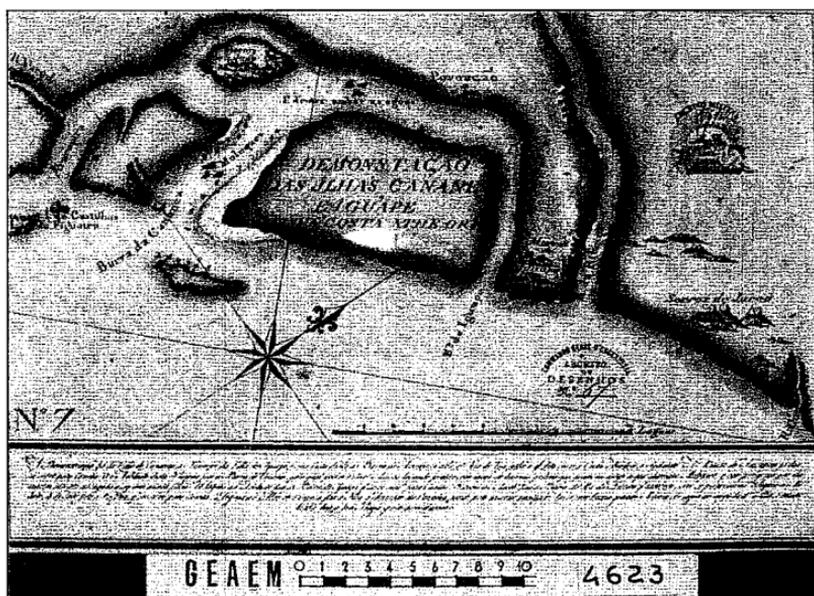


Figura 4 – Carta nº 7 (1820) demonstração das Ilhas de Cananea e Iguape (Fonte: Biblioteca da Marinha)

Sítios arqueológicos depositários

Menos estudados em relação aos sítios de naufrágios, porém com grande potencial para geração de conhecimento, os sítios arqueológicos submersos classificados como depositários são caracterizados pela presença de artefatos abandonados, descartados voluntariamente ou perdidos em águas marinhas ou interiores, assim como em locais que vieram a se tornar submersos (RAMBELLI, 2002). Estes sítios estão muitas vezes localizados em áreas portuárias edificadas ou em portos naturais, como no caso da Enseada da Praia do Farol. Nessas áreas portuárias, pode-se encontrar vestígios de materiais resultantes das atividades rotineiras das embarcações, descartados voluntariamente ou até perdidos durante suas estadas. Segundo o Arqueólogo Jean-Yves Blot:

Os vestígios dessas estadas de um dia ou de uma hora permanecem no fundo da água, enterrados na areia, formando um tapete espesso de vários séculos de depósitos anônimos cujos objetos, perdidos ou abandonados por seus proprietários, resumem a história da navegação ao longo da costa vizinha (Apud. RAMBELLI, 2002, p. 50).

Sítios depositários também podem interagir diretamente com contextos arqueológicos terrestres. Praias localizadas em áreas contíguas a sítios depositários são áreas de interface desse tipo de sítio e portanto precisam ser incluídas nas pesquisas.

É interessante registrar, conforme comunicação pessoal de Rambelli, feita no Congresso de Arqueologia da SAB em 2007, que no Brasil, dentre os artefatos que são voluntariamente lançados no mar, ajudando a compor o contexto arqueológico dos sítios depositários, encontram-se oferendas, realizadas por diferentes grupos religiosos, a entidades espirituais relacionadas às águas, entre elas Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes. Sobre essa prática cultural marítima, Luna Erreguerena (1982) enfatizou que praticamente todos os grupos humanos que estiveram assentados juntos a corpos d'água, ao longo da história, como cenotes⁵⁸, lagos, rios e mares, os utilizaram não apenas para abastecimento, mas também como lugares de oferendas a suas deidades. Em alguns desses corpos d'água pode se formar um tipo de sítio muito semelhante aos sítios depositários, conhecidos como "Sítios Santuários". Nos Sítios Santuários costumam ser encontrados desde artefatos comuns até esqueletos humanos originados de práticas de sacrifício (RAMBELLI, 2002).

Metodologia de pesquisa utilizada no estudo sítio depositário da enseada da Praia do Farol

As pesquisas de campo na Enseada do Bom Abrigo foram iniciadas a partir de dados obtidos pela aplicação de métodos geofísicos

⁵⁸. Cenotes são largos poços naturais com paredes abruptas. Dentre os mais famosos estão os do Yucatan, onde os maias jogavam suas oferendas (RAMBELLI, 2002, p. 45).

de prospecções no entorno submerso da Ilha. Este trabalho foi realizado pelo arqueólogo Leandro D. Duran⁵⁹ com apoio de oceanógrafos do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO-USP). Foram empregados dois sistemas acústicos independentes: o sonar de varredura lateral e a perfilagem sísmica contínua.

O emprego de equipamento geofísico para realização de trabalhos de prospecção arqueológica subaquática é uma prática comumente aceita e reconhecida pela comunidade nacional e internacional. Assim, tanto textos de divulgação quanto a bibliografia especializada já incorporaram definitivamente essa técnica de pesquisa, “a caixa de ferramentas” à disposição do arqueólogo (DURAN, 2008, p. 128).

Em linhas gerais, o sonar de varredura lateral constitui-se em um método geofísico de investigação de áreas submersas e está fundamentado nos princípios de propagação do som na água. Esta técnica é utilizada no mapeamento de superfícies submersas em substituição aos métodos usualmente aplicados no mapeamento terrestre como, por exemplo, a fotografia aérea ou imagens de satélite e radar, tendo em vista a forte atenuação de sinais, principalmente a luz, na água. Os registros obtidos em campo, a partir da utilização desses métodos, são denominados sonogramas (MC QUILLIN; ARDUS. Apud. SOUZA, 1995).

Para a realização da sonografia, os pesquisadores utilizaram um Sonar de Varredura Lateral Marine Sonics, operando com transdutor de 300kHz acoplado a um DGPS. O levantamento foi realizado no entorno da Ilha com abertura de 50 metros para cada lado do sonar, permitindo resolução centimétrica do registro sonográfico (MAHIQUES, 2006; DURAN, 2008).

Na Enseada do Bom Abrigo, a sonografia detectou a presença de três pontos de anomalias com possibilidades de conterem material de interesse arqueológico que foram denominados anomalias: 2, 3 e 8. Essas anomalias serviram como pontos de referência de onde partiram as primeiras prospecções

⁵⁹. Este pesquisador forneceu gentilmente os resultados obtidos em sua pesquisa para realização do estudo do sítio depositário feito pelo autor.

diretas (com emprego de mergulhadores-pesquisadores) da pesquisa ora citada.

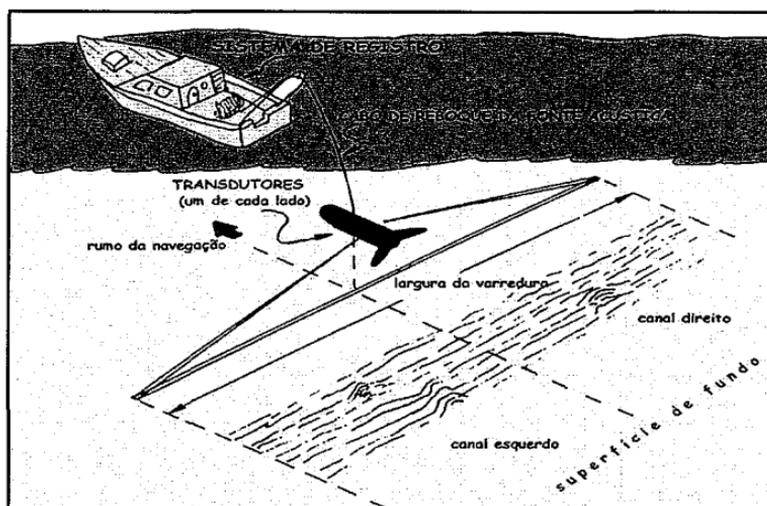


Figura 5 – Construção da imagem do Sonar de Varredura Lateral
(Fonte: SOUZA, 2006, p. 100)

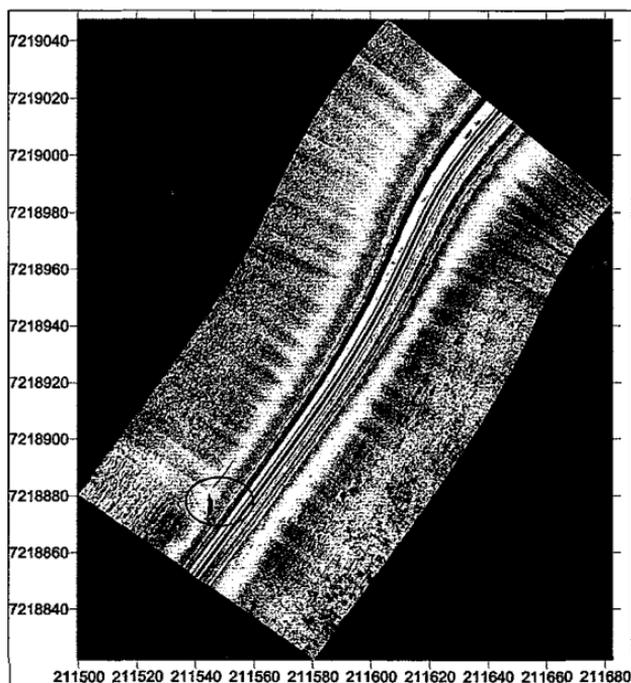


Figura 6 – Sonograma com ponto de anomalia nº 2

Tabela 1 – Coordenadas das anomalias

Pontos	Coordenadas UTM	Coordenadas Geodésicas
2	211547 E/ 7218877N	25° 07.107' S/ 47° 51. 631 W.Gr.
3	211515 E/ 7218757N	25° 07.172' S/ 47° 5. 651' W.Gr.
8	211444 E/ 7218831N	25° 07. 128' S/ 47 ° 51. 693 W.Gr.

A perfilagem sísmica contínua também se constitui em método de investigação de áreas submersas, desta vez possibilitando investigar a presença de artefatos enterrados no fundo marinho. Este método baseia-se no princípio de reflexão de ondas acústicas nas interfaces dos estratos sedimentares que apresentam contrastes de impedância acústica⁶⁰ (SOUZA, 1995).

Na realização da perfilagem sísmica contínua de alta resolução, Duran e os pesquisadores do Instituto Oceanográfico (IO) utilizaram o sistema Meridata MD-DSS, operando com dois transdutores: PINGER (24kHz) e CHIRP (no espectro de 2 a 8kHz), também acoplado a um sistema DGPS. Quanto ao emprego da perfilagem sísmica, Duran esclarece que “do ponto de vista da arqueologia, seria como tivéssemos realizado uma série de enormes trincheiras no fundo marinho” (DURAN, 2008, p. 131). Especificamente na área da Enseada do Bom Abrigo não foi registrada a presença de material de interesse arqueológico enterrado.

⁶⁰. Velocidade de propagação das ondas acústicas x densidade do meio.

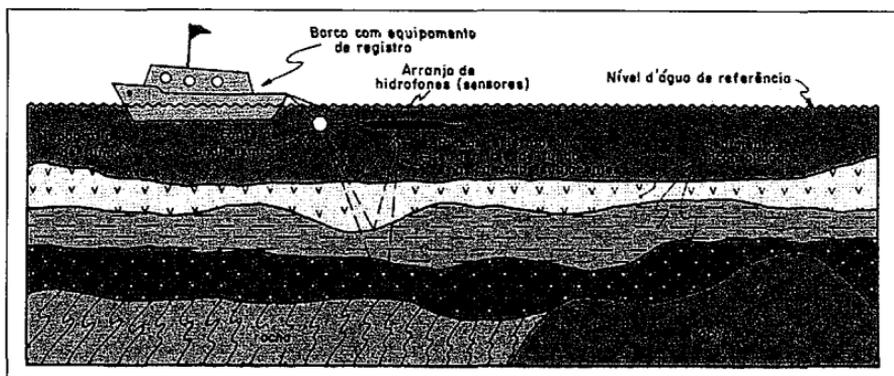


Figura 7 – Desenho do emprego da perfilagem sísmica contínua
(Fonte: SOUZA, 1998)

O início das prospecções diretas realizou-se a partir dos pontos de anomalia nºs 2, 3 e 8 e de um ponto conhecido denominado Âncora⁶¹. O processo escolhido para realização das prospecções iniciais foi o método de Círculos Concêntricos. A escolha deste método levou em consideração fatores como o fundo marinho lamacento; a profundidade baixa, entre três e dez metros; e a pouca condição de visibilidade local.

O emprego do método de círculos concêntricos consiste na materialização de um ponto, balizado na superfície por meio de uma boia presa a um peso. A partir desse ponto, considerado como ponto zero, o pesquisador-mergulhador nada em círculos concêntricos e documenta a sequência de achados com auxílio de uma bússola, prancheta e câmara subaquática (RAMBELLI, 2002).

Outro método de prospecção empregado foi o por linhas direcionais. Este método consiste em o pesquisador-mergulhador definir um ponto de partida e, com auxílio de uma bússola a partir do ponto zero, traçar o rumo que deseja prospectar, registrando assim os achados (RAMBELLI, 2002). Durante o emprego desse método de prospecção na Enseada do Bom Abrigo, devido à baixa

⁶¹. Ponto, nas coordenadas 23J-211575E e 7218677N, onde encontra-se uma âncora tipo almirantado com 1,80m de haste achada durante prospecção coordenada por Leandro Duran, no qual o autor integrou a equipe de pesquisadores. Este artefato é comumente denominado de “ferro” a bordo das embarcações.

profundidade aliada a períodos de boa visibilidade, pode-se aplicar a técnica de mergulho em apneia com sucesso.

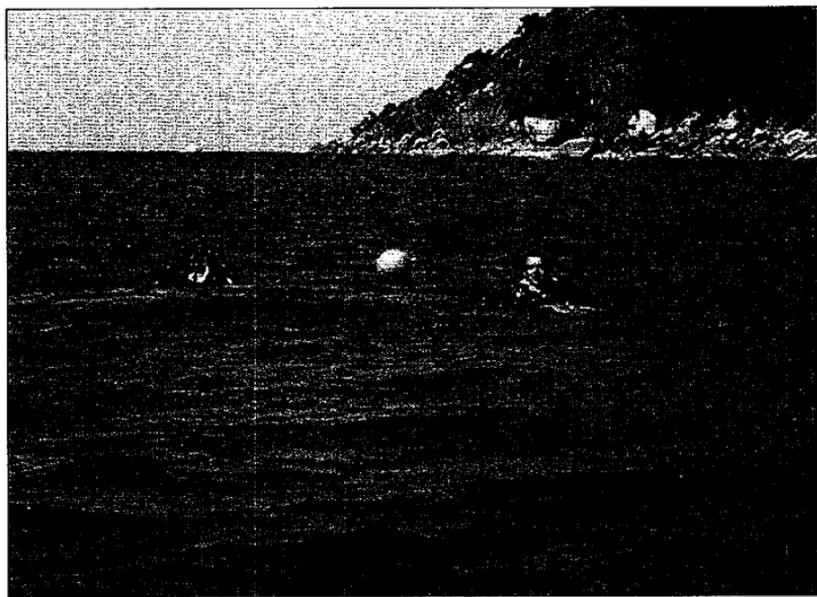


Figura 8 – Boia materializando ponto de anomalia na área de pesquisa

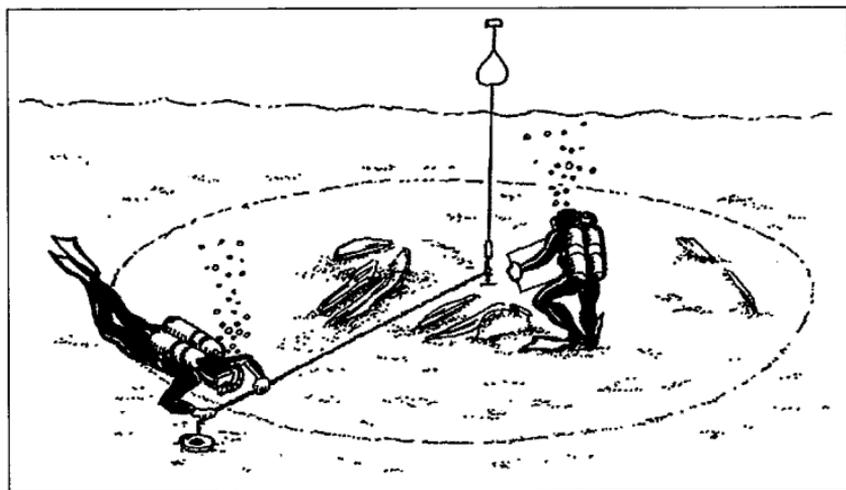


Figura 9 – Prospecção utilizando técnica de círculos concêntricos
(Fonte: RAMBELLI, 2002)

Buscando dar continuidade ao trabalho de levantamento sistemático empreendido no sítio depositário da Enseada da Praia do Farol por meio de prospecções diretas, foi realizada a abertura de duas trincheiras. Esta técnica visou identificar a existência de material de interesse arqueológico enterrado nos sedimentos marinhos da enseada.

O local escolhido para abertura das trincheiras foi na linha prospectada a partir do Ponto nº 1 (Figura 13), área mais centralizada da enseada e próxima à Praia do Farol. Este local é propício ao fundeio de embarcações de pequeno porte e constitui-se em boa área de fundeio para navios de grande calado⁶² que estejam na iminência de naufragar.

Para a abertura das trincheiras, foi utilizado o jato d'água e a sugadora, equipamentos conhecidos como *water-jet* e *water-suction dredge* respectivamente (ADAMS, 2002).

O jato d'água constitui-se de uma mangueira, tipo incêndio, acoplada de um lado a uma motobomba, presa à embarcação, e na saída acoplada a um redutor de fluxo. Este equipamento possibilitou o deslocamento de grande quantidade de sedimentos de fundo, permitindo o posterior emprego da sugadora de maneira mais eficaz. O inconveniente da utilização desse método é o efeito que causa na visibilidade, que no local nem sempre é satisfatória, porém a presença de sedimentos de fundo compactados justificou tal utilização em um primeiro momento.

A sugadora se constitui no mesmo equipamento, porém operando com a saída da mangueira conectada a um dispositivo em formato de Y, fazendo com que a água enviada sob pressão saia por um cano de PVC conectado a parte inferior do Y, proporcionando uma sucção na outra extremidade, como em um *airlift* (Figuras 10 e 11).

⁶². O calado d'água, calado na quilha, ou simplesmente calado, em qualquer ponto que se tome, é a distância vertical entre a superfície da água e a parte mais baixa do navio naquele ponto (FONSECA, 2002).

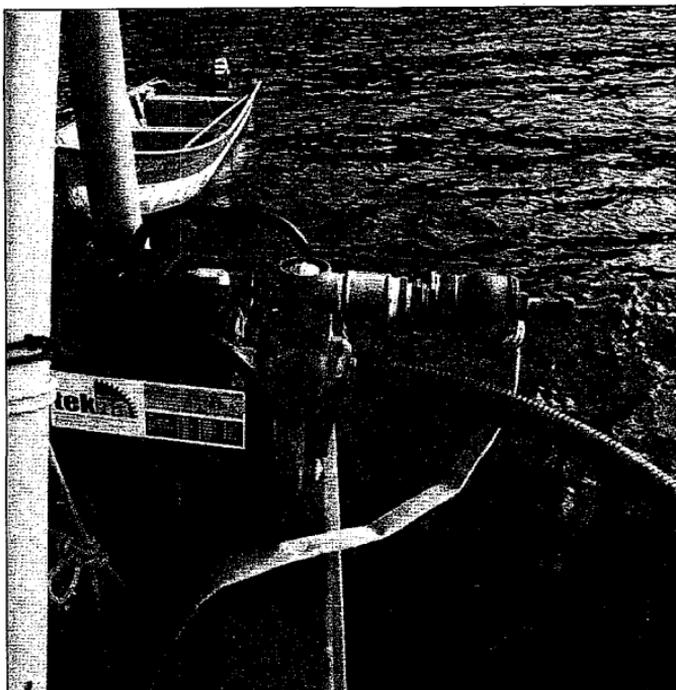


Figura 10 – Motobomba acoplada à embarcação
(Foto: Alvanir, 2008)

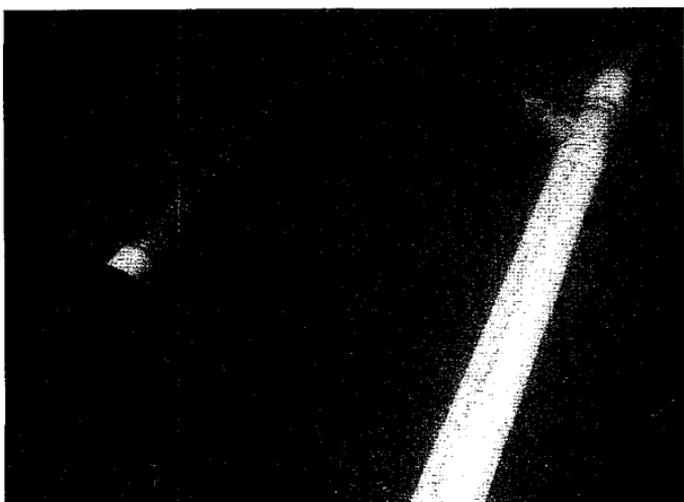


Figura 11 – Conexão em Y da sugadora

Com a utilização da sugadora, foi realizada uma escavação no interior de um triângulo equilátero de 3m de lado, materializado junto ao fundo marinho, nas coordenadas 23J – 2111550E e

7218894N, local onde foi encontrada uma costela de baleia durante as prospeções. Na escavação feita neste local, também foram encontradas e recolhidas duas concreções a uma profundidade de aproximadamente 20cm.

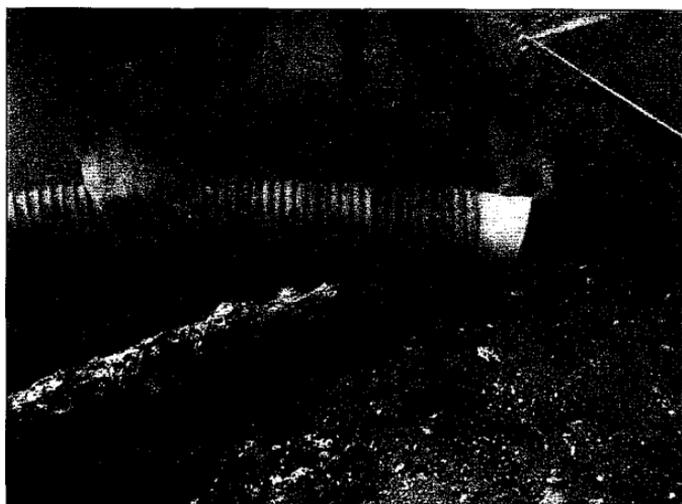


Figura 12— Escavação e presença de restos faunísticos

Durante as prospeções e a escavação no sítio da Enseada da Praia do Farol, foram encontrados e registrados diversos vestígios. Entre eles, podem-se citar os relacionados a hábitos alimentares, como garrafas, embalagens de alimentos industrializados, fragmentos de restos faunísticos; equipamentos de embarcação; equipamento de pesca; cabos de diversos tamanhos; aparelhos de fundear (âncoras); concreções; ferramenta; pneus de automóvel; fragmento de material construtivo; recipientes de cosmético, perfume e remédios, dentre outros. Na Figura 13, pode-se observar as áreas prospectadas e o posicionamento dos principais achados no sítio arqueológico.

Faz-se muito importante enfatizar que a aplicação de técnicas de prospecção em pesquisas arqueológicas, seja em terra ou debaixo d'água, tem a finalidade de possibilitar ao pesquisador encontrar os vestígios materiais produzidos pelo homem. Desta forma, fica claro que pesquisa arqueológica não se traduz apenas no

uso de técnicas de campo. As técnicas são necessárias para busca do registro arqueológico, constituindo-se apenas em uma das fases da pesquisa. A análise e a interpretação desse registro constituem-se em outra fase da pesquisa arqueológica. É nesse momento que irão pesar as influências de ordem teórica do pesquisador e, com certeza, elas estarão presentes no resultado final de sua pesquisa.

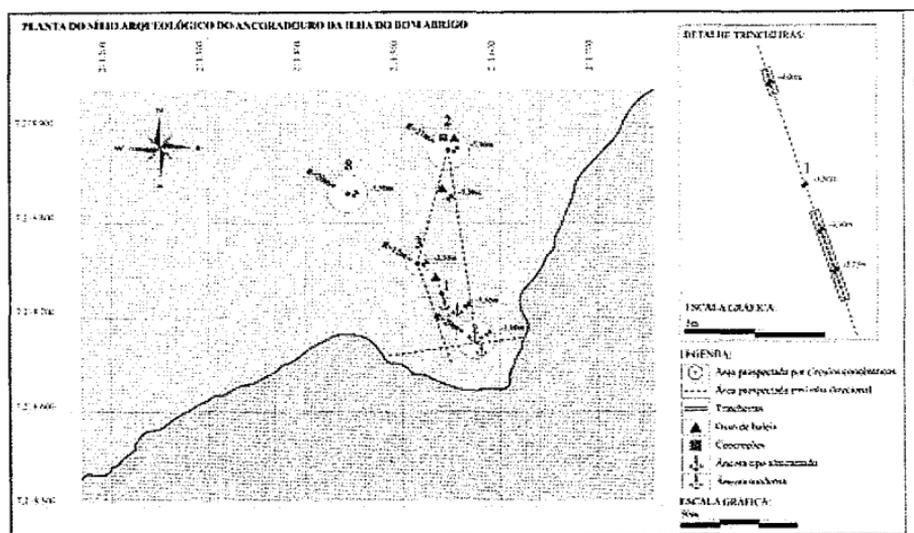


Figura 13

Breves considerações sobre os vestígios materiais encontrados

As prospecções diretas, as sondagens e a escavação realizadas durante a pesquisa debaixo d'água possibilitaram a identificação e o registro de diversos vestígios resultantes do processo de perda, descarte e/ou abandono realizados por embarcações de diferentes épocas e pertencentes a diversos grupos sociais, durante suas estadas na Enseada da Praia do Farol da Ilha do Bom Abrigo. Esse processo de transferência dos artefatos de um contexto sistêmico para um contexto arqueológico é conhecido como “processo de deposição cultural” ou “Transformadores C” (SCHIFFER, 1987; TRIGGER, 2004) e constitui-se no maior

responsável pela formação do registro arqueológico do sítio estudado, porém deve-se destacar que não é o único.⁶³

Além de processos formativos deposicionais de ordem cultural, o sítio depositário da enseada sofre a influência de processos pós-deposicionais de origem antrópica e fisiogênica. A pós-deposição de ordem fisiogênica pode ser inserida no conceito de Schiffer sobre processos formativos de ordem não culturais ou “Transformadores N” e que permite ao arqueólogo realizar inferências sobre aspectos do meio onde os artefatos são recuperados (TRIGGER, 2004, p. 350).

Entre os fatores que influenciam o processo de formação de ordem não cultural do sítio da enseada pode-se citar os seguintes: efeitos da maré vazante na Barra de Cananeia; ação das correntes marinhas, entre elas a oceânica, de deriva litorânea e as originadas pelo vento; mecanismos de preamar e baixa-mar; e a dinâmica praiana. Desta maneira, pode-se afirmar que o sítio depositário da enseada encontra seu similar, no mar, nos sítios de naufrágios classificados por Gould (2000) como terciários, ou seja, aqueles que contêm contextos bastante dispersos e por isso com processo de formação bastante complexo.

Restos faunísticos

Segundo parecer do professor doutor Volkmer⁶⁴, as amostras de ossos encontradas no sítio arqueológico da Enseada da Praia do Farol são de cetáceos da família dos Balaenopteridae

⁶³. O termo registro arqueológico é uma referência genérica feita a objetos, artefatos, estruturas e construções produzidas pelas sociedades do passado inseridas em determinado contexto (MOURÃO; MORAES, 2005).

⁶⁴. O professor doutor Pedro Volkmer de Castilho é graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000), doutor em Zooarqueologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-doutorado em Arqueologia pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua na área de Zoologia, com ênfase em Arqueozoologia, Osteologia e Tafonomia de Mamíferos Marinhos. Atualmente é professor adjunto da Universidade do Estado de Santa Catarina (UESC) e ministra as disciplinas de Fauna Silvestre, Ecologia, Zoologia e Parasitologia.

(baleia jubarte ou minke), que frequenta a costa brasileira. Esses ossos foram encontrados em diferentes locais no sítio arqueológico da Enseada da Praia do Farol, durante a fase de prospecção, sendo devidamente georreferenciados.

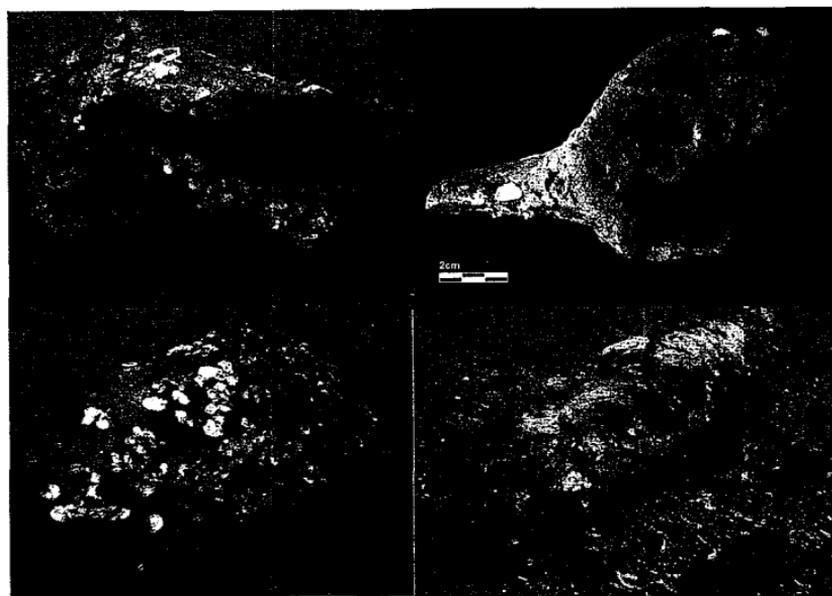


Figura 14 – Ossos de cetáceos achados no sítio arqueológico da enseada

Esses achados são evidências de que os cetáceos eram capturados e também processados na enseada. Segundo Duran:

Essa hipótese é bem plausível uma vez que a enseada garante uma boa lâmina d'água para os procedimentos de rotação e manipulação dos cetáceos, além de ser uma área muito ampla onde poderiam ser processados vários indivíduos ao mesmo tempo (DURAN, 2008, p. 288-289).

Desta maneira, a evidência material conduz a conclusão de que realmente a Enseada da Praia do Farol, além de ancoradouro natural, também serviu como um verdadeiro anexo da mais complexa estrutura marítima da Ilha do Bom Abrigo: a Armação de Baleia.

As concreções

As concreções I e II enterradas no sedimento marinho e coletadas da Enseada do Bom Abrigo após escavação realizada no triângulo ABC (coordenada E211550 / N7218894) foram submetidas, respectivamente, a uma análise química e física. As duas peças coletadas indicavam, em um primeiro momento, tratar-se de algum tipo de artefato ou mesmo fragmento metálico envolto em concreção, fato que motivou a coleta para realização de análise laboratorial.

Segundo Muckelroy:

There is no direct parallel on land for marine iron concretion. The degeneration of iron in sea-water creates compounds which serve to bind together everything in the neighborhood – sand, stone, epifauna, other artifacts – into a hard matrix by processes which vary according to region, and whether the iron object is lying on or within the sea-bed (NORTH, 1976; HAMILTON, 1976. Apud. MUCKELROY, 1978, p. 34).

A concreção (I), com aproximadamente 15cm de comprimento foi submetida a análise química realizada no Laboratório do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO-USP) pelo professor doutor Moysés Gonzalez Tessler.⁶⁵ Essa análise revelou que a concreção trata-se de uma cimentação, ocorrida por processo natural, composta por restos vegetais, conchas, areia e lama.⁶⁶

Esse fenômeno geralmente ocorre quando a fauna marinha, como conchas e ostras, por exemplo, liga-se a restos de vegetação.

⁶⁵. O professor doutor Moysés Gonzalez Tessler é doutor em Geociências (geologia sedimentar) e docente da Universidade de São Paulo. Possui experiência na área de Oceanografia, com ênfase em Oceanografia Geológica. Atua principalmente nos seguintes temas: Espectrometria Gama, Taxa de Sedimentação e Plataforma Continental do Estado de São Paulo.

⁶⁶. A concreção foi repartida em três amostras. Uma delas foi mergulhada em recipiente contendo ácido clorídrico (HCl), a segunda amostra foi mergulhada em recipiente contendo água oxigenada (H₂O₂) a 10%. A finalidade do primeiro composto foi atacar o carbonato de cálcio presente na amostra; o do segundo, o material orgânico. Ficou-se, assim, com as amostras passíveis de análise microscópica.

Esse conjunto, quando inserido em ambiente lamacento e anóxico, passa a sofrer o ataque de ácidos húmicos. Esse processo provoca então a precipitação do conjunto que, somado à areia e à lama presentes no sedimento marinho, formam literalmente uma concreção.

Quanto à presença de uma coloração ferruginosa no material analisado, o que em princípio sugeriu tratar-se de algum artefato metálico, a análise laboratorial demonstrou ser decorrente da presença de pequena quantidade de óxido ferroso (Fe_2O_3). Esse fenômeno ocorreu devido à presença de ferro (Fe) existente tanto na água do mar como nos restos vegetais encontrados nas amostras, bastando apenas a presença de uma diminuta concentração desse elemento, em ambiente oxidante, para que a concreção apresente partes com coloração ferruginosa.

Sondagens pontuais realizadas na enseada constataram a existência de sedimentos lamacentos com mais de 60 centímetros, rico em matéria orgânica, formando um ambiente anóxico. Para pesquisa arqueológica, este estudo foi importante, pois revelou que este tipo de ambiente favorece a preservação de vestígios metálicos, que ora podem estar enterrados no sedimento marinho da enseada.

O resultado da análise química feita na concreção, embora não tenha revelado a existência de material de interesse arqueológico, demonstrou, porém, o grande potencial arqueológico deste sítio e a possibilidade de aprofundamento da pesquisa no local, já que material metálico enterrado pode estar de certa forma preservado.

A segunda concreção (II) foi submetida a uma análise não destrutiva conduzida pelos professores doutores Márcia A. Rizzuto⁶⁷ e Nemitala Added⁶⁸, além da doutoranda Jéssica Fleury

⁶⁷. Pós-doutorada em Física Nuclear Aplicada com Aceleradores na Universidade de São Paulo. Atualmente é professora doutora dessa universidade, atuando principalmente na área de Física Aplicada com Aceleradores nos seguintes temas: PIXE-PIGE, Caracterização de Materiais Biológicos, Materiais Metálicos e Obras de Arte com Feixes Iônicos.

Curado. Esta análise foi realizada no Laboratório de Dosimetria do Departamento de Física Nuclear da USP.

A investigação consistiu na irradiação da peça por Raios X utilizando ordem de 100 a 120KV, 15mA, filtro de alumínio de 2mm, distância de 3,5 metros e tempo de exposição de cinco minutos.

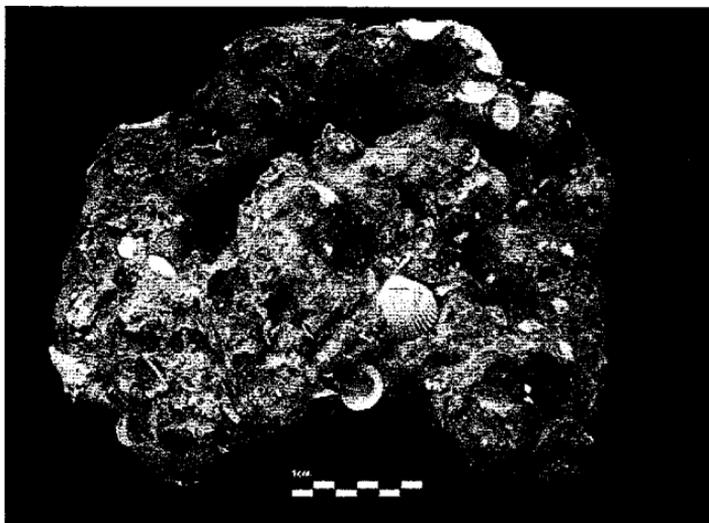


Figura 15 – Imagem da concreção II

O resultado da investigação demonstrou a existência de uma amarra, sem presença de malhete, no interior da concreção. Pode-se visualizar a existência de alguns elos abertos, deformação possivelmente motivada pela amarra ter sofrido forte tensão.

⁶⁸. Atualmente é professor doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Física, com ênfase em Física Nuclear, atuando principalmente nos seguintes temas: Correlação Angular, Fragmentação, Fusão Incompleta, Processos Dissipativos, Decaimento Sequencial.



Figura 16 – Resultado da irradiação da concreção II

As âncoras

As âncoras são parte essencial do conjunto que compõe o chamado aparelho de fundear e suspender de uma embarcação. São esses equipamentos que têm a função de manter o navio no fundeadouro, evitando que ele seja arrastado pelos ventos, correntezas ou ondas, sendo também utilizados em manobras para se conseguir efeitos evolutivos. Por efeito de seu peso e desenho, a âncora trabalha de maneira tal que, quando largada da embarcação e tracionada, prende-se ao fundo e, quando içada pela amarra, solta-se com facilidade do fundo marinho (MARTÍNEZ, 1957; FONSECA, 2002).

As âncoras também são conhecidas como “ferros do navio”. A denominação ferro é mais comum nas vozes de comando e na linguagem de bordo, sendo o termo âncora mais utilizado para definir seus vários tipos e modelos.

No sítio depositário da enseada foram achadas seis âncoras, duas com modelos do século XX, três com cepo de ferro, datadas do século XIX (comumente chamada de tipo almirantado) e uma última de ferro com encaixe para cepo de madeira, o que

indica ser um modelo utilizado até o segundo quarto do século XIX.

Duas âncoras com cepo de ferro encontram-se unhas, evidenciando que foram tracionadas. Decidiu-se para esse artigo apresentar apenas as inferências da pesquisa feitas para esses dois casos.

A âncora, que segundo estudo tipológico é do tipo almirantado e, é referência do chamado “ponto âncora” (Figura 17), encontra-se unhas, ou seja, com uma das unhas e pata cravada no fundo marinho a uma profundidade de aproximadamente três metros. Com sua haste medindo 1,80 metro e cepo móvel de ferro, seu peso foi estimado em 1.000 libras (aproximadamente 450kg), peso de âncora correspondente a uma embarcação de 140 toneladas. Esse contexto deposicional sugere que a âncora foi perdida durante uma manobra de suspender feita por alguma embarcação que tenha fundeado muito próximo à praia. Conforme relato oral feito por pescador local, esse ferro foi encontrado por pescadores e levado para a enseada, passando a ser utilizado como poita. Seu posicionamento, porém, não evidencia um contexto de abandono, situação na qual o cepo estaria na posição vertical. Apesar do posicionamento de uma âncora do tipo almirantado, com cepo na vertical, ser bastante instável – que propiciaria, ao receber pequena força horizontal, passasse facilmente a posição de unhar o fundo marinho –, a profundidade em que se encontra cravada a pata da âncora só poderia ocorrer em caso da mesma ter sido tracionada por um cabo ou amarra a partir de uma embarcação. Não se acredita na hipótese de uma embarcação de pequeno porte, tipo baleeira, transportar e unhar uma âncora com aproximadamente dez vezes o peso das âncoras que costumam normalmente equipar as baleeiras, colocando em risco o próprio costado da embarcação.

As evidências conduzem à hipótese de que alguma embarcação, necessitando suspender às pressas do local, ao ter sua âncora garrada ao fundo, ter seus condutores decidido picar (cortar) a amarra e abandoná-la no local, já que um artefato náutico tão

importante e imprescindível para um navio não é simplesmente abandonado em local com tanta facilidade de recuperá-lo, sem que para isso haja um motivo de força maior. (Figura 17)

A outra âncora, também, segundo análise tipológica, tipo almirantado, encontra-se unhada a profundidade de 3,5 metros. Esse ferro possui uma haste de três metros e teve peso estimado em 2.625 libras (cerca de 1.181kg). Conforme tabela de dimensões de âncoras em relação aos navios do ano de 1830, esse ferro corresponde a uma embarcação de aproximadamente 300 toneladas (CURRYER, 1999). A extremidade superior de sua haste encontra-se disposta em direção à praia. Não foi encontrada amarra talingada ou anilha presa ao anete. Seu contexto deposicional evidencia que foi utilizada em manobra de fundeio. A baixa visibilidade da água, a quantidade de cabos enroscados na âncora, e a presença de bioincrustação impossibilitaram a obtenção e o registro de maiores detalhes. Porém o artefato, em seu contexto deposicional, permite inferir, como hipótese, ter pertencido a uma embarcação do século XIX, que, por motivo desconhecido, necessitou embicar em direção à praia, utilizando-se do ferro de popa para prender a embarcação a ré enquanto a proa era encalhada o mais próximo da praia.

A possibilidade deste artefato ter pertencido ao Pontão *Helomar*, vapor de 300 toneladas naufragado em 1921 na Enseada, se faz plausível. Provavelmente esta embarcação foi construída no século XIX e por já encontrar-se obsoleta foi classificada e utilizada pela Companhia Nacional de Navegação Costeira como pontão. Segundo o *Jornal Correio de Cananeia* do dia 10 de julho de 1921, “os naufragos amarraram cabos de aço à embarcação”. Possivelmente a proa foi levada a encalhar na praia e dessa forma amarrada com cabos pela tripulação, ficando a ré, presa pela amarra talingada a âncora achada na pesquisa.



Figura 17 – Âncora tipo almirantado (I). (Fonte: L. Duran)

Acredita-se que a continuidade de pesquisas na Enseada da Praia do Farol da Ilha do Bom Abrigo, com realização de escavações sistemáticas, promoverá acesso a maior número de registro material, que possibilitaria a realização de esclarecimentos mais conclusivos sobre a presença, no local, desse artefato náutico. Afinal, além da presença de piratas e corsários na enseada, conforme citado por Almeida (1963), o historiador Ernest Young acrescenta que:

É voz geral aqui que esta localidade serviu durante muitos anos para introdução de escravos africanos, e, de fato, pelos livros da câmara pudemos verificar que havia frequentemente troca de correspondência entre a Câmara e os juízes de paz a respeito da chegada de algum negreiro à ilha do Bom Abrigo. Porém podemos supor que estes avisos eram simplesmente para afastar suspeitas de convivência neste tráfico, visto que não consta a menor providencia dada para reprimi-los, além desses simples (YOUNG, 1903, p. 349).

Muitos testemunhos da presença dos navios negreiros ainda podem estar enterrados na Enseada da Praia do Farol da Ilha do Bom Abrigo. Não é improvável que navios realizando o tráfico ilegal de escravos necessitassem suspender às pressas picando suas amarras e abandonando os ferros da embarcação para fugirem à perseguição.

Os vestígios modernos

Discorrendo rapidamente sobre os vestígios modernos, entre eles os que compõem basicamente o lixo descartado na Enseada do Bom Abrigo, os relacionados com os hábitos alimentares fornecem informações interessantes sobre costumes do homem do mar.

Entre os vestígios modernos descartados com maior índice de incidência estão as garrafas de bebida, destacando-se a garrafa de aguardente de cana. Esta ocorrência está associada a um hábito secular entre os homens do mar: o consumo de bebida a bordo das embarcações. A garrafa de aguardente de cana representa atualmente o que representou, a bordo de embarcações de séculos passados, a famosa e tradicional garrafa de rum. No Brasil, a aguardente de cana, por ser de preço mais acessível, tornou-se a bebida mais difundida e consumida entre as classes sociais menos favorecidas, como, por exemplo, a de pescadores do litoral sul paulista.

Outros tipos de garrafas de bebidas também foram encontrados no sítio da enseada e em sua área de interface, como garrafões de vinho, de cerveja e de bebidas finas, como vinhos espumantes. A presença de garrafas de “bebidas finas” está associada ao descarte feito a partir da presença de turistas pertencentes a uma elite social que frequentemente fundeia na enseada a bordo de embarcações de luxo. Interessante destacar que foi observado que, apesar de ocorrer diferenças de ordem econômica e social na escolha e consumo de produtos, a maneira de descarte do lixo produzido no sítio da enseada ocorreu de

maneira semelhante. Neste aspecto, pode-se concluir, a partir desta observação, que na enseada a maneira de se descartar o lixo no mar é uma prática, um comportamento cultural que independe de classe ou *status* social.

Quanto aos prováveis questionamentos sobre a possibilidade da pesquisa arqueológica desenvolvida a partir de descartes modernos produzir conhecimento científico, o arqueólogo Oliane Andrade responde com seu interessante trabalho intitulado *Arqueologia do lixo*: um estudo de caso nos depósitos de resíduos sólidos da Cidade de Mogi das Cruzes-SP, onde argumenta que: “O lixo sempre fará parte do cotidiano do ser humano, trazendo consigo um retrato fiel de seus hábitos (...) tornando o lixo um objeto que representa e revela uma determinada cultura” (ANDRADE, 2006, p. 175).

Conforme observado pelos pesquisadores, os artefatos arqueológicos são encontrados em maior quantidade em contextos de abandono. Este fator levou esses pesquisadores concluir que a Arqueologia constitui-se “basicamente, e por necessidade, uma ciência do lixo” (TRIGGER, 2004, p. 350). Dessa maneira, pode-se afirmar que a análise do produto de descartes modernos na Enseada da Praia do Farol pode ajudar no entendimento do comportamento e aspectos da vida do homem do mar.

Quanto ao estudo da cultura material moderna, Funari esclarece que “a arqueologia tem, nos últimos anos, alargado seu campo de ação para o estudo da cultura material de qualquer época, passada e presente”. (FUNARI, 2003, p. 13) Ele acrescenta que a arqueologia deixou de ser meramente descritiva para tornar-se mais interpretativa, melhor se posicionando e destacando-se entre outras ciências do conhecimento humano como uma ciência social preocupada em buscar, por meio do estudo da cultura material, compreender as relações sociais e a transformação da sociedade.⁶⁹

⁶⁹. Uma das grandes críticas feitas à abordagem teórica histórico-culturalista, principalmente pelos movimentos processualistas e pós-processualistas. A abordagem histórico-culturalista sempre esteve muito preocupada com a apresentação de relatos descritivos e detalhados das escavações, assim como localização de sítios escavados em cronologias

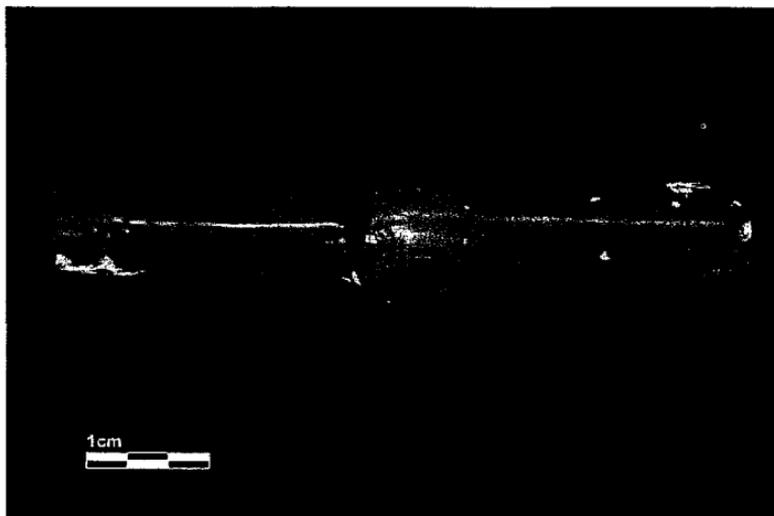


Figura 18 – Garrafa de medicamento (óleo de rícino) do final do século XIX achada no sítio arqueológico

Considerações finais

O presente trabalho procurou apresentar de maneira sucinta alguns dos resultados e contribuições obtidos com o estudo do Sítio Depositário da Enseada da Praia do Farol da Ilha do Bom Abrigo, entre eles podemos destacar:

No campo metodológico a opção pela utilização de técnicas pouco intrusivas de prospecção e o estudo dos principais achados *in loco*, mostrou-se bastante eficaz. Isso permitiu que o sítio estudado permaneça “preservado” para futuras investigações já que se manteve os principais artefatos arqueológicos em seu contexto de deposição, evitando retiradas que iriam onerar a pesquisa com a necessidade de conservação dos mesmos, principalmente dos artefatos metálicos que tem seu processo de corrosão acelerado quando removido do meio onde se encontra em

locais, regionais e até continentais (ORSER, 1992). Ainda é uma abordagem teórica muito utilizada até os dias atuais (FUNARI, 2003).

equilíbrio. Cabe esclarecer que esse autor defende a posição de que a retirada de qualquer artefato arqueológico de um sítio submerso deve atender a imperativos científicos da pesquisa ou quando o mesmo está sob ameaça, sendo necessário o trabalho de salvamento arqueológico bem orientado por profissionais qualificados.

No campo da história, a pesquisa trouxe uma relevante contribuição para a Ilha do Bom Abrigo. A partir dos achados faunísticos, foi possível concluir que a Enseada da Praia do Farol, além de ponto de parada e refúgio de embarcações, foi utilizada como um local de descarte de baleia. Dessa forma, comprovou-se que a enseada funcionou como um verdadeiro “anexo” da Armação de Baleia da Ilha do Bom Abrigo, a principal estrutura econômica da ilha em atividade entre o final do século XVIII e início do XIX. Ainda no campo da história, o estudo demonstrou que a Enseada do Bom Abrigo tornou-se a principal estrutura não edificada que a partir da década de 1960 foi o principal responsável pelo incremento da pesca oceânica por parte dos pescadores de Cananeia, tendo inclusive a participação atual da presença feminina. Assim a enseada transformou-se atualmente em uma importante “base de apoio” para embarcações pesqueiras oriundas de vários locais da costa sul brasileira que buscam aquele importante ponto de pesca.

No campo dos achados, os artefatos modernos, que em princípio podem parecer ao leitor sem importância, possibilitou ao estudo traçar um perfil referente aos hábitos alimentares e cultura de descarte do homem do mar que frequenta a região, fruto de uma interação de longa duração com esse pequenino espaço marítimo.

Ainda no campo dos achados, as âncoras (ferros) constituem um conjunto de evidências muito significativo sobre a estada das embarcações na Enseada da Praia do Farol feita ao longo do tempo. Classificadas tipologicamente e analisadas do ponto de vista contextual, ou seja, de sua condição deposicional no sítio, pode-se dizer como primeira hipótese de trabalho que a maior delas, de ferro e com cepo, deve estar relacionada com o naufrágio

do Pontão Helomar, ocorrido em 1921. Já uma outra âncora, por exemplo, de ferro e sem cepo, que se encontra no mesmo local, pode estar relacionada com a perda de ferros dos navios portugueses da Esquadra de Martim Afonso de Sousa, quando permaneceu 44 dias ancorados no local, em 1532. A continuação dos estudos arqueológicos na enseada junto a esses artefatos poderá confirmar ou refutar essas hipóteses.

Uma relevante contribuição desse projeto de mestrado foi a realização de um estudo histórico-tipológico das âncoras e das amarras. Esse interessante estudo muito contribuirá para classificação tipológica de âncoras achadas em sítios depositários ou de naufrágio. Não foi possível abordar tal tema nesse trabalho, mas o leitor interessado pode ter acesso a esse estudo consultando a dissertação na íntegra, no endereço: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-01032010-164713/fr.php>>.

Enfim, espera-se que esse pequeno trabalho desperte o interesse do leitor pela Arqueologia Subaquática, principalmente pelo estudo realizado em sítios depositários que guardam grande potencial arqueológico. Tem-se a certeza de que o estudo de qualquer tipo de sítio arqueológico submerso e a divulgação de seu resultado será sempre mais uma contribuição para derrubar as barreiras simbólicas da nossa sociedade em relação ao mar, sendo um importante componente para o desenvolvimento da mentalidade marítima brasileira.

Referências

ADAMS, J. Excavation methods, underwater. In: ORSER, Charles (Ed.). *Encyclopédia of Historical Archaeology*. London: Routedge, 2002, p.192-196.

ALBA, José Juan Barrera. *Dinâmica metabólica e transporte de propriedades no sistema estuarino-lagunar de Cananeia-Iguape*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Oceanografia) – Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, Antônio Paulino de. Memória histórica de Cananeia (VI). *Revista de História*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v. 26, n. 53, p. 177-217, 1963.

_____. Bom Abrigo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, p. 39-108, 1938.

ANDRADE, André Wagner Oliani. *Arqueologia do Lixo: um estudo de caso nos depósitos de resíduos sólidos da cidade de Mogi da Cruzes em São Paulo*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

BASE S/A. *Obra-724*. Nov.2000. Faixa 2050, foto 0002. Escala 1: 35.000.

BRASIL. Ministério da Marinha. *Costa Sul: Porto de Cananeia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Diretoria de Hidrografia e Navegação, 2004.

CURRYER, Betty Nelson. *Anchors: an illustrated History*. Annapolis: Naval Institute Press, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos. Esboço de História ecológica social caiçara. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Enciclopédia caiçara: o olhar do pesquisador*. São Paulo: Hucitec, 2004, v. 1, p. 273-319.

DURAN, Leandro D. *Arqueologia marítima de um Bom Abrigo*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

ELLIS, Miriam. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

ENCICLOPEDIA GENERAL DEL MAR. Dir. José María Martínez-Hidalgo y Téran. Madrid; Barcelona: Garriga, 1957-1989. 9v.

FONSECA, Maurílio Magalhães. *Arte naval*. 6. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002. v. 2.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

GEOBRÁS S.A. ENGENHARIA E FUNDAÇÕES. *Complexo Vale Grande, Mar Pequeno e Rio Ribeira de Iguape: relatório para serviço do Vale do Ribeira do DAEE*. São Paulo: 1966.

GUEDES, Max Justo. As primeiras expedições de reconhecimento da costa brasileira. In: HISTÓRIA Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1975. t. 1, v. 1, p. 179-245.

LUNA ERREGUERRENA, Maria del Pilar. *La Arqueologia Subacuática*. México, 1982. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Escuela Nacional de Antropología e Historia, Universidad Nacional Autónoma de México.

MAHIQUES, Michel M. *Relatório sobre levantamento sonográfico e batimétrico na região da Ilha do Bom Abrigo – Cananeia – SP*. São Paulo, 2006. Mimeo.

MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965.

MORAIS, José Luís; MOURÃO, Henrique A. Inserções do direito na esfera do patrimônio arqueológico e histórico-cultural. In: *Direito ambiental visto por advogados*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005, p. 341-393.

MOREIRA, F. P. A. *Demonstração das Ilhas Cananea e Iguape e sua costa até o Rio Una*. Lisboa: GEAEML, 1820.

MOURÃO, Fernando A. *Os pescadores do litoral sul de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial*. São Paulo, 1971. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MULKELROY, Keit. *Maritime archaeology*. Cambridge: University Press, 1978.

RAMBELLI, Gilson. *Arqueologia até debaixo d'água*. São Paulo: Maranta, 2002.

_____. *Arqueologia subaquática do Baixo Vale do Ribeira, SP*. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

REIS, Altamiro. *Histórico de pharoes existentes no Brazil e organização das respectivas repartições*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1913.

REIS, Antonio Estácio dos. A navegação astronômica nos séculos XVI e XVII. In: *NOSSA Senhora dos Mártires: a última viagem*. Lisboa: Verbo, 1998, p. 85-95.

SCHIFFER, M.B. *Formation processes of the archaeological record*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.

SOUSA, Pero Lopes de. *O diário de navegação*. São Paulo: Obelisco, 1964.

SOUZA, Luiz Antônio Pereira de. *A planície costeira de Cananeia-Iguape, litoral sul do Estado de São Paulo: um exemplo de utilização de métodos geofísicos no estudo de áreas costeiras*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Oceanografia Física) – Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo.

_____. *Revisão crítica da aplicabilidade dos métodos geofísicos na investigação de áreas submersas rasas*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Oceanografia Química e Geológica) – Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo.

TRÍAS, Rolando A. Laguarda. Cristóvão Jacques e as Armadas guarda-costa. In: *HISTÓRIA Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1975. t. 1, v. 1, p. 249-299.

TRIGGER, Bruce G. *História de pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

YOUNG, Ernesto Guilherme. Subsídios para História de Iguape. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, v. 8, p. 222-375, 1903.

LICENÇA AMBIENTAL: A EVOLUÇÃO DESTES INSTITUTO. O CASO DE MATO GROSSO

Marco Lunardi Escobar

A conscientização com relação à problemática ambiental é algo recente, apesar de ser questão diária de todos os indivíduos, pelos casos verificados no próprio meio e também através dos noticiários, que dão conta das agressões, de todos os níveis, sofridas pela natureza e pela sociedade. O processo evolutivo do crescimento econômico, no entanto, entra em conflito direto com o meio ambiente, visto que os atuais níveis de produção consomem muito mais recursos ambientais e, em contrapartida, produzem enormes quantidades de resíduos poluentes.

Neste contexto este capítulo analisa os instrumentos de comando e controle estatal do meio ambiente, como a fiscalização e o licenciamento ambiental, e sua interface com a municipalização, a fim de verificar a aplicação do licenciamento ambiental, no todo ou em parte, em nível municipal.

Trata-se da delegação das responsabilidades de gestão ambiental aos municípios, a partir da iniciativa dos órgãos ambientais estaduais, que estimula as prefeituras a assumirem as tarefas que antes eram do poder público estadual. Conceder licenças ambientais para atividades potencialmente danosas ao ambiente é uma grande responsabilidade, que fica a cargo do gestor público. Vale ressaltar que são obrigações do governo avaliar a possibilidade de permitir a implantação do empreendimento poluidor ou degradador, fixar limites e ainda definir medidas mitigadoras dos prejuízos ao ambiente.

Esta pesquisa baseia-se, em parte, na história ambiental, pelo próprio fato de ser relacionada ao ambiente. Dessa forma, em vez de o estudo ser feito na abstração das teorias puras, está nas contradições de lugares e experiências vividas que são

determinantes. Na maioria das vezes, a pesquisa “se dá por meio de recortes geográficos e biofísicos concretos: uma região florestal, uma bacia hidrográfica, uma cidade, uma zona agrícola, etc.” (DRUMMOND, 1991, p. 181).

As formas históricas de industrialização: relação entre ambiente e tecnologia

A espécie humana começou a interferir na natureza milhares de anos atrás, quando diversas formas de indústrias primitivas, como agricultura, cerâmica e a manufatura de ferramentas de metal, tiveram seu início. Mas foi somente a partir da Revolução Industrial que a influência do homem sobre os recursos naturais atingiu níveis mais preocupantes.

O crescimento da mineração do carvão e a invenção da máquina a vapor aceleraram o crescimento das diversas indústrias, as quais, por sua vez, contribuíram não só para melhorar a qualidade de vida das pessoas, mas o crescimento da população. Este desenvolvimento ocorrido a partir da revolução industrial prejudicou o meio ambiente.

Esse rápido desenvolvimento causou poluição ambiental, que passou a ser um problema social sério já na segunda metade dos anos 60. E grandes porções das florestas da Ásia e da África se tornaram em desertos.

As inovações tecnológicas depois da II Grande Guerra contribuíram bastante para a economia mundial. Especificamente, produtos petroquímicos tiveram um papel importante na melhoria da qualidade de vida civilizada das pessoas, mas, por outro lado, seus produtos deram origem a diversos problemas sociais.

A necessidade de garantir espaços sem a interferência humana degradadora passou a ser presente no Brasil a partir da década de 60. O país começa a ter a definição de áreas protegidas, a partir com a criação das primeiras unidades de conservação. O estabelecimento de áreas protegidas exporia as próprias

contradições das políticas públicas, como o principal indutor da incorporação dos espaços à ordem do capital e o único responsável em promover a proteção de áreas da ação degradadora da economia.

Trata-se de uma postura que chega próxima da classificação proposta por José Augusto Drummond. O cientista político analisou a legislação ambiental do período de 1934 a 1988. O autor define o período marcado pelo ideal desenvolvimentista, de crescimento econômico a qualquer custo, o que colocaria as medidas legais instituídas pelo Estado na tensão entre ações de proteção aos recursos naturais e de promoção do desenvolvimento (DRUMMOND 1999, p. 133).

Para Ignacy Sachs, ainda na década de 60 surgiram os primeiros questionamentos quanto ao modelo hegemônico de desenvolvimento, em meio a discussões sociais e ambientais. Essas discussões se deram em razão da não conformidade com o modelo materialista, competitivo e degradador do ambiente da sociedade de consumo. A partir desta lógica e com sentimento de inconformidade, aprofundam-se as críticas e questionamentos acerca do significado de desenvolvimento, justificando, assim, a transição para um conceito de desenvolvimento sustentável, que requer, uma mudança imediata de paradigma (SACHS, 2004, p. 17).

Dessa forma, a noção de desenvolvimento sustentável representou uma evolução de conceitos anteriormente elaborados (SACHS, 2004, p. 36). Considera-se um avanço do conceito de ecodesenvolvimento, o qual vinha sendo defendido desde a Conferência de Estocolmo em 1972.

Autores brasileiros fazem uma reflexão acerca das transformações que o planeta pode sofrer se o desenvolvimento sustentável não for aplicado. Na opinião de Leff, a natureza se levanta de sua opressão e toma vida, revelando-se à produção de objetos mortos e à coisificação do mundo (LEFF 2004, p. 66). Acrescenta o autor:

A superexploração dos ecossistemas, que os processos produtivos mantinham sob silêncio, desencadeou uma força destrutiva que em seus efeitos sinérgicos e acumulativos gera as mudanças globais que ameaçam a estabilidade e sustentabilidade do planeta: a destruição da biodiversidade, a rarefação da camada estratosférica de ozônio, o aquecimento global. O impacto dessas mudanças ambientais na ordem ecológica e social do mundo ameaça a economia como um câncer generalizado e incontrolável, mais grave do que as crises cíclicas do capital. (LEFF, 2004, p. 67)

A destruição do ambiente decorre de duas causas principais: “se uma delas é a cupidez - utilizar-se da natureza como se esta fora um supermercado gratuito - a outra é a ignorância” (NALINI, 2001, p. 78). Neste pensamento, que inclui a cultura consumista como grande vilã para a degradação, concorda-se também com a ótica de Leff (2004) sobre a importância de aplicação do desenvolvimento sustentável, um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção.

O caso de Mato Grosso

Nos estados que fazem parte da Amazônia Legal, a fragilidade da questão ambiental é normalmente mais visível do que no resto do país. A Amazônia registrou na última década, o maior ritmo de crescimento urbano do país, com uma tendência a forte migrações intra-regionais.

Os textos e as experiências de muitos historiadores que trabalham com a dimensão ambiental, compartilhada por antropólogos, economistas e demais cientistas sociais que adotam o mesmo enfoque, é justamente a da necessidade de buscar formas menos dualistas de estudo das relações entre cultura e natureza. As pesquisas de campo e as transformações na vida social contemporânea estimulam a busca por essas novas perspectivas. Como afirmou Eduardo Viveiros de Castro, refletindo sobre a questão da Amazônia:

Essas novas imagens da natureza e da sociedade se formam em um contexto histórico marcado pela sinergia entre abordagens estruturais e históricas, por uma tentativa de superação de modelos explicativos monocausais (naturalistas ou culturalistas) em favor de uma apreensão mais nuançada das relações entre sociedade e natureza. (CASTRO 2002, p. 320)

Com o crescimento da população e de seu consumo, o meio ambiente em geral, em particular os recursos naturais, sofrem fortes consequências. As matérias primas são limitadas e estão sendo afetadas pelos processos de utilização decorrentes da ampliação de atividades econômicas. Estas ações, sejam públicas ou privadas, deixam os recursos naturais cada vez mais escassos. Os bens naturais sofrem esgotamento pelas práticas de consumo indiscriminadas, pelas novas e ilimitadas necessidades humanas e também por idéias equivocadas de que os bens ambientais são inesgotáveis e sempre renováveis.

Mato Grosso é repleto de contrastes. Paralelo ao desenvolvimento econômico, o uso do solo rural e a urbanização reproduzem a desconsideração da dimensão ambiental, sendo mais importante o desempenho das atividades rurais e usos urbanos do que a sua relação com o meio físico-biótico onde está inserido, ou com os materiais e recursos naturais que consome.

Este estado assumiu um papel de destaque no cenário nacional, ora por apresentar elevados índices de crescimento econômico, produção agrícola e pecuária, ora por ser apontado como o responsável por uma das maiores taxas de erradicação da cobertura vegetal natural, sobretudo no cerrado e na floresta tropical úmida (MAGALHÃES; WERLE, 2009, p. 67).

Conforme estes autores percebe-se que o estado de Mato Grosso passa por um processo de ocupação e urbanização acelerado, o que gera diversos problemas ambientais. Os danos se agravaram, como: a falta de saneamento básico, destinação correta para os resíduos sólidos, desmatamentos, além da ocupação desenfreada do espaço urbano, dentre outros.

Este processo de ocupação do solo mato-grossense se iniciou pelos movimentos humanos favorecidos pela disponibilidade de terras a baixo custo a serem ocupadas por migrantes, principalmente do sul e sudeste brasileiro. Os investimentos durante as décadas de 70 e 80 resultaram na industrialização da agricultura e pecuária, que se caracterizaram até os dias como consumidoras dos insumos e máquinas que a agroindústria produz.

Assim, ocorre em Mato Grosso o de desenvolvimento de atividades e criação de empresas com atividades degradadoras. Trata-se de um processo que invariavelmente provoca alterações no meio físico, e que requer um controle ambiental eficaz por parte do poder público.

A história da licença ambiental

A licença ambiental é um dos instrumentos de gestão ambiental estabelecidos pela Lei Federal nº 6938, de 31/08/81, também conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Em 1997, a Resolução nº 237 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente definiu as competências da União, Estados e Municípios e determinou que o licenciamento deverá ser sempre feito apenas por um ente federado.

A licença ambiental é uma autorização, emitida pelo órgão público competente, concedida ao empreendedor para que exerça o seu direito à livre iniciativa, desde que atendidas às precauções requeridas, a fim de resguardar o direito coletivo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Representa a anuência da autoridade ambiental competente para discernir sobre a localização, instalação e operação de estabelecimentos ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, que são consideradas efetivamente ou potencialmente poluidoras, bem como aquelas capazes de causar degradação ambiental.

Em 1969, os Estados Unidos da América foram o primeiro país a institucionalizar a fiscalização dos impactos ambientais através da criação do National Environment Policy, a Polícia Ambiental Federal daquele país, em dissertação sobre impactos ambientais. (OLIVEIRA, 2008, p. 87)

No Brasil, o Rio de Janeiro começou a implantar em 1977 o sistema de licenciamento ambiental estadual. Foi uma iniciativa pioneira no Brasil, pois somente em 1981 a lei nacional foi publicada, seguindo o modelo fluminense.

Antes disso, em 1976, o Estado de São Paulo promulgou sua legislação de controle de poluição através da Lei nº 997/76, que estabelece no Art. 5º que: “A instalação, a construção ou a ampliação, bem como a operação ou funcionamento das fontes de poluição que foram enumeradas no regulamento desta lei, ficam sujeitas à prévia autorização do órgão estadual de controle da poluição do meio ambiente, mediante licenças de instalação e de funcionamento.”

Conforme Malheiros, em tese de doutorado sobre controle ambiental no Rio de Janeiro, as licenças ambientais foram instituídas como instrumentos de controle do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido mantida a mesma nomenclatura dos tipos de licenças, o que vem reforçar a colocação de que este sistema serviu de padrão para o processo de licenciamento e de avaliação de impactos adotado em nível federal. (MALHEIROS, 2002, p. 87)

Tanto a legislação do Rio de Janeiro, quanto a lei de São Paulo, como as que foram surgindo logo em seguida, tinha por objeto fontes de poluição previamente definidas e por isso enfocaram aqueles empreendimentos que pudessem poluir a água, o ar ou o solo, além de outras atividades, como parcelamento de solo, mineração, serviços de saneamento básico e serviços de saúde.

No plano federal a Lei nº 6.803/80, que dispôs sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, instituiu o estudo de impacto ambiental, que é parte de

uma das etapas do processo administrativo de licenciamento ambiental, e o controle da Administração Pública sobre as indústrias poluidoras.

Em 1977 foi criado o licenciamento no Rio de Janeiro, a partir do Decreto Estadual nº 1.633/77, que definiu as metas do sistema licenciador:

Art. 2º - O Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras tem por objetivo disciplinar a implantação e funcionamento de qualquer equipamento ou atividade que forem considerados poluidores ou potencialmente poluidores, bem como qualquer equipamento de combate à poluição do meio ambiente, no Estado do Rio de Janeiro.

O Decreto do Rio de Janeiro menciona, ainda, o papel da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, criada em 1975, caracterizada como órgão técnico, responsável pelo exercício da fiscalização do cumprimento da legislação ambiental. Atualmente é denominada Instituto Estadual do Ambiente, para unificar e ampliar a ação dos órgãos ambientais.

Este sistema inicial de licenciamento do Rio de Janeiro serviu de referência para a estruturação do licenciamento ambiental de muitos órgãos ambientais brasileiros e, mais adiante, para o CONAMA, quando editou a Resolução nº 237/97, que regulamentou o licenciamento ambiental em âmbito nacional.

No Brasil o licenciamento ambiental passa a ser previsto a partir da Lei nº 6.938/81, que estabelece no Art. 10 que:

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

Apesar de o licenciamento ser utilizado desde o final da década de 1970, em alguns estados da federação, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, em diferentes concepções, o licenciamento ambiental só foi instituído em nível federal na década de 1980. Com a Resolução CONAMA nº 001/86, foi elaborada uma lista de atividades modificadoras do meio ambiente, sujeitas ao licenciamento.

O licenciamento em Mato Grosso

Desde 1989 o Estado de Mato Grosso possui lei própria para a execução do licenciamento e controle ambiental. Na Constituição Estadual, define que deve haver um “aproveitamento racional e não predatório dos recursos naturais, a preservação e recuperação do meio ambiente”. Entre estão as linhas mestras da política ambiental do Estado está o Estudo Prévio de Impacto Ambiental:

Art. 263 (...) IV - exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade, garantida a participação da comunidade mediante audiências públicas e de seus representantes em todas as fases. (MATO GROSSO, Constituição Estadual, 1989)

Em relação às demais normas ambientais que já existiam no país na época, a Constituição do Estado de Mato Grosso avança, ao garantir a participação da comunidade através das audiências públicas nas fases do estudo de impacto ambiental.

Histórico da criação do órgão ambiental estadual em Mato Grosso

A demanda por controle ambiental de grandes projetos de infraestrutura, aos poucos passou a exigir do poder público estadual de Mato Grosso um aparato organizacional para atender a tais solicitações. Para atender a esse fim, criou-se o primeiro organismo na área ambiental no início dos anos 70, dentro da então Secretaria de Agricultura do Estado de Mato Grosso, por meio dos departamentos de Proteção Vegetal e de Proteção Animal.

Em 1979, a criação do Conselho Estadual do Meio Ambiente foi realizada por meio da Lei nº 4.087/79, que tinha por finalidade alterar a organização administrativa estadual, visando sua modernização. Para executar as decisões deste conselho, implantou-se o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA).

Entrevistada para esta pesquisa, a Superintendente de Monitoramento de Indicadores Ambientais da SEMA, Elaine Corsini, informou que o instituto não tinha competência prevista em lei para fiscalizar as ações ambientais, conforme determinavam as deliberações do Conselho. Desta forma, criou-se, um ano depois, a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), por meio da Lei nº 4.179/80. Uma das competências da STDS era a defesa do meio ambiente. Para operacionalizar estas ações, a mesma lei previu a criação de uma coordenadoria ambiental, que era então o órgão voltado para este tipo de questões.

Em 1983, em função da repercussão em nível nacional de um problema ambiental – a matança e comercialização da pele do jacaré do Pantanal, o governo na época criou a Fundação de Desenvolvimento do Pantanal (FUNDEPAN). A previsão legal estava na Lei nº 4.560/83, que definiu que a finalidade da Fundação era estabelecer uma política de proteção, preservação e aproveitamento dos recursos naturais da região do Pantanal, sendo a FUNDEPAN um organismo de direito privado vinculado ao gabinete do governador.

Ainda na década de 1980, o Governo de Mato Grosso decretou e sancionou a Política Estadual de Meio Ambiente (Lei nº 4.894/85) regulamentada no ano seguinte pelo Decreto nº 1981/86, sendo de responsabilidade da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social a aplicação dos instrumentos previstos na lei, segundo a entrevistada Corsini.

Em 1987 o poder executivo estadual criou a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), a partir da Lei nº 5.218/87. A mesma legislação alterou a estrutura da FUNDEPAN, que na época foi fundida para a transformação em Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEMA), sendo sua aplicação de competência da primeira, elaborar e gerir a Política Estadual do Meio Ambiente.

Cinco anos depois o governo estadual promoveu a extinção da SEMA, quando, a partir da Lei Complementar nº 14/92, passou as atribuições e competências da então Secretaria para a FEMA, mantendo-se o cargo do titular da pasta com a nova denominação de Secretário Especial de Meio Ambiente.

Em 21 de novembro de 1995, após cinco anos de discussão com a participação do atual Conselho Estadual do Meio Ambiente e da Procuradoria Geral do Estado, foi sancionada a Lei Complementar nº 38, que instituiu o Código Ambiental do Estado de Mato Grosso, o qual foi determinante para a consolidação de uma política ambiental no estado.

Conforme Corsini, ainda na década de 1990 foram criados a maior parte das unidades de conservação estaduais para elaboração dos estudos ecológicos e planos de manejo, bem como a Política Estadual de Recursos Hídricos. Assim, Mato Grosso na época teve a Fundação Estadual do Meio Ambiente com, dentre outras atribuições, a normatização, gestão e execução da Política Estadual de Meio Ambiente, bem como proceder ao licenciamento ambiental de atividades potencialmente degradadoras ao meio ambiente. Em 2005 foi criada a Secretaria de Estado do Meio Ambiente através da Lei Complementar nº 214, de junho de 2005.

As formas de controle ambiental estão previstas também no Código do Meio Ambiente de Mato Grosso, a Lei Complementar

Estadual nº 38/95. O código define a ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser protegido. A Lei, assim, estabelece as bases normativas para a Política Estadual do Meio Ambiente, e exige ações do Estado no sentido de coibir intervenções que degradem o meio ambiente. Para isso apresenta, como uma de suas funções, o licenciamento.

O sistema de consórcios em Mato Grosso

Em 2006, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) de Mato Grosso apresentou a primeira proposta para transferência de licenciamento aos municípios, porem estabelecia unidades regionais de licenciamento vinculadas ao órgão ambiental estadual. No entanto, hoje o projeto não se encontra mais em aplicação, em função da falta de interesse das prefeituras em aderir ao sistema.

A união de municípios era a solução apresentada. O território foi dividido em regiões, em um total de 15 consórcios intermunicipais. O projeto propunha que os municípios assumissem o licenciamento ambiental das atividades poluidoras de pequeno e médio impacto local e de empreendimentos de pequeno e médio porte.

Para efetivar o licenciamento, cada consórcio teria que possuir biólogo, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro civil, engenheiro sanitário, geólogo, profissional da área de processamento de dados, advogado e agentes de nível médio para atividades administrativas. Como a maioria dos municípios não teria como manter uma equipe técnica, a saída seria os consórcios assumirem o licenciamento em suas regiões de abrangência. Caberia à SEMA fiscalizar e apoiar os municípios e/ou consórcios, otimizando a utilização dos recursos públicos.

Conforme o projeto, a proposta seria para simplificar e agilizar o processo de licenciamento ambiental, favorecer a cooperação técnica entre os municípios, como também diminuir os

custos para os empreendedores. Além disso, seriam criados Conselhos de Meio Ambiente, nas regiões de abrangência dos consórcios nos municípios. Haveria também a necessidade de se editar uma legislação específica de âmbito municipal, assegurando a legalidade do processo.

Em 2006 e 2007, os municípios de Mato Grosso passaram a ser convidados para a assinatura do protocolo de Intenções. Seria o primeiro passo para que dentro de no máximo um ano as atividades de licenciamento ambiental fossem realizadas, mas com acompanhamento dos técnicos das Diretorias Regionais da SEMA.

A partir da assinatura do protocolo, foi concedido aos consórcios 45 dias para fazerem legislação e se adequarem aos requisitos exigidos para o licenciamento, como o aparelhamento institucional dos consórcios, que abrange obras físicas, de infraestrutura básica, suporte de logística, aquisição de sistema de informatização e contratação de recursos humanos. O mesmo prazo estabelecido também previa que as prefeituras deveriam apresentar os técnicos que fariam o licenciamento. Por último, o sistema de consórcios previa a implantação de uma informatização e de protocolo nas sedes dos Consórcios, de maneira que fossem interligados à SEMA e ao Ministério Público estadual. Somente depois de cumpridas estas quatro etapas é que se poderia efetivar o início das atividades de licenciamento ambiental pelos consórcios.

Com a descentralização, a proposta era repassar a atribuição do licenciamento ambiental das atividades poluidoras consideradas de pequeno impacto ambiental local, de pequeno e médio porte, como empreendimentos industriais, obras de infraestrutura, agropecuários, florestais, minerais e hídricos.

Os consórcios intermunicipais, no entanto, não receberam a esperada adesão por parte das prefeituras, e em 2008 o órgão estadual de meio ambiente mudou a estratégia, quando passou a sugerir que os municípios assumissem a responsabilidade de controle e licenciamento ambiental de outra forma, o que será exposto a seguir.

A atual proposta de delegação de competência

A última proposta do governo do estado foi para que, através da municipalização da gestão ambiental, amplie-se o controle na utilização dos recursos naturais. Os processos de descentralização implicam na transferência de competência da administração estadual para o poder local, a prefeitura. Em Mato Grosso atualmente cinco prefeituras já realizam licenciamento ambiental na esfera municipal.

A idéia da Secretaria Estadual de Meio Ambiente para delegar às prefeituras a gestão ambiental tem como proposta simplificar e agilizar o processo de licenciamento ambiental, além de permitir a contratação de técnicos nos municípios, e criar Conselhos de Meio Ambiente nos municípios. Haveria também a necessidade de se editar uma legislação específica de âmbito municipal, assegurando a legalidade do processo.

Assim, o Conselho Estadual de Meio Ambiente homologou em 31 de janeiro de 2009 a delegação do licenciamento ambiental de cinco municípios mato-grossenses: Campo Verde, Cuiabá, Primavera do Leste, Lucas do Rio Verde e Sorriso. Os prefeitos destes municípios assinaram o termo de parceria que oficializa o direito de prestação do serviço pela Secretarias Municipais, que passam a ser responsáveis pelo controle ambiental.

Os municípios que implantaram o novo sistema foram visitados para a elaboração da presente pesquisa. O diretor de Meio Ambiente da prefeitura de Cuiabá, Douglas Samaniego, ao ser entrevistado apontou que tal medida foi adotada porque o licenciamento ambiental é um avanço na gestão ambiental em Cuiabá. Para o gestor: “o município passa a ter conhecimento dos problemas ambientais, facilitando a tomada de providências que cada caso requer”. A administração entende que agora está mais fácil atender às denúncias com base na degradação ambiental e outras que agridam a natureza no território cuiabano.

O município de Lucas do Rio Verde já iniciou também o licenciamento municipal, definiu na legislação que trata do assunto que o órgão a licenciar é definido pelo porte e potencial poluidor do empreendimento, sendo ainda as grandes indústrias em implantação na cidade licenciadas pela secretaria estadual.

Porém, em Santo Antonio de Leverger, apesar de ter havido inicialmente um interesse do município em adotar este sistema de gestão e o prefeito até ter assinado o protocolo de intenções junto ao governo estadual, não houve intenção de efetivar o licenciamento no município. A posição do secretário municipal de meio ambiente, entrevistado pelo pesquisador, é de que não haverá eficácia em função da falta de estrutura, principalmente de corpo técnico capacitado junto à prefeitura, para poder efetivar os procedimentos licenciadores. Mais adiante, a pesquisa analisa os posicionamentos do gestor sobre a desistência de assumir o licenciamento ambiental próprio.

O gestor de Sapezal, município também escolhido para o estudo, também afirmou que este modelo municipalizado de gestão ambiental não funcionaria. O município é um dos mais recentes de Mato Grosso e a cidade não possui grandes empreendimentos ou empresários com interesse de instalação na cidade. Também ficou clara a posição de não municipalizar a licença e controle ambiental porque a fiscalização poderia não ser eficiente.

Por coincidência, tanto em Sapezal como em Santo Antonio de Leverger apontou-se que os agentes públicos (fiscais ambientais), por conhecerem quase todos os moradores, poderiam ficar inibidos para realizarem autuações, em função da proximidade das pessoas. Trata-se de municípios com população pequena.

Através do licenciamento ambiental municipalizado, empreendimentos que não serão licenciados pelo órgão ambiental estadual ficam sob a fiscalização da prefeitura. Com isso, é possível controlar com agilidade os empreendimentos.

O livro sobre municípios e meio ambiente aponta que as prefeituras devem licenciar "por suas características de impacto local e localização difusa, nunca vai ser prioridade das instituições estaduais" (MAGLIO et al, 2006, p. 3).

Ao ser questionado sobre este modelo, o diretor de meio ambiente do município de Lucas do Rio Verde, Diogo Molina, apontou que "com um controle mais próximo, a atividade fiscalizadora também é facilitada, e a coletividade pode ganhar com uma melhor gestão ambiental". Conforme o gestor, o controle e a fiscalização local são mais eficientes e atuantes.

Considerações finais

A gestão ambiental busca, em caráter prioritário, formas de integração com a comunidade, para que ela atue como participante efetiva do processo de licenciamento de atividades e empreendimentos em um município.

Ao analisar o processo de delegação do licenciamento e controle ambiental para os municípios, a pesquisa propõe que existe viabilidade nesse modelo de gestão com transferência de responsabilidade. Mas, seria adequada essa nova forma de gestão apenas para os municípios que possuem estruturação e corpo técnico, e somente para as atividades que dizem respeito à esfera de competência do órgão municipal de meio ambiente, pois existem estas exigências legais para serem cumpridas.

Verifica-se que é necessário que o órgão analise em que condições os estados podem transferir esta competência ambiental aos municípios, de forma que garantam os mesmos níveis de proteção.

Identifica-se que o município, desde que cumpra os requisitos previstos, possui competência legislativa e administrativa para atuar no meio ambiente, mas para consolidá-las necessita de infra-estrutura administrativa, legal e financeira.

O advento da municipalização do licenciamento ambiental trouxe o desafio para os órgãos estaduais de meio ambiente, que necessitam avaliar se uma prefeitura está em condições de assumir uma gestão própria.

Este aspecto, aliado ao estágio de formação de corpo técnico capacitado para uma atuação multidisciplinar, exige o acerto do momento de compatibilização da delegação, de modo que ocasione a otimização dos procedimentos da administração pública, possibilitando que as decisões administrativas sejam cada vez mais integradoras e mais ágeis.

Percebe-se que, em vez de esperar pelos órgãos ambientais da União e do Estado, seria a prefeitura municipal que está mais próxima para exercer o controle do meio ambiente. Porém, pelo pesquisado se observa que Mato Grosso ainda carece de contratação de profissionais nos órgãos municipais para que possa exercer esta gestão ambiental.

Com isso, para as prefeituras que estiverem bem estruturadas, pode ser viável o licenciamento ambiental pelo Município, posto constituir unidade autônoma hierarquicamente equiparada à União e aos Estados, conformando a República Federativa do Brasil, nos termos da Constituição de 1988.

Fica claro que o processo de municipalização do licenciamento em Mato Grosso ocorre de forma gradativa, onde os órgãos municipais ainda não possuem a estruturação ideal para exercer uma gestão ambiental eficiente, considerando a imensidão territorial dos municípios.

É visível nos dias atuais o quanto se compromete o ambiente em nome de um crescimento econômico desenfreado, que nem sempre apresenta os resultados esperados. Isso acontece devido à falta de planejamento das alterações ambientais, resultando em consequências ambientais complexas, chegando a comprometer a própria manutenção e sustento daqueles que se fixam num determinado espaço, visando o desenvolvimento de suas atividades.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 2008.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

_____. Resolução Conama nº 001, 23 de janeiro de 1986. Estabelece definições, responsabilidades, critérios e diretrizes gerais para uso e implementação da avaliação de impacto ambiental.

_____. Resolução Conama nº 237, de 19 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.

CASTRO, G. Notas sobre história ambiental e desarrollo sostenible. *Peripecias*, n. 71, 2007.

DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, ano 2, n. 3-4, p. 127-149, 1998-1999.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

MAGALHÃES, Loiva Z.; WERLE, Hugo J. S. Problemas ambientais de uma cidade média de Mato Grosso: o caso de Barra do Bugres. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 33, jul./dez. 2009.

MAGLIO, Ivan; PHILIPPI, A.; COIMBRA, J. A. A.; FRANCO, R. M. *Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil*. Belo Horizonte: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, 2006.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARIANO NETO, Belarmino. *Ecologia e imaginário: memória cultural, natureza e submundialização*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2001.

MATO GROSSO. Lei complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995. Dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sema.mt.gov.br>>. Acesso em: 9 mar. 2008.

_____. Lei nº 214, de 23 de junho de 2005. Cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sema.mt.gov.br>>. Acesso em: 3 maio 2009.

NALINI, José Renato. Poder Judiciário. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio Ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

STEFANELLO, M. B. Gestão ambiental compartilhada entre estado e municípios. *Revista de Pesquisa e Pós-Graduação*. Santo Ângelo, 2003.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. *Manual de direito ambiental*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

TEMPO, ESPAÇO E BIOGEOGRAFIA

Sérgio Murilo Santos de Araújo

As noções de tempo e de espaço são bastante utilizadas nas ciências naturais e/ou da Terra. Para ciências como a Biogeografia elas são fundamentais para entender o complexo arranjo de forças que atuaram e permitiram a evolução das espécies.

A Biogeografia pode ser conceituada como a ciência que se ocupa com a distribuição dos seres vivos, levando em conta a adaptação destes seres ao meio físico e aos mecanismos de evolução. A evolução das espécies se deu no passado geológico e se dá no período recente em função das condições impostas pelo clima e pelos eventos ambientais que ora aconteceram no passado, ora se encontram constituídos na superfície terrestre.

A Biogeografia só pode ser entendida na sua ótica espacial, ou seja, a partir da distribuição dos seres vivos. De fato, a distribuição espacial dos seres vivos só pode ocorrer ao longo de um tempo dado, essa noção permeia todo o processo evolutivo e de distribuição.

Neste trabalho buscaremos pontuar alguns aspectos relacionados ao tempo e ao espaço na Biogeografia, importante ramo científico que está na confluência de duas ciências: a Geografia e a Biologia. Veremos que a dimensão espaço-tempo pode ser variável, havendo processos que acontecem de forma lenta ou rápida, organizando o espaço onde se dão as relações dos seres vivos com o meio físico, na perspectiva ecológica, ou simplesmente influenciando na distribuição da vida, na perspectiva biogeográfica.

O que é o tempo na vida e evolução dos seres vivos? Como o espaço é ocupado por eles? Estas perguntas podem suscitar amplo debate e posições contraditórias e, de forma mais branda,

diferentes visões das noções de espaço e tempo na perspectiva biológica.

Biogeografia: conceitos, divisão, finalidade e importância

Conceitos são fundamentais para o conhecimento em geral. Para a ciência também não seria diferente; por isso, começaremos abordando alguns termos fundamentais para a Biogeografia e tratando, ou conceituando, algumas ciências que assumem um caráter auxiliar no desenvolvimento deste ramo científico.

Embora na introdução tenhamos discorrido sobre o conceito de Biogeografia, também trataremos dele na visão de outros autores. Em Viadana (2004, p. 113) são citados dois conceitos; o primeiro elaborado por Emanuel De Martonne (1954), para o qual a Biogeografia é: “o estudo da repartição dos seres vivos na superfície terrestre e análise de suas causas”. O segundo conceito é o que foi elaborado por Furon (1961) para o qual ela: “estuda a repartição dos seres vivos na superfície dos continentes e suas causas de repartição no espaço e no tempo”.

Pode ser citado também o conceito de Margalef, no qual o autor sintetiza o conceito de Biogeografia como sendo o “estudo dos fenômenos biológicos em suas manifestações espaciais” (MARGALEF, 1974. Apud. ZUNINO; ZULLINI, 2003, p. 1).

A Biogeografia é um ramo da Geografia, para os geógrafos, e da Biologia, para os biólogos; na nossa concepção ela é uma ciência gerada pela confluência daquelas duas ciências; mas sendo de fundamento ou base geográfica, porque envolve a perspectiva espacial.

Costuma-se dividir a Biogeografia em Fitogeografia e Zoogeografia. Sumariamente, podemos dizer que a primeira se preocupa com a distribuição dos vegetais no espaço ou superfície terrestre, enquanto a segunda estuda a distribuição dos animais. Há autores que citam ainda a Paleobiogeografia como a terceira parte

da divisão e que busca responder como se deu a distribuição dos seres vivos no passado geológico da Terra.

O objeto de estudo da Biogeografia é a distribuição espacial do seres vivos e seu objetivo principal vem a ser, segundo assinalam Zunino e Zullini: “a descrição e análise, em termos causais, da distribuição dos seres vivos, tanto em sua dimensão atual como no transcorrer histórico. É a síntese do estudo de padrões e processos” (ZUNINO; ZULLINI, 2003, p. 1)

Este enfoque baseado nas causas de distribuição biogeográfica abre duas perspectivas, uma ecológica e outra histórica. Ou seja, podemos assim dividir a Biogeografia em Biogeografia Histórica e Biogeografia Ecológica. A primeira preocupada com uma visão diacrônica, ou do passado geológico, com dados e acontecimentos ou fatos do passado que influíram na distribuição dos seres vivos, quando comparados com a distribuição atual. A segunda, numa perspectiva sincrônica, ou atual, preocupa-se com a distribuição e os parâmetros que levam a essa distribuição na atualidade, sejam estes parâmetros abióticos (clima, solos, etc.) e/ou bióticos (composição e estrutura das comunidades), que intervêm no território (ZUNINO; ZULLINI, 2003, p. 1).

Ciências auxiliares da Biogeografia

A Biogeografia é uma ciência que se ocupa com a distribuição dos seres vivos e da relação desta distribuição com o meio físico. Dessa forma, tem normalmente como suporte as informações produzidas por diversas ciências que lhe são auxiliares como a ecologia, a geologia, a climatologia e etc.

A ciência que tem maior fluxo de informação para a Biogeografia talvez seja a Ecologia. Como sabemos, a Ecologia é a ciência ou ramo que tem por objetivo o estudo dos vários seres vivos em suas relações mútuas e com o meio ambiente. Dessa forma, ela serve à Biogeografia para compreender como os

vegetais e animais se relacionam entre si e com o meio de que fazem parte, auxiliando nos estudos de repartição e distribuição dos seres vivos.

O conceito de Ecologia é bem conhecido no campo científico, bastante citado desde o século dezenove. Sua origem é atribuída a Ernst Haeckel (1870) que conceituou a ecologia como sendo a economia da natureza. Em suas palavras citadas em Ricklefs:

Por Ecologia, queremos dizer o corpo de conhecimentos referentes à economia da natureza – a investigação das relações totais dos animais tanto com seu ambiente orgânico quanto com seu ambiente inorgânico; incluindo, acima de tudo, suas relações amigáveis e não amigáveis com aqueles animais e plantas com os quais vêm direta ou indiretamente a entrar em contato – numa palavra, ecologia é o estudo de todas as inter-relações complexas denominadas por Darwin como as condições da luta pela existência. (RICKLEFS, 2002, p. 2)

Desde o século XIX se utiliza o conceito de Ecologia, porém o conceito de ecossistema só foi realmente cunhado mais tarde, que segundo Ab'Saber (2003, p. 138-139), só foi introduzido na ciência por volta de 1935. Naquele momento o botânico inglês Arthur Tansley definiu ecossistema como o: “Sistema ecológico de um lugar, envolvendo fatores abióticos e bióticos do local”.

O tempo e a distribuição dos seres vivos

A distribuição dos animais e vegetais sobre a superfície terrestre depende de diversos fatores do meio físico. Este meio é formado pela hidrosfera, atmosfera e litosfera, onde se transformam e absorvem alguns outros elementos, num processo contínuo de trocas de matéria e energia.

Os principais fatores que influem na distribuição dos vegetais e animais na Terra podem ser denominados de físicos e biológicos. Os fatores físicos podem ser climáticos (temperatura, precipitações, umidade e ventos), edáficos (textura, estrutura,

profundidade e pH do solo), topográficos (diferentes formas do relevo, como plano, montanhoso, côncavo, convexo, etc.) e o fogo. Os fatores biológicos estão relacionados às características dos próprios seres vivos, vegetais e animais, em suas relações (harmônicas, desarmônicas, competição, etc.) e também o homem que interferem conjuntamente na distribuição e reprodução das espécies.

O clima exerce o papel de maior importância entre todos os fatores físicos. Sua função ecológica é relevante e seus dois elementos principais (temperatura e umidade) condicionam o aparecimento de espécies, sua escassez ou abundância; as precipitações e umidade do ar também abastecem os solos com água, facilitando que este seja propício à vida.

Quando relacionamos o tempo em Biogeografia, ela assume dois momentos: o tempo presente e o tempo passado. Numa ótica atual ou ecológica, em períodos mais recentes ou atuais, os fatores do meio ambiente condicionam a distribuição dos seres vivos de forma que os climas, os solos e as condições atuais são responsáveis pela distribuição e pela evolução em vida. No entanto, sistemas ecológicos nascem, crescem e ‘morrem’ ou evoluem com o tempo. Não só as causas atuais como as pretéritas são responsáveis pela existência atual de um ecossistema ou comunidade ecológica. Wallace (PPGBAN/UFES, 2007) chegou a afirmar que:

Sabe-se agora que não apenas a maravilhosa estrutura de cada ser vivo envolve toda a história passada da terra, mas também fatos aparentemente sem importância, como a presença de certos tipos de plantas e animais em uma ilha e não em outra, são dependentes de uma longa série de mudanças geológicas passadas – aquelas maravilhosas revoluções astronômicas que causam uma variação periódica dos climas terrestres – na ação aparentemente fortuita de rios e correntes transportando organismos – e nas infinitas ações e reações dos organismos, uns sobre outros. Apesar de estas várias causas serem tão complexas em sua ação combinada que nos impede de entendê-las para espécies individuais, ainda assim padrões gerais são claramente reconhecidos; assim, somos encorajados a estudar com detalhes cada anomalia na distribuição dos seres vivos, na firme certeza de que assim agindo nós alcançaremos um entendimento mais claro e completo do

curso da natureza, e na crescente convicção de que a “imensa confusão” dos seres que vemos em todos os lugares ao nosso redor não existe sem ‘um plano’.

Na história geológica do planeta os desastres naturais, as gradativas mudanças climáticas e os limites impostos pela variação das condições ambientais foram motivos de processos evolutivos, sincrônicos e diacrônicos.

O tempo em Biogeografia está relacionado com a origem e evolução das espécies. Esta ótica diacrônica está baseada no estudo das mudanças do nosso planeta que influíram na dinâmica de distribuição, especiação e extinção das espécies ao longo do tempo geológico. Tais estudos só foram possíveis com a elaboração de teorias ou modelos de explicação baseadas em métodos científicos e nas evidências fósseis deixadas como pistas nas formações geológicas. Hoje sabemos disso, ou temos uma explicação mais plausível, por conta dos estudos da Geologia.

A contribuição das Ciências da Terra para as ciências ambientais e para a Biogeografia foi de fundamental importância para elucidar a história dos seres vivos no nosso planeta. Técnicas como a datação permitiu não só estimar a idade do planeta, mas também a existência dos mais remotos seres na escala geológica do tempo. Para a Biogeografia, Biologia e Ecologia, a comprovação de teorias ou mesmo a explicação da evolução das espécies e dos ambientes em que viveram, assim como a especiação e extinção dos seres vivos, agora tem uma base sólida fundamental: a datação geológica.

Para Vanzolini (1999) a dívida da sistemática - e para as ciências da vida e da Biogeografia - com as Ciências da Terra é muito grande, pois necessitam de estudos interdisciplinares e de informações que as Ciências da Terra podem fornecer. Por exemplo:

Os estudos zoológicos de especiação na América do Sul, feitos por sistemas de prática evolucionista, dependem estritamente de informações e, mais do que isso, de conceitos interdisciplinares. Dependem, por exemplo, da genética, para lhes dar uma racional

teórica, além de importantes métodos ancilares; dependem da ecologia, para situar por outra face seus problemas teóricos e para compreender as situações de campo; dependem da geomorfologia, da palinologia e das demais disciplinas que convergem para a paleoclimatologia, para que tenham uma racional histórica e a possibilidade de uma estimativa da velocidade dos processos estudados. Esta última dependência, a mais nova, e a que menos facilmente vem ao naturalista, tem tido importância ímpar, dadas as perspectivas de pesquisa que se abriram nos últimos vinte anos. Até hoje a sistemática evolutiva pouco tem dado, em troca, às ciências da Terra; ainda vai receber muito antes que possa começar a pagar sua dívida. (VANZOLINI, 1999, p. 41)

O tempo atual leva em conta os fatores atuais ou ecológicos. Mas todo o tempo é contínuo (passado e presente). No presente há a permanência dos seres que conseguiram evoluir e estão mais aptos a resistir ou vencer os fatores adversos do meio.

O espaço é o território ou porção da superfície terrestre onde se dão os processos naturais do meio físico e as relações ou processos biológicos responsáveis pela evolução. O espaço como território evoca um lócus de ação dos seres vivos, e a permanência de uma espécie é função da sua competência, competência no sentido de competição pelo espaço, disputado, mas também dividido com outras espécies em relações harmônicas e desarmônicas.

Os mecanismos ecológicos são responsáveis pela regulação e equilíbrio biológico; como dizia Lavoisier: “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. No campo ecológico, isso pode ser dito na acepção de que toda matéria servirá ao meio físico ou para os seres vivos, como alimento, restos orgânicos (húmus) e etc.

Assim, todos os seres vivos ocupam uma função no sistema ambiental de que fazem parte, ocupando este espaço de forma que existem e se nutrem para permanecer existindo, e servem de alguma forma ao sistema – o ecossistema. Nessas relações ditas ecológicas, o enfoque espacial ou da distribuição perde muito em relevância, mas não deixa de ser importante, pois o habitat, que é o espaço de morada, continua a ser tratado, agora do ponto de vista da Ecologia.

No tempo geológico, o começo da vida está associado à existência de matéria orgânica, degradada, impregnada nas rochas. A vida começou nos mares e oceanos ou na água. A evidência de que a vida se inicia no planeta há 3,8 bilhões de anos atrás estão em rochas do período Arqueano. Como diz Salgado-Laboriau:

Nas águas primitivas do Arqueano provavelmente existiam minúsculos organismos porque algumas rochas contêm querogênio, isto é, matéria orgânica degradada. A ocorrência de querogênio (em inglês *kerogen*) nas rochas sedimentares muito antigas sugere que o início da vida se deu antes de 3.800 M.a, quando os primeiros fósseis de bactérias são registrados. As primeiras bactérias deveriam ter sido anaeróbias totais, pois a evidência de diferentes fontes indica que o ambiente era pobre em oxigênio ou não o continha. (SALGADO-LABORIAU, 1994, p. 92)

Uma síntese dos eventos ambientais e da vida na Terra pode ser vista no Quadro I, onde são apresentados os principais seres vivos que marcaram tais períodos geológicos. O início da vida no nosso planeta está associado às primeiras bactérias e cianobactérias que aparecem há 3,8 ou 4 bilhões de anos atrás, evidenciados por rastros contidos em rochas do Eon Arqueano.

Os primeiros eucariontes (indivíduos com núcleo celular) aparecem há cerca de 2,5 bilhões de anos. Os primeiros organismos nos continentes aparecem no Siluriano há cerca de 438 milhões de anos. Porém a vida em grande quantidade passa a existir bem antes, cerca de 580 milhões de anos, no período denominado Cambriano.

Fato muito marcante na história geológica da Terra é a extinção dos seres vivos, uma vez que no momento atual muitos dos seres vivos que ficaram nos registros fósseis de rochas já não existem mais. É o caso clássico dos dinossauros que tiveram seu ápice no Triássico e foram extintos no final do Cretáceo, há cerca de 65 milhões de anos atrás.

Tempo e diversidade

Uma das questões de maior relevância nas ciências biológicas e ambientais diz respeito à diversidade biológica dos trópicos. Qual a razão de tamanha diversidade nos trópicos se comparada com as zonas temperadas ou com outras áreas da Terra? Pergunta-problema formulada ainda no século XIX e que ainda hoje está longe de uma resposta ou solução (VANZOLINI, 1992).

Antes de discutirmos esse problema, conceituaremos o que vem a ser biodiversidade. Podemos dizer que um ambiente ou ecossistema é dotado de maior diversidade biológica, ou biodiversidade, quando possui uma quantidade muito variada de espécies e é também igualmente muito grande a população dessas espécies.

Grosso modo, sabe-se que os ecossistemas tropicais são mais diversificados que os temperados, isto é fato. Pois vários estudos já o demonstraram. Segundo Vanzolini (op. cit.), os ecossistemas tropicais são mais diversificados do que os temperados, mesmo que em termos de biomassa alguns destes ecossistemas seja comparativamente igual ou até maior do que a das florestas equatoriais (exemplo é a floresta de sequóia, ou as florestas de coníferas).

Existe uma explicação bem mais antiga para a maior biodiversidade nos trópicos que se refere ao tempo de evolução e outras que se referem às extinções e especiação. A primeira diz que a diversidade tem seu crescimento ao longo do tempo, dessa forma os *habitats* tropicais tiveram mais tempo para acumular espécies que os temperados e árticos; nas seguintes, a explicação é que a diversidade atinge um equilíbrio, cujos fatores que removem espécies de um sistema se contrapõem àqueles que acrescentam espécies. Dessa forma, os fatores que acrescentam espécies devem ter um peso maior e os fatores que removem espécies deveriam ter um peso menor nos trópicos (RICKLEFS, 2003).

Como assinala:

A mais antiga das explicações propostas para esse fato é que as comunidades tropicais são velhas e estáveis, e assim tiveram mais tempo para evoluir. Essa hipótese, morta e enterrada pela paleoclimatologia, ainda estava sendo levada a sério por Flenley (1981) em um livro sobre a história geológica das florestas pluviais equatoriais. Todas as demais nove hipóteses alistadas por Flenley como correntes na literatura são baseadas em taxas diferenciais de especiação e de extinção. Isto equivale a situar o problema no campo da ecologia (extinções) e da sistemática evolutiva (especiação). (VANZOLINI, 1992, p. 42)

A teoria dos redutos e refúgios, formulada desde os anos de 1920, retomou o campo científico nas décadas de 1960 e 1970, quando Haffer, com contribuições de Vanzolini e Ab'Sáber, deu novo impulso ao modelo a partir de estudos realizados na Amazônia.

Ainda nos anos de 1920, com Stresemann, o conceito de especiação geográfica toma grande vulto - especialmente com os ornitólogos. O Autor explica que durante a última glaciação, as calotas glaciais da Escandinávia e dos Alpes estavam separadas, na Alemanha, por cerca de 200 milhas de estepe fria, habitável por alguns mamíferos árticos. A fauna que vivia na região antes da glaciação fora obrigada a recuar para os refúgios, um a leste dos Alpes, balcânico, e outro a oeste, franco-ibérico. Quase todas as espécies européias teriam sobrevivido nesses refúgios e sofrido diferenciação. Recuando o gelo para o norte, essas espécies foram expandindo sua área de distribuição, acabando por encontrar-se na Europa central. O resultado desse encontro seria o estabelecimento de uma zona de hibridação, nos casos de diferenciação incompleta, ou a sobreposição de distribuições, no caso de a diferenciação ter progredido até o ponto de especiação completa (VANZOLINI, 1992, p. 44-45).

Segundo Salgado-Laboriau (1994, p. 280), Moreau publicou em 1969 a sua Teoria dos Refúgios para os trópicos africanos, onde fez a correlação entre os períodos pluviais e interpluviais.

Em 1969 Haffer postulou a existência de padrões de especiação em função da alternância de climas mais secos e mais úmidos na Amazônia, denominado de modelo de refúgios. De

acordo com o modelo dos redutos e refúgios as glaciações produziram períodos mais secos para a *Hiléia* Amazônica, restringindo as áreas de ocorrência da floresta, que ficou restrita a pequenos espaços de condições ambientais que abrigou a fauna e a flora do tipo equatorial/tropical – os refúgios.

Com a mudança do clima para frio e seco, a área antes ocupada pela *hiléia* foi ocupada por uma formação vegetal mais xerófila, possivelmente a caatinga, que deve ter coberto grande parte da Amazônia. Passada a glaciação o clima passou a quente e úmido, criando as condições para que houvesse a expansão da floresta sobre os ambientes que já haviam ocupado no passado (Figura 1).

As mudanças nos climas podem ser explicadas nos dizeres do próprio autor da teoria ou modelo dos refúgios. Em um de seus trabalhos assinala que:

As flutuações climático-vegetacionais de longo prazo têm conduzido à fragmentações cíclicas de habitat em larga escala e à formação de refúgios ecológicos durante a maior parte da história da Terra. Essas flutuações foram causadas por ciclos astronômicos de Milankovitch, com periodicidades de 20.000 a 100.000 anos, isto é, consistentes com as taxas de diversificação biológica. Os ciclos de Milankovitch provisionam evolução através de especiação alopátrica, com um mecanismo impulsionador reversível, previsível, que operou como ‘máquina de especiação’ ou ‘bomba de espécies’, dignas de confiança, durante a maior parte da história geológica da Terra. (HAFFER, 1992, p. 34)

Haffer explica que o modelo é uma boa resposta à questão citada sobre a biodiversidade dos trópicos. De acordo com ele, em termos espaciais e das condições ambientais as áreas tropicais são bem maiores do que as dos espaços extratropicais. Ainda, essas condições em conjunto com a simetria climática de lado a outro do equador, explica o fato de que mais espécies tenham se originado nos trópicos por unidade de tempo geológico. Por fim, Haffer conclui:

Nesse sentido a evolução ocorreu mais rápida nos trópicos, embora o mecanismo de especiação em si tenha operado de maneira idêntica. Organismos e espécies seguiram os indicadores de tempos de genealogia ao longo das vias evolucionárias contingentes, impulsionadas por processos ambientais abióticos. A diferenciação evolucionária coloca esses processos ambientais cíclicos num contexto direcional. (HAFFER, 1992, p. 34-35)

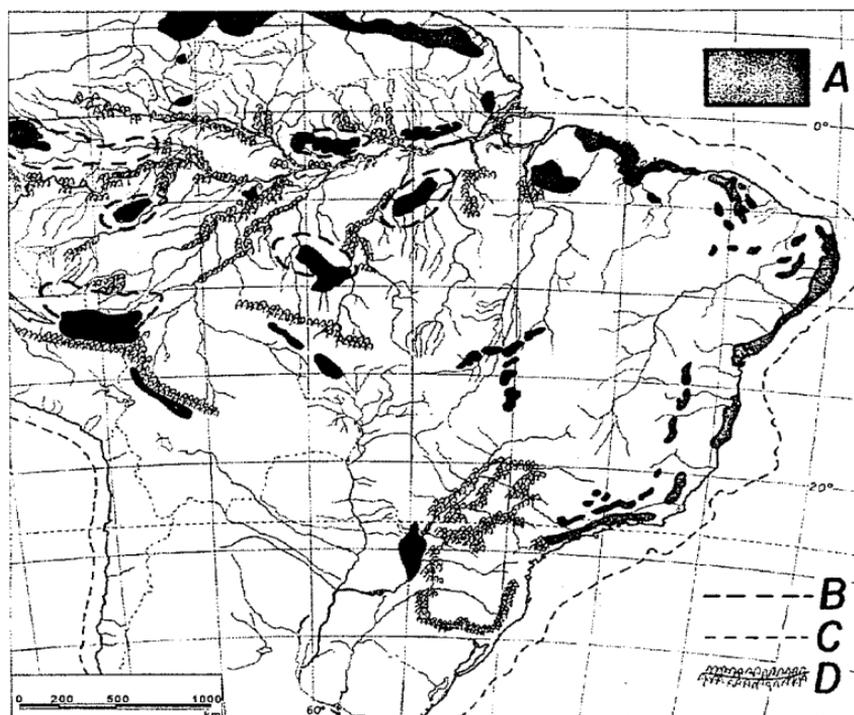


Figura 1 – áreas de redutos e refúgios das formações florestais no último período glacial (13-18 mil anos). A - refúgios florestados; B - possíveis áreas incluídas; C - contorno da costa e regressão glacial marinha; e D - outras formações florestais e matas galeria. Fonte: FORATTINI (2006).

Outros estudiosos da questão citam várias mudanças de ordem ambiental no Brasil que se reportam aos impulsos climáticos advindos das glaciações como é o caso de Aziz Ab'Sáber (2003). Vale salientar que as contribuições de Ab'Sáber e de Vanzolini foram fundamentais para que o modelo de Haffer tivesse maior aceitação e fosse melhor embasado. Grandes transformações ocorreram devido as modificações ou mudanças

climáticas, que controlaram os elementos como temperatura, umidade e precipitações, imprimindo condições mais frias e secas, reduzindo consideravelmente as precipitações pluviais (Figura 2).

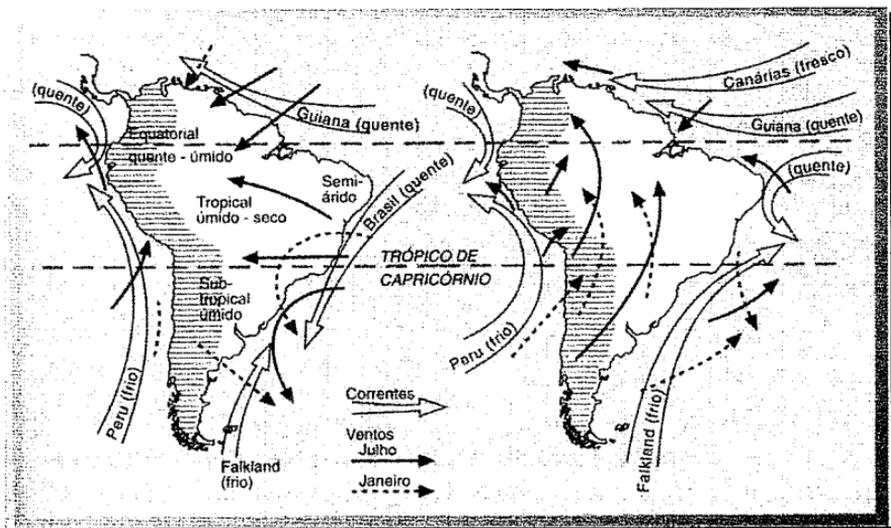


Figura 2 – Dinâmica das massas de ar no período atual (esquerda) e no passado geológico (13 a 18 mil anos, à direita). (Fonte: CHRISTOFOLLETTI, 1999).

No que diz respeito à dinâmica das massas de ar e a todo o quadro ambiental brasileiro, Ab'Sáber assinala que,

Ao mesmo tempo em que as correntes frias, estendidas para o norte, criavam uma condição de aridez nublada (ao que tudo faz pensar), as massas de ar tropicais e equatoriais tornavam-se impotentes em seus avanços para o sul, para o sudeste interior e para o próprio centro-sul visto em seu conjunto. De tal forma que não entrava grande umidade pelo leste-sudeste e pelo sul, provocando largas extensões de climas semi-áridos, sobretudo no interior de depressões interplanálticas e vales intermontanos. Foram processos que se fizeram atuar, progressivamente, por alguns milhares de anos, provavelmente 23.000 anos A.P. até 12.700 anos A.P. (Antes do Presente). Nesse interespaço de tempo, nos "corredores" da semi-aridez em processo, feneceram as coberturas florestais anteriores, processou-se uma generalizada dessoalagem dos horizontes superficiais dos solos preexistentes e um extraordinário avanço das caatingas por muitos setores dos planaltos e terras baixas interiores do Brasil. Concomitantemente com a progressão da semi-aridez, houve recuo e fragmentação dos espaços anteriormente florestados, permanecendo matas biodiversas apenas nas "ilhas" de umidade da testada de algumas escarpas voltadas para os ventos úmidos

de exceção, tendo as florestas anteriores ao avanço da semi-aridez permanecido em *redutos* sob a forma de um ecossistema espacialmente minoritário (Ab'Sáber). Tomando conhecimento desses fatos e acontecimentos, alguns biólogos atingiram um maior nível de tratamento, dizendo que a redução fragmentária das florestas ocorreu junto a uma refugiação progressiva da fauna ombrofilica, com densificação de população em espaço relativamente restrito. Daí decorre a expressão "Teoria dos Refúgios", que preferimos desdobrar em teorias dos Redutos de Vegetação e dos Refúgios da Fauna. (AB'SÁBER, 2003, p. 53)

Enfim, a última glaciação do período Pleistoceno trouxe grandes transformações no quadro ambiental que influíram no processo de especiação e na redução das matas tropicais. Não podemos dizer, até o momento, o quanto e como isso se deu exatamente; pois os estudos sobre o assunto ainda seguem em curso e a quantificação dos eventos e processos é pequena, carecendo de maiores investimentos nesta linha de pesquisa. Devemos salientar, entretanto, que a teoria dos redutos e refúgios é uma boa explicação da ciência como resposta à biodiversidade nos trópicos. Embora alguns cientistas neguem o modelo, há evidências geológicas, geomorfológicas e ambientais que favorecem o modelo, tal como os registros dos climas deixados nas formações geológicas.

Os brejos do sertão paraibano

Ao longo dos últimos três anos, entre 2008 e 2011, desenvolvemos estudos sobre a teoria dos refúgios e sua relação com os chamados brejos, especificamente no estado da Paraíba. Para isso utilizamos do método indutivo, partindo de observações particulares para mais gerais. De modo geral, os geógrafos ou biogeógrafos utilizam métodos que podem ser sintetizados na proposta de Hartshorne, que se baseia nos princípios a seguir:

(1) Com base em observações empíricas, tão independente quanto possível da pessoa do observador, descrever fenômenos com o máximo de precisão e certeza; (2) a partir desta base, classificar os fenômenos, na medida em que o permita a realidade, em termos de conhecimentos genéricos e universais; (3) mediante a consideração racional dos fatos assim adquiridos e classificados, e através de processos lógicos de análise e síntese, que incluem a elaboração e aplicação, sempre que possível, de princípios e leis gerais sobre relações genéricas, alcançar o máximo de compreensão da inter-relações específicas dos fenômenos; (4) organizar esses resultados em sistemas ordenados, de sorte que o que for conhecido conduza diretamente à faixa marginal do que for desconhecido. (VIADANA, 2004, p. 119)

Com base nesse método e em procedimentos que envolvem também a pesquisa bibliográfica, passaremos a abordar o estudo dos brejos do Sertão paraibano. Antes de tudo é necessário caracterizar ou conceituar o que são os brejos. Os brejos atuais são refúgios ecológicos,

Regiões onde existem suficientes continuidade de condições favoráveis de clima, solo, topografia e vegetação para permitir a manutenção integrada de biotas que anteriormente se distribuíssem de maneira ampla. (...) Enquanto os centros de endemismo são identificados pelos seus aspectos florísticos e faunísticos, os refúgios são pelas características morfoclimáticas e fitogeográficas (FORATTINI, 2006, p. 978).

No Sertão paraibano há pelo menos quatro áreas que podem ser consideradas brejos sertanejos: em parte dos municípios de Monte Horebe e Sãos José de Piranhas (entre 600 a 740 m de altitude); na Serra da Santa Catarina (600 a 800 m), no município de São José da Lagoa Tapada; no entorno do Pico do Jabre (600 a 1.000 m), em Maturéia, e Princesa Isabel (600 a 800 m). Este último como prolongamento do brejo de Triunfo (1.000 m), em Pernambuco. Nos anos de 2008-2009 estudamos um dos brejos do Alto Sertão; a área corresponde aos municípios de Monte Horebe e São José de Piranhas, que pode ser observada com o número 1 da Figura 3.



Figura 3 – Brejos no Estado da Paraíba. (1) brejo de Monte Horebe e fragmentos em São José de Piranhas; (2) brejo da Serra de Santa Catarina, em São José da Lagoa Tapada; (3) brejo de Princesa Isabel e (4) Pico do Jabre (Maturéia). Fonte: adaptado de: TABARELI; SANTOS (2004).

Outro conceito importante e que deve ser destacado é o de brejo de altitude. No Sertão ocorrem *grosso modo* brejos de altitude, pelo menos na Paraíba. De acordo com Vasconcelos-Sobrinho: “em verdade, o verdadeiro brejo de altitude é o acidente isolado, tipo oásis: ilha de umidade em meio à vegetação xerófila. Esse tipo de brejo, quase não existe no agreste, é tipicamente sertanejo”. (VASCONCELOS-SOBRINHO, 2005, p. 81)

Deve ser salientado que os brejos do Sertão estão mais subordinados à caatinga, enquanto os do Agreste estão à Mata Atlântica e tal subordinação decorre da aproximação. Isso nos sugere que as espécies são mais de mata seca do que de mata úmida. Outro conceito é a distinção de brejo e de mata serrana. Esta última é a denominação da biota vegetal, ou seja, a vegetação que ocupa o acidente fisiográfico (VASCONCELOS-SOBRINHO, 2005, p. 81)

A ocupação dos brejos do sertão paraibano e sua degradação

Historicamente a ocupação dos brejos nordestinos, seja nos agrestes ou nos sertões, se deu em função das incursões de povoamento ainda nos séculos XVI e XVII. Sabe-se que estas rotas de exploração e povoamento tiveram como ponto de partida o litoral, desde Recife e Olinda, em Pernambuco, e Salvador, na Bahia. Incurções mais tardias se deram também da atual cidade de João Pessoa. A razão principal para tais movimentos migratórios era a criação do gado bovino, que não poderia concorrer com a cana-de-açúcar, atividade destinada à zona da Mata. Foi então o Agreste o primeiro a ser povoado e, em seguida, o Sertão.

Os brejos encontrados nos caminhos de povoamento do interior do Nordeste eram verdadeiros oásis em meio ao semiárido, dominados por matas densas e úmidas a subúmidas, contendo cedros, jatobás, entre outras espécies de grande porte, com solos profundos ou de média profundidade. Nos períodos de secas regionais esses celeiros alimentavam o sertanejo com seus produtos de subsistência como o feijão e o milho, como de outras culturas mais típicas de ambientes úmidos, principalmente hortaliças e culturas que necessitavam de maior umidade e água. Algumas razões para a ocupação dos brejos podem ser apontadas, como é assinalado a seguir: “A população que se deslocou para o sertão localizou-se, inicialmente, nas serras de clima úmido e soltou o gado na caatinga. Mas as serras também eram preferidas pelos indígenas não só por seu clima como pela abundância de caça nas florestas e pela maior facilidade de defesa” (JORNAL DO COMÉRCIO, p. 8).

A presença das matas serranas, vegetação do ambiente de brejos, favoreceu o uso da madeira e da lenha para as construções de habitações e currais. Aí foi introduzido o gado leiteiro com alimento mais abundante, principalmente no período seco, e o homem dispunha de lenha para cozinhar o alimento. Iniciam-se assim os desmatamentos da mata e que no século vinte provocou o desaparecimento de espécies mais típicas dos brejos, as quais

praticamente não são encontradas mais nestes ambientes – com é o caso do cedro (*Cedrela fissilis*).

A pressão sobre os ambientes de brejo deve-se, sobretudo, a sua ocupação desordenada e seu modo intensivo de exploração agrícola. Isso porque esses ambientes apresentam-se mais favoráveis aos cultivos em qualquer época do ano. Mesmo no período seco dos sertões, os brejos são ainda propícios a cultivos menos exigentes em umidade, pois ela reduz no período seco, mas as taxas de evapotranspiração são menores que nos demais espaços que o circundam, o da caatinga.

Os desmatamentos para a pecuária é uma atividade que no passado foi muito apoiada por políticas de povoamento. E políticas governamentais mais recentes foram responsáveis pela inserção de modelos agrícolas oriundos de experiências estrangeiras, que não são adequadas aos ambientes de brejos ou dos sertões secos. Municípios como São José de Piranhas são grandes produtores na pecuária sertaneja, o que exige a expansão dessa atividade sobre o território do município. Essa atividade é feita de forma extensiva, e o gado solto na caatinga e, atualmente, nos brejos propiciam a degradação do solo pelo pisoteio e a redução de espécies mais frágeis, que precisam de maior tempo para disseminação e regeneração. As atividades econômicas vêm contribuindo para a perda e fragmentação dos habitats, assim como a extração seletiva de plantas para uso medicinal e a eliminação de grandes vertebrados pela caça (ARAÚJO; SOUSA, 2010).

Muitas espécies dos brejos foram largamente utilizadas como madeira para marcenaria, nas construções rurais e urbanas como o Cedro (*Cedrela fissilis*) e Frei Jorge (*Cordia Trichotoma*). As principais espécies das Matas Serranas são o Pau d’alho (*Galezia gorazema*), a Ingazeira (*Inga subnuda*), o Mameluco (*Terminalia sp.*), o Pau Ferro (*Caesalpinia leiostachya*), entre outros (VASCONCELOS SOBRINHO, 2005). Vejamos um trecho da música Matança, autoria de Jatobá e que teve sucesso no início da década de 1980, interpretada pelo cantor Xangai,

[...] Que triste sina teve cedro nosso primo
 Desde menino que eu nem gosto de falar
 Depois de tanto sofrimento seu destino
 Virou tamborete, mesa, cadeira, balcão de bar
 [...] Quem hoje é vivo corre perigo
 E os inimigos do verde, da sombra, o ar
 Que se respira e a clorofila
 Das matas virgens destruídas vão lembrar
 Que quando chegar a hora
 É certo que não demora
 Não chame Nossa Senhora
 Só quem pode nos salvar é...
 Caviúna, cerejeira, baraúna
 Imbuia, pau-d'arco, solva
 Juazeiro e jatobá
 Gonçalves-alves, paraíba, itaúba
 Louro, ipê, paracaúba
 Peroba, massaranduba
 Carvalho, mogno, canela, imbuzeiro
 Catuaba, janaúba, aroeira, araribá
 Pau-fero, anjico, amargoso gameleira
 Andiroba, copaíba, pau-brasil, jequitibá.

No brejo estudado a vegetação foi intensamente modificada devido a intensa utilização do recurso; pouco resta do que poderia confirmar a existência do brejo em termos de cobertura vegetal, a não ser pela ocorrência de algumas espécies de mata subcaducifólia. A evidência mais marcante que pode caracterizar o brejo de altitude de Monte Horebe é a altitude que chega a mais de 740 metros, com temperaturas mais amenas que na depressão sertaneja, os solos do tipo Argissolos (Podzólicos vermelhos-amarelos) e Neossolos regolíticos (Regossolos), mapeados e estudados pela SUDENE (1972) no mapa de solos da Paraíba.

A degradação da cobertura vegetal pode e tem modificado a estrutura e a fertilidade dos solos, como também a redução dos recursos hídricos, em qualidade e quantidade. O comprometimento das condições edáficas e hídricas dos solos afetarão a biodiversidade e a qualidade de vida das populações onde se encontram os brejos, bem como dos municípios vizinhos que dependem dos recursos aí gerados - água e produtos das culturas agrícolas, etc (ARAÚJO et al.).

Os brejos desde tempos remotos, e ainda hoje, são áreas de potencial hidrológico e de recursos naturais a ser considerado, pois se destacam por possuir solos mais profundos e a umidade é bem maior do que as áreas de entorno. Devemos salientar que a vegetação assume relevância na proteção de mananciais, reduzindo o débito dos rios, a ação erosiva das enxurradas, e evita maior evaporação da água, entre outros benefícios que podem ser atribuídos a ela.

Considerações finais

Vimos que o tempo e o espaço são conceitos fundamentais para se entender como a vida se distribui no planeta Terra. É interessante perceber que a dinâmica da biosfera, está associada a esses fatores/conceitos, envolvendo uma abordagem interdisciplinar e que, por vezes, só pode ser entendida numa ótica transdisciplinar. Para alguns, isso pode significar o julgamento de valor e a importância que a ciência biogeográfica ocupa no tratamento das questões ambientais. No entanto, como ciência não deve buscar somente essa abordagem, uma vez que no nosso entendimento ela pode fornecer grandes informações na gestão dos recursos naturais, mesmo não sendo a única ciência que possa gerar esse tipo de conhecimento.

Outra importância assume a Biogeografia ao buscar o conhecimento e relacionar as distintas fases da origem e evolução das espécies, seja na perspectiva diacrônica ou sincrônica, sendo auxiliada por diversas ciências afins ou auxiliares. Há assim, pelo menos duas perspectivas para a Biogeografia; enquanto ciência deve servir à humanidade e ao conhecimento científico, fornecendo as informações necessárias para a gestão dos recursos naturais e organização da sociedade, o que denota ou abre a perspectiva de uma biogeografia ecológica, sendo em parte também este o papel da biogeografia histórica.

A frase tão célebre creditada ao geólogo Charles Lyell: “o presente é a chave do passado”, nos diz que é necessário sabermos quem somos através do conhecimento de nossa origem, e que devemos conhecer também o passado do nosso planeta para seguirmos em frente. É com esse pensamento que a ciência e a humanidade atual devem buscar o conhecimento, sem desprezar o que nos deixaram como legado os nossos antepassados, homens comuns e cientistas, ou mesmo a natureza em seus registros fósseis.

Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ARAÚJO, S. M. S. de et al. Diagnóstico geoambiental de refúgios da mata atlântica no sertão paraibano. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 13., *Anais...*, Viçosa, MG, 2009.

_____; SOUSA, L. A. A teoria dos refúgios e os brejos no sertão paraibano. ENCONTRO PARAIBANO DE GEOGRAFIA, 4., *Anais...*, Campina Grande, 2010.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Modelagem de sistemas ambientais*. São Paulo: E. Blücher, 1999.

FORATTINI, O. P. Biogeografia, origem e distribuição de triatomíneos no Brasil. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 40, n. 6, p. 964-998, 2006. Disponível em: <www.rea.org.br>. Acesso em: 1º jun. 2007.

HAFFER, Jürgen. Ciclos de tempo e indicadores de tempos na história da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 7-39, 1992. Disponível em: <www.rea.org.br>. Acesso em: 1º maio 2007

JORNAL DO COMMERCIO. Pernambuco Imortal. Recife: Jornal do Commercio, 1995. Fascículo 3 - lutas, revoltas, injustiças. 16 p.

RAVEN, Peter et al. *Biologia vegetal*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

RICKLEFS, Robert. *A economia da natureza*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

SALGADO-LABORIAU, Maria Lea. *História ecológica da Terra*. São Paulo: E. Blücher, 1994.

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Mapa exploratório-reconhecimento de solos/Escala 1:600.000. Recife: SUDENE, 1972.

TABARELLI, Marcelo; SANTOS, André M. Melo. Uma breve descrição sobre a história natural dos brejos nordestinos. In: BREJOS de altitude em Pernambuco e Paraíba: história natural, ecologia e conservação. Organização de Kátia C. Porto, Jaime J. P. Cabral e Marcelo Tabarelli. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. (Série Biodiversidade, 9).

VIADANA, Adler G. Biogeografia: Natureza, Propósitos e Tendências. In: VITTE, Antonio Carlos; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). *Reflexões sobre a geografia física no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 111-123.

VANZOLINI, Paulo Emílio. Paleoclimas e especiação em animais da América do Sul Tropical. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 41-65, 1992.

VASCONCELOS-SOBRINHO, J. *As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização*. Recife: Condepe; CEPE, 2005.

ZUNINO, Mário; ZULINI, Aldo. *Biogeografia: la dimension espacial de la evolución*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

TROPPEMAIR, Helmut. *Biogeografia e meio ambiente*. 7. ed. Rio Claro: Divisa, 2006.

WALLACE, Alfred R. *Island life, or the phenomenon and causes of insular faunas and floras*. 3. ed. London: Macmillan, 1902. Citado na página do Programa de Pós graduação em biologia da UFES, disciplina de Biogeografia. Disponível em: <<http://www.ufes.br~dbio/ppgban/biogeografia>>. Acesso em: 1º dez. 2007.

A AGRICULTURA E O EXTRATIVISMO NA PROVÍNCIA DOS ESTANCIEIROS

Cristiano Luís Christillino

A pecuária é a marca do Rio Grande do Sul, ao longo do período Colonial e Imperial, consolidada na vasta historiografia existente a respeito das terras meridionais. De fato, os extensos rebanhos bovinos disseminados pelos seus campos estiveram no centro das atenções dos seus primeiros colonizadores. A própria Revolução Farroupilha consolidou esta visão do “exclusivismo da pecuária”, quando a questão em torno do charque aparece como o centro do conflito. Mas, já neste período, as pesquisas recentes mostram que a agricultura estava em franca expansão, e já empregava um número de braços superior àquele utilizado na pecuária. Uma atividade que recebeu um rápido crescimento na segunda metade do XIX, com as colônias de imigração, e, no limiar do século XX, ultrapassou a pecuária em importância econômica. Outra atividade que se destacou no Rio Grande do Sul oitocentista foi a extração do mate. Em alguns municípios ela constituiu o ramo econômico mais importante em meados do XIX, como foi o caso de Cruz Alta. A produção da erva-mate foi a segunda atividade econômica mais importante da Província Meridional entre as décadas de 1820 e 1870, despertando o interesse dos estancieiros das regiões do Planalto, das Missões e da Serra. Em alguns casos, os lucros propiciados por esta atividade permitiram a aquisição de rebanhos e fazendas. Mas ainda assim, a produção da erva-mate foi pouco privilegiada pela historiografia gaúcha, oculta ante a atenção na pecuária. A importância econômica da erva-mate levou a formulações de códigos de posturas municipais, ou adendos a eles, visando a preservação das áreas florestais que abrigavam as árvores da *Ilex Paraguariensis*,

quando a conservação dos seus mananciais foi colocado entre as prioridades das câmaras municipais. Estes foram os primeiros atos concretos em torno da preservação de áreas florestais no Rio Grande do Sul.

A agricultura na província meridional: algumas notas

A agricultura ocupou um espaço significativo na economia do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX. A atividade também representou uma alternativa à pecuária aos fazendeiros, embora fosse praticada, principalmente, nas áreas coloniais e nas pequenas e médias propriedades. A Província estava localizada longe dos principais mercados consumidores do Brasil na época. O transporte até esses centros encarecia os cereais das lavouras meridionais. No entanto, os agricultores do Planalto e da Serra encontraram espaço no comércio local e, até mesmo, no Platino. Se a venda de erva-mate crescia nos mercados do Prata, como veremos mais adiante, essa atividade era indissociável da negociação de outros produtos. Seria pouco provável que a rota de “comércio da erva”, via rio Uruguai, estivesse restrita a um único produto. Dessa forma, acreditamos que uma parte da produção agrícola do Planalto e Missões tenha sido escoada para a República Oriental e Argentina. Em relação ao mercado interno da Província, os cereais da região tinham dois destinos. O primeiro era a Vila de Rio Pardo, especialmente, aqueles produtos do Distrito do Botucaraí, que era o mais próximo desse centro comercial do baixo Jacuí, e existia uma estrada que ligava os dois locais, era a “descida dos cargueiros”. De Rio Pardo, os cereais eram enviados a Porto Alegre e a Pelotas. A outra rota de comércio: a que seguiu os cereais do Planalto e das Missões, foi para a região da Fronteira do Rio Grande do Sul. As atas da Câmara de Cruz Alta mostram que os cereais eram levados para a Campanha no lombo de mulas e também por carretas, o que exigia reparos constantes nas estradas do município. As posses efetivadas nas áreas florestais, as “terras

de matos”, possuíam dimensões bem menores do que as fazendas de criação.

Em Cruz Alta, a existência de uma fronteira agrária aberta impedia a expansão ou a criação das grandes lavouras em função da falta de mão-de-obra. O problema do transporte das colheitas até os principais centros comerciais da Província diminuía o rendimento das safras do Planalto e das Missões, o que praticamente inviabilizava a exploração agrícola baseada apenas no trabalho escravo. Dessa forma, as áreas cultivadas, geralmente pertenciam a pequenos posseiros, apoiados na mão-de-obra familiar. A própria extensão das “posses efetivas” nessa região aponta indícios da grilagem, na medida em que um agricultor dificilmente conseguiria ocupar efetivamente mais do que 150 hectares.

Um trabalhador poderia cultivar, no máximo, dois hectares de terras florestais anualmente. Taquari ocupava uma posição de destaque entre os produtores de alimentos no Rio Grande do Sul na década de 1850, conforme mostram a correspondência da câmara municipal e os relatórios dos presidentes de província. A fertilidade do solo e a facilidade de escoamento da produção pelas vias fluviais favoreceram o desenvolvimento da agricultura em Taquari. Em seus registros paroquiais de terras, realizados entre 1854-1857, constam 902 declarações. Em 1858, a Câmara de Taquari mapeou a produção agrícola do município, detalhando as extensões cultivadas de cada gênero alimentício. As plantações do município somavam 6.229 hectares (2.574 alqueires)⁷⁰. Num município onde a agricultura era a principal base da economia rural, a média da extensão de lavouras por unidade produtiva não passou de 7 hectares. Acreditamos ainda que essa média poderia ser menor, se levarmos em conta a formação de algumas *linhas coloniais* criadas, principalmente, nas fazendas dos Barros e na Estrela cujos lotes não foram declarados nos registros paroquiais, mas suas lavouras certamente entraram no cômputo da Câmara. Em Taquari,

⁷⁰. Correspondência da Câmara Municipal de Taquari de 24 de setembro de 1858, s/nº. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRIS).

cultivava-se em campos permanentes, fruto de sua ocupação antiga, o que permitia o aproveitamento de áreas maiores do que aquelas que o mesmo trabalho poderia proporcionar em uma agricultura de coivara. O município também contava com algumas fazendas, como foi o caso da São Gabriel e a Estrela, que dispunham de lavouras trabalhadas por agregados e também de plantações cultivadas por escravos. Em 1858, Taquari possuía 2.700 escravos (BAKOS, 1991, p. 73). Se levarmos em conta que a grande maioria dessas propriedades declaradas eram trabalhadas por famílias, e muitas delas contavam com o trabalho de escravos e peões, a média de 7 hectares de lavouras por unidade produtiva era baixa e mostra que, em média, um trabalhador poderia cultivar pouco mais de um hectare anualmente.

A agricultura dos imigrantes também reforça a hipótese de que um trabalhador conseguiria ocupar, no máximo, dois hectares de lavouras de alimentos, em terras florestais, no Rio Grande do Sul, na segunda metade do XIX. A documentação sobre a extensão cultivada pelas famílias dos colonos é escassa, o que nos faz recorrer às memórias locais e à bibliografia referente à imigração. Jean Roche citou o caso de algumas famílias na Colônia Santa Rosa, na primeira metade do XX (ROCHE, 1969, p. 317). O autor mostrou que a produção agrícola e os rebanhos de cada propriedade estavam diretamente relacionados ao número de filhos (mão-de-obra familiar) que nela se dispunha para o trabalho. Entre 10 propriedades analisadas, a exploração agrícola pouco ultrapassou 1 hectare por cada membro familiar. Mesmo que o caso analisado por Roche se refira a um período posterior ao nosso, a tecnologia empregada foi pouco alterada, e o caso das famílias dos descendentes dos primeiros imigrantes em Santa Rosa reforça a ideia de que a força de trabalho de um homem, em média, não possibilitaria o cultivo de uma área superior a dois hectares anualmente. As memórias em torno da colonização, embora não falem diretamente sobre o tema, apresentam indícios que reforçam a nossa hipótese (LANGENDONCK, 1990; UMANN, 1981).

Nos processos judiciais, especialmente nas ações de esbulho, quando o proprietário acionava um “invasor” para que ele desocupasse a área que o autor dizia lhe pertencer, eram previstas indenizações às lavouras dos indivíduos esbulhados, e as áreas em litígio eram descritas pelos “peritos”. Nos casos que investigamos essas lavouras geralmente não ultrapassaram a média de um hectare de terra plantada para cada trabalhador envolvido na atividade. Assim, as atividades de um trabalhador em lavouras de coivara, nas áreas florestais, poderiam proporcionar, no máximo, dois hectares de plantações ao longo de um ano. Um posseiro que disponibilizasse da mão-de-obra de dez pessoas obteria 20 hectares de lavoura de coivara ao longo de um ano. Levando-se em consideração de que a terra agricultada fosse arroteada a cada oito anos, algo somente praticado em casos de abundância de terras, a sua extensão total ocupada, nesses moldes, chegaria aos 160 hectares. Mas, em alguns casos, as roças eram reaproveitadas por mais de um ano e o pousio utilizado num período menor, em função da escassez de terras florestais. Por isso, adotamos um padrão máximo da extensão de lavoura desbravada anualmente e do período de descanso da terra e, ainda assim, obtivemos uma posse pouco superior a 150 hectares. Nesse caso, levamos em conta o uso de uma mão-de-obra extensa para o contexto local. O processo de legitimação⁷¹ de terras do posseiro João Francisco dos Santos mostra que as áreas agricultadas ocupavam extensões pequenas.

O sítio desbravado pelo autor no Rincão de São Xavier, na Serra Geral, media 152 hectares. A posse de João Francisco, no entanto, fugia aos padrões dos demais posseiros de Cruz Alta. Isso em função da extensão da sua área, que era pequena, comparada às demais, e dos seus 12 escravos empregados nas lavouras de milho,

⁷¹. Os processos de legitimações estavam previstos no Decreto número 1.318 de 30 de janeiro de 1854, que regulamentou a aplicação da Lei de Terras de 1850. Aqueles proprietários que não possuíam título de propriedade deveriam encaminhar estas ações, que seriam julgadas pelo presidente provincial.

feijão, arroz, cana-de-açúcar e trigo⁷². O proprietário ainda acusou o uso da mão-de-obra de peões, o que foi confirmado pelas suas testemunhas. O número de cativos utilizados nas outras posses não ultrapassou uma dezena. Dessa forma, uma das menores posses de terras de agricultura, em Cruz Alta, utilizou o maior número de mão-de-obra na produção. O caso João Francisco dos Santos mostra que as áreas efetivamente ocupadas com a agricultura, mesmo com o emprego de uma mão-de-obra extensa para os padrões locais, constituíam extensões pequenas. Entretanto, os processos de legitimação desse município extrapolaram as dimensões (152 hectares) da posse de João Francisco dos Santos.

Em Cruz Alta, foram encaminhados 86 processos para a obtenção do título de propriedade, dos quais 48 se referiam à posse em terras de matas. Essas 48 áreas legitimadas, em terras florestais, somaram 65.098 hectares, uma média de 1.356 hectares para cada posseiro. Um número que, comparado às dimensões da posse de João Francisco dos Santos e à nossa estimativa de ocupação máxima, calculada em torno de 150 hectares, mostra a intensidade da grilagem nessa região. Isso, no período, quando a média das áreas legitimadas foi igual a nove vezes a extensão que um agricultor, com pelo menos dez trabalhadores ou mais, poderia arrotear. No período de 1850 a 1880, os fazendeiros de Cruz Alta encontraram problemas na contratação de mão-de-obra livre, uma vez que, em muitos locais no município, a fronteira agrária aberta oferecia aos homens livres pobres uma alternativa ao trabalho de parceria. Dessa forma, dificilmente os fazendeiros conseguiriam ocupar plenamente com a agricultura uma área superior a 150 hectares.

A farta disponibilidade de terras para a agricultura e o cultivo realizado nas áreas florestais nos leva a discutir a produtividade e o “atraso tecnológico” das lavouras de alimentos na segunda metade do XIX.

⁷². Processo de legitimação de terras n° 645. AHRs.

As mudanças e aperfeiçoamentos da “indústria agrícola” eram uma preocupação expressa nos relatórios do Ministério da Agricultura, nas obras referentes a análises sobre a produção rural e também nos catecismos de agricultura. A baixa produtividade e o emprego de extensa mão-de-obra nas lavouras brasileiras eram atribuídos ao atraso dos mecanismos empregados na produção. Os livros do Visconde de Beaurepaire (1878) e de Frederico Burlamaqui (1870) pregavam que a agricultura brasileira teria condições de multiplicar a sua produção, caso os fazendeiros empregassem “máquinas mecânicas” e fertilizantes químicos. Era preciso introduzir as técnicas do velho mundo, das nações “mais civilizadas”, para possibilitar a evolução da lavoura brasileira. O catecismo de Burlamaqui ensinava aos estudantes brasileiros a prática agrícola dos europeus. E o Visconde de Beaurepaire pregava, mais diretamente, a introdução de colonos europeus como uma forma de alavancar a produção agrícola no Brasil, tanto nas grandes fazendas como nas pequenas propriedades. A ideia de modernização pregada pelos “intelectuais da agricultura” influenciou as políticas imigratórias, e, em vários relatórios dos ministros da agricultura, são citadas discussões referentes ao tema. Contudo, as “inovações técnicas” da Europa eram incompatíveis com a realidade brasileira.

No Brasil oitocentista, era mais viável, economicamente, a prática da coivara que exigia o arroteamento constante de novas áreas de cultivo do que a recuperação de áreas exauridas pelo plantio permanente pela adubação. Um sistema caro e pouco viável no século XIX. Isso, quando a grande maioria dos fertilizantes químicos era importada e seu preço não era compatível com os rendimentos das lavouras brasileiras. A antropóloga Ester Boserup mostrou que o cultivo em campos permanentes é mais fruto da pressão demográfica do que o simples “raciocínio econômico”:

pode ser um sólido raciocínio econômico, e não a indolência, o que induz a comunidade de cultivadores que utiliza o sistema com pousio longo a recusar o abandono do fogo e do machado quando se lhes oferece ajuda para que adotem o cultivo com arado: preferem o

deslocamento para outra área na floresta onde existe espaço para a prática do sistema de pousio longo. Inversamente, um raciocínio econômico assim tão sólido pode persuadir uma outra comunidade, que é incapaz de encontrar terras adequadas para continuar o cultivo sob o sistema com pousio longo, a aceitar a ajuda oferecida, utilizando o arado em campos permanentes. (BOSERUP, 1987, p. 77)

O abandono do pousio longo na Europa (a coivara brasileira) se deu, principalmente, em função da pressão demográfica e da escassez de terras agricultáveis, uma realidade inversa aquela do Brasil. O mesmo ocorria com a mecanização do trabalho nas plantações.

As máquinas aratórias eram pregadas nos catecismos e defendidas nos relatórios dos ministros da agricultura, quando um único instrumento puxado por uma junta de cavalos poderia economizar a mão-de-obra de 20 ou 30 homens (BURLAMAQUI, 1870, p. 18). Entretanto, essas mesmas máquinas, na maioria dos casos, eram inúteis entre os seculares troncos calcinados das lavouras no Brasil. As colheitadeiras mecânicas não estavam adaptadas para o trabalho nas lavouras de café, cana-de-açúcar, feijão, algodão e fumo. Os implementos europeus não se adaptavam às lavouras tropicais, principalmente no século XIX. Apenas no final do século XX, é que os agricultores brasileiros tiveram acesso às máquinas para a colheita da cana-de-açúcar, da mandioca e do feijão. Nas culturas do café e o tabaco, as safras ainda eram manuais. As especificidades da lavoura brasileira, no século XIX, fizeram com que os imigrantes dessem prosseguimento às técnicas de cultivo “primitivas” locais. Essa “falta de inovação” levou alguns autores a afirmarem que os colonos se “acablocaram”:

A maioria das colônias do planalto do Rio Grande do Sul está nesta condição deplorável. A primeira geração de colonos que devastou as matas no decênio de 1850, e, que, depois de alguns anos de pioneirismo, estabeleceu o sistema de rotação de terras melhorada, tornou-se logo próspera e constituiu boas propriedades. A segunda geração aplicou as mesmas práticas agrícolas, daí resultando que os padrões econômicos baixaram consideravelmente, e a terceira geração ou teve que mudar para outro lugar ou se tornou cabocla. O número de caboclos europeus é

surpreendentemente elevado, mesmo em colônias que há 25 anos eram consideradas como colônias modelo. (WAIBEL, 1979, p. 84)

A imigração não garantiu a inovação das técnicas de trabalho empregadas na agricultura, mas esse discurso contribuiu, significativamente, à defesa do processo migratório. As únicas áreas em que a “agricultura mecanizada” e as “máquinas aratórias” poderiam encontrar espaço, no Rio Grande do Sul, era nos campos da Campanha. Mas nesta região, a agricultura não prosperou na segunda metade do XIX.

Neste período, a escassez de recursos naturais também dificultou a implantação de colônias de povoamento na Campanha. Os campos arenosos dessa região apresentavam baixa fertilidade, acentuada pela acidez do solo. A relativa ausência de matas na região impedia a prática da coivara, a mais utilizada pelos agricultores no Brasil nesse período. Uma técnica rudimentar, mas que se apresentava como a mais viável num contexto no qual a adubação química era cara e fora do alcance dos agricultores sul-rio-grandenses. A agricultura, nesses campos, implicaria em adubação orgânica da terra, e o volume de esterco de gado necessário a essa fertilização não seria obtido através dos pequenos rebanhos dos colonos⁷³.

A região da Campanha também apresentava sérios problemas quanto às reservas de água. Os fazendeiros amenizavam esse problema através do deslocamento dos seus rebanhos aos locais próximos dos cursos de água perenes. Essa solução não seria possível aos colonos que viessem se estabelecer na mesma área. Alguns imigrantes fixados na região serrana, que dispunha de uma rica hidrografia, tiveram problemas na exploração de seus lotes, em função da falta de acesso aos cursos de água (FAVARO, 2006). Já na Campanha do Rio Grande do Sul, onde os recursos hídricos eram mais escassos do que nas áreas serranas, uma parte dos colonos que, eventualmente se estabelecesse nessa região, estaria a

⁷³. Conforme (ROCHE, 1969), seriam necessárias 20 cabeças de gado adulto para a adubação de um hectare.

quilômetros de distância do primeiro curso fluvial. O acesso às fontes de água causou muitas disputas em Santana do Livramento.

Além de litígios entre proprietários vizinhos, o próprio Regimento de Cavalaria do Exército precisou recorrer à Câmara Municipal para garantir a sua permanência no município⁷⁴. O quartel estava localizado numa área de poucos recursos hídricos e era necessário se deslocar até uma fonte na fazenda dos herdeiros de Francisco Barreto para garantir o abastecimento de água do regimento. Todavia, em 1884, esses proprietários mandaram construir uma cerca no local, o que privou o Regimento de Cavalaria do acesso à fonte de água potável que abastecia o quartel. A questão ganhou espaço na Câmara de Santana do Livramento, onde vários ofícios foram recebidos e despachados sobre a questão. Os problemas enfrentados pelo Regimento de Cavalaria Ligeira do Exército, em Santana do Livramento, mostram que a falta de recursos hídricos era constante e, praticamente, inviabilizou o sucesso de uma colônia no interior dos municípios da região da Campanha.

Finalmente, a ausência de outro elemento fundamental ao desenvolvimento de uma colônia: a madeira, recurso essencial ao estabelecimento do imigrante na terra. Era a madeira que garantia a construção de casas, galpões e cercados. Da mesma forma era utilizada como combustível doméstico e na confecção dos mais variados utensílios empregados no cotidiano rural. Na documentação judicial, especialmente entre os processos de nunciação de obra nova, encontramos vários casos que se referiam a autores que reclamavam o acesso às matas, fechados por terceiros por meio de cercas e valos. Em 1876, o Presidente da Província, José Antonio de Azevedo Castro, expôs o projeto de criação de uma colônia no Município de Triunfo. (CASTRO, 1876). O Presidente aconselhava a sua localização nas margens do rio Taquari e não nas proximidades da Vila de Triunfo. José Antonio de Azevedo Castro defendeu que aquele local, além de ser mais

⁷⁴. Correspondência da Câmara Municipal de Santana do Livramento de 1884, s/n°. AHRS.

fértil, era abundante em madeiras, algo que não seria encontrado nas cercanias desta vila, o que poderia comprometer o futuro da colônia proposta. Jean Roche (1969) fala que as árvores eram o maior obstáculo encontrado pelos colonos. No entanto, sua presença, no interior dos lotes de terras, era sinônimo de fertilidade e abundância. Era a mata que garantia a prática da coivara, a mais viável economicamente para a agricultura brasileira naquele momento. A ausência de florestas na Campanha também inviabilizou a criação de colônias de imigração na região. Foi uma situação que não se restringiu ao Rio Grande do Sul, pois as colônias estabelecidas nos “campos gerais” do Paraná também sofreram problemas com as condições ambientais e com a baixa fertilidade do solo (LAMB, 2003).

A agricultura ocupou um lugar de destaque na economia do Rio Grande do Sul no XIX. No primeiro quarteto deste século o trigo foi a principal cultura da Província, perdendo espaço na década de 1820 em função das epifitias. No período posterior, as culturas do milho, feijão e mandioca ganharam espaço na produção sul-rio-grandense. A expansão das colônias imigrantes, na segunda metade do XIX, proporcionou um rápido crescimento no volume das colheitas da província meridional. O crescimento da agricultura ocorreu basicamente em pequenas propriedades e com base na mão-de-obra familiar. Foi o desenvolvimento da agricultura que permitiu a progressiva ascensão de Porto Alegre, que era o entreposto comercial mais importante da área colonial, sobre Pelotas, como o principal centro econômico da Província. Na terra da pecuária, a agricultura foi a atividade que ocupou o maior número de braços. E o trabalho nas lavouras também foi consorciado com o da pecuária e, principalmente, com a produção da erva-mate.

O extrativismo na terra dos estancieiros

A erva-mate é produzida a partir das folhas da *Ilex Paraguariensis*, árvore abundante nas regiões de clima subtropical da América do sul, presente na região sul do Brasil, no Mato Grosso, no Norte da Argentina e no Paraguai. A produção da erva-mate foi a segunda atividade de exportação mais importante do Rio Grande do Sul entre as décadas de 1840 e 1870, quando a agricultura, expandida nas áreas coloniais, ultrapassa os números da erva-mate no comércio da província com as demais regiões do Brasil e com o exterior. A colheita do mate era realizada em meio às matas nativas, pois, no século XIX, ainda não havia plantios comerciais. Era uma atividade extrativa e não de corte, o que proporcionava uma colheita a cada 4 ou 5 anos, período que as árvores da *Ilex Paraguariensis* levavam para regenerar os seus ramos. A colheita, em período menor, comprometeria a vida útil das árvores. A extração do mate era realizada, principalmente, nas serras do município de Cruz Alta, mas também se expandia pelas escarpas de montanha de Cachoeira, Triunfo, Rio Pardo e Taquari. No caso destes dois últimos municípios, o francês Aimé Bonpland afirmou em seu relatório de viagem que a erva-mate era uma das três árvores mais abundantes em suas matas (Apud. LINHARES, 1969). A extração dessa riqueza empregou a mão-de-obra de milhares de homens livres pobres.

A erva-mate também assumiu um papel de destaque na Província do Paraná, sendo o seu principal produto de exportação entre 1853, data da sua criação, até a crise de 1929 (SANTOS, 1995). Essa foi a principal atividade do oeste catarinense no século XIX (MACHADO, 2004). O mate também foi explorado na Província do Mato Grosso cujos ervais foram alvo de disputas entre o Brasil e o Paraguai (BANDEIRA, 1985). Nesse período, a produção brasileira era exportada principalmente ao Uruguai, Chile e Argentina. Um costume herdado dos primeiros moradores da região.

Os indígenas das nações quíchua e guarani estavam habituados ao consumo de bebidas produzidas a partir da erva-mate. O chimarrão, preparado com erva-mate e água quente, era a principal delas. As tribos guaranis se espalhavam pelas bacias dos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e Jacuí, um vasto território, com uma flora rica em ervais. Os guaranis realizavam trocas com a erva-mate junto a outras tribos em cujos territórios não existiam ervais. Um comércio que, muitas vezes, atravessava os Andes para chegar à Bolívia, ao Peru e ao Chile (LINHARES, 1969). Essas trocas com o mate, realizadas com outras regiões sul-americanas, permitiram a sua exploração comercial nas Missões.

Ainda no final do século XVII, a produção da erva-mate assumiu um papel de destaque na economia missioneira. Os núcleos estabelecidos no Rio Grande do Sul, os Sete Povos das Missões, pagavam anualmente à Coroa espanhola cerca de 300 a 400 arrobas de erva-mate em impostos. Contudo, a produção dos núcleos missioneiros era bem superior. Ainda na década de 1680, o comércio das missões jesuíticas com Buenos Aires teria ultrapassado as 40 mil arrobas anuais. O produto era geralmente trocado por gêneros que não eram produzidos nas Missões (QUEVEDO, 2000). Esse fato mostra a rápida difusão da erva-mate no mercado sul-americano, ainda no século XVII. De acordo com Temístocles Linhares, a erva-mate se difundiu rapidamente entre os colonizadores espanhóis e portugueses. Entre estes últimos, os tropeiros disseminaram o uso do mate até a Província de São Paulo. A erva-mate também foi um estímulo econômico à ocupação do Planalto do Rio Grande do Sul.

Com a destruição dos Sete Povos na Guerra Guaranítica (1753-1756), o produto passou a ser explorado, comercialmente, na região pelos súditos da Coroa Portuguesa (AVILA, 1996). A maioria dos tropeiros que foram ao Planalto sul-rio-grandense não eram militares de patente para receberem uma concessão de terras e nem mesmo possuíam capital para adquirirem rebanhos a fim de ocuparem a terra ou então para comerciá-los no Sudeste. A solução para esses “remediados” foi a exploração da erva-mate. Eles

reuniam alguns poucos recursos, escravos e agregados e montavam carijós para o beneficiamento do mate. Esses tropeiros “remediados” negociavam a erva obtida em troca de mulas e rebanhos bovinos com aos negociantes estabelecidos junto ao rio Uruguai. Esses animais eram internados no Planalto ou nas Missões, até que fosse formado um rebanho com número suficiente para ser tropeado até as feiras de São Paulo, um ciclo que poderia durar até cinco anos (AVILA, 1996). A erva-mate permitiu a um número razoável de pessoas a obtenção de capital para entrada no promissor negócio das tropas. Os súditos da Coroa Portuguesa que se envolveram no comércio de tropas e da erva-mate ficaram conhecidos como birivas. Esse foi o caso de Manoel Francisco Xavier, natural da Freguesia de Castro, que se instalou na região do Planalto em 1822, acompanhado do filho adolescente Francisco, de escravos e índios ervateiros. Manoel explorou o produto nos ervais da Palmeira e, com os recursos obtidos, comprou uma tropa de mulas na Fronteira, que depois foi comercializada na feira de Sorocaba (AVILA, 1996). Os números das exportações do Rio Grande do Sul, no mesmo ano, mostram a importância econômica da erva-mate na Província.

Em 1822, o Rio Grande exportou 797:183\$520 rs em charque, 107:273\$600 rs em couros, enquanto as vendas de erva-mate chegaram a 444:368\$960 rs (CHAVES, 2004, p. 225). Ou seja, as exportações de erva-mate atingiram 50% da receita obtida através do comércio dos dois principais produtos da pecuária bovina. Esses números mostram a importância econômica dessa atividade para o Rio Grande do Sul. Segundo Gonçalves Chaves (2004), o isolamento do Paraguai permitiu a expansão do mercado à erva-mate brasileira, mas o produto rio-grandense era de qualidade inferior àquele exportado pelo porto de Paranaguá, que obtinha um preço três vezes maior no mercado platino. No Paraná, foram largamente empregados os engenhos de moagem da erva-mate movidos pela força hidráulica, o que permitia uma melhor qualidade ao produto. Na década de 1870, a produção da Província do Paraná entrou numa nova fase, através da difusão dos engenhos

movidos a vapor. Os mecanismos de beneficiamento e a fiscalização da qualidade permitiram aos paranaenses a produção de uma erva-mate de melhor qualidade, e preço mais alto do que a produzida no Rio Grande do Sul ao longo do período imperial (LINHARES, 1969).

Os dados referentes às exportações de erva-mate pelo Rio Grande do Sul, ao longo do período imperial, mostram a importância do produto na economia local e o seu crescimento até a década de 1860. Esses números também confirmam a nossa hipótese de que a maior expansão dos ervateiros e negociantes do mate do Planalto ocorreu nas décadas de 1840, 1850 e, nos anos 60, do século XIX, a saturação das primeiras áreas de extração, bem como a exploração dos últimos mananciais nativos do mate, levou a uma retração na atividade. Na década de 1880, a produção de erva-mate teve uma diminuição acentuada, foi reduzida a metade ou até a menos do volume das duas décadas anteriores (ZARTH, 2002). Isso se deve a dois motivos principais. Por um lado, a expansão da colonização sobre as áreas serranas levou à destruição de ervais para a abertura de lavouras, como foi o caso do vale do rio Pardo e Taquari, por outro lado, a exploração acentuada dos ervais pelos trabalhadores e negociantes do mate. As sucessivas colheitas, exigidas pelo próprio fechamento da fronteira agrária, obrigaram os ervateiros a extraírem o produto em intervalos menores, o que provocou a lenta destruição das árvores. Os próprios fazendeiros acentuaram a exploração predatória do mate. O preço da erva-mate oscilou entre 1\$500 rs e 3\$000 rs a arroba ao longo do período estudado (ZARTH, 2002). Em determinados períodos, com apenas três arrobas de erva-mate, o fazendeiro poderia alcançar o mesmo valor que obteria com a venda de um novilho para a charqueada (CHRISTILLINO, 2010). Dessa forma, em um erval denso, em poucos hectares, o proprietário ou arrematador poderia obter uma produção que rendesse o mesmo valor de uma boiada enviada para a charqueada por um médio fazendeiro.

A erva-mate também despertou a atenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1871. Neste ano, o ministro Manuel Francisco Correia solicitou informações sobre as reservas do produto no território localizado ao oeste das províncias de Santa Catarina e do Paraná e sobre o estágio e as possibilidades de exploração dessas riquezas pelos brasileiros. Ao padre e historiador francês João Pedro Gay foi confiada essa missão. O clérigo estava à frente da Paróquia de São Borja, no Rio Grande do Sul e conhecia a região. O Padre relatou em correspondência ao Presidente da Província, o senador Jerônimo Martiniano Siqueira Mello, em 1871, as informações sobre a região e os ervais nelas existentes⁷⁵. Segundo o pároco, depois da Guerra do Paraguai alguns argentinos estavam explorando madeiras e erva-mate nas “costas do rio Paraná”, em pleno território brasileiro. Ainda segundo o padre, as informações que recebia em São Borja davam conta de que alguns moradores da Província de Corrientes estavam explorando aqueles ervais. Havia um projeto de construção de uma estrada na margem direita do rio Uruguai, em território argentino, para facilitar o escoamento da produção de erva-mate do país vizinho. Isso abriria espaço para uma exploração ainda maior dos argentinos sobre os ervais do Império. O Padre João Pedro afirmou que não existia o risco de os argentinos requererem o *uti possidetis* sobre os Campos de Palmas, nem sobre os ervais das serras próximas ao rio Paraná, uma vez que não estabeleceram guarnições ou povoados no local. No entanto, alertou sobre os prejuízos sofridos pelo Império com exploração dos ervateiros argentinos de seus ervais. O Padre João Pedro Gay alertou sobre o potencial econômico da região para os súditos do Império. Essas áreas poderiam proporcionar a ascensão econômica aos fazendeiros e negociantes, assim como ocorria nas regiões do Planalto e das Missões da Província do Rio Grande do Sul. As atas da Câmara de Cruz Alta mostram que a erva-mate era a principal fonte de receita do Município.

⁷⁵. Relatório do Padre Gay. Arquivo Padre Gay, lata 404, documento 37. IHGB.

Entre 1870 e 1873, os impostos sobre a erva-mate foram responsáveis por cerca da metade da arrecadação do município. A arrecadação de impostos com a erva-mate também foi importante nos municípios de Taquari, Triunfo, Rio Pardo e Cachoeira, os quais abrangiam áreas serranas no período. A Câmara de Cruz Alta cobrava uma taxa de \$800 réis por cada carreta carregada com erva-mate, além de vender a própria licença de exploração dos ervais públicos⁷⁶. A expansão das atividades ervateiras interessava diretamente à Câmara pelo retorno em impostos obtidos com a exploração da erva-mate, bem como aos negociantes locais, os quais acumulavam fortuna com a sua comercialização. A “descoberta” e exploração de novos ervais eram fundamentais para a municipalidade e para os indivíduos envolvidos na atividade. A Câmara de Cruz Alta solicitou à presidência da província expedições de “reconhecimento e localização dos ervais” no interior das matas do Município.

Em 1857, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Patrício Correia da Câmara, atendendo a um pedido da Câmara de Cruz Alta, solicitou ao Ministro do Império, o Marquês de Olinda, uma comissão de reconhecimento para a “descoberta” de um rico erval no vale do Ijuí. Manuel Luís Osório, um dos mais renomados militares sul-rio-grandenses na época, foi encarregado de chefiar a expedição. Os tais ervais teriam sido “descobertos” por dois moradores da região das Missões que foram afugentados pelos indígenas que habitavam aquelas matas. A força comandada por Osório contou com um capitão, um tenente, um agrimensor, 27 soldados da Guarda Nacional e ainda com a participação do cacique Prudente e 7 “índios mansos”. A expedição levou meses em seu deslocamento até encontrar o dito erval (OSÓRIO, 1894). O longo período dessa incursão e o número de participantes mostram a importância que esses novos ervais tinham para a economia da Província. Em virtude do seu êxito, Manuel Luís Osório recebeu o título de Barão do Eral. A “descoberta” do erval

⁷⁶. Conforme a ata da Câmara de Cruz Alta de 14 de fevereiro de 1851. Arquivo Histórico de Cruz Alta (AHCA).

constituiu um fato mais importante para a carreira do General Osório do que a sua participação nas campanhas contra os governos de Oribe e Rosas no início da década de 1850.

As atas da Câmara de Cruz Alta mostram o impacto da descoberta desse novo erval na sociedade local. Em muitas reuniões, eram discutidos os problemas relativos ao mate, à situação e ao reconhecimento dos ervais. Em 1860, a notícia de um novo erval na localidade do Campo Novo e o seu potencial de exploração esteve presente em parte significativa das reuniões dos vereadores. O subdelegado do Distrito do Campo Novo, cap. João dos Santos Paiva ressaltou a importância desse erval para a “riqueza do Município”. O subdelegado também solicitou a abertura de um “pique” em direção ao rio Uruguai para possibilitar a exportação da produção local ao mercado platino, especialmente, Buenos Aires⁷⁷.

Os lucros propiciados pela erva-mate permitiram num primeiro momento que alguns homens de poucas posses ingressassem na pecuária e no comércio de tropas. Todavia, os ricos ervais encontrados no interior das matas do Planalto, somada à valorização do mate no mercado platino, incentivaram os fazendeiros, especialmente a partir da década de 1840, a explorarem essa atividade. A erva-mate redirecionou a produção local e a própria ocupação do Planalto e das Missões. Os registros paroquiais de terras de Cruz Alta mostram que os fazendeiros estavam apropriando largas extensões de terras florestais no município, exatamente nas áreas de ervais. Os criadores, geralmente, declaravam as suas áreas de campo, e depois registravam mais uma “posse de matos obtida por legítima ocupação”. Dependendo do local, com alguns hectares de erva-mate era possível obter o mesmo capital propiciado por um extenso campo. Isto gerou uma série de disputas em torno da apropriação e exploração dos ervais. Foi o caso da disputa entre o fazendeiro José Ignácio Landim e o negociante de erva-mate Manoel Severino da

⁷⁷. Conforme ata da Câmara de Vereadores de Cruz Alta de 24 de janeiro de 1860. AHCA.

Luz. Este último extraiu erva-mate, em 1856, nos fundos da fazenda Santo Antonio, no Distrito do Botucaraí, de propriedade da família Landim⁷⁸. A disputa entre as duas partes iniciou justamente quando o negociante de erva-mate, Manoel Severino, quis comprar uma parte de campo dessa fazenda, uma área que o criador José Ignácio Landim não pôde adquirir com lucros obtidos na pecuária. Após a condenação do réu Manoel Severino da Luz a dois meses de prisão, além de uma multa de 100 mil réis pela exploração de um erval público, José Ignácio Landim e seu irmão Ricardo José Landim registraram duas posses “de matos” nos fundos da fazenda Santo Antonio, exatamente no local onde acusaram Manoel Severino da Luz de ter explorado o erval clandestinamente⁷⁹. O capital acumulado pelo negociante de erva-mate mostrou aos irmãos Landim, pertencentes a uma família tradicional de criadores do Distrito do Botucaraí, que essa atividade extrativa poderia trazer-lhes resultados econômicos mais importantes do que a criação bovina.

Até mesmo os maiores fazendeiros do Planalto ingressaram na extração da erva-mate. O ten. -cel. Joaquim Thomaz da Silva Prado, o segundo maior proprietário de terras de Cruz Alta na década de 1850, declarou, nos registros paroquiais, 18 léguas de campo no Distrito da Palmeira⁸⁰. Além desses vastos campos (mais de 78 mil hectares), Silva Prado ainda declarou mais 10 áreas de “posses de matos” na serra do Ijuí, uma região rica em ervais, em nome de seus filhos. As “posses de matos” da família Silva Prado teriam a extensão de quase 3 léguas de área (mais de 12.500 hectares) nas bordas das suas duas fazendas⁸¹. O Barão do Ibicuí, o terceiro maior proprietário de terras do município de Cruz Alta nesse período, além de registrar a posse de 8 léguas de campo

⁷⁸. Processo judicial n° 583, maço 17, do Cartório Cível e Crime de Cruz Alta, 1856. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

⁷⁹. Registros paroquiais de terras da Freguesia de Cruz Alta, números 27 e 28. APERS.

⁸⁰. Conforme os registros paroquiais de terras da Freguesia de Cruz Alta, n° 09 e 11. APERS.

⁸¹. Conforme os registros paroquiais de terras da Freguesia de Cruz Alta, n° 13; 14; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 25. APERS.

(mais de 34 mil hectares)⁸², declarou ser proprietário de uma área de meia légua de “terras lavradas” na Palmeira, Distrito de Santo Ângelo. Essa posse de mais de 2 mil hectares estava localizada ao sul da fazenda das Brancas, na Serra do Ijuí⁸³. Essa região era rica em ervais, e os processos de legitimação do Barão mostram indícios da sua exploração pelo estancieiro⁸⁴, mas não se restringiam à posse de “terras de agricultura”.

Um grande número de ervateiros trabalhava na extração dessa importante fonte de riquezas no Distrito da Palmeira. Eles formaram um grupo social extenso na Província do Rio Grande do Sul, conforme podemos observar na documentação do período⁸⁵. Na região das Missões, Temístocles Linhares afirma que havia cerca de 6 mil trabalhadores envolvidos na colheita da erva-mate no ano de 1856 (LINHARES, 1969, p. 105). Os ervateiros constituíram o universo de homens pobres dedicados à extração da erva-mate sem posse formal de suas terras, na maioria dos casos. A sua origem social era heterogênea, composta por agricultores e agregados que migravam em busca de alternativas à pressão fundiária das áreas próximas às vilas e das lavouras de meação das fazendas locais por escravos fugitivos e por um grande número de foragidos da justiça. Os ervais se consagraram como um local de refúgio. Durante a Farrroupilha, por exemplo, muitos combatentes farrapos retiraram-se para os ervais de Taquari após o Combate de Santo Amaro em 1837. Além disso, os ervateiros também foram marcados pela diversidade étnica. Popularmente conhecidos como caboclos, este grupo foi marcado pelo encontro entre o negro, o branco e o indígena. Uma boa parte dos homens, que migraram para os ervais, constituiu famílias com as “bugras mansas” (CHRISTILLINO, 2010).

Muitos fazendeiros empregaram os ervateiros nas suas terras, pagando a eles dois terços do total de erva-mate colhida

⁸². Registros paroquiais de terras da Freguesia de Cruz Alta, n° 492, 496 e 512. APERS.

⁸³. Registro paroquial de terras da Freguesia de Cruz Alta, n° 509. APERS.

⁸⁴. Conforme os autos de legitimações de terras, n° 194, 195, 196, 197, 198 e 737. AHRS.

⁸⁵. Processos de legitimação de terras, correspondência das câmaras de vereadores, processos crimes, relatórios de presidentes de província e memórias de época.

(CHRISTILLINO, 2004). A grande maioria dos ervais, no entanto, estava em terras públicas. Temístocles Linhares afirma que cada peão recebia, em média, 4\$000rs por cada jornada diária de trabalho nos ervais sul-rio-grandenses nas décadas de 1850 e 1860 (LINHARES, 1969), um valor que consideramos alto para o período, pois foi a remuneração que os trabalhadores campeiros receberam em 1910 (MAESTRI, 2008). Na década de 1850, os fiscais dos ervais de Santo Ângelo, de Soledade e da Palmeira recebiam a gratificação anual de 240\$000rs anuais. Já os guardas municipais, encarregados de auxiliar os fiscais, recebiam apenas 100\$000 rs anuais⁸⁶. Os trabalhadores dos ervais, geralmente, se dedicavam à atividade nos meses do outono e do inverno. No verão e na primavera, trabalhavam em suas lavouras de “subsistência”. Esses roçados também abasteciam o mercado local.

As duas obras clássicas sobre o grupo de “agricultores pobres nacionais” consagraram a visão da sua desintegração da vida econômica e política da sociedade brasileira no século XIX e no início do século XX. Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983) analisou este grupo social no século XIX. A autora defendeu que a violência cotidiana entre esses homens era o subterfúgio à sua falta de mobilidade social. A escravidão teria deixado os homens livres e pobres “sem razão de ser” naquela sociedade. Antonio Cândido estudou o “caipira” paulista nas décadas de 1940 e 1950. Na sua concepção, os homens pobres do campo tinham uma cultura pobre, a qual “não foi feita para o progresso: a sua mudança é o seu fim”(CANDIDO, 1964, p. 82). A falta de estímulos e de técnicas produtivas teriam causado o seu “desapego ao trabalho”.

Martins defende que o avanço da fronteira interna tem um caráter de sacrifício, pois é na expansão da fronteira econômica que o outro é degradado, isso para assegurar a existência de quem domina (MARTINS, 2009). Martins procura desconstruir o mito do pioneiro, mostrando o aspecto trágico da fronteira, que se afirma a partir da destruição de grupos preestabelecidos nas “novas áreas”,

⁸⁶. Atas da Câmara de Cruz Alta da década de 1850. AHCA.

mas não totalmente integrados ao capitalismo, quando são recriadas formas arcaicas de dominação e de reprodução ampliada do capital, como a escravidão. José de Souza Martins distingue o avanço da fronteira em duas frentes. A *frente pioneira* se define economicamente pela exploração capitalista da terra, enquanto que a *frente de expansão* constitui a etapa de ocupação entre a primeira e a frente demográfica cujo grupo mais representativo seria o do indígena. Para Souza Martins, ambas constituem momentos históricos distintos e combinados de ocupação da fronteira. A *frente de expansão*, na visão do autor, é o momento, no qual a vida econômica não está estruturada na relação com o mercado, mas não pode ser considerada uma economia natural, na medida em que fornece produtos para a comercialização. Essa seria a economia dos excedentes, na qual se tem como primeiro objetivo a subsistência e, secundariamente, a troca dos seus produtos por outros em circulação no mercado. Entretanto esses também não poderiam ser enquadrados na fronteira econômica em função da entrada de excedentes demográficos que não poderiam ser englobados por essa fronteira. A *frente de expansão* estaria interligada ao capitalismo, ao oferecer mão-de-obra e oportunidades de abertura de espaço às futuras ocupações da *frente pioneira*. Martins constrói seu conceito a partir da realidade da Amazônia no século XX, mostrando que o capitalismo provoca a reprodução de relações não-capitalistas de trabalho, como é o caso do escravismo

A discussão de José de Souza Martins contribuiu com os estudos sobre a fronteira no Brasil, especialmente, ao desenvolver uma análise sociológica sobre uma temática que vinha recebendo destaque somente pela antropologia. Em seu trabalho, ele juntou o “mundo do posseiro” numa única singularidade. A *frente de expansão* englobou um grupo social complexo, com níveis diversos de integração ao mercado e, em meio a processos sociais variados. A sua abordagem sobre a *frente de expansão* não nos permite enquadrar a experiência histórica dos homens pobres inseridos na atividade de extração da erva-mate no Rio Grande do

Sul, no século XIX. No século XIX, não houve uma separação assim tão nítida entre este grupo e aqueles que praticaram a “agricultura pioneira”.

No caso do Rio Grande do Sul, no século XIX, a economia praticada pela *frente pioneira*, que tem o seu tipo mais representativo na figura do imigrante, e pela de *frente expansão*, que seria a dos ervateiros, não constituiu, na maioria dos casos, realidades distintas. Nem as atividades das colônias imigrantes, nem mesmo a dos fazendeiros poderiam ser totalmente vinculadas ao mercado, bem como a “economia do excedente”, da *frente de expansão*, não estaria assim tão distante assim dele. Alguns ervateiros estavam, de tal maneira integrados ao mercado, que conseguiram acumular fortuna. Outros posseiros arranchados no interior das matas também vendiam seus produtos regularmente no comércio local. Hebe Maria Mattos mostrou a importância e a abrangência desse grupo em meio às lavouras escravistas no Sudeste, na segunda metade do XIX. Segundo ela:

Não se trata, no entanto, de uma área de economia natural, pois dela saem regularmente produtos que assumem valor de troca no mercado, completando o processo de reprodução social de seus participantes. No período escravista, o avanço da plantation, se, por um lado, determinou o desenraizamento histórico do pequeno produtor rural no espaço sócio-histórico brasileiro, por outro, não chegou a desenvolver mecanismos suficientemente poderosos para impossibilitar-lhes a existência. (CASTRO, 1986, p. 15)

Os ervateiros e pequenos posseiros do Rio Grande do Sul estavam integrados, mesmo que sazonalmente, ao comércio local. Dessa forma, não é possível enquadrá-los numa *frente de expansão*, isolando-os da realidade dos colonos imigrantes. Estes últimos realmente estavam mais integrados ao mercado provincial, em função das dívidas assumidas na aquisição dos seus lotes de terras (CUNHA, 1991). Essa visão nega o pioneirismo de muitos grupos que seriam enquadrados, a partir da concepção de Souza Martins, na dita *frente de expansão*, como foi o caso daqueles que trabalhavam na extração da erva-mate e nas lavouras de alimentos.

É importante levar em conta que, nas próprias colônias alemãs, os colonos produziam uma boa parte da sua subsistência e, muitas vezes, apenas os excedentes eram levados ao comércio. Por outro lado, a própria propriedade da terra constituiu um longo processo de transição ao longo do XIX, dessa forma, não podemos diferenciar, no plano legal, as pequenas colônias dos imigrantes das posses dos ervateiros. Os trabalhadores que atuaram na cadeia de exploração da erva-mate não poderiam ser enquadrados unicamente numa *frente de expansão*, à margem do mercado, quando eram responsáveis pelo segundo produto mais importante da economia da Província do Rio Grande do Sul, durante boa parte do século XIX.

Os ervateiros representaram, em alguns casos, uma ameaça aos interesses dos fazendeiros e negociantes de erva-mate. Ainda em 1849, a Câmara de Cruz Alta tomou algumas medidas para impedir a destruição dos ervais do município, os mais importantes da Província.

As colheitas predatórias da erva-mate estavam aniquilando as árvores de mate e, em alguns casos, levaram à destruição dos ervais. A Câmara de Cruz Alta procurou, através do aumento de impostos e da fiscalização, os meios para impedir a ruína da sua mais importante fonte de renda. Uma arrecadação maior permitiria a melhor remuneração dos fiscais e guardas que atuavam nos ervais, de modo a estimulá-los a aplicarem sanções do Código de Postura municipal e de outras medidas tomadas pela Câmara para reger a exploração dos ervais públicos⁸⁷. Mas, essas medidas não impediram a apropriação de vastas extensões de ervais pelos fazendeiros do Planalto, conforme mostram os registros paroquiais de terras. Essas áreas não poderiam ser incorporadas aos domínios dos fazendeiros, conforme previa a Lei de Terras, uma vez que somente as atividades agrícolas e pecuárias confeririam legitimidade de posse, o mesmo direito não era estendido às áreas

⁸⁷. Ata da Câmara de Cruz Alta de 12 de junho de 1849. AHCA.

de extrativismo. Ainda assim, a destruição dos ervais de Cruz Alta era atribuída à “posse coletiva”.

É ao principio da propriedade comum que nos devemos a destruição de todos os magnificos heruaes deste municipio, e por consequencia a expantosa diminuição deste produto que tende a desaparecer d' entre nós, se medidas muito energicas não forem tomadas por esta Camara para abster a sua total destruição, passando os heruaes ao dominio privado.⁸⁸

Nesse trecho da ata da Câmara de Cruz Alta, os vereadores mostram sua visão sobre o problema. As causas da destruição dos ervais estariam no fato de uma parte significativa desses ser pública e assim a população tinha livre acesso a eles. A solução para a sua preservação estaria na transferência deles para o domínio privado. Dessa forma, as apropriações abusivas dos fazendeiros sobre as terras de ervais estariam na direção da “solução” à preservação de tais áreas. Isso, quando alguns desses fazendeiros ocupavam uma cadeira no legislativo municipal de Cruz Alta ou então eram nele representados por integrantes das suas redes de relações sociais.

Em 1856, na região das Missões, principalmente no Distrito da Palmeira, havia mais de seis mil homens trabalhando nos ervais (LINHARES, 1969). Nesse período, as “invasões” às matas públicas, ricas em mate, fugiam ao controle da Câmara de Cruz Alta. No plano jurídico, a Lei de Terras de 1850 transformou o pequeno posseiro em invasor a partir daquela data. As câmaras municipais se basearam nessa lei para formularem artigos adicionais aos seus códigos de postura, a fim de regerem o uso dos ervais públicos e instituírem penas aos infratores. A Câmara de Cruz Alta foi pioneira em anexar artigos que tratassem da questão dos ervais.

Em 1867, o Presidente Francisco Homem de Melo destacou, em seu relatório os problemas em torno da produção da erva mate (MELLO, 1867). O Presidente determinou às câmaras

⁸⁸. Ata da Câmara de Cruz Alta de 28 de abril de 1868. AHCA.

que dessem atenção ao assunto e que formulassem normas municipais em relação à qualidade da erva-mate e à destruição dos ervais, em conformidade com o que fizera a Câmara Municipal de Cruz Alta. Uma boa parte dos municípios que possuíam florestas ricas em mate atendeu aos sucessivos pedidos dos presidentes provinciais e formulou adendos aos seus códigos de postura. Santo Antonio da Patrulha e Taquari tiveram alterações aprovadas no início da década de 1870. Neste último Município, os artigos complementares ao seu código de postura foram apresentados em 1873. Taquari englobava uma considerável extensão de áreas serranas ricas em ervais, e a sua conservação interessava à municipalidade e também aos fazendeiros e negociantes de erva-mate. Os artigos referentes ao adendo do seu código de postura foram apresentados com o objetivo principal de garantir a qualidade do produto. No entanto, o que se observa é que o seu principal propósito foi coibir a ação dos ervateiros pobres sobre os mananciais de mate existentes nas áreas públicas. Dos 9 artigos apresentados, apenas 2 se referiam à qualidade do produto, os outros 7 diziam respeito às restrições na extração e abertura de roçados no interior dos ervais⁸⁹. Estes últimos estavam diretamente relacionados às atividades dos ervateiros, que permaneceram sujeitos a multas e à prisão. Os maiores responsáveis pela destruição dos ervais em Taquari foram, na verdade, os colonizadores, que lotearam as áreas públicas e as venderam aos imigrantes (CHRISTILLINO, 2010). Estes, por sua vez, derrubavam as matas ricas em mate para a formação de lavouras. Nenhum colonizador foi multado ou denunciado pelos fiscais dos ervais públicos.

Os códigos de postura dos municípios sul-rio-grandenses, ao criarem mecanismos de preservação dos ervais à ação dos ervateiros e pequenos posseiros, mostram o interesse cada vez maior dos fazendeiros e dos negociantes de erva-mate na extração do produto nas matas do Planalto e da região serrana. Uma árvore

⁸⁹. Correspondência da Câmara Municipal de Taquari de 1873, nº 17. AHRS.

de mate adulta poderia render até 50 ou 60 quilos de ramos de mate para o beneficiamento (LINHARES, 1969). Com isso, dependendo do erval, apenas duas árvores poderiam render pelo menos uma arroba de erva-mate pré-moída e desidratada, pronta para o comércio nos engenhos de processamento ou para sua venda final. Um erval “rico” poderia conter até 100 árvores da *Ilex Paraguariensis* por hectare, o que renderia mais de 50 arrobas de erva-mate beneficiada que, negociadas por um valor entre 1\$500 rs e 3\$000rs a arroba, poderiam render, pelo menos, o mesmo capital obtido com a venda de 15 novilhos para a charqueada. Nessa base, em 15 ou 20 hectares de um erval “rico”, o produtor poderia obter uma renda aproximada ao que um estancieiro alcançava numa légua de campo⁹⁰. O mate propiciava uma colheita a cada 4 ou 5 anos, e sua incidência, em geral, não era de forma tão adensada quanto a que descrevemos anteriormente. Todavia, esses dados mostram que os ervais “ricos” poderiam proporcionar, em poucos hectares, uma renda superior àquela obtida numa fazenda de gado.

A década de 1860 também foi marcada pela crise na pecuária mear. Cruz Alta era um produtor tradicional de mulas, o maior da Província do Rio Grande do Sul. Em 1800, a Feira de Sorocaba recebeu, anualmente, cerca de 20 mil mulas do Sul, em 1850, foram 50 mil, em 1865, foram 100 mil muares, mas, entre 1875 e 1890, essa média caiu para apenas 12 mil mulas por ano (MACHADO, 2004). Em 1863, o Barão de Ornano registrou que a produção de mulas encontrava-se em franca ruína na Província. Segundo ele, na década de 1850, pagava-se até 30\$000rs por uma mula no Rio Grande do Sul, mas em 1863, o seu valor não ultrapassou os 5\$000rs, e ainda assim era difícil encontrar compradores (ORNANO, 1996). O relatório do Cônsul Francês em Porto Alegre mostra que os pecuaristas, dedicados à produção de

⁹⁰. Um estancieiro poderia ter em média até mil cabeças de gado numa légua de campo, do qual obteria cerca de 100 cabeças para comercializar anualmente. O preço médio do novilho oscilou entre 8\$000 réis e 10\$000 réis, entre as décadas de 1850 e 1870, portanto 100 cabeças atingiriam um valor em torno de 800\$000 réis e 1:000\$000rs. Em determinados períodos, esse valor poderia ser obtido com um volume inferior a 400 arrobas de erva-mate (CHRISTILLINO, 2010).

mulas, sofreram um grande prejuízo. Logo, esses criadores teriam que procurar outras alternativas, e a erva-mate foi a atividade que proporcionou um maior volume de lucros no período.

A erva-mate também foi uma importante fonte de lucros para os negociantes. Nesse momento, o gado do Planalto era negociado com os tropeiros, geralmente de outras regiões, com charqueadores estabelecidos nas margens do Jacuí (Rio Pardo, Cachoeira do Sul e São Jerônimo), no sul da Província (Rio Grande e Pelotas) e na Campanha. Dessa forma, a erva-mate abriu espaço maior para a atuação dos negociantes do Planalto. O produto garantiu a acumulação de capital nas mãos de muitos “birivas”, permitindo o seu ingresso no comércio de tropas. Também possibilitou que alguns pequenos negociantes ou arrematantes de ervais estabelecessem casas de comércio nas suas proximidades e formassem fortuna como foi o caso de Joaquim Pereira da Motta e de João José Veau. Temístocles Linhares também relatou os altos lucros obtidos pelos negociantes da erva-mate no Paraná, citando o caso de um deles que, mesmo tendo utilizado um empréstimo para obter o capital de giro, conseguiu um lucro de 200% em um ano de atividades (LINHARES, 1969).

A erva-mate do Planalto e das Missões era vendida, principalmente, em duas praças comerciais. A primeira era nas casas de negócios nas margens do rio Uruguai, e as mais importantes delas estavam situadas em Itaqui. Desses entrepostos, a erva-mate era exportada para o Prata. A segunda praça comercial era Rio Pardo, para onde era enviada a produção do Distrito do Botucaraí. A cidade de Rio Pardo estava estabelecida no trecho navegável do Jacuí e para a qual, havia duas estradas na Serra Geral: a de Santa Cruz e a do Botucaraí. A erva-mate era transportada por embarcações de Rio Pardo até Porto Alegre e Rio Grande, de onde era distribuída ao interior da Província e também exportada. Ave-Lallemant visitou o Rio Grande do Sul em 1858 e registrou que, em Rio Pardo, havia um engenho capaz de beneficiar até 100 arrobas de erva-mate por dia. O médico alemão também destacou o caso de uma “pequena firma francesa” em Itaqui que

exportava, anualmente, 4 mil arrobas do produto (LINHARES, 1969). Os processos de legitimação de terras e os registros de transmissão de tabelionato de Cruz Alta mostram a disseminação dos engenhos de moer erva-mate nas regiões do Planalto e da Serra. Esses dados confirmam a existência de um importante complexo ervateiro no Rio Grande do Sul, em meados do XIX.

Considerações finais

A erva-mate, em função de seus rendimentos, propiciados pelo baixo custo de sua produção e pelo seu alto valor no mercado platino, foi a principal alternativa de renda encontrada pelos fazendeiros do Planalto do Rio Grande do Sul, que tinham seus lucros diminuídos com a pecuária e pelos negociantes. Eles passaram a se apropriar rapidamente das áreas de ervais, com o objetivo de assegurar a sua posse sobre as mais importantes fontes do produto na Província, especialmente no Distrito da Palmeira. Muitos fazendeiros se valeram dos seus cargos de juízes de paz, subdelegados e fiscais de ervais para assegurarem a apropriação de áreas de matas ricas em mate. A acumulação propiciada pela erva-mate teve um forte impacto no mercado de terras, através da aceleração do ritmo das apropriações das áreas de ervais. A preocupação em torno da preservação desta importante fonte de riqueza fez com que surgissem os primeiros códigos que regravam o uso das florestas na Província do Rio Grande do sul.

A agricultura teve uma participação importante na economia da província meridional, desde o século XVIII, com a produção tritícola. Ela foi desenvolvida principalmente em pequenas e médias propriedades, com base na mão-de-obra familiar. A atividade se expandiu rapidamente em meados do XIX com a ampliação do complexo colonial, o que influenciou no aumento da grilagem em torno das terras da região serrana pelos setores da elite interessados na venda de terras aos imigrantes. Ao longo do XIX, a coivara foi a prática mais comum entre os

agricultores no Rio Grande do Sul, quando era viável economicamente rotear novas áreas do que recuperar as primeiras, já exauridas pelo cultivo contínuo. As especificidades da agricultura nos trópicos, além dos próprios preços dos produtos, impediam a importação das “modernas técnicas europeias” naquele período. A agricultura e a extração do mate tiveram uma grande importância econômica na terra dos estancieiros. As duas atividades constituíram alternativas importantes à pecuária, e alavancaram a ocupação luso-brasileira província meridional.

Referências

AVILA, Ney Eduardo d'. *Passo Fundo: terra de passagem*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

BEAUREPAIRE, Visconde de. *O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1878.

BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec, 1987.

BURLAMAQUI, Frederico. *Catecismo de Agricultura*. Rio de Janeiro: Typographia 16 de Julho, 1870.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1964.

CASTRO, José Antonio de Azevedo. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. José Antonio de Azevedo Castro, em a segunda sessão de 16.a legislatura*. Porto Alegre: Typ. do 'Rio Grandense', 1876.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. São Leopoldo, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Vale do Rio dos Sinos.

_____. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Niterói, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

FAVARO, Cleci Eulalia. Os 'italianos': entre a realidade e o discurso. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul - Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 2, p. 301-319.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.

LAMB, Roberto Edgar. *Imigrantes britânicos em terras do Império brasileiro: mobilidade, vivência e identidades em colônias agrícolas (1860-1889)*. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade de São Paulo.

LANGENDONCK, Madame van. Uma colônia no Brasil. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas: PUCCAMP, Ano 22, n. 137, jan./mar. 1990.

LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

MAESTRI, Mário (Org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MATTOS, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, em a segunda sessão da 121 legislatura*. Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1867.

ORNANO, Paul Baptiste d'. *Um barão na província*. Apêndice ao Relatório Geral, 1863. Trad. Fúlvia Moretto. Porto Alegre: EDIPUCRS/INL, 1996.

OSÓRIO, Fernando Luís Osório. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger & Filhos, 1894.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, v. 1.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre: EST, 1981.

WAIBEL, Leo. *Capítulo de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente, 1979.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

LA GABRIELLE, CRAVO E CANELA: A INVASÃO LUSO-BRASILEIRA DA GUIANA FRANCESA E A COBIÇA PELAS ESPECIARIAS (1808-1817)

Ivete Machado de Miranda Pereira

Vizinha incômoda por causa da proximidade indesejada, querelas fronteiriças e constantes ataques de corsários, a Guiana Francesa era motivo de preocupação para os governantes do Império Português. As relações entre luso-brasileiros e franceses no decorrer do processo de formação e colonização do território brasileiro nunca foram cordiais. A França Antártica, em 1555, e a França Equinocial, em 1612, foram tentativas francesas de fundar colônias em território brasileiro, levando o governo a promover a exploração e ocupação do norte de sua possessão na América. Desde o século XVII, ocorriam na região da foz do rio Amazonas choques entre os portugueses e franceses que ali tentavam fixar-se. Com as crises decorrentes da Revolução Francesa, Portugal tomou medidas garantindo a segurança da costa entre o Oiapoque e o Amazonas. Por meio da correspondência oficial, como a do governador do Pará, Dom Francisco Afonso Maurício de Souza Coutinho (1764-1823), é possível acompanhar os vários conflitos fronteiriços, as reações defensivas e a crescente insegurança da região, que culminariam em finais de 1808 com a expedição que invadiria a colônia francesa.

Se a Guiana Francesa era vizinha incômoda, era também vizinha invejada em decorrência da posse do horto botânico chamado La Gabrielle, motivo de orgulho da administração francesa, onde eram aclimatadas plantas exóticas, entre elas o cravo da Índia, a canela do Ceilão, a noz-moscada, o gengibre, a

pimenta, o abricó, as canas d’Otahity, o cafezeiro...⁹¹ A invasão da Guiana Francesa por tropas luso-brasileiras em janeiro de 1809 é vista pela historiografia como consequência do desenrolar dos acontecimentos políticos no continente europeu de início do século XIX, cujo ápice seria a invasão de Portugal pelo exército francês. Segundo essa historiografia, a conquista de Caiena seria retaliação à invasão de Portugal, ou ainda teria como objetivo o uso da Guiana como moeda de troca em posterior negociação de paz na Europa (WEHLING, 2011, p. 11). Mas a hipótese de que a invasão visava ao patrimônio vegetal que a França amealhara na Guiana fazendo parte de uma política fomentista do governo português, é extremamente coerente com o pensamento europeu de finais do século XVIII.

Localizada ao Norte do atual Estado do Amapá, a Guiana Francesa esteve envolvida em sérias questões de fronteira com o Brasil desde o início da colonização da Ilha de Caiena em 1634, núcleo que lhe deu origem. Portugal e França discordavam quanto aos limites: para os portugueses, o limite entre seus domínios e o dos franceses era o rio Oiapoque; para os franceses, era a margem setentrional do Amazonas. Na verdade, estava em jogo a navegação do rio Amazonas e seus afluentes. As várias incursões por parte dos franceses geraram clima de intranquilidade e má vizinhança. Uma expedição militar em 1697 partiu de Caiena e tomou o forte de Macapá, sendo depois expulsa pelos portugueses. Em decorrência do impasse, a região compreendida entre os rios Oiapoque e Amazonas – as terras do Cabo Norte, as terras do Contestado, o atual Estado do Amapá – passou a ser fonte de discórdia entre as duas nações e a fazer parte dos diversos tratados que ao longo de todo o século XVIII e início do XIX assinaram as duas metrópoles: Utrech (1713), Tratado Provisório (1790) - que torna neutro o território disputado, Paris (1797), Badajós (1801),

⁹¹. O espectro semântico da palavra “exótico” abrange desde o sentido denotativo de estrangeiro ou não nativo, até o sentido conotativo oriundo de sentimentos estéticos, sentido que expressa a fascinação do que não é familiar, o estranhamento. (SOUZA, 1994, p. 127)

Madri (1801), Amiens (1802). Era o começo do litígio entre França e Portugal (DORATIOTO, 2001, p. 78).

O hiato dos conflitos de fronteira entre 1713 e 1797 se deveu à situação financeira precária da própria França durante o reinado de Luís XIV (1643-1715) e ao fato de a Grã-Bretanha ser fiadora dos compromissos assumidos pela França e Espanha no que dizia respeito ao território integrante do Brasil, inclusive das terras do Cabo do Norte, no Tratado de Utrech. Na verdade, durante todos esses anos, a França nunca deixou de alimentar expectativas, seja obtendo conhecimentos do terreno por meio de exploração científica – a viagem de La Condamine é exemplo –, seja por meio de publicações com o objetivo de despertar o interesse pelas vantagens que prometiam as terras da chamada França Equinocial (GOYCOCHÊA, 1963, p. 35). A silenciosa infiltração francesa se dava nas viagens pelos rios, no contato dos comerciantes de Caiena com os índios ou na guarida a escravos portugueses fugitivos.

Possuindo área aproximada de 90.000 km², em finais do século XVIII só a faixa costeira de 5.200 km² da Guiana Francesa estava ocupada, principalmente por causa de noventa por cento de seu território – 8.000.000 de hectares – apresentar cobertura florestal equatorial. Ela é banhada ao norte pelo Oceano Atlântico, mas a costa não favorece a navegação, pois as águas litorâneas são pouco profundas em consequência do contínuo depósito de aluviões que vêm da embocadura do Amazonas. No século XVIII, os maiores barcos a vela não podiam aproximar-se da colônia. O único porto, o de Caiena, era bastante deficiente (CARDOSO, 1984, p. 16). Em contrapartida, os rios formavam uma rede navegável importante, que permitia a penetração e as comunicações internas, sendo a cabotagem a maneira usual de viajar. Os maiores rios eram o Oiapoque, atual fronteira com o Brasil, e o Maroni, fronteira com o Suriname. Os outros rios de importância, Approuague, Sinnamary e Maná, nascem nas terras centrais, no Maciço Central Guianense. Os rios foram essenciais à invasão que se deu em 1809.

Já no final do século XVIII, estava cristalizado um pensamento na Amazônia luso-brasileira: ocupar Caiena, pondo fim aos perigos que decorriam de sua vizinhança incômoda (REIS, 1953, p. 5). Governador do Pará de 1790 a 1803, Dom Francisco de Souza Coutinho defendeu o pensamento conquistador em correspondência com o Reino. Acreditava que, de um lado, era preciso garantir a integridade territorial do Império, contendo o imperialismo francês; de outro, evitar a infiltração ideológica das ideias revolucionárias que culminaram na Revolução de 1789. Ele assumiu o governo da Capitania do Pará em junho de 1790, portanto, quando estava em vigor o Tratado de Utrech de 1713, que estabeleceu a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa pelo rio Oiapoque, ou, como era chamado pelos franceses, Vicente Pinzón. Essa fronteira não era respeitada, sendo fonte de preocupação e vigilância da parte de Dom Francisco, como se percebe pela carta de julho de 1790, dirigida ao administrador de Macapá, João Vasco Manoel Braun:

A primeira e principal coisa que [Vossa Mercê] deve examinar assim que tiver chegado a Macapá é a situação, e forças do Estabelecimento que os Franceses têm forçado dentro dos limites do Estado. (...) Quanto a situação deste Estabelecimento [Vossa Mercê] me informará qual é a sua latitude; se ele está no interior ou na Costa; se estando a fortificação na Costa se internam algumas Povoações pelo interior; se tem por dentro algum Rio navegável até o Amazonas, se está dentro dos limites Estabelecidos pelo Tratado de Utrech.⁹² (GOMES; QUEIROZ; COELHO, 1999, p. 93)

O Grão-Pará, só em 1808 integrado administrativamente ao conjunto brasileiro, era região de grande extensão geográfica, mas muito limitada em população e recursos. Para a efetiva ocupação do território seriam necessárias a construção de fortalezas e fundação de núcleos de habitantes, medidas que funcionariam como prevenção e impediriam a progressão francesa. Dom Francisco estava ciente da fragilidade da capitania e o expressava em reiterados avisos e pedidos de ajuda. Em carta de 2 de abril de

⁹². Instituto Histórico do Itamarati – Fundo: Documentação Rio Branco, Códice: 340 – 1 – 3.

1785, a Martinho de Mello e Castro, então ministro da Marinha e Ultramar, ele dá conta de notícias de que se dirigiram para o Cabo do Norte algumas fragatas francesas e pede o urgente conserto das peças de artilharia da Praça de Macapá, indispensáveis para impedir a posse pelos franceses da margem Setentrional do rio das Amazonas⁹³ (GOMES; QUEIROZ; COELHO, 1999, p. 19).

Na verdade, o domínio efetivo de Portugal ia somente até o forte Macapá, na embocadura do Amazonas. Quando Dom João assumiu como Príncipe Regente o governo de Portugal, a 10 de fevereiro de 1792, era essa a situação de fato no território sul-americano ambicionado pela França. Situação que a Revolução Francesa havia tornado ainda mais explosiva. Existia o temor de que “aqueles turbulentos vizinhos se podem servir para introduzir o fogo da discórdia que os consome, muito mais lisonjeando os escravos com a ideia da pretendida liberdade e igualdade”, conforme ofício de 8 de julho de 1792 de Dom Francisco a Martinho de Mello e Castro. Providências são tomadas para “impedir toda e qualquer comunicação destes habitantes com os daquela inquieta nação”⁹⁴ (GOMES; QUEIROZ; COELHO, 1999, p. 90).

“Turbulentos vizinhos”, “inquieta nação”. Os temores de Dom Francisco se transformam em realidade com a abolição da escravidão em todas as colônias da França, decretada a 4 de fevereiro de 1794. Se antes a fuga de escravos para o lado francês era prática existente, com a abolição torna-se recorrente. A carta ao comandante da Fortaleza do Oiapoque, enviada pelo tenente Francisco Xavier de Azevedo, comandante da embarcação Conceição, em 14 de outubro de 1794, dá a conhecer que é grande o número de escravos desertados, assim como o de escravos apreendidos:

⁹³. IHGB – Coleção Manoel Barata, Lata 281, pasta 6, 102 fls.

⁹⁴. Instituto Histórico do Itamarati – Fundo: Documentação Rio Branco, Códice: 340 – 1 – 3.

Os incessantes tráfugas, que de anteriores anos até ao presente têm formado a numerosa e avultadíssima cópia de pessoas desertadas de diferentes qualidades, sendo o maior número escravo, e que achando-se refugiados (...) também nos (domínios) de Cayenna, (...) me fizeram alargar a minha navegação até este limite para que de uma vez cesse o desordenado proceder de semelhantes gentes tão mal intencionadas, que fiadas neste indiscreto asilo cometem os maiores desacertos.⁹⁵ (GOMES; QUEIROZ; COELHO, 1999, p. 46)

A fim de impedir a evasão de escravos e índios para a Guiana, a fronteira e a costa passam a ser guardadas com bergantins, lanchas artilhadas e montarias. Em ofício de 10 de janeiro de 1795, Dom Francisco pede reforço, a Dom Martinho de Mello e Castro, de uma fragata e da charrua Águia, já guarnecida de artilharia⁹⁶ (GOMES; QUEIROZ; COELHO, 1999, p. 27).

Dom Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812), ministro da Marinha e Ultramar, comungava com seu irmão, Dom Francisco de Souza Coutinho, as mesmas preocupações. Em carta de 1796 escrevera ao irmão, em nome da rainha, mas em verdade em nome do Príncipe Dom João, que exercia na época o poder de fato, que o *fizesse se houvesse probabilidade de conquistar a Ilha de Caiena e os domínios franceses da Guiana Francesa, caso continuassem as invasões francesas. Entretanto, a preocupação com o capital vegetal reunido pela França em sua colônia é evidente:*

Dando todas as providências necessárias para que as novas culturas de canelas, cravos, e noz-moscada que os franceses ali introduziram, se transportem para o Estado do Grão-Pará procurando animar e promover a criação e extensão de tais culturas, não só em todo esse estado, mas também em todo o Brasil.⁹⁷

Como vimos, essa invasão é desejada e prescrita doze anos antes de acontecer. Dom Francisco manteve em Caiena uma rede de espiões, geralmente agricultores orientados a informar não apenas o que se passava em termos políticos, mas também a enviar qualquer espécie vegetal destinada ao cultivo. Graças a um desses

⁹⁵. IHGB – Coleção Manoel Barata, Lata 281, pasta 6, 102 fls.

⁹⁶. IHGB – Coleção Manoel Barata, Lata 281, pasta 6, 102 fls.

⁹⁷. Biblioteca Nacional – II- 31, 18, 029. Carta Régia de 1796.

espíões, Michel Du Grenoullier, e a seu cunhado, Jean Baptiste Grimard, vieram, já em 1798, sementes e mudas de Caiena (SANJAD, 2001, p. 90). O que faz supor ser objetivo da invasão a incorporação do complexo agrícola mantido pela coroa francesa, formado pela Habitation⁹⁸ Royale des Épiceries, mais conhecida como La Gabrielle, pela Habitation de Mont-Baduel e pela Habitation Tilsit. Essas propriedades, pertencentes ao governo francês, tornaram-se os primeiros estabelecimentos coloniais na Guiana em produtividade e número de escravos. La Gabrielle era uma das principais fontes de renda da colônia e reunia todas as espécies vegetais ambicionadas pelos portugueses.

Na segunda metade do século XVIII, período de difusão das ideias iluministas, as ciências naturais se revestem de caráter pragmático e utilitarista na Europa, havendo associação entre História Natural, Economia e Governo. O caráter utilitarista assumido pela História Natural estava em sintonia com o movimento que considerava a agricultura como fonte de todas as riquezas – a Fisiocracia (SANJAD, 2001, p. 30). Em Portugal, as ideias fisiocráticas e o interesse pela “naturalização” dos vegetais desenvolvem-se simultaneamente. O naturalista italiano Domingos Vandelli (1735-1816), diretor do Jardim Botânico da Ajuda, criado na década de 1760, escreveu uma *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos* em 1770, na qual advoga a utilidade e a vantagem econômica do cultivo de vegetais. Vandelli sugeriu que fossem cultivadas as especiarias para enfrentar a concorrência inglesa na Índia, responsável pela queda do comércio português de cravo, canela e noz-moscada. Propõe transformar o Brasil em nova Ásia, como produtor de especiarias. Para tanto, deveriam ser trazidas do Oriente plantas e sementes; ou então que fossem “surrupiadadas” da vizinha Guiana Francesa, prática também presente entre os franceses que haviam trazido ilegalmente para a

⁹⁸ A propriedade rural de alguma importância era chamada, na Guiana como nas demais colônias francesas, *habitation*, constituindo a base fundiária da colonização francesa. Os seus donos nela viviam, mesmo quando possuíam também uma casa em Caiena. (CARDOSO, 1984, p. 31)

Guiana Francesa o café da colônia holandesa do Suriname (WEHLING, 1977, p. 227).

O interesse demonstrado pelas especiarias e a intenção de introduzi-las no Brasil são igualmente demonstrados por Domingos de Bastos Viana, diretor da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em carta enviada ao Vice-Rei da Índia, em 1758. O assunto da carta é o pedido de remessa para o Brasil de plantas da Índia que produzissem especiarias, como cravo e canela, e a sugestão de métodos de envio até a Bahia. Esse plano de introdução de plantas indiáticas no Brasil tinha como finalidade a eliminação da concorrência dos holandeses, que monopolizavam o comércio de especiarias da Índia, na Europa. O Brasil teria condições de negociá-las a preço mais baixo quando comesse a produzi-las, pois a distância entre Brasil e Europa era duas vezes e meia menor do que da Índia à Europa (XAVIER, 1977, p. 45).

Quando em 1796, Dom Rodrigo de Souza Coutinho torna-se ministro de Dona Maria I, uma equipe de cientistas se agita em torno dele no intuito de promover uma política de renovação da agronomia⁹⁹: “Animar as culturas existentes e naturalizar no Brasil todos os produtos que se extraem de outros países deve ser outro grande projeto do Legislador Político” (Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Apud. DIAS, 1968, p. 117). A política de diversificação agrícola posta em prática em 1796 estabelece a importância dos jardins botânicos nas colônias, objetivando a renovação da agricultura colonial por meio da introdução de novas espécies. Ordens são expedidas para vários pontos do Império determinando a construção de hortos florestais. Não se deve esquecer que na mesma época o quadro econômico brasileiro apresentava-se negativo, com o declínio da mineração e as oscilações do preço do açúcar.

Percebendo a fragilidade de Portugal no contexto europeu, Dom Rodrigo desenvolveu um programa de reformas ilustradas

⁹⁹. No século XVIII, o termo agronomia envolvia todos os aspectos da agricultura, não somente científicos e técnicos, mas políticos, econômicos, sociais e mesmo médicos. (DENIS, 1995, p. 655)

baseado nos novos paradigmas das Luzes, em que a natureza colonial seria usada para aumentar os rendimentos financeiros da metrópole. Em sua *Memória sobre o Melhoramento dos Domínios na América*, apresentou pormenorizado plano de fomento da exploração econômica da América Portuguesa. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, criaram-se em vários países europeus academias científicas que pretendiam impulsionar a investigação e divulgação dos novos conhecimentos. A Academia Real das Ciências de Lisboa foi fundada em 1779 com o intuito de contribuir para o progresso por meio da aplicação desses novos conhecimentos. A Academia estimulou intenso movimento intelectual, cientificista e pragmático, para melhoramento da agricultura, artes e indústria, a partir da elaboração das *Memórias Econômicas* (NOVAIS, 1995, p. 225).

O interesse português pelo cultivo das especiarias como forma de alavancar a economia portuguesa acompanha o pensamento no qual a agricultura aparece como grande negócio do século XVIII. Havia verdadeira competição entre os países em aclimatar espécies vegetais de interesse econômico e domínio do conhecimento sobre o cultivo dessas espécies. O interesse iluminista na valorização e racionalização da agricultura está sintetizado nos sete volumes a ela dedicados pela *Encyclopédie*. Submeter a natureza era palavra de ordem intelectual e política governamental. Além disso, desde meados setecentistas, um grupo de pensadores franceses, conhecidos como “os economistas”, centrado na figura de François Quesnay (1694-1774), fundamentava a ideia de que as leis naturais indicam a conduta econômica do governo. Quesnay é considerado o fundador do pensamento fisiocrata, em que se atribui à terra a fonte do valor, em que as leis naturais são dirigidas para a sociedade humana, promovendo a prosperidade (FONSECA, 1981: 43). Dom Rodrigo participava das reflexões provocadas pelos debates sobre as novas teorias e doutrinas político-econômicas que aconteciam no continente europeu.

O início do século XIX encontra Portugal preso na rede diplomática que envolvia França, Inglaterra e Espanha, buscando a neutralidade. Uma neutralidade parcial, pois a aliança com a Inglaterra datava de épocas remotas, remontando mesmo à primeira dinastia (NOVAIS, 1995, p. 19). A vinculação política com a Inglaterra, potência em permanente rivalidade com a França, torna inviável a pretensa imparcialidade, por causa dos projetos expansionistas de Napoleão. Impedido de invadir a Inglaterra, Napoleão decidiu isolar o inimigo, decretando o “Bloqueio Continental” em 1806. Seu objetivo era arruinar o comércio, a Marinha Mercante e a crescente indústria britânicas. Dizia o artigo sétimo do decreto de Berlim: “Nenhum navio vindo diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas será recebido em qualquer porto”.¹⁰⁰

Para a coroa portuguesa, o Bloqueio Continental foi o estopim da crise com a França. Segundo Carlos Guilherme Mota:

Deveras dramática foi a situação da elite portuguesa em 1807-1808, obrigada a combater o invasor francês, negociar subalternamente com os ingleses, ficar atenta à Espanha (...) de fato, foram os conflitos entre Inglaterra, em processo de industrialização, e a França revolucionária e expansionista, que levaram Bonaparte a anexar Portugal em 1807-1808, confiscando propriedades inglesas e prendendo no porto de Lisboa numerosos comerciantes portugueses que haviam desobedecido à ordem do bloqueio continental contra a Inglaterra (MOTTA, 2007, p. 70).

De fato, as tropas do general Junot entraram em Portugal pela Beira Baixa, em 17 de novembro de 1807, e doze dias depois a Família Real deixou Lisboa em direção ao Brasil, escoltada pela esquadra inglesa. A ideia de transferir a sede do governo português para o Brasil não era novidade entre os poderosos. Seu maior defensor era Dom Rodrigo de Souza Coutinho que, em 1797, exortou o Príncipe Regente a preparar a defesa de Portugal contra a pressão francesa, e *fundar o mais vasto império no Brasil*. Em 9 de novembro de 1798, renovou seus conselhos:

¹⁰⁰. Decreto de Berlim, 1806. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/~luernaut/blog_cont.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2011.

e se forçado por uma adversa Sorte (...) de ceder por algum momento as suas possessões europeias aos inimigos da Religião e dos Governos, que deve ir fundar no Brasil um Império muito superior em grandeza e força a todos os que hoje existem na Europa.¹⁰¹

Desde então, essa proposta reaparecia com frequência no Conselho de Estado. Em 1807, quando Portugal estava sendo pressionado pela Inglaterra e França, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, que estivera ausente do governo por cinco anos, retoma o centro das decisões políticas, convocado por Dom João para participar das reuniões do Conselho de Estado, que decidiriam os rumos a tomar. Coerente com suas convicções, defendeu a partida para o Brasil como forma de preservar a Monarquia e a manutenção do alinhamento com a Inglaterra.

Desembarcando no Rio de Janeiro no dia 8 de março de 1808, Dom João nomeou Dom Rodrigo para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A nomeação deixava entrever os rumos da política internacional do Príncipe Regente, pois Dom Rodrigo ainda em Lisboa propunha que Portugal fizesse guerra à França e Espanha (GOYCOCHÊA, 1979, p. 383). Podia-se prever qual seria a posição de Portugal em relação à Guiana Francesa, sobre a qual Dom Rodrigo possuía vasto conhecimento, acumulado na época em que havia sido Ministro da Marinha e Ultramar (1796-1801). Doze dias após sua nomeação, deu início à correspondência, cujo tema era a Guiana Francesa, com o então governador do Pará, tenente-general José Narciso de Magalhães de Menezes.

Em ofício de 22 de março de 1808, o ministro da Guerra anunciou ao governador do Pará que avisos foram enviados ao governador de Pernambuco e do Maranhão pedindo o envio para o Pará de mil homens e forças militares no intuito de ajudar a “reintegrar primeiramente as nossas fronteiras ao que eram antes

¹⁰¹. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Negócios de Portugal, caixa 714, n. 9. Apud. MARTINS, Ismênia de Lima. Dom João – Príncipe Regente e Rei – um soberano e muitas controvérsias.

dos infelizes Tratados de Paz de Badajoz e de Madri, e para destruir Caiena com o socorro dos ingleses”¹⁰². Voltou ao assunto no ofício do dia 7 de abril a Magalhães de Menezes, pedindo sigilo a propósito do plano que viera de Londres para a destruição de Caiena. Detalhes de ordem prática são mencionados, pois era conhecida a precariedade do Pará:

e lisonjeia-se S.A.R. de que V. Ex.^a fará desse lado os maiores esforços para poder satisfazer as vistas de S.A.R., não obstante as grandes dificuldades, e penúria em que S.A.R. sabe que V. Ex.^a deve achar-se, e que só poderá vencer o seu gênio ativo, e o seu conhecido zelo pelo Real Serviço.¹⁰³

Segundo Ciro Cardoso (2009, p. 16), a pobreza era grande na Comarca do Pará no início do século XIX. O comércio exterior estava estagnado, e a falta de recursos materiais e militares, percebe-se pelo ofício, era conhecida pelas autoridades. Prova da penúria dos cofres do Pará é o fato de que os uniformes usados pelas tropas luso-paraenses na expedição à Guiana Francesa não foram feitos pelo governo, mas pelas senhoras de Belém, filhas e escravas, a pedido do governador Magalhães de Menezes.

Não há notícias da remessa dos mil homens de Pernambuco para o Pará e nem sobre o envio de navios de guerra e de transporte do Rio de Janeiro para o Pará na época das ordens do ministro dos Negócios Exteriores e da Guerra. As manobras de Dom Rodrigo estavam à frente das decisões de Dom João. Somente a 1º de maio, o Príncipe Regente assinou manifesto declarando guerra à França. Nele recapitula as relações entre os dois países desde a Revolução Francesa até a invasão de Portugal pelo exército de Napoleão. A última parte do documento estabelece a atitude daquela nação: autorização para os portugueses fazerem guerra aos franceses, por terra e mar, o repúdio aos tratados entre os dois países, principalmente os de Badajoz e de Madri, ambos de 1801, e o de neutralidade, de 1804 que lhe foram impostos. E

¹⁰². Biblioteca e Arquivo Público do Pará, código 751. Apud. GOYCOCHÊA, p. 384.

¹⁰³. Biblioteca e Arquivo Público do Pará, código 751. Apud. GOYCOCHÊA, p. 384.

finalmente a declaração de que as armas seriam depostas somente de acordo com a antiga e fiel aliada, a Inglaterra.¹⁰⁴

Os limites entre América Portuguesa e Guiana Francesa, para os portugueses, voltaram ao rio Oiapoque, ou seja, os limites estabelecidos pelo Tratado de Utrech em 1713. Antes mesmo da Declaração de Guerra, o governador do Pará havia sido autorizado por Dom Rodrigo, em 27 de abril, a “lançar mão por empréstimos dos dinheiros do cofre dos ausentes e da extinta companhia, para suprir estas extraordinárias despesas”,¹⁰⁵ necessárias ao ataque de Caiena. O decreto de 10 de junho de 1808 do Príncipe Regente foi um complemento ao manifesto de 1º de maio, e ditou os acontecimentos que se seguiram:

Havendo o Imperador dos Franceses invadido os Meus Estados de Portugal de uma maneira a mais aleivosa, e contra todos os Tratados subsistentes entre as duas Coroas (...) convém à dignidade dela (Minha Coroa), e à ordem, que ocupo entre as Potências declarar semelhantemente a Guerra ao referido Imperador, e aos seus Vassalos.¹⁰⁶

Em fins de agosto, Dom Rodrigo de Souza Coutinho recomenda, em nome do Príncipe Regente, ao general Magalhães de Menezes, manter a capitania pronta para a defesa contra os franceses se porventura viessem tentar restabelecer os antigos limites. No ofício de 10 de setembro, recomenda-lhe o comandante da pequena fragata inglesa *Confiance*, James Lucas Yeo.¹⁰⁷ Em declaração pública no dia 1º de outubro, o governador do Pará afirma que se pretende restabelecer os limites acordados no Tratado de Utrech, e designa o tenente-coronel Manuel Marques para comandar a expedição, tendo por imediato o major do 3º Regimento Manuel José Xavier da Silva Palmeirim.

¹⁰⁴. Declaração de Guerra. Disponível em: <www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/1808_docs/images/L10/L10_p01.pj>. Acesso em: 30 abr. 2011.

¹⁰⁵. Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Códice 751. Apud. GOYCOCHÊA, p. 388.

¹⁰⁶. Decreto de 10 de junho de 1808. Disponível em: <www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_15.pdf>. Acesso em 10 abr. 2011.

¹⁰⁷. Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Códice 751. Apud. GOYCOCHÊA, p. 388.

Essa expedição contava com 405 homens, com as companhias de granadeiros e caçadores dos três regimentos de linha, e de uma bateria de quatro peças. A força naval e de transporte compunha-se da escuna *General Magalhães*, capitânia, de doze peças de pequeno calibre; dos cúteres *Vingança e Leão*, cada um com oito peças de pequeno calibre, três barcas canhoneiras, cada uma com uma peça de calibre 18, da sumaca *Ninfa*, da lancha *Narciso* e um iate. No dia 8 de outubro de 1808, a expedição partiu do porto da cidade de Belém em direção à Vila de Chaves, na parte oeste da Ilha de Marajó, para receber o contingente do 2º regimento, que aí se encontrava. A viagem em direção ao Cabo do Norte foi realizada por entre o labirinto das ilhas do Amazonas e estreitos canais fechados pelas imensas árvores. Por causa das dificuldades, a navegação era feita somente durante o dia, o que retardou a chegada ao Cabo do Norte, que se deu no dia 12 de novembro (MELLO MORAIS, 1982, p. 355-363).

Encontrava-se no Oiapoque a corveta inglesa *Confiança*, de vinte e seis peças, comandada pelo capitão Yeo e os brigues portugueses *Voador*, de dezoito peças, *Infante D. Pedro*, também de dezoito peças, tendo a bordo a segunda expedição, composta por trezentos praças. Eles traziam novas ordens: o objetivo não seria apenas ocupar a área do Contestado, mas apoderar-se da cidade de Caiena e ocupar toda a Guiana Francesa. O comando das forças terrestres era do tenente-coronel Manuel Marques, e as operações navais ficaram a cargo do comandante inglês Yeo. Mas o barco britânico *Confiance*, com vinte e dois canhões, não teve papel preponderante na tomada de Caiena. Por ser de grande calado, não poderia atacar do lado do mar por causa da falta de profundidade das águas marítimas locais – consequência de aluviões – e presença de artilharia costeira mantida pelo governo francês (CARDOSO, 2009, p. 16-17).

Em decorrência dessas particularidades, as tropas britânicas e luso-paraenses deveriam, para o ataque a Caiena, ser embarcadas em barcos menores para navegação e combates nos rios. Do Oiapoque a expedição passou para o rio Approuague,

situado entre o Oiapoque e Caiena. Somente então o governador da Guiana Francesa, Victor Hugues, percebeu a intenção da expedição, dando início a medidas destinadas à defesa de Caiena.

Em território francês, no Approuague, o tenente-coronel enviou ofício ao governador do Pará no dia 29 de dezembro de 1808, relatando os últimos acontecimentos: havia desembarcado dia 25 no Approuague, com toda a tropa que o acompanhava, sabendo pelo comandante Yeo do combate entre as tropas comandadas por ele e as tropas que guardavam a região. Foi deixada uma guarnição de setenta homens no Approuague, e parte da expedição prosseguiu por mar em direção a Caiena, já a bordo de barcos leves providos de artilharia:

No dia 6 ancoramos ao largo, na embocadura do rio, e dali marchou o capitão Yeo com 300 homens, 200 granadeiros do meu comando, e 100 das guarnições da fragata e brigues (...) em pequenas embarcações, com o projeto de desembarcar no rio Maiori da parte da ilha; isto se efetuou da meia-noite para o dia 7; numa bateria denominada *Diamante*, de duas peças de ferro de 24 e uma de bronze de 8: nesta bateria foram mortos dos franceses o capitão-comandante e 3 soldados; prisioneiros 16, inclusos 3 feridos; o resto fugiu.¹⁰⁸

Tomado o forte Diamante, seguiram as tropas a tomar o Degrad de Cannes, onde foi morto o comandante e feridos três soldados. O próximo foi o forte Trió, mais bem defendido pela proximidade da *habitation* ou fazenda do governador da Guiana Francesa, Victor Hugues. Após combates de mais de quatro horas, com seis mortos no campo inimigo e trinta feridos, os invasores ficaram de posse da toda a margem esquerda do rio Maiori e da entrada que levava à capital. O saldo de franceses mortos foi de dezessete, e entre os luso-brasileiros de sete homens.

¹⁰⁸. Ofício de Manoel Marques ao governador do Pará. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032kp.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&ss=new>. Acesso em: 10 set. 2010.

podiam entrar na capital V. *Exa. queira ou não*. Hugues pede a suspensão das hostilidades por 24 horas, e um lugar onde ele peça algumas explicações e faça algumas propostas (MELLO MORAES, 1982, p. 370).

No dia 11, a capitulação foi discutida entre o governador da Guiana, o tenente-coronel Manoel Marques e o capitão Yeo. O temor de Hugues era de que fosse dada a liberdade aos escravos, no que foi tranquilizado pelos aliados, que disseram que esse proceder acabaria logo que a praça se rendesse, “conservando-se e protegendo-se as propriedades com desvelo” (MELLO MORAES, 1982, p. 370).

A capitulação proposta pelo governador Victor Hugues e aceita por James Lucas Yeo, capitão de mar e guerra de S. M. Britânica e Manoel Marques, chefe do corpo de artilharia do Pará, possui artigos surpreendentes, em que o perdedor dita as regras da rendição. Foi assinada no dia 12, em três versões: francês, português e inglês. No início do texto, a desculpa pela falta de empenho na luta – de que realmente seria acusado mais tarde: “se rende, não tanto à força, como ao sistema destruidor de libertar todos os escravos que se declaravam pelo inimigo, e de incendiar todas as habitações e postos em que havia resistência”¹¹⁰. Portanto, seria assinada a rendição no intuito de proteger as propriedades dos colonos, evitando a completa destruição da colônia. O comissário entrega a colônia às forças de S. A. R. o Príncipe Regente, sob dezesseis condições. Entre elas, o artigo 11 é o mais surpreendente:

As leis civis, conhecidas na França pelo nome de Código Napoleão, e que estão em vigor nesta colônia, serão seguidas e executadas até a paz entre as duas Nações. Os Magistrados não poderão decidir sobre os interesses entre os particulares que não sejam em virtude das ditas leis.¹¹¹

¹¹⁰. Capitulation. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032kp.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&ss=new>

¹¹¹. Capitulation. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032kp.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&ss=new>.

O governador do Pará, considerando-se o general em chefe da tropa expedicionária, reprovou algumas estipulações da Capitulação, entre elas a parte que concordava ser o Código Napoleônico o que continuaria em vigor, regendo as leis civis da Guiana. Assim, ordena que seja reformada:

para fazer a respeito da mesma capitulação as adições e declarações convenientes, tanto pelo que pertence à inteligência e conceito público, como à dignidade e interesses do meu Augusto Soberano, hei por bem adicionar e declarar o seguinte (...) é igualmente bem entendido que todos os processos e julgamentos serão em nome do Príncipe Regente de Portugal, como seu Soberano, pelo absoluto domínio que justamente lhe devolve o direito da conquista e das armas.¹¹²

As ordens, recebidas quarenta dias depois de confirmada a Capitulação, não foram cumpridas. O texto já havia sido impresso no *Mercúrio* de Barbados de 7 de fevereiro, na *Gazeta de Filadélfia* de 20 de março, na *Gazeta de New York*, em surpreendente circulação de notícias (Conde de Galveias, 1809. Apud. MELLO MORAIS, 1982, p. 392).

A última condição da rendição dizia respeito a La Gabrielle, estipulando que não deveria ser destruída. O fato de fazer parte de um tratado de rendição demonstra sua importância:

Desejando conservar a plantação de especiarias, chamada *La Gabrielle*, em todo o seu esplendor e agricultura, fica estipulado que não se destruirá nenhum edifício nem plantação, árvores ou plantas; mas conservar-se-á no estado presente, tal qual se entrega aos comandantes de S.A. o Príncipe Regente.¹¹³

O comandante britânico Lucas Yeo, que participara da invasão da Guiana, na partilha da presa de guerra requisitou não somente a posse de naus francesas e pagamento de 500 mil cruzados, mas também a Habitation Royale des Épiceries,

¹¹². Ratificação condicional do capitão-general do Pará à Capitulação de Caiena. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032kp.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&ss=new>.

¹¹³. Capitulation. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032kp.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&ss=new>.

provocando protestos veementes das autoridades paraenses responsáveis pela invasão (CARDOSO, 1984, p. 155). O governo de Caiena considerava La Gabrielle propriedade do Estado, mas assim não o entendia o pretendente borbônico do trono francês, que a mandou reclamar ao governo de Dom João VI a 15 de outubro de 1813. Luís XVIII a reclama na qualidade de irmão e herdeiro de Luís XVI, não na de sucessor da coroa, pois, segundo ele, a propriedade era mantida com recursos pessoais e separada da administração da colônia. Luís XVIII argumenta que La Gabrielle deveria conservar-se para os efeitos de posse, alheia à tomada de Caiena pelas armas portuguesas (LIMA, 1996, p. 294). De fato, a posse de La Gabrielle era excelente negócio, o que a tornava cobiçada por todos.

A Guiana Francesa foi administrada pelos luso-brasileiros até 21 de novembro de 1817, e aí restituída à França com base no Congresso de Viena. O artigo 107 do Ato Final do Congresso estipulou o limite francês no rio Oiapoque, reconhecendo, portanto, o limite estabelecido pelo Tratado de Utrech de 1713. Embora o termo de posse pelos portugueses tenha sido assinado em 14 de janeiro de 1809, ela nunca foi declarada parte integrante do território brasileiro. O tenente-coronel Manuel Marques foi seu primeiro governador. Se no início o plano era destruí-la para que os franceses não voltassem a ocupar a colônia da América do Sul, com o tempo a administração luso-brasileira se ocupou dos direitos de ancoragem, importação e exportação; foi estipulado câmbio favorável aos guianenses e assegurada liberdade de comércio.

Em sua obra *Coup d'oeil sur Cayenne en 1822*, M. Vignal, habitante da colônia, fez elogios à administração dos portugueses. Segundo ele, quando os portugueses se apossaram de Caiena, trataram o país com deferências que formaram singular contraste com os usos e costumes da administração francesa que lhes sucedeu.

A ordem, a economia e o desinteresse presidiram a conduta dos agentes do governo português. Eles encorajaram o comércio por operações sempre combinadas com o interesse local, dando, entretanto, ao comércio estrangeiro, toda a proteção necessária para estender as relações da colônia, e assegurar a saída de suas mercadorias. Eles conservaram os impostos que haviam encontrado estabelecidos, mas não criaram novos (VIGNAL, 1823, p. 41).

A devolução em 1817 não impediu que as relações de fronteiras permanecessem conflituosas entre as duas regiões. Em 1836, tropas francesas ergueram um forte no lago Amapá e recomeçaram problemas e negociações entre as partes. O problema atravessou o Império e chegou à República. Quanto às *habitations*, possibilitaram a consolidação dos jardins luso-brasileiros, criados para aclimatar as espécies cultivadas pelos franceses na Guiana.

Referências

ARNAUT, Luiz. *Textos e documentos: O decreto de Berlim*. Belo Horizonte. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/blog_cont.pdf>. Acesso em: 1º maio 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. A tomada de Caiena vista pelo lado francês. *Navigator*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 6, n. 11, 2009. Disponível em: <<http://www.revistanavigator.com.br>>. Acesso em: 1º mar. 2011.

DENIS, G. A agronomia e a naturalização de vegetais estrangeiros (exóticos) na França do fim do século XVIII. In: ALFONSO-GOLDFARB, A. M.; Maia, C. A. (Org.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do IHGB*, v. 278, p. 105-70, jan-mar. 1968.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Rio Branco e a consolidação da Amazônia brasileira: a questão do Amapá. *Revista Múltipla*: Brasília, 2001. Disponível em: <www.upis.br/revistamultipla/multipla11.pdf>. Acesso em: 10 set. 2009.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Evolução da Ciência Econômica*. Disponível em: <www.ufrgs.br/decon/publlionline/textosprofessores/fonseca/evolucao.pdf>. Acesso em: 10 set. 2009.

GOMES, Flávio dos Santos; QUEIRÓZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro César. *Relatos de fronteiras: fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX*. Belém: Ed. UFPA, 1999.

GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. *A diplomacia de Dom João em Caiena*. Rio de Janeiro: G.T.L., 1963.

GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. A diplomacia de D. João em Caiena. In: HISTÓRIA naval brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979. v. 2, t. 2.

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

MARTINS, Ismênia de Lima. Dom João – Príncipe Regente e Rei – um soberano e muitas controvérsias. *Navigator*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 6, n. 11, 2009. Disponível em: <<http://www.revistanavigator.com.br>>. Acesso em: 1º mar. 2011.

MELLO MORAIS, Alexandre José de. *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

MOTTA, Carlos Guilherme. Da ordem imperial pombalina à fundação do império do Brasil (1750-1831): o significado da abertura dos portos. In: OLIVEIRA, Luís Valente de; RICÚPERO, Rubens. *A abertura dos portos*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953.

SANJAD, Nelson R. *Nos jardins de São José: uma história do jardim Botânico do Grão Pará, 1796-1873*. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas.

SOUZA, Octávio de. *Fantasia de Brasil*. São Paulo: Escuta, 1994.

VIGNAL, M. *Coup d'oeil sur Cayenne en 1822*. Paris: A. Boucher, 1823.

WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. *Revista do IHGB*, v. 316, p.171-278, 1977,

_____. A conquista de Caiena – 1809. Retaliação, expansão territorial ou fixação de fronteiras? *Navigator*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 6, n. 11, 2009. Disponível em: <<http://www.revistanavigator.com.br>>. Acesso em: 1º mar. 2011.

XAVIER, C. Plantas Indiáticas no Brasil. *Revista do IHGB*, v. 314, p. 45-50, 1977.

IMAGENS DE DESOLAÇÃO, PAIXÃO E ESPERANÇA: OS DOIS NORDESTES DOS VIAJANTES OITOCENTISTAS

José Otávio Aguiar
Raíssa Barbosa da Costa

Sertão, palavra polissêmica, tem origem incerta. No período colonial remetia a lugar ermo, isolado, distante dos poucos centros urbanos de então, interior ao continente, matagoso ou deserto, por vezes desconhecido. O sertão da seca, da desolação, o Sertão que espanta, onde águas só se encontram nas lágrimas daqueles que partem, dos que fogem migrando do Norte para o Sul, foi uma invenção de forja posterior. Ao longo do período de tempo que transformou os termos designativos de Norte para Nordeste, ele se tornou repleto de imagens de uma natureza inóspita que se teceram em nosso imaginário social, compondo parte das cartografias imaginárias do semiárido. Hoje, faz parte do senso comum acreditar que Sertão é só e apenas sinônimo dessas imagens desidratadas.

Este olhar sobre a Caatinga perpassou as fronteiras da literatura regional, até alcançar pesquisas de cunho acadêmico, onde não diferente do senso comum, pode-se observar o sertão Nordestino em sua relação íntima com a seca, entendida quase como um sinônimo de Sertão nordestino. Os “flagelados da seca” encorpam as páginas de pesquisas várias, como a do historiador sociólogo Marco Antônio Villa, *Vida e morte no Sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*, de 2000, que, reunindo fragmentos sobre as histórias dos milhares de nordestinos retirantes que se apartavam das grandes secas, situou, historicamente, os principais momentos da crise econômica e do caos social dos sertanejos, provocados pelas contínuas estiagens na

região, explorando ao máximo esta característica ambiental nordestina. Há, ainda, o estudo de Durval Muniz de Albuquerque Junior, *Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino (1877-1922)*, de 1988, onde, utilizando-se da análise de discurso inspirada em categorias teóricas introduzidas por Michel Foucault, aquele historiador estuda as visões sobre a seca nos imaginários da população, localizando a viragem discursiva a partir da qual a seca passou a ser encarada como um “problema” político.

O atual processo de desmatamento das zonas semiáridas do Nordeste brasileiro, provocado pelas ações antrópicas, somadas às características climáticas específicas deste bioma, marcadamente, às condições ambientais das secas, apresenta este território como uma das áreas do Brasil mais degradadas e com fortes tendências ao estado que, não sem polêmicas, muitos associam à desertificação. Como ressalta Mariano Neto (2001). O semiárido do nordestino situa-se hoje, entre as cinco macro-regiões geográficas do país, a que possui os mais fortes contrastes sociais, econômicos, culturais e ecológicos. Entre as contradições e fragilidades que marcam a vida neste território, a estiagem pode ser destacada como um dos principais fenômenos da natureza que acentuam os problemas sociais da região, levando-a a apresentar os mais elevados índices de pobreza do país.

Os dados citados acima fizeram pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento debruçar-se sobre o estudo desta região, com os historiadores, ocupados das questões prementes de nosso tempo, não poderia ser diferente. Algumas questões-problema, em princípio, já se apresentam: Como viviam as sociedades sertanejas coloniais com adversidades climáticas típicas do semiárido, como as secas e as enchentes? Que relações com o meio ambiente (a terra, a fauna e a flora) esses homens construíram em diferentes temporalidades? Quais os hábitos e modos dessa população em convivência com a Caatinga? Diante de tantos questionamentos nos debruçamos na busca por fontes que pudessem nos fornecer alguma resposta, mais alguns questionamentos, algum caminho interpretativo e evocações de

imagens desta cultura em relação com a natureza do semiárido nordestino colonial.

Estudar estas relações entre a cultura sertaneja e a Caatinga durante o período colonial de nossa história nos apresenta uma série de dificuldades, sendo a primeira delas as fontes. Além dos cronistas, os homens comuns “não tinham o hábito de escrever sobre os episódios e fatos de nossa história” (SEIXAS, 1975, p. 51). Por outro lado é de nosso conhecimento o contexto histórico no alvorecer do século XIX, nos fins do período colonial, quando grandes empreitadas foram realizadas, fossem elas de base científica, com os naturalistas, ou de base romântica, com os relatos de viajantes curiosos, ambas servindo-nos de fonte primária de informação para que esta pesquisa torne-se viável.

Neste artigo pretendemos averiguar como estas imagens foram elaboradas na obra de Henry Koster, *Travels in Brazil*, publicada pela primeira vez em 1816, em Londres, posteriormente nos Estados Unidos e em Weimar, em 1817, em Paris, em 1818 e em Leipzig, em 1831. Como obra autônoma somente veio a ser publicada no Brasil em 1942, embora tenha sido editada em fascículos, entre 1898 e 1931, pela Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.¹¹⁴

As viagens de Koster

Henry Koster iniciou sua viagem pelo interior indo de encontro a todos os conselhos que lhes foram, de início, ofertados.¹¹⁵ O próprio Capitão General da Capitania do Rio

¹¹⁴. Válido ainda mencionar que o título original, *Travels in Brazil*, foi modificado pelo tradutor da obra Luiz Câmara Cascudo, para *Viagens ao Nordeste do Brasil*, sobre a justificativa de que seria uma tradução mais fiel, já que o Brasil de Henry Koster se limitaria a Pernambuco e as províncias setentrionais

¹¹⁵. Henry Koster, filho de britânicos, nasceu em Portugal, mas sempre expressou seus sentimentos perante as duas pátrias na frase “*England is my country, but my native soil is Portugal*” [A Inglaterra é meu país, mas minha terra natal é Portugal] (CASCUDO, 1942, p. 11), considerando-se britânico apesar de sua naturalidade portuguesa. Com uma história familiar pouco conhecida, sabem-se apenas, a partir de pequenos trechos

Grande do Norte alertara do perigo ao qual estava se submetendo ao tentar cruzar o sertão em época de seca. A impossibilidade de realizar a empreitada noutro período do ano, entretanto, fez do itinerante um aventureiro.

Partindo do ambiente quente e úmido da Zona da Mata do Rio Grande no Norte, recheado de lagos e entrecortado de rios, ele adentrou o território brasileiro com seus cavalos e mantimentos devidamente organizados de acordo com conselhos de última hora, mas, acima de tudo, calcado em sua própria e incipiente experiência. Já no primeiro lugarejo que cruza, as imagens dos retirantes da seca passaram a povoar as linhas do seu diário. A população que residia na região de Lagoa Seca eram retirantes das áreas que haviam se tornado improdutivas, concluía Koster, ao observar como as casas ainda estavam por serem construídas. As famílias moravam ao ar livre, cercando suas plantações de mandioca e milho.

As imagens de migrantes, assim como as de vilarejos “fantasmas”, abandonados são uma constante durante sua primeira travessia pelo Sertão. Por outro lado, os relatos dos resistentes transmitem a esperança que ainda restava àquela população interiorana.

“Entrava eu para o Sertão e este merecia o nome” (KOSTER, 1942, p. 123), com estas palavras o viajante dá início a sua descrição do interior. Para ajudar a entendermos a afirmação do Koster, devemos pensar o termo “Sertão.” Uma alternativa, seria tentar captá-lo para além do significado como um lugar inculto, distante de povoações, da costa.¹¹⁶ Buscar a compreensão de que o viajante dispunha. Koster teria encontrado, ali, elementos distintivos sobre os quais lera/ouvira antes. Uma imagem pré-

de seus relatos, que seus pais e parentes deveriam ser negociantes em Portugal e nada mais. Sua história pessoal passa a nos ser conhecida a partir do momento que viaja no navio “Lucy” de Liverpool em direção às terras brasileiras, aportando nessas terras no ano de 1809, um ano depois estaria empreendendo uma viagem cruzando os umbrais do Sertão Nordestino.

¹¹⁶. Significado que pode ser encontrado em diferentes dicionários, no caso In: Minidicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1992, p. 476.

existente, que pode ser formada também por palavras, cheiros e sons. Destarte qual geografia imaginativa informara uma sua antevisão do Sertão? Quais elementos lhe permitiam dizer que, a partir de determinado momento da travessia, cruzava os umbrais do Sertão?

Como britânico, ele embebera-se das representações colonialistas sobre a geografia do “outro”, dos espaços considerados não civilizados, em especial, dos Trópicos e do Oriente. Afinal, o relato de Koster insere-se num contexto de emergência de um observador moderno, assim como de estabelecimento do orientalismo moderno como discurso, cuja influência da estrutura de leitura e análise projeta-se para além do oriente geográfico. É significativo que o viajante pense o Sertão, a princípio, como derivado de deserto, imagem quase imanente de mistério e imprecisão. Em Koster, de maneira pouco distante do que ocorre hoje, o termo Sertão é, por vezes, lembrado como lugar seco e inóspito.

As estratégias e a resistência da natureza caatingueira pareciam ter sido transmitidas àquele homem sertanejo, já representado, tão resistente a seca quando os pés de mandacaru. A metáfora do sertanejo forte recorreria em autores posteriores como Euclides da Cunha.

Koster conheceu dois Sertões. O primeiro que poderíamos considerar típico do imaginário atual sobre o que viria a ser o interior nordestino, o sertão da fome, da seca, dos retirantes, o sertão da mata branca, da arribação, do gado magro e das viúvas da seca. O segundo é o das chuvas, das cheias, da esperança, da mata verde, da vida, da asa branca e da família completa. Portanto dividiremos desta forma o estudo a seguir, buscando os detalhes da descrição de Koster que possam nos fornecer um cenário ambiental e humano desta Caatinga oitocentista.

O sertão em tempo de seca

As primeiras imagens que podemos elencar que elucidam a afirmação com a qual Koster inicia sua entrada no Sertão são tocadas de desolamento, abandono, pouca vegetação, onde o “curso do rio só era marcado pela depressão de seu leito e todo solo vizinho era um areal solto” (KOSTER, 1942, p. 123). A paisagem descrita apresentava uma flora que parecia sofrer com a falta de água, perdendo suas folhagens.

Em meio a numerosas representações de uma natureza que aparentava sem vida, duas plantas chamaram a atenção do viajante, o Pereiro e o Icó, árvores das quais Koster foi informado que floresciam mais quanto mais rigorosa fosse a estação. Neste caso podemos inferir o quanto a seca assolava a terra naquele período partindo da descrição realizada por ele dessas plantas: “muito bonitas e o verde de suas folhas é brilhante e sadio” em comparação as demais espécies botânicas sobre as quais ele dizia ter “notado que as outras plantas dessa região não tem aparência de vida”. (KOSTER, 1942, p. 125)

O Pereiro, de nome científico *Aspidosperma pyriformium*, recebeu este nome devido sua semelhança com a pereira que é uma árvore típica do clima temperado (PEREIRA, 2005). Juntamente com o Icó, *Caparis icó*, são plantas nativas do semiárido nordestino, espécies que compõem a caatinga, extremamente resistentes à seca, como a experiência dos nativos já havia anotado. A primeira, contudo, tem grande serventia na produção de alimento para forragem. A segunda é tóxica a homens e bichos, como Koster anotou, o Icó “mata os viajantes e animais e o primeiro dos seus efeitos é produzir uma intoxicação e, às vezes, também a morte” (KOSTER, 1942, p. 125). As demais plantas que compunham este bioma, como espécies quase genéricas em sua semelhança e aproximação cromática, pareceram não chamar a atenção do viajante. O vasto território coberto por cactáceas, somado à notável ausência populacional das regiões visitadas, fá-lo relatar a impressão de estar visitando um autêntico deserto brasileiro.

As primeiras imagens descritas por Koster não revelam os homens resistentes da seca, que surgiriam aos poucos no decorrer de sua viagem. Para o viajante, as pessoas pareciam ter sumido daquela região, depois de dias viajando em terras que “davam a impressão de não havermos mudado do lugar, tanto era igual a fisionomia do ambiente” (KOSTER, 1942, p. 125). O único encontro fora com um major do Regimento de Cavalaria de Linha, que ele encontrara pelo caminho, guiado numerosos animais. Por ele, foi informado de que a vila para qual seguia estava esgotada. Os moradores haviam abandonado suas casas. Ele mesmo, o Major, se dirigia ao litoral, em busca de farinha para a família.

Koster o descreve como um típico brasileiro do interior (figura 1). Entretanto, cabe perguntar: quais características eram essas que estereotipavam o sertanejo nas constelações imaginárias do britânico? O aspecto básico que caracterizaria o sertanejo seria sua indumentária: “Camisa e ceroulas, as alpargatas nos pés, espingarda ao ombro, espada ao lado suspensa por um boldrié, e uma faca de caça á cintura.” (KOSTER, 1942, p. 121).

Mais adiante outro sertanejo cruza o caminho do viajante, esse assim como o major, trajava-se como um “típico sertanejo” em viagem para Koster: “sua roupa consistia em grandes calções ou polainas de couro taninado, mas não preparado, de côr suja de ferrugem, amarrados da cinta e por baixo víamos as ceroulas de algodão onde o couro não protegia.” (KOSTER, 1942, p. 133).

A cor do sertanejo é bastante mencionada, sendo descrito como de pele morena, o próprio viajante se surpreende ao perceber que nas partes cobertas a pele era tão clara quanto a dos europeus.

O armamento também fazia parte da indumentária do sertanejo, sempre carregando uma faca e uma pistola de cano longo. Os usos dessas peças não são descritos pelo viajante, mas sua presença se exerce constante nas representações destes homens.

Quais conhecimentos possuía Koster sobre a sociedade sertaneja para que logo que avistasse tais homens inferisse que os mesmos seriam um típico “nortista” do interior? Ele redigira suas

notas de viagem para serem publicadas em forma de diário anos após, destarte podemos inferir que muitos conhecimentos podem ter vindo tanto das leituras anteriores a sua ida ao Brasil, como, também, de um conhecimento estereotipado e recente, adquirido no gabinete de Robert Southey, enquanto escrevia seu livro, introduzindo informações que durante a viagem não eram-lhe tão evidentes.



Figura 9: Um Sertanejo

Fonte: KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordeste do Brasil*.

Aspecto interessante a ser observado é como algo da construção do protótipo do sertanejo no imaginário atual, já exercia presença em seu tempo. O típico traje de couro e as características físicas de homem forte, resistente e trabalhador, que anda de peixeira da à mão, já fazia parte do repertório de Koster, independe da forma em que fora adquirido este conhecimento, como já questionamos.

Deixando de lado as características físicas destes homens, que ocupam páginas de densas e demoradas descrições, partimos para observar esta “zona de contato” e seus momentos de transculturação e de enunciação de uma possível retórica de alteridade.¹¹⁷

Derivado das conversas com o major, o primeiro estranhamento que nos é apresentado relaciona-se com o aumento na quantidade de trabalho no campo nas regiões semiáridas em decorrência das estiagens: aquele homem que “noutros tempos gozava todo conforto que essa região oferece aos que de sua classe e riqueza, fôra obrigado a fazer essa jornada, exclusivamente para salvar a vida de sua família” (KOSTER, 1942, p. 122). Koster conclui que o major, em decorrência das condições naturais e climáticas do meio em que vivia, estaria acostumado, desde a infância, a tamanho trabalho braçal, que estranharia aos europeus mais abastados. Koster não se opôs a experimentar certos hábitos sertanejos, como o de colocar uma pedrinha na boca para salivar mais e afastar a sede: “recurso tradicional dos sertanejos em tais ocasiões” (KOSTER, 1942, p. 127).

Depois de um longo período sem água a sede era tanta que a água suja de um poço aberto trazia felicidade imensa aos viajantes. “como ordinariamente, o poço era imundo e salobro, porem não esquecerei jamais com que delícia servi os primeiros goles” (KOSTER, 1942, p. 128).

¹¹⁷. Fazemos uso neste momento de conceitos propostos por Mary Louise Pratt, *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, para percebermos o embate cultural, intelectual, étnico, biológico, enfim, das diferenças expostas aos olhos nos momentos de encontro do “eu” com o “outro”, representando os espaços sociais onde as culturas díspares se encontram e se chocam, se entrelaçando, muitas vezes de formas assimétricas, é válido lembrar que estas zonas de contato constituem-se como uma constatare na literatura de viagem a serem analisadas.

Mais dos poços

Após numerosas descrições de imagens de desolação Koster chega a Fortaleza, e, então, retoma suas intervenções de olhar civilizador, iniciadas no principio da viagem quando ele deapara-se com uma lagoa totalmente seca, mas com um terreno pantanoso, no qual para o viajante poder-se-ia realizar obras na lagoa para que ali se encontrasse fonte inesgotável de água, mas o “Brasil não está em estado para tais obras” (KOSTER, 1942, p. 137). As críticas então são prosseguidas: “A dificuldade de transporte terrestre, particularmente nesta região, e falta de um porto, as terríveis secas, afastam algumas ousadas esperanças no desenvolvimento de sua propriedade. O comércio do Ceará é limitado e, provavelmente, não tomará grandes impulsos.” (KOSTER, 1942, p. 166)

O viajante curioso chegou a seu primeiro destino cruzando os umbrais do Sertão, só então ele realiza um resumo de sua empreitada e das imagens que viu e das histórias que ouviu. Nesta última passagem Koster fala de cenas que não presenciou da seca de 1791, 1792 e 1793.

Na minha viagem de Goiana ao Ceará, tinha visto Pernambuco, e províncias vizinhas ao norte, em situação péssima por uma estação sem chuvas, mas a extrema penúria é produzida por dois anos, sucessivos de estio. Durante o segundo ano os moradores morriam ao longo das estradas. Famílias inteiras se extinguíram. Vários distritos se despovoaram. (KOSTER, 1942, p. 179)

O sertão em tempos de cheia

O retorno à Recife reservou ao viajante numerosas surpresas. A viagem iniciou-se em 8 de janeiro de 1811, em companhia de três indígenas e três cavalos. Nos primeiros dias nada nos fora dito de grandes novidades, além das observações dissertadas sobre seus companheiros índios.

A convivência de Koster com os índios inicia antes do seu retorno, quando é convidado a conhecer, durante o período em que se encontra na Vila de Fortaleza, duas aldeias, Aronxas e Masangana, com cerca de trezentos habitantes. Ao realizar breves descrições sobre os costumes indígenas, o viajante faz referência ao livro de Southey, *História do Brasil*, demonstrando um pouco do conhecimento e de descrições que vão além da pura observação, mas da própria leitura em gabinete

Na primeira noite da viagem de volta Koster, juntamente com seus companheiros, conseguiram abrigo em uma choupana onde se encontravam dois pequenos garotos, dos quais o viajante ressaltava a aparência lastimável. Seus pais haviam se ausentado em busca de alimento, mas precisamente da massa do miolo da Carnaúba. Esta, servia no lugar da farinha de mandioca, que encontrava-se em falta nas cercanias. Nas palavras do britânico a massa “tinha cor escura, pouco consistente, amarga e nauseante para deglutir-se.” (KOSTER, 1942, p. 188). Seria o único meio de alimento a que a população mais pobre tinha acesso, somado a pouca quantidade de carne ou peixe secos.

A Carnaúba, de nome científico *Copernicia prunifera*, é uma árvore da família *Arecaceae* endêmica no semiárido, também é conhecida como árvore da vida, pois oferece aos homens do sertão uma variedade de formas de utilizá-la, desde as raízes que servem à medicina popular, como um eficiente diurético, até a utilização do miolo na fabricação da massa que serve de alimento.

O naturalista paraibano Manuel Arruda da Câmara, percorreu a região do interior nordestino em período anterior, mas próximo da viagem de Koster. A planta é descrita em um de seus numerosos relatórios científicos, o *Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil*, de 1810. Segundo ele, a Canaúba ou Carnaúba era uma das plantas mais úteis dos Sertões e “o miolo do estame nas plantas novas, sendo machucado n’água, produz uma fécula nutritiva e tão branca quanto a da mandioca.” (CÂMARA, 1810, p. 217). O próprio Koster ao tomar conhecimento desta análise de Arruda, supôs que

o miolo que ele havia experimentado naquela noite tinha sido misturado a qualquer outra substância, o que lhe teria alterado a cor.

Passados alguns dias os viajantes se deparam com as chuvas:

Tínhamos sofrido vários aguaceiros inopinados, nos dias anteriores e, mesmo não sendo fortes, a relva começava a brotar em vários lugares. A rapidez da vegetação do Brasil é assombrosa. Num bom terreno caindo a chuva a tarde, no outro dia já existe um leve matiz de verde; continuando as chuvas, os renovos da relva medirão uma polegada, e, no terceiro dia, serão suficientemente longos para que o gado possa pastar. (KOSTER, 1942, p. 190)

De forma algo diferente de Arruda, Koster não tinha um compromisso de descrição científica e experimentada. Sua experimentação, de forma algo diferente, se fazia no âmbito da cultura e da curiosidade quase diletante. Seu caminho, embora se prefigurasse nas concepções que alimentara nas leituras de seus interlocutores europeizados, se fazia ao caminhar, ao absorver, sem grandes pretensões de objetividade ou um fulcro preciso de investigação, acolhendo o que de inesperado a viagem oferecesse. De imediato, era necessário enquadrar o novo no espectro de possibilidades já aventadas e sacar da manga uma interpretação plausível, que, nesse próprio processo, já nascia híbrida do que se prefigurara e do que se encontrara.

Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê, 2003.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino (1877-1922)*. Campinas, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

ALMEIDA, Edmilson. *O tombamento da Caatinga como ato humanitário-protetivo à cultura nordestina*. Disponível em: <<http://www.cesrei.com.br/ojs/index.php/orbis/article/viewFile/9/5>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

CÂMARA, Manuel Arruda da. Dissertação sobre as plantas do Brasil [1810]; Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais Províncias do país [1810]; In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas (1752-1811)*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

CAPELETTO, Armando José. *Bioclimatologia animal online*. Disponível em: <<http://bioclima.info/moco.php>>. Acesso em: 20 out. 2010.

CASCUDO, Luis da Câmara. Prefácio do tradutor. In: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1942, p. 9-28.

DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luis da Câmara Cascudo. São Paulo: Nacional, 1942.

MARIANO NETO, Belarmino. *Ecologia e imaginário: memória cultural, natureza e submundialização*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2001.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio-ambiente*. São Paulo: Faculdades Pedro Leopoldo, 1997.

PEREIRA, Daniel Duarte. *Plantas, prosa e poesia do semi-árido*. Campina Grande: EDUFCG, 2005.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

SEIXAS, Wilson. Pesquisas para a história do sertão da Paraíba. *RIHGP*, n. 21, p. 51-104, 1975.

VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000.

HISTÓRIA E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO VELHO CHICO: DOCUMENTOS DE HISTÓRIA INDÍGENA E HISTÓRIA AMBIENTAL SOBRE O RIO SÃO FRANCISCO DA AMÉRICA PORTUGUESA

Juciene Ricarte Apolinário

Introdução

Esta pesquisa que está sendo desenvolvida há mais de um ano e tem como principal objetivo, valorizar as fontes documentais que tratam da ocupação processual e sistemática do ambiente natural rico e complexo, nos aspectos da biodiversidade e das riquezas étnicas que foi e que é o Rio São Francisco. Rio este que tem suas histórias contadas na perspectivaêmica, através de significativas lendas registradas pela literatura regional e, principalmente, nas memórias dos ribeirinhos ao longo das margens do Velho Chico. No entanto, há uma falta, singular, no que toca a produção historiográfica acerca das questões ambientais e indígenas, devido à falta de documentação arrolada e catalogada dificultado as pesquisas históricas. Diante do exposto, o presente projeto que ora apresento os seus resultados parciais, resulta de um trabalho pormenorizado de levantamento e catalogação de fontes documentais, sobre a história ambiental e história indígena do processo de ocupação do rio São Francisco em todo período colonial brasileiro.

O Rio São Francisco nasce no município de São Roque de Minas, na Serra da Canastra, no chamado Chapadão do Zagaia. Em Minas Gerais, ele recebe a maior parte das águas: 80%. Do nascimento mineiro ele se embrenha pelo semi-árido, invade o sertão nordestino e deságua no Atlântico, na divisa de Alagoas com

Sergipe.¹¹⁸ O Velho Chico vive solitário no sertão, uma vez que é um dos raros rios perenes da região. Enquanto ele possui água permanentemente – ainda que em pouca quantidade no período da seca – grande parte dos rios do semi-árido só tem água no período das chuvas. Um dos biomas da bacia hidrográfica do rio São Francisco é o semi-árido, revelando a caatinga com fauna e flora características, plenamente adaptadas ao clima e ao solo – com muito calor e pouca chuva (800 mm/ano em média).

O rio de São Francisco está sendo o fio condutor desta pesquisa histórico- documental, ainda em curso, por compreendermos que foi uma das principais vias de entrada para os sertões (interiores da América Portuguesa além do litoral) utilizada pelos colonizadores europeus. O Velho Chico foi à base para a exploração de rotas fluviais de ligação de diversas regiões do Brasil. Em torno dele, várias rotas de comércio foram abertas ligando missões, fazendas, vilas e cidades das regiões centrais de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Piauí entre si e com as cidades do litoral. Por outro lado, ele estava fortemente associado à territorialidade de uma diversidade de nações indígenas, que já margeavam seu leito há séculos.

Transformado em ponto de irradiação, o vale do São Francisco, já tinha os seus três principais trechos reconhecido no primeiro século da conquista da América Portuguesa pelos portugueses a saber: “o Baixo, o Médio, e o trecho mineiro, nas proximidades do Alto São Francisco”. (DIEGUES JÚNIOR, 1972, p. 129).

¹¹⁸. O rio São Francisco está inserido numa região – a região são-franciscana, constituída pelas sub-regiões: o Alto São Francisco, em Minas Gerais, que vai de suas nascentes até Pirapora, com extensão de 900 km; o Médio São Francisco, de Pirapora a Sobradinho/BA, com extensão de 1.300 km; o Sub-médio São Francisco, de Sobradinho a Paulo Afonso/PE, com uma extensão de 556 km; o Baixo São Francisco, de Paulo Afonso até a foz, cuja extensão é de 375 km. Sua bacia hidrográfica, com 640 mil km² de área, atinge cerca de 450 municípios em sete unidades da Federação, assim distribuídos: 83% de sua área nos Estados de Minas Gerais e Bahia; 16% nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe e 1% no Estado de Goiás e no Distrito Federal.

É preciso destacar que o rio de São Francisco está sendo, especialmente, relevante enquanto objeto de pesquisa histórico-documental, devido também ser um espaço, notoriamente, excepcional em termos de possibilidade de análise das relações e tensões sociais geradas a partir dos contatos interétnicos resultantes da expansão do Império Ultramarino Português. E, principalmente, devido às práticas de resistência adotadas pelos os povos indígenas e suas relações com os biomas do dito rio, as constantes ressignificações dos elementos simbólicos que permearam estes contatos, a troca de saberes e práticas, entre tantos outros aspectos possíveis de investigação a partir da utilização da documentação que pretendemos catalogar e publicar para auxiliar nas pesquisas de estudiosos. Como assevera Zanoni Neves (2011):

superando a disposição inicial dos portugueses de se estabelecerem no litoral, encontraram no rio São Francisco uma das vias e fácil acesso. Mas era inevitável o choque entre as duas culturas que então se defrontaram: de um lado, os portugueses e, de outro, as nações indígenas ribeirinhas, das quais foi o rio São Francisco sempre muito povoado. Informado pelos índios Cariri, Pe. Martinho de Nantes pode constatar que, de fato, “havia no rio São Francisco uma grande quantidade de aldeias de sua mesma naca” no século 17. Além destas etnias muitas outras foram mencionadas em documentos históricos e relatos dos primeiros cronistas.

Destarte, a construção da identidade desse rio, mesmo antes da chegada dos colonizadores europeus, é resultante de séculos de “águas passadas” de memórias, histórias, tradições orais dos diferentes povos indígenas que lá já existiam e que ainda existem. Mas também da interação dos múltiplos componentes constitutivos de fontes documentais referentes as suas espacialidades: ambiental, étnica, cultural, econômica, política e social.

Este projeto que está em curso, também objetiva expor a necessidade e a relevância de se realizar uma investigação histórico-documental, numa tentativa de se construir um instrumento de pesquisa, voltado para a perspectiva ambiental e étnicas a fim de se obter múltiplas compreensões acerca dos

processos de exploração dos sertões do Brasil, tanto do ponto de vista do ambiental, quanto do ponto de vista do indígena, visto que as duas temáticas em questão, são especialmente indissociáveis e pertinentes na contemporaneidade. De um lado o meio ambiente tornou-se centro das atenções de todas as áreas do conhecimento em busca de uma compreensão acerca da historicidade dos ambientes naturais e de outro as lideranças e movimentos indígenas se apresentam cada vez mais organizadas e exigem o reconhecimento de seus papéis de sujeitos históricos através da difusão dos milhares de documentos que tratam da sua memória.

Retomo a discussão acerca da importância do levantamento, catalogação e difusão de documentos de história ambiental e história indígena do rio São Francisco valorizando as palavras de Manuela Carneiro da Cunha (1992), “ter uma identidade é ter uma memória própria”. Por este motivo que a recuperação de documentos e sua difusão para a possibilidade da prática da história é um direito fundamental, “Direito a Informação” proclamada pela UNESCO e referendada pelo Estado brasileiro.

Tratando especificamente do povos indígenas, o reaver das suas memórias históricas é na Constituição de 1988, o embasamento dos seus direitos territoriais e a garantia de suas terras. “Melhor dizendo, os direitos especiais dos povos indígenas sobre as suas terras “derivam de suas situações históricas” (CUNHA, 1992, p. 22), sejam fundamentadas por documentos escritos, materiais etnográficos e/ou transmitidas por tradição oral, em destaque as linguas ameríndias em que é possível a formulação de problemas sobre a localização de diferentes povos em diversos momentos do passado (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 87).

Diante do exposto, para a presente pesquisa pretende-se catalogar uma ampla documentação sobre o rio São Francisco destacando, documentos cursivos, gravuras, xilogravuras e cartografias antigas em arquivos brasileiros e no exterior, tendo sempre em vista os impactos ambientais provocados pela ocupação dos não-indígena ao longo do Rio São Francisco através da documentação arrolada. Mas também, perceber, previamente, as

relações dos povos indígenas com os territórios originários às margens do Rio São Francisco, antes do processo de colonização portuguesa e relacionar os grupos indígenas que viviam ao longo deste rio, citados na documentação, para compor um banco de dados, objetivando a sua difusão.

A documentação sobre o São Francisco repleta de indícios para a história sócio-ambiental

O rio São Francisco rico em sua biodiversidade reúne ao longo de seu curso, uma diversidade de eventos geológicos e climáticos que podem ser presenciados em suas margens, bem como uma amálgama de relações culturais, registradas em fontes documentais, que ali foram tecidas em muito mais do que convencionou-se acreditar em 500 anos. Especialmente rica é a produção de documentos sobre suas paisagens, sejam elas retratadas em telas de artistas europeus renomados como Frans Post, de físicos e matemáticos que cartografaram sua espacialidades a mando da Coroa Portuguesa ou através de iconografias elaboradas pelos cronistas e viajantes que se aventuraram em suas margens em diferentes períodos, sem dúvida alguma, imprescindíveis para subsidiar as pesquisas em história ambiental e história indígena, como a imagem legada abaixo por Frans Post, 1935, óleo sobre tela, artes de paisagens.

As imagens de eventos da natureza, legadas nas gravuras de cronistas e viajantes importantes fontes que devem está presente no *metier* do historiador que se debruce sobre a história ambiental, elas fornecem indícios de como o meio ambiente foi sendo alterado ao longo do tempo, seja por motivos de intervenção humana, ou puramente pela ação de forças naturais.

Não obstante a História Ambiental se faz no esforço de cruzar fontes históricas que para que a narrativa seja investida da presença do homem e sua relação com a natureza sem dissociá-los. Sim pois o homem não é um mero espectador das mudanças

ambientais. Tomando as palavras de Martins (2007): “Ao invés do implacável bisturi de Descartes a história Ambiental precisa operar instrumentos que proporcionem uma visão holística das sociedades e das naturezas, que tragam à superfície a consideração da interação de múltiplas variáveis (ambientais e sociais), em duração sempre longa”.



Fonte: The Yorck Project: *10.000 Meisterwerke der Malerei*. DVD-ROM, 2002.

Os historiadores da história ambiental, se debruçam sobre seu objeto e suas fontes documentais, exigindo previamente que o pesquisador se liberte de concepções etnocêntricas que proponham olhar a cultura do outro por ser mais ou menos integrada a natureza como inferior ou menos civilizada, que julgam o uso da terra que estas sociedades fazem a partir de seu próprio modelo de se relacionar com o meio típico dos europeus envolvidos nas campanhas colônias no novo mundo. A despeito disso basta fazer uma rápida pesquisa sobre os *improvements* que os ingleses propunham a realizar com as vastas extensões de terra conquistadas na América do norte, como se o uso que os nativos americanos fizesse até então da terra fosse um desperdício de seu potencial.

Dentro desta ótica é preciso que ao nos voltar para a história ambiental e o estudo dos grupos étnicos, devemos estar cientes de que a história dos contatos intétnicos no Brasil é também a história do contato culturas completamente diferentes. De um lado homens que se relacionavam, e se relacionam, com a natureza circundante e de outro lado o europeu empenhado em acumular riquezas sob a égide do mercantilismo e, conseqüentemente, do capitalismo embrionário. Ambos tendo que conviver e negociar esta coexistência cotidianamente ora enfrentando-se fisicamente, ora se valendo diferentes agências sejam táticas, estratégias, acomodações, acordos entre outras.

O escopo deste trabalho contempla as duas perspectivas explanadas acima, e observando que apesar de já serem notórios os esforços de pesquisadores de suprir a imensa lacuna de séculos de invisibilidades destas temáticas na escrita da histórias, ainda é perceptível que se avance em novos temas como é o caso do rio São Francisco.

Hoje a multiplicidade de fontes documentais, como a que estamos conseguindo arrolar e organizar em um instrumento de pesquisa, permitirá a produção de novos trabalhos na área da história, que se contraponha aos relatos oficiais, capaz de inserir grupos étnicos e a história ambiental do rio São Francisco na historiografia brasileira.

Até o momento, através do trabalho do bolsista PIBIB/CNPq, Suleyman Gabriel Barros Correia, realizou-se uma leitura paciente, sistêmica e com os instrumentos da arquivologia, conseguimos arrolar 378 verbetes que tratam da história indígena e história ambiental respeitante ao rio São Francisco. (Veja quadro a seguir).

A documentação catalogada, até o momento, referente às antigas capitanias da América Portuguesa, pelas quais transcorria o rio São Francisco e que constituem hoje os atuais estados Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco reafirma que os indígenas se viram obrigados, a partir do século XVI e ao longo de todo o processo de colonização da América Portuguesa, a criarem

inúmeras estratégias frente ao avanço dos colonizadores, as margens do rio São Francisco. Colonizadores que empreenderam diferentes atividades econômicas, especialmente nos chamados sertões e que provocaram impactos ambientais e deslocaram diferentes grupos indígenas para regiões adversas aos seus territórios originários.

Quantidade parcial de verbetes arrolados para o catálogo

Capitania	História indígena	História ambiental	Total
Pernambuco	134	26	160
Alagoas	9	12	21
Sergipe	4	15	19
Bahia	72	33	105
Minas Gerais	45	28	73
Total	264	114	378

Nas incursões metodológicas pelas vazantes documentais do Velho Chico

Como procedimento inicial da presente pesquisa realizou-se, até o momento, a complementação do levantamento bibliográfico em que se buscou aprofundar o conhecimento, principalmente, no que diz respeito as produções acadêmicas e não-acadêmicas sobre as histórias do rio São Francisco, mas também mergulhamos nos escritos sobre história ambiental e história indígena. Destarte, também foram lidos livros técnicos voltados para a temática da arquivologia, objetivando a elaboração de instrumentos de pesquisa posteriormente, as informações extraídas da bibliografia selecionada, foram registradas em um banco de dados e este último está sendo, sistematicamente, alimentado no decorrer da pesquisa.

Enquanto pesquisa histórico-documental, estamos dedicado maior tempo aos documentos manuscritos, devido a grande quantidade de informações neles contidos para que se proceda ao levantamento e catalogação das fontes cursivas, impressas e iconográfica sobre o rio São Francisco, respeitante a América Portuguesa, na sua maioria, pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa-Portugal, digitalizado pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco-MINC, mas também levaremos em consideração outros acervos arquivísticos no Brasil e no exterior.

Respeitamos as normas arquivistas portuguesas seguidas pelo Projeto Resgate como exemplo:

Organização	Designação	Código / Cota
Entidade detentora	Arquivo Histórico Ultramarino	AHU
Grupo de arquivos	Administração Central	ACL
Fundo	Conselho Ultramarino	CU
Série	Brasil-Pernambuco	015
Caixa	1 a 290	Cx.
Documentos	1 a 20029	D.
Datas extremas	1590 – 1825	
COTA		AHU_ACL_CU_015, Cx, D.

Os documentos selecionados, pertencentes ao acervo digitalizado pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco/MINC, segue o Programa SISDOC em que está possibilitando a seleção das imagens documentais cursivas sobre o Rio São Francisco e os grupos étnicos do seu entorno. A partir dos verbetes dos documentos do programa SISDOC, criamos um banco de dados organizado enquanto COLEÇÃO, para que possamos alimentá-lo com resumos/verbetes de toda a documentação das antigas capitanias do norte, até Minas Gerais. Este banco de dados está sendo alimentado, periodicamente, para no final publicarmos um

catálogo com centenas de verbetes e com as imagens documentais difundidos em todo o Brasil em suportes DVDs.

Para trabalhar com as fontes documentais elaboramos fichas-resumo, com os campos de informações de acordo com a sistemática do Projeto Resgate Barão do Rio Branco-MINC: fundo arquivístico, tipo documental, data, autor, destinatário, assuntos relativos as questões indígenas e ambientais estes tornam-se verbetes. Estas fichas alimentam o citado banco de dados, possibilitando o manuseio de um grande número de informações documentais e, por fim, a catalogação documental. Como exemplo selecionamos alguns documentos abaixo referente as seguintes capitánias:

CAPITANIA DE PERNAMBUCO

1665, julho, 16, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI, sobre a carta do governador da capitania de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, acerca dos excessos de jurisdição cometidos pelo vice-rei do Estado do Brasil, [conde de Óbidos, D. Vasco de Mascarenhas], com relação aos militares que assistem no Rio de São Francisco.

Anexos: 4 docs.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 8, D. 771.

1699, novembro, 16, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre as cartas do Bispo de Pernambuco, [D. frei Francisco de Lima] ao [secretário] Roque Monteiro Paim, acerca das visitas nas missões do sertão; demarcações das terras de Piagui; das queixas contra o capitão da aldeia de Santo Amaro dos caboclos; dos delitos cometidos na vila de Porto Calvo; da falta de ministros de letras e ouvidor para as Alagoas e de São Francisco; do aldeamento dos índios da nação Corema e eleição de capitão-mor para governá-los; do excesso cometido por soldados, ferindo um padre missionário que não permitiu o rapto das índias; e pedindo um coadjutor para o ajudar em suas obrigações.

Anexos: 2 docs.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1794.

CAPITANIA DE ALAGOAS

1703, Dezembro, 20, Lisboa

PARECER do Conselho Ultramarino sobre nomeação de pessoas para o posto de Capitão do Rio São Francisco.

AHU-ALAGOAS, cx. 1, doc. 3.

1712, Maio, 26, vila de Alagoas

CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Alagoas ao rei [D. Pedro II] a agradecer a criação do lugar de ouvidor-geral e corregedor da comarca, com jurisdição nas vilas do Porto Calvo e Rio de São Francisco, para o que foi eleito o Dr. José da Cunha Soares, salientando a inconveniência, vistas as distâncias, de se estabelecer a residência do ouvidor-geral na vila do Rio de São Francisco, pedem a concessão de indulto geral para todos os crimes sem parte, excepto os reservados na lei, à semelhança da concessão feita aos moradores da vila de São Paulo quando da criação do lugar de ouvidor-geral.

Anexo: Despacho do Conselho Ultramarino e pareceres do Procurador da Coroa e do mesmo

Conselho.

AHU-ALAGOAS, cx. 1, doc. 4, 6.

CAPITANIA DA SERGIPE

1726, fevereiro, 24, Bahia

EMENTA do documento: Carta do Vice Rei e Governador Geral do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes, em resposta a Provisão Régia, do Rei [D. João V], referente a divisão das comarcas e jurisdição. Dividindo a comarca de Sergipe del Rey até Itapoã pela parte sul, a parte norte até o rio São Francisco e as desobediências dos povos de Itapecurú, Inhambupé e Abadia.

Anexo: 1 docs.

Nº Inventário: 159 Caixa: 03 Documento Nº : 28

1728, setembro, 04, Sergipe del Rey

EMENTA do documento: Carta do Ouvidor Geral da Capitania de Sergipe del Rey, João Mendes de Aragão ao Rei [D. João V], dando conta da conveniência de elevar a Freguesia de Santo Antônio da Vila Nova do Rio São Francisco a condição de Vila.

Anexos: 3 docs.

Nº Inventário: 195 Caixa

CAPITANIA DA BAHIA

1673, Dezembro, 4, Lisboa

LEMBRETE sobre se passar alvará nomeando António de Brito de Castro donatário da vila a fazer no rio de São Francisco, distrito da Bahia, com igreja, casas de câmara e cadeia, pelourinho e casas para 30 moradores.

AHU-Brasil-Pará

AHU_ACL_CU_005, Cx. 2, D. 183.

2- 1697, Outubro, 9, Bahia

CARTA PATENTE do governador-geral do estado do Brasil, D. João de Lencastre, nomeando Francisco Ribeiro Garcia para o posto de alferes da companhia de Infantaria paga, de que é capitão Salvador de Amorim e Oliveira, do terço mandado formar de paulistas para guerra dos bárbaros da capitania do Rio Grande e dos sertões do rio de São Francisco para o Norte.

Obs.: fragmento.

AHU-Baía, cx. 3, doc. 41

AHU_ACL_CU_005, Cx. 3, D

CAPITANIA DE MINAS GERAIS

4- 1753, 11, 2 – Minas de São José

Carta de Jerônimo Mendes a Luís José Correia de Sá, informando-o acerca da continuação da saca na região dos Cariris e rio de São Francisco, assim como das implicações que a mesma acarreta ao processo de extração das minas.

AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 63, Doc.: 55

6- A760, 5, 5 –

Requerimento de Josefa Teresa Ramos, viúva de Domingos da Costa Guimarães, solicitando a mercê de não ser concedido a José Manuel de Sousa, que em vida de seu marido foi contratador do contrato das Aguardentes e de Saída dos Escravos e das Passagens do rio de São Francisco, qualquer crédito aos seus requerimentos, por a requerente se considerar desligada desses negócios.

AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 76, Doc.: 2

A proposta do projeto é de catalogarmos e publicarmos não só a documentação do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, mas de outros arquivos portugueses e brasileiro para organizarmos

um instrumento de pesquisa capaz de permitir a difusão de uma variedade de fontes históricas sobre a história ambiental e história indígena do rio São Francisco.

Considerações finais

Entre as histórias que se pode verificar na documentação arrolada são os impactos ambientais, assim como, relações interétnicas as mais diferenciadas entre índios e não índios ocorridos tendo como palco o Velho Chico. Não obstante, logo que os colonizadores despertaram para o potencial econômico do rio São Francisco, voltaram-se para culturas extensivas ao longo de sua bacia, destacando-se a pecuária vacum e cavalar, que se configura segundo Juciene Apolinário “como economia que não requeria altos investimentos e o transporte tornava-se prático. Tangendo as boiadas pelos os sertões se chegavam aos mais recônditos mercados”. (APOLINARIO, 2006) Essa mobilidade que os criadores de gado detinham, refletiu no rápido avanço dos colonos sertões à dentro, que por sua vez deu início as principais correntes de povoamento nos interiores da América Portuguesa, como já se asseverou.

O avanço dos colonizadores em direção aos sertões provocou complexos impactos no meio ambiente e na vida dos nativos pertencentes aos distintos grupos étnicos que povoavam as terras banhadas pelo rio São Francisco no período colonial. Estes grupos que por muito tempo foram tratados pela historiografia como uma massa homogenia, hoje a história indígena, subsidiada em fontes como a que se está catalogando na presente pesquisa histórico-documental, apresenta pesquisas cada vez mais consistentes sobre como grupos indígenas de diferentes etnias, em destaque no rio São Francisco, adotaram diferentes estratégias de sobrevivência diante dos conquistadores e adaptaram-se aos novos ambientes naturais (MOURA, 2002).

A documentação arrolada até o momento, já revela diferentes povos que viviam às margens do Velho Chico, especialmente na capitania de Pernambuco a saber: os Akroá, Jacó, Paraquió, Karateu, Karnijó, Guegue e Xukuru, Rodela, Korema, Janduí, Kariri, Kanindé, Paiacu, Jenipapo, Paiaku, Icó, Panati e Pegá.

As relações interétnicas, desencadearam inúmeros e violentos enfrentamentos, mas também abriu oportunidades para os índios empreenderem diferentes modos de resistência sem, necessariamente, recorrerem aos enfrentamentos diretos. Esta assertiva pode ser verificada em documento como o que foi catalogado abaixo:

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre as cartas do Bispo de Pernambuco, [D. frei Francisco de Lima] ao [secretário] Roque Monteiro Paim, acerca das visitas nas missões do sertão; demarcações das terras de Piagui; das queixas contra o capitão da aldeia de Santo Amaro dos caboclos; dos delitos cometidos na vila de Porto Calvo; da falta de ministros de letras e ouvidor para as Alagoas e de São Francisco; do aldeamento dos índios da nação Corema e eleição de capitão-mor para governá-los; do excesso cometido por soldados, ferindo um padre missionário que não permitiu o rapto das índias; e pedindo um coadjutor para o ajudar em suas obrigações.¹¹⁹

As fontes históricas oficiais, como a que destacamos acima, são em sua maioria gestadas pelos próprios colonizadores, mas aplicando os aportes teórico-metodológico do campo da história e da antropologia, possibilitarão aos pesquisadores verificarem detalhes importantes para a apreensão do cotidiano das relações sócio-ambientais nos espaços coloniais do Velho Chico.

Os conquistadores viam-se a si mesmos imbricados em um emaranhado de relações com os indígenas em diversos níveis, como militar, comercial, político e mesmo libidinoso, e com um vasto e diversificado bioma ao longo da bacia do rio São Francisco.

¹¹⁹. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, 1699, novembro, 16, Lisboa. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1169.

no que toca a produção historiográfica acerca do tema proposto, devido à falta de documentação arrolada e catalogada dificultado às pesquisas históricas. Este projeto foi realizado com a pretensão de ser um esforço inicial para a construção de instrumentos de pesquisa mais amplos que contemplem a temática proposta.

Não obstante, através do levantamento, catalogação e leitura em muitos documentos pode-se asseverar que a colonização portuguesa no Brasil, ao longo do rio São Francisco provocou mudanças significativas na biodiversidade, através do processo de implantação de sistemas econômicos com características externalistas e endógenas amparados nos interesses mercantilistas. Consequentemente, ocorreram lutas e resistências entre povos indígenas e portugueses. A conquista e a manutenção da posse da terra e de suas riquezas naturais por parte dos colonos e da Coroa portuguesa resultaram em diferentes práticas e relações culturais na região sertaneja do rio São Francisco.

Referências

ABRANTES, Maria Luísa Meneses. Fontes para a história do Brasil colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 17-28, jan./jun. 1997.

ALEGRE, S. M. P. Rompendo o silêncio por uma revisão do desaparecimento dos povos. *Ethnos: Revista Brasileira de Etnohistória*, Recife, ano 2, n. 2. 1999.

ALMEIDA, Maria Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

_____. *Metamorfozes indígenas: identidades e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão: políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2005.

ATAÍDES, Jézus Marco de (Org). *Documenta indígena do Brasil*. Goiânia: Ed. UFCG, 2001.

Um pequeno córrego de considerações finais

Tomamos o rio São Francisco enquanto palco privilegiado para a nossa pesquisa histórico-documental posto que o mesmo se configurou enquanto um dos canais mais importantes e imprescindíveis para o avanço dos colonizadores rumo aos sertões do Brasil Colonial, por outro lado para os indígenas que já habitavam aquelas margens há séculos, era indispensável que eles afrontassem o avanço dos conquistadores portugueses, pois às margens daquele rio vingaram diversas relações sociais advindos do contato entre colonizadores e, por diversas vias, tais quais o sentimento de pertencimento de diversas nações indígenas que ocupavam esses territórios, a vontade implacável do colonizador de conquistar os sertões e nele fazer riquezas. Para subsidiar todas estas historicidades e compreender a história deste rio é necessário saber mergulhar nas suas águas (documentos) passadas (BURKE, 1997, p. 48). Partindo do pressuposto de que a nossa verdadeira matéria são documentos que tratam da relação homem e natureza, tal construção se movimenta a um ritmo mais lento, mas, mesmo assim, estamos orgulhosos de deixarmos um pequeno legado carregado por esta “corrente” de pesquisadores que se preocupam com a memória e a história do Velho Chico, não como um objeto petrificado nas historicidades do passado, mas como parte da natureza brasileira da contemporaneidade que continua com o seu curso propiciando vida a milhões de seres humanos em vários estados brasileiros.

No desenvolvimento do presente trabalho, arrolou-se 378 processos jurídico-administrativos que tratam da ocupação processual e sistemática do ambiente natural rico e complexo, nos aspectos da biodiversidade e das riquezas étnicas do Rio São Francisco. Rio este que tem suas histórias contadas na perspectivaêmica, através de significativas lendas registradas pela literatura regional e, principalmente, na memória dos ribeirinhos ao longo das margens do Velho Chico. No entanto, há uma falta, singular,

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Em busca de recuperação do passado: memória Eletropaulo*. São Paulo: Abril, 1992.

_____. Glossário das espécies documentais. *História Digital*. Brasília, Universidade de Brasília; Centro de Memória Digital, ano 1, n. 1, 2007.

BERTOLLETTI, Esther Caldas. Novas tecnologias facilitam a pesquisa histórica: a experiência do Projeto Resgate – “Barão do Rio Branco”. *Revista Fontes*, ano 1, n. 1, maio 2002.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: A longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Trad. de Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Trad. de Nilo Odalia. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

CEARTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: arte de fazer*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. v. 1.

COQUEIRO, Sônia O. (Org.). *Museu do Índio: povos indígenas no sul da Bahia*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002.

DIEGUES JÚNIOR, Manoel. *A base física do Império: história da independência do Brasil*. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972.

DUARTE, Regina Orta. *História e natureza*. São Paulo. Autêntica, 2005.

FERREIRA, Jucá. Discurso de Abertura do I Congresso Internacional Resgate. *História Digital*. Brasília, Universidade de Brasília; Centro de Memória Digital, ano 1, n. 1, 2007.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Os índios em Arquivos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1995. v. 1.

_____. Vozes indígenas na documentação do SPI. In: COQUEIRO, Sônia O. (Org.). *Museu do Índio: povos indígenas no sul da Bahia*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002.

GRUZINSKI, Serge. História dos Índios na América: abordagens interdisciplinares e comparativas. *Tempo*, Niterói: Universidade Federal Fluminense, v. 12, n. 23, jul./dez. 2007.

KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Tradução, prefácio e comentários de Luís Câmara Cascudo. 12. ed. Fortaleza: ABC Editora, 2003.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume, 2007.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: e bandeiras nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Guia de fontes para a História indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros: acervos das capitais*. São Paulo: USP; FAPESP, 1994.

_____. *Armas e armadilhas: história e resistência dos índios*. In: NOVAES, Adalto (Org.). *A Outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Prefácio. In: APOLINÁRIO, Juciene. *Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão: políticas indígenas e indigenistas, século XVIII*. Goiânia: Kelps, 2006.

MOURA, Abdias. *O Sumidouro do São Francisco: origem dos conflitos no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

NEVES, Zenoni. *Navegantes da integração: os remeiros do rio São Francisco*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista: discurso do confronto. Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Pontes, 1999.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Livres e escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: Edusc, 1999.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *História Digital*. Brasília, Universidade de Brasília; Centro de Memória Digital, ano 1, n. 1, 2007.

OS AUTORES

ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES

Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Membro Titular da Comissão de História do Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH) e Acadêmico Efetivo da Academia Guarulhense de Letras (AGL). Professor das Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos e do Centro Universitário Anhanguera de São Paulo. Website: www.histoecultura.com.br

CRISTIANO LUÍS CHRISTILLINO

Pós-doutorando em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

EDSON SILVA

Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor no Centro de Educação/Col. de Aplicação da UFPE, no PPGH/UFPE e no PPGH/UFCG (Campina Grande/PB) e no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena na UFPE/Caruaru. Participa na FIOCRUZ/Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (Recife) do Grupo de Pesquisa Saúde e Ambiente Xukuru.

FRANCISCO HENRIQUE DUARTE FILHO

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando em Recursos Naturais na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor de História e Educação Ambiental do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE).

IVETE MACHADO DE MIRANDA PEREIRA

Mestranda em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

JOSÉ OTÁVIO AGUIAR

Doutor em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-Doutor em História, Relações de Poder e Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

JUCIENE RICARTE APOLINÁRIO

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

MARCO LUNARDI ESCOBAR

Mestre em Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMS). Jornalista graduado na Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUCRS). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e da Universidade Potiguar (UNP).

RAÍSSA BARBOSA DA COSTA

Bacharel e Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

RICARDO DOS SANTOS GUIMARÃES

Capitão-Tenente da Marinha do Brasil, licenciado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Chefe do Departamento

de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

RODRIGO RIBEIRO DE ANDRADE

Graduando em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bolsista do PIBIC – “Interferência humana e desequilíbrio ecológico: um estudo sobre a história da caça predatória à baleia e a polêmica atual sobre o descumprimento da moratória de 1986”.

SÉRGIO MURILO SANTOS DE ARAÚJO

Doutor em Ciências pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).